



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS I  
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO DO CONHECIMENTO E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Maristela Miranda Vieira de Oliveira

**POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: uma análise da  
parceria entre o poder público municipal e as iniciativas populares  
solidárias de Vitória da Conquista - BA**

**SALVADOR  
2008**

MARISTELA MIRANDA VIEIRA DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: uma análise da  
parceria entre o poder público municipal e as iniciativas populares  
solidárias de Vitória da Conquista - BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alex de Cantuária Cypriano

SALVADOR  
2008

MARISTELA MIRANDA VIEIRA DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: uma análise da  
parceria entre o poder público municipal e as iniciativas populares  
solidárias de Vitória da Conquista - BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito para obtenção do título de mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Carlos Alex de Cantuária Cypriano (Orientador)  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

---

Prof. Dr. Nilton Vasconcelos Júnior (Examinador Externo)  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

---

Prof. Dr. Celso Antônio Favero (Examinador Interno)  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

*Dedico esta dissertação a três pessoas sem as quais as minhas conquistas não teriam o mesmo sabor:*

*minha mãe, por sempre acreditar em mim, principalmente nos momentos em que nem eu mesma acreditava;*

*meu esposo, amigo e companheiro Manoel que sempre foi motivo de incentivo através dos seus exemplos, pautados no comprometimento, atitude e perseverança com a pesquisa científica;*

*e ao pequeno Caio que, com sua doce presença, foi o meu grande estímulo nos momentos mais difíceis.*

## AGRADECIMENTOS

Com a finalização desta pesquisa, olho para trás e percebo quantas pessoas, direta ou indiretamente, acabaram sendo envolvidas junto comigo, após uma decisão particular de embarcar nesse mundo complexo e desgastante, porém, imensamente gratificante, que é a pesquisa científica. Assim, se hoje concluo essa dissertação, é porque fui contemplada com o apoio de todos que neste momento tenho a grande satisfação de agradecer, certa de que sem o apoio recebido, não haveria conquistas a serem comemoradas.

Em primeiro lugar, agradeço a essa Força misteriosa a quem chamamos DEUS, e que me fez chegar até este mestrado, sabendo muito mais que eu, os porquês deste caminho;

Agradeço aos gestores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, que prestaram todo o apoio necessário a fim de que eu pudesse realizar o curso com a qualidade devida;

À Universidade do Estado da Bahia, representada pela Coordenadora do Mestrado, Prof<sup>a</sup> Ana Maria Ferreira Menezes e sua equipe, que organizam com muito comprometimento o Mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento Social e Desenvolvimento Regional.

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Carlos Alex de Cantuária Cypriano, pessoa singular, que através de seu jeito sério e responsável, revelou-se muito mais que um orientador, e sim um amigo, fazendo-me sentir uma agradável sensação de segurança, quando cheia de dúvidas procurava-o, pessoalmente ou nos infinitos contatos virtuais, sendo sempre atendida com toda presteza que pôde me dedicar.

Aos meus cunhados Diacízio e Maria, pessoas que me acolheram em seu lar no início dessa busca. Tendo sido obrigados a abrir mão de sua privacidade, foram a grande proteção que encontrei ao chegar a uma cidade totalmente desconhecida. E nesse sentido, agradeço particularmente ao querido cunhado Diacízio, que me ensinou todos os caminhos que levavam à UNEB, na maioria das vezes, levando-me aos destinos com toda paciência e carinho.

À minha querida amiga Ana Lícia que já faz parte de minha história. Teve a delicadeza de convidar-me, mesmo sem que tivéssemos maiores conhecimentos

uma da outra, para dividirmos o seu cantinho tão agradável junto ao mar. Lá, ao final das cansativas aulas, descansávamos e conversávamos até muito tarde, e foi dessa forma que também aprendi muitas lições, não só da academia, mas para toda a vida.

Aos colegas e amigos que fiz durante as aulas deste Mestrado.

Às professoras Míriam Medina Velasco e a inesquecível Sônia Maria Ribeiro Simon Cavalcanti (*in memoriam*), por terem sido ícones nessa jornada, incentivando-nos a buscar muito mais do que achávamos que seríamos capazes.

Agradeço também aos cunhados Eliezer, Gecilma, Maria José e Messias, e toda a turminha que os acompanham, por terem permitido realizar com tranquilidade muitas das viagens a Salvador, cuidando com carinho do pequeno Caio.

À Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda de Vitória da Conquista, bem como à Coordenação de Economia Solidária, particularmente ao Pastor Newton Sales Figueira, Sr. Almir Oliveira, Geovane Viana e Jandáia Ferraz, que tantas vezes me receberam com toda paciência, a fim de que eu pudesse levantar todos os dados que precisava.

À Sr<sup>a</sup> Dora Sugimoto que com tanta presteza dedicou parte preciosa do seu tempo respondendo às minhas perguntas e que, mesmo sem nos conhecermos pessoalmente, utilizou-se de mecanismos diversos para que eu pudesse ter acesso a sua preciosa contribuição.

Um agradecimento especial ao amigo e colega, por quem guardo grande admiração, Prof. Elinaldo Leal que já na primeira entrevista dedicou toda atenção à minha pesquisa, não só disponibilizando tudo o que era necessário, como também se colocando à disposição todas as vezes que surgiam dúvidas.

Ao Diretor do Banco do Povo, bem como aos Presidentes da Associação de Economia Popular Solidária, Associação de Lapidação, Associação de Artesanato Conquistense, Grupo de Economia Popular, Cooperativa de Catadores Recicla Conquista, e todos os associados e cooperados destas entidades, que sempre me receberam com muita paciência, mesmo quando o momento não sugeria paradas para entrevistas.

Enfim, agradeço a todos e todas que compartilharam desses dois anos comigo, e que são também responsáveis pela construção desse trabalho de pesquisa.

Os indivíduos vivem e atuam em um mundo de instituições. Nossas oportunidades e perspectivas dependem crucialmente de que instituições existem e do modo como elas funcionam. Não só as instituições contribuem para nossas liberdades, como também seus papéis podem ser sensivelmente avaliados à luz de suas contribuições para nossa liberdade. Ver o desenvolvimento como liberdade nos dá uma perspectiva na qual a avaliação institucional pode ocorrer sistematicamente (SEN, 2000, p. 168).

## RESUMO

A Economia Solidária representa práticas baseadas na colaboração e inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica. Logo, um olhar mais atento por parte do poder público para o estímulo a iniciativas que criam um novo espaço de atividade produtiva, revela-se uma possibilidade de geração de ocupação e renda de setores da sociedade civil que estão à margem do sistema, além de um fator de emancipação social. Nesse contexto, o governo municipal de Vitória da Conquista – BA, visando cumprir com o seu papel de agente propulsor do desenvolvimento local, propõe em sua agenda ações de apoio a tais iniciativas atuando enquanto parceiro do Movimento da Economia Solidária. O presente estudo, portanto, focaliza a práxis do poder público no período de 1997 a 2007 enquanto parceiro na construção de uma identidade coletiva para o Movimento, contribuindo ainda para a busca da sustentabilidade das organizações assistidas. Utilizou-se para a construção da pesquisa enquanto método de abordagem o hipotético-dedutivo e como método de procedimento o estudo de caso, sendo desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, documental, visitas, entrevistas e preenchimento de formulários. Diante do processo de leitura, análise e interpretação da realidade existente, conclui-se que no período de 1997 a 2007 esse apoio aconteceu sem um marco regulatório, traduzindo-se em ajuda de infra-estrutura, criação de novas associações e capacitações. Porém sem avaliações ou mesmo acompanhamento dos resultados. Em sua maioria, as entidades apoiadas ainda não percebem o apoio da prefeitura enquanto fator de emancipação, carecem de habilidades administrativas, infra-estrutura, desconhecem o termo Economia Solidária bem como seu símbolo e seus princípios e em alguns casos ainda demandam ações de sustentação por parte do poder público, além de atuarem isoladamente em suas atividades, fazendo com que cada um perceba adversários e desafios diferentes na construção do Movimento.

Palavras – chave: Economia Solidária. Movimentos Sociais. Políticas Públicas.

## **ABSTRACT**

The Solidary Economy represents practices based in the collaboration and inspired for cultural values that put the human being as subject and purpose of the economical activity. Therefore, a more attentive glance on the part of the public power for the incentive to initiatives that create a new space of productive activity, is revealed a possibility of occupation generation and income of sections of the civil society that are to the margin of the system, besides a factor of social emancipation. In that context, the municipal government from Vitória da Conquista - BA, seeking to accomplish with his role of agent propeller of the local development, it proposes in his calendar support actions to such initiatives acting while partner of the Movement of the Solidary Economy. The present study, therefore, it focuses the práxis of the public power in the period from 1997 to 2007 while partner in the construction of a collective identity for the Movement, still contributing to the search of the sustentabilidade of the attended organizations. It was used for the construction of the research while approach method the hypothetical-deductive and as procedure method the case study, being developed starting from research bibliographical, documental, visits, interviews and completion of forms. Due to the reading process, analysis and interpretation of the existent reality, it is ended that in the period from 1997 to 2007 that support happened without a mark regulatory, being translated in infrastructure help, creation of new associations and trainings. However without evaluations or even attendance of the results. In his majority, the leaning entities still don't notice the support of the city hall while emancipation factor, they lack administrative abilities, infrastructure, they ignore the term Solidary Economy as well as his symbol and their beginnings and in some cases, they still demand sustentation actions on the part of the public power, besides they act separately in their activities, doing with that each one notices opponents and different challenges in the construction of the Movement.

Words - key: Solidary Economy. Social Movements. Public Politics.

## LISTA DE DIAGRAMAS, FIGURAS E TABELAS

### DIAGRAMAS

Diagrama 1 Modelo de análise.....	26
-----------------------------------	----

### FIGURAS

Figura 1	Atlas da Economia Solidária no Brasil.....	40
Figura 2	Estrutura do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.....	42
Figura 3	Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda.....	69
Figura 4	Interior da Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda.....	69
Figura 5	Missão da ADTR .....	70
Figura 6	Valores da ADTR.....	70
Figura 7	Box no Mercado Municipal de Artesanato.....	75
Figura 8	Ala dos Boxes no Mercado Municipal de Artesanato .....	75
Figura 9	Associado da AAC expõe ao lado do Mercado Municipal de Artesanato .....	75
Figura 10	Entrada do Mercado de Artesanato.....	76
Figura 11	Lateral do Mercado de Artesanato .....	76
Figura 12	Frente do Mercado de Artesanato .....	89
Figura 13	Barraca de exposição da AEPS .....	91
Figura 14	Assembléia da AEPS .....	93
Figura 15	Produto da Associação de Lapidação .....	107
Figura 16	Produtos da Associação de Lapidação .....	107
Figura 17	Sede da Associação da Lapidação .....	107
Figura 18	Galpão da CCRC.....	110
Figura 19	Luminoso em frente ao Galpão da CCRC informa o apoio da Petrobrás e do Programa Fome Zero.....	110
Figura 20	Catadora recolhe material em mesmo bairro atendido pela CCRC.....	113
Figura 21	Associados da CCRC recolhem material em bairro da cidade.....	113
Figura 22	Selo GEP.....	126
Figura 23	Barraca de exposição do GEP – setor de Artesanato .....	127
Figura 24	Barraca de exposição do GEP – setor de alimentação .....	127

Figura 25	Sede do GEP.....	130
Figura 26	Sede do GEP.....	130
Figura 27	Folder do GEP.....	132
Figura 28	Lateral do Banco do Povo em Vitória da Conquista/BA .....	145
Figura 29	Agência do Banco do Povo .....	147

## **TABELAS**

Tabela 1	Ações promovidas pela Coordenação de Economia Solidária entre 2004 a 2007 .....	73
Tabela 2	Recursos próprios liberados para as ações da Economia Solidária (2004 – 2007) .....	73
Tabela 3	Situação dos fundos ICC em 31/12/2007 .....	146

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Dados Pessoais (AAC) .....	79
Gráfico 2	Constituição de Renda (AAC) .....	79
Gráfico 3	Tempo na Atividade e na AAC .....	80
Gráfico 4	Motivos para participar e continuar na AAC .....	81
Gráfico 5	História e número de associados da AAC .....	81
Gráfico 6	Estatuto Social apoio recebido pela AAC .....	82
Gráfico 7	Participação da Prefeitura na AAC .....	83
Gráfico 8	Participação e número de cursos oferecidos pela AAC em 2007 .....	83
Gráfico 9	Tema dos cursos oferecidos pela AAC em 2007 e motivo para não participar .....	84
Gráfico 10	Participação em Assembléias e direção da AAC .....	85
Gráfico 11	Intercâmbio com outras associações, compreensão do termo autogestão e significado da AAC na vida do associado .....	86
Gráfico 12	Já ouviu falar em Economia Solidária dentro ou fora da AAC? .....	86
Gráfico 13	Maior desafio da AAC .....	87
Gráfico 14	Dados Pessoais (AEPS) .....	95
Gráfico 15	Constituição de Renda (AEPS) .....	96
Gráfico 16	Tempo na Atividade e na AEPS .....	96
Gráfico 17	Motivos para participar e continuar na AEPS .....	97
Gráfico 18	História e número de associados da AEPS .....	97
Gráfico 19	Criação da Associação, Estatuto Social e apoio recebido pela AEPS ..	98
Gráfico 20	Participação da Prefeitura na AEPS .....	99
Gráfico 21	Participação em cursos oferecidos pela AEPS em 2007 .....	99
Gráfico 22	Tema e quantitativo de cursos oferecidos pela AEPS em 2007 .....	100
Gráfico 23	Participação em Assembléias e direção da AEPS .....	101
Gráfico 24	Conhece e participa de encontro com outras associações além da AEPS .....	101
Gráfico 25	Compreensão do termo autogestão e significado da AEPS na vida do associado .....	102
Gráfico 26	Sobre a Economia Solidária, seus princípios e seu símbolo (AEPS) ..	103

Gráfico 27	Maior desafio da AEPS.....	103
Gráfico 28	Dados Pessoais (CCRC) .....	114
Gráfico 29	Constituição de Renda (CCRC).....	115
Gráfico 30	Tempo na Atividade e na CCRC .....	115
Gráfico 31	Motivos para participar e continuar na CCRC .....	116
Gráfico 32	História e número de associados da CCRC .....	117
Gráfico 33	Participação na criação, Estatuto Social e apoio recebido pela CCRC .....	118
Gráfico 34	Participação da Prefeitura na CCRC .....	118
Gráfico 35	Participação em cursos oferecidos pela CCRC em 2007.....	119
Gráfico 36	Tema e quantitativo de cursos oferecidos pela CCRC em 2007 .....	120
Gráfico 37	Participação em Assembléias e direção da CCRC.....	121
Gráfico 38	Compreensão do termo autogestão e significado da CCRC na vida do associado .....	122
Gráfico 39	Sobre a Economia Solidária e seu símbolo (CCRC) .....	122
Gráfico 40	Maior desafio da CCRC.....	123
Gráfico 41	Dados Pessoais (GEP).....	134
Gráfico 42	Constituição da Renda (GEP) .....	134
Gráfico 43	Tempo na Atividade e no GEP .....	135
Gráfico 44	Motivos para participar e continuar no GEP .....	136
Gráfico 45	História e número de associados do GEP .....	136
Gráfico 46	Criação do GEP, Estatuto Social e apoio recebido .....	137
Gráfico 47	Participação da Prefeitura no GEP .....	138
Gráfico 48	Participação em cursos oferecidos pelo GEP em 2007.....	138
Gráfico 49	Tema e quantitativo de cursos oferecidos pelo GEP em 2007 .....	139
Gráfico 50	Participação em Assembléias e direção do GEP .....	140
Gráfico 51	Conhece e participa de encontros com outras associações além do GEP .....	140
Gráfico 52	Compreensão do termo autogestão e significado do GEP na vida do associado .....	141
Gráfico 53	Sobre a Economia Solidária, seus princípios e seu símbolo (GEP) ....	142
Gráfico 54	Maior desafio do GEP.....	142
Gráfico 55	Garantias em 2007 .....	148
Gráfico 56	Tipos de atividades desenvolvidas .....	148

Gráfico 57	Tipos de empréstimos liberados.....	148
Gráfico 58	Gênero.....	149
Gráfico 59	Constituição dos empreendimentos .....	149
Gráfico 60	Tempo de atuação dos clientes no negócio .....	149
Gráfico 61	Faixas de Crédito .....	150

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAC	Associação de Artesanato Conquistense
ABICRED	Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
AEPS	Associação de Economia Popular Solidária
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCRC	Cooperativa de Crédito Conquista Solidária
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ECOSOL	Economia Solidária
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
GEP	Grupo de Economia Popular
GEP	Grupo de Economia Popular
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MTE	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEPS	Núcleo de Economia Popular Solidária
NMS	Novos Movimentos Sociais
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PACS	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMVC	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PT	Partido dos Trabalhadores
RBSES	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
RDH	Relatório do Desenvolvimento Humanos
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UNICEF	United Nations Children's Fund

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>20</b>
1.1	Métodos e procedimentos de pesquisa.....	24
<b>2</b>	<b>A ECONOMIA SOLIDÁRIA ENTENDIDA ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL .....</b>	<b>30</b>
2.1	Evolução do Conceito de Movimentos Sociais.....	31
2.2	Economia Solidária: um conceito em construção.....	34
2.3	Evolução histórica da Economia Solidária .....	36
2.4	Economia Solidária e a formação de uma identidade coletiva .....	41
2.5	Economia Solidária e o reconhecimento de um adversário .....	43
2.6	Economia Solidária e suas metas societais .....	44
2.7	O Movimento da Economia Solidária .....	47
<b>3</b>	<b>MUNICÍPIOS ENQUANTO AGENTES PROPULSORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS .....</b>	<b>50</b>
3.1	Políticas Públicas Sociais: conceito e evolução histórica no Brasil.....	50
3.2	Requisitos para formulação de políticas públicas viáveis no âmbito dos espaços subnacionais .....	55
3.2.1	Cultura Cívica.....	56
3.2.2	Processo de Avaliação.....	58
3.3	A descentralização municipal e a formulação das políticas públicas sociais .....	59
3.4	Políticas Públicas Sociais para fortalecimento da Economia Solidária nos espaços subnacionais .....	61
<b>4</b>	<b>O MOVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA.....</b>	<b>65</b>
4.1	Caracterização sócio-política do município de Vitória da Conquista.....	66
4.2	Ações do governo municipal em apoio à Economia Solidária entre 1997 a 2007 .....	68

<b>4.3</b>	<b>Entidades apoiadas pelo poder público Municipal .....</b>	<b>74</b>
<b>4.3.1</b>	<b>Associação de Artesanato Conquistense (AAC) – histórico e situação atual .....</b>	<b>74</b>
4.3.2	Perfil dos atores que compõem a AAC .....	78
4.3.2.1	Dados pessoais.....	78
4.3.2.2	Tempo de atividade como artesão e na Associação.....	80
4.3.2.3	Associação, parcerias e cursos oferecidos em 2007 .....	82
4.3.2.4	Participação em assembleias e participação na direção da Associação..	84
4.3.2.5	Autogestão, intercâmbio com outras Associações e Economia Solidária	85
4.3.3	Análise da Associação de Artesanato Conquistense (AAC) .....	87
<b>4.3.4</b>	<b>Associação de Economia Popular Solidária (AEPS) – histórico e situação atual .....</b>	<b>90</b>
4.3.5	Perfil dos atores que compõem a AEPS .....	94
4.3.5.1	Dados pessoais.....	95
4.3.5.2	Tempo de atividade como artesão e na Associação.....	96
4.3.5.3	Associação, parcerias e cursos oferecidos em 2007 .....	98
4.3.5.4	Participação em assembleias e participação na direção da Associação .....	100
4.3.5.5	Autogestão, intercâmbio com outras Associações e Economia Solidária .....	101
4.3.6	Análise da Associação de Economia Popular Solidária (AEPS) .....	104
<b>4.3.7</b>	<b>Associação dos Artesãos Minerais e Lapidários do Município de Vitória da Conquista – histórico e situação atual.....</b>	<b>106</b>
4.3.8	Análise da Associação de Lapidação.....	109
<b>4.3.9</b>	<b>Cooperativa de Catadores Recicla Conquista (CCRC) – histórico e situação atual .....</b>	<b>109</b>
4.3.10	Perfil dos atores que compõem a CCRC .....	114
4.3.10.1	Dados pessoais.....	114
4.3.10.2	Tempo de atividade como Catador e na Cooperativa .....	115
4.3.10.3	Associação, parcerias e cursos oferecidos em 2007 .....	117

4.3.10.4	Participação em assembléias e participação na direção da Cooperativa .....	120
4.3.10.5	Autogestão, intercâmbio com outras Instituições e Economia Solidária	121
4.3.11	Análise da Cooperativa de Catadores Recicla Conquista (CCRC) .....	123
<b>4.3.12</b>	<b>Grupo de Economia Popular (GEP) - histórico e situação atual .....</b>	<b>124</b>
4.3.13	Perfil dos atores que compõem o GEP .....	133
4.3.13.1	Dados pessoais .....	133
4.3.13.2	Tempo de atividade como artesão e na Entidade .....	135
4.3.13.3	Associação, parcerias e cursos oferecidos em 2007 .....	137
4.3.13.4	Participação em assembléias e participação na direção da Entidade....	139
4.3.13.5	Autogestão, intercâmbio com outras Instituições e Economia Solidária .....	140
4.3.14	Análise do Grupo de Economia Popular (GEP) .....	142
<b>4.3.15</b>	<b>Instituição de Crédito Conquista Solidária (Banco do Povo) – histórico e situação atual .....</b>	<b>144</b>
4.3.16	Análise da Instituição de Crédito Conquista Solidária (Banco do Povo).....	151
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>153</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>161</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>166</b>

## CAPÍTULO I

### 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, muito se discutem nos meios acadêmicos, social e político sobre a importância, viabilidade e sustentabilidade de uma Economia Solidária. Em verdade, o sentido dessa inquietação reflete a busca por soluções, também observadas em outros momentos da história do capitalismo, capazes de atuar na diminuição da desigualdade, proporcionada por anos de hegemonia de um sistema de produção excludente e concentrador de riquezas.

A economia solidária representa uma proposta de organização do trabalho e dos produtores, na iminência de propiciar alternativas de sobrevivência e de melhora da qualidade de vida, daqueles que estão postos à margem do sistema produtivo, carentes de ferramentas e conhecimento suficientes para gerar ocupação e renda. São em sua essência práticas baseadas na colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano, enquanto detentor da força de trabalho, como sujeito e finalidade da atividade econômica, ao invés da lógica contrária que acompanha a evolução do atual sistema, priorizando o capital em relação ao trabalho.

Por conseguinte, um olhar mais atento para a formação de iniciativas associativas e cooperativas, capaz de criar um novo espaço de atividade produtiva, revela-se uma alternativa para a diminuição do fosso da desigualdade e possibilidade de criação de ocupação e renda de setores da sociedade civil, excluídos do processo de produção.

O limiar dessa nova maneira de se promover um sistema produtivo iniciou-se no Brasil junto com o cooperativismo no começo do século XX, tomando a forma de cooperativas de consumo e cooperativas agrícolas. Após o fechamento de muitas dessas cooperativas, devido à chegada das grandes redes de supermercados e, mais recentemente, nas décadas de 1980 e 1990, quando milhões de postos de

trabalho desapareceram por conta do avanço tecnológico, cresceu novamente a idéia da economia solidária no país, principalmente na forma de cooperativas autogestionárias (SINGER, 2002).

A partir de então, a idéia de uma Economia Solidária passou a fazer parte das agendas de governos Municipais e Estaduais, a exemplo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre que iniciou, na década de 1990, um trabalho de apoio a grupos de economia popular solidária, dando origem a um conjunto de políticas que serviu como exemplo para outros municípios.

No período de 1999 a 2002, o Estado do Rio Grande do Sul realizou uma ação pioneira no Brasil, ao incluir a Economia Solidária em sua agenda de governo (SARRIA ICAZA, 2006). E em 2003 a Economia Solidária ganhou o apoio do governo federal.

Na primeira gestão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva aconteceu a implementação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, tendo como principal desafio, realizar o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento.

Para tanto, a SENAES passou a criar parcerias diretas com entidades da Economia Solidária e Governos Estaduais e Municipais, a fim de proporcionar as condições necessárias para a implantação e operacionalização das suas ações. Este apoio se concretiza com base na formulação de políticas públicas sociais, agindo na criação de um espaço público favorável ao desenvolvimento da Economia Solidária, bem como através da definição de um marco legal que sustente e viabilize tais iniciativas.

Essa nova perspectiva, surgindo através das parcerias com os Estados e Municípios, representou um novo horizonte para as iniciativas cooperativas e associativas de caráter popular solidário, visto que antes poderiam estar mais isolados do poder público e agora, passaram a ser vistas como oportunidades dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local.

Considerando que essas organizações, enquanto empreendimentos populares solidários autogestionários, são formados por parcelas carentes da sociedade, o governo municipal, visando cumprir com o seu papel de agente propulsor do desenvolvimento local, viabiliza ações no sentido de apoiar tais

iniciativas, contribuindo para o seu crescimento e fortalecimento, o que desencadeia um processo de emancipação social, podendo refletir no município como um todo (FISCHER, 2002; FRANÇA FILHO, 2006).

Nesse sentido, após a vitória do Partido dos Trabalhadores para assumir o governo municipal da cidade de Vitória da Conquista, o que aconteceu em 1996, houve um grande incentivo à criação e fortalecimento de empreendimentos populares solidários, principalmente aqueles que desempenhavam um papel de emancipação social. No início do governo, a prefeitura conseguiu articular parcerias que fortaleceram esse tipo de iniciativa, iniciando um conjunto de ações que contribuíram para o desenvolvimento da Economia Solidária no município.

Tais ações representaram a criação do Grupo de Economia Popular – GEP (1997) e sua posterior transformação em OSCIP (2001), criação da Instituição Comunitária de Crédito Conquista Solidária - Banco do Povo (2000) e criação de uma Coordenação de Economia Solidária (2004).

A partir da compreensão do poder público enquanto agente do desenvolvimento local, além de agente no fortalecimento do Movimento da Economia Solidária, a presente pesquisa teve como objetivo avaliar o apoio oferecido pelo poder público municipal aos empreendimentos populares solidários em Vitória da Conquista, entre o período de 1997 a 2007. Para tanto, pautou-se na indagação de como tem acontecido, na prática, o diálogo entre poder público e as iniciativas populares solidárias, representantes do Movimento de Economia Solidária no município, em um momento em que se presencia o desenvolvimento de uma nova gestão, baseada no respeito e preocupação com as causas sociais.

A fim de melhor delimitar o foco da pesquisa, procurou-se construir hipóteses que pudessem traduzir a práxis<sup>1</sup> do poder público no espaço municipal, considerando, para tanto, uma política pública que é formulada, implementada e avaliada pela Prefeitura, a título de fortalecimento da Economia Solidária. Esta, por sua vez, é entendida enquanto movimento de transformação social, com construção de identidade, definição de um adversário e metas societais, capaz de dialogar com o poder público na busca por captação de recursos e formulação de políticas que visem o seu fortalecimento.

---

<sup>1</sup> Segundo Lahera (2002) a práxis representa as intenções do poder público as quais devem ser seguidas de ações.

Para tanto, observou-se a forma como se realiza o apoio a essas iniciativas; as dificuldades inerentes aos empreendimentos autogestionários na busca pela sustentabilidade, com base no apoio recebido do poder público; bem como o desenvolvimento de uma parceria que esteja contribuindo para a construção de uma identidade coletiva, a fim de fortalecer o processo de autogestão, resultando na independência e sustentabilidade dessas iniciativas e no fortalecimento do Movimento da Economia Solidária no município.

Considerando a relevância dos empreendimentos populares solidários dentro de uma concepção de desenvolvimento da Economia Solidária, e consciente do papel assumido por tais iniciativas nas comunidades carentes, a resposta ao problema central da pesquisa contribui para o estudo sobre o processo de formulação e implementação das políticas públicas municipais em relação ao Movimento da Economia Solidária, para tanto, visualizando o poder público enquanto parceiro na construção da identidade do Movimento.

Ponderando ainda que se tratam de empreendimentos solidários autogestionários, a forma como esse apoio é proposto pode vir a influenciar o processo de autogestão, enfraquecendo as bases de sustentação que caracterizam esse tipo de iniciativa.

Dessa forma, a pesquisa lança um olhar sobre a atuação do poder público enquanto mediador e parceiro no fortalecimento do Movimento da Economia Solidária, bem como o reflexo de sua atuação entre os atores que constroem tal movimento e que buscam parcerias. Para tanto, esteve pautada no estudo de uma política pública de apoio a um movimento de transformação social, devendo focar a consequência dessa política, ou seja, o que ela faz ou fez (SOUZA, 2007), estando a mesma estruturada em quatro capítulos.

O atual capítulo introdutório traz uma breve discussão sobre o tema estudado, as inquietações que resultaram no presente trabalho e a metodologia utilizada para desenvolvimento da pesquisa.

O segundo capítulo apresenta uma síntese histórica do conceito de Movimento Social, traçando uma distinção entre as teorias clássicas e contemporâneas da ação coletiva. Busca-se então, com base principalmente no pensamento de Manuel Castells, a compreensão do que se entende como Novos Movimentos Sociais e, considerando o pensamento de autores como Singer, França Filho e Gaiger, a forma como a Economia Solidária se posiciona enquanto

movimento de transformação social, visando a construção de um espaço público de participação, a partir do processo de redemocratização do país.

O terceiro capítulo aborda a conceituação de políticas públicas sociais, bem como a responsabilidade dos municípios na formulação de políticas que sejam exeqüíveis e eficazes, além de estarem alinhadas com a busca da identidade do Movimento da Economia Solidária, como forma de emancipação social.

O quarto capítulo apresenta a análise e interpretação dos resultados, sendo abordada a localização e caracterização sócio-política de Vitória da Conquista, concomitantemente com a história de desenvolvimento da Economia Solidária no município. Traz ainda uma descrição sobre as iniciativas populares solidárias pesquisadas, sua história, seus desafios e sua busca.

O quinto e último capítulo traz as considerações finais acerca da pesquisa, considerando a eficácia das políticas públicas sociais ou ações desenvolvidas pelo poder público, a partir da comprovação ou refutação das hipóteses anteriormente estabelecidas. Para tanto, busca-se o confronto entre a práxis da Prefeitura Municipal e a realidade das iniciativas populares solidárias do município de Vitória da Conquista.

## **1.1 Métodos e Procedimentos de Pesquisa**

Optou-se nesta pesquisa por utilizar o método de abordagem hipotético-dedutivo, partindo do pressuposto de que o problema em questão é passível de conjecturas que transformam-se em hipóteses para, a partir de cuidadosa análise, revelarem-se falsas ou verdadeiras.

Esta abordagem remonta a René Descartes, quando procurou estabelecer um método que, partindo da situação geral, pudesse explicar as particularidades, tendo como premissa que uma idéia inicial permite a elaboração de novas idéias.

Baseado no pensamento de Descartes (1596-1650), Karl Raymond Popper, filósofo austríaco do século XX, construiu o método hipotético-dedutivo, em que a dedução se faz após a construção de hipóteses que poderão ser confirmadas ou não (SPOSITO, 2004).

Para Popper, o método hipotético-dedutivo constitui-se naquele “através do qual se constrói uma teoria que formula hipóteses a partir das quais os resultados obtidos podem ser deduzidos, e com base nas quais se podem fazer previsões que, por sua vez, podem ser confirmadas ou refutadas” (JAPIASSU & MARCONDES, 1990 *apud* SPOSITO, 2004).

O método hipotético-dedutivo tem como premissa que o ideal da verdade em ciência é inatingível, logo, os possíveis erros detectados servirão de base para outros estudos. A seleção de hipóteses dá origem à construção de conhecimentos que poderiam ser comprovados ou descartados, o que se torna um “teste de falseabilidade” e que, uma vez superado, deixa uma contribuição para possíveis novas pesquisas (SPOSITO, 2004; SANTOS, 2005).

À luz do método em questão, buscou-se focar o processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas criadas com o objetivo de apoiar o Movimento da Economia Solidária, partindo de hipóteses construídas a partir de uma realidade inerente à formação e constituição do Movimento na cidade de Vitória da Conquista, sendo este mediado pelo poder público municipal. São elas:

- As ações da prefeitura municipal em apoio à Economia Solidária durante o período de 1997 a 2007, não se caracterizam enquanto política pública.
- Enquanto parceira, a prefeitura não age no sentido de fortalecer o processo de autogestão e contribuir para a construção de uma identidade coletiva do Movimento no município.
- A falta de integração e o pouco conhecimento da ideologia da Economia Solidária, por parte das iniciativas dessa natureza, fazem com que o apoio oferecido pela prefeitura municipal, não seja utilizado para a emancipação e fortalecimento do movimento.

Logo, a pesquisa apresenta a práxis de uma política pública de apoio ao Movimento da Economia Solidária, buscando focalizar a relação destas ações com o fortalecimento das entidades que formam o Movimento na cidade de Vitória da Conquista. Para tanto, construiu-se uma relação entre variáveis tais como: escassez de recursos, burocracia, falta de integração entre os atores do Movimento, bem como falta de conhecimento do mesmo, legitimação, autogestão, entre outros,

que vão formar os indicadores operacionais da pesquisa empírica, capaz de confirmar ou refutar as hipóteses formuladas, conforme definido no diagrama abaixo:

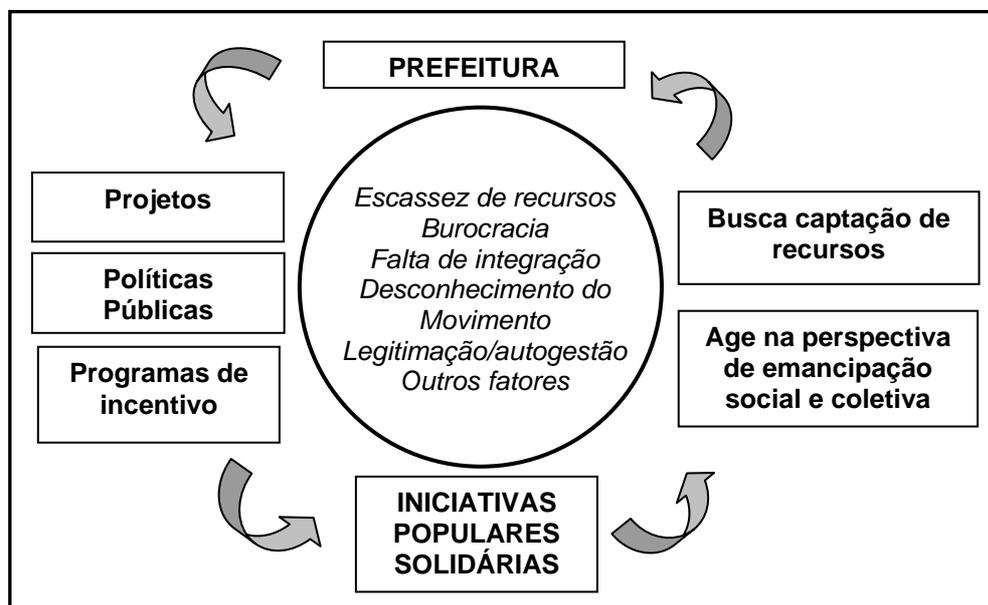


Diagrama 1 – Modelo de Análise.  
Fonte: Maristela M. V. Oliveira, 2008.

A comprovação ou refutação dessas hipóteses, caracteriza o atual processo de formação do Movimento de Economia Solidária no município de Vitória da Conquista, sendo este mediado pelo poder público municipal, bem como suas possibilidades e limitações, o que contribuirá para futuras pesquisas não só no município, como em outras regiões que apresentem realidades semelhantes.

Quanto aos procedimentos, optou-se por um estudo de caso que focalize a eficácia de uma política pública e suas conseqüências. Nesse sentido, analisa-se a atuação da prefeitura municipal através da formulação e implementação da política de apoio à Economia Solidária, e seus reflexos nos atores que compõe o Movimento.

Para tanto, a estratégia de pesquisa foi dividida em duas etapas em que, num primeiro momento realizou-se pesquisa exploratória que possibilitou:

- identificação de agências e secretarias do poder público municipal com o objetivo de apoiar a Economia Solidária;
- identificação das ações e programas municipais destinados a apoiar os empreendimentos populares solidários;

- identificação das iniciativas populares solidárias que recebem apoio da Prefeitura Municipal;

Num segundo momento realizou-se visitas aos órgãos responsáveis pelo apoio do poder público municipal à Economia Solidária, ficando comprovado a existência de 12 entidades cadastradas como participantes do Programa.

Destas, foram isoladas para fins de pesquisa, apenas aquelas que desenvolvem atividade produtiva, somando um número de sete entidades, entre as 12 cadastradas no programa. A partir de então, foram realizadas visitas aos empreendimentos populares solidários envolvidos nos programas de apoio da prefeitura.

Nestas visitas, procurou-se analisar o seu processo de formação, sua autonomia, a construção da identidade do Movimento, bem como os atores sociais que contribuem para o fortalecimento do mesmo.

O caminho construído para o alcance dos objetivos propostos delineou-se nos seguintes passos:

- Identificação e análise da existência de ações e programas de apoio aos empreendimentos solidários;
- Entrevistas com representantes do poder público municipal que respondam por programas de apoio a empreendimentos solidários, a fim de visualizar quais ações vêm sendo desenvolvidas no que se refere à Economia Solidária, como essas ações são desenvolvidas, o que se espera do Movimento no município e os principais obstáculos enfrentados para fortalecimento do mesmo.
- Visitas aos empreendimentos sociais com o objetivo de:
  - entrevistar os dirigentes buscando ratificar a participação ou não do empreendimento em programas de apoio da prefeitura, bem como a forma de utilização desses recursos;
  - observar as práticas de direção e capacitação dos dirigentes, a autonomia da organização em relação aos assessores e parceiros que os incentivam, bem como o estímulo à busca da autogestão;
  - preencher formulários objetivando conhecer o nível de satisfação dos associados quanto ao empreendimento solidário, e a imagem que fazem de si mesmo enquanto atores na construção do movimento.

O universo da pesquisa foi constituído a partir de duas perspectivas: por órgãos do governo municipal responsáveis pela formulação de políticas públicas de apoio à Economia Solidária, tendo como amostra o total destes órgãos, sendo eles: a Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda e a Coordenação de Economia Solidária.

E pelos empreendimentos populares solidários que compartilham dos princípios da Economia Solidária no município, tendo como amostra aqueles que realizam atividade produtiva e recebem apoio da Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda, sendo eles:

- Instituição de Crédito Conquista Solidária (Banco do Povo);
- Cooperativa de Catadores Recicla Conquista (CCRC);
- Associação dos Artesãos Minerais e Lapidários do Município de Vitória da Conquista (Associação de Lapidação);
- Associação de Artesanato Conquistense (AAC);
- Associação de Economia Popular Solidária (AEPS);
- Grupo de Economia Popular (GEP).

Como amostra para a realização de entrevistas e preenchimento de formulários, foram consideradas as seguintes metas:

- entre os gestores do poder público municipal, foram entrevistados os dirigentes diretos dos órgãos em questão;
- nos empreendimentos solidários foram entrevistados os seus dirigentes.
- os associados e cooperados dos empreendimentos solidários foram consultados sem um rigor estatístico na formação da amostra, uma vez que a metodologia Estudo de Caso é passível de ser feita através de análise qualitativa, em que existe a possibilidade de não empregar instrumental estatístico, quando o seu principal foco de interesse é o contato direto entre pesquisador e a situação objeto de estudo. Nesse sentido, optou-se por realizar o preenchimento de 15 formulários em cada entidade, procurando buscar a representatividade de cada segmento, de modo a identificar posições distintas existentes a respeito dos temas abordados. Para tanto, estes formulários foram analisados separadamente, considerando a entidade que representam, o tempo de

existência do empreendimento, a área de atuação dos associados ou cooperados, bem como o tempo de participação destes na organização.

A coleta de dados foi realizada a partir dos instrumentos relacionados abaixo por se mostrarem mais adequados para o alcance dos objetivos da pesquisa:

- Pesquisa documental, como forma de identificar as ações de apoio aos empreendimentos populares solidários desenvolvidas durante o período de 1997 a 2007 pelo governo municipal;
- Entrevistas semi-estururadas com os gestores municipais responsáveis pela formulação de políticas públicas, bem como os administradores dos empreendimentos populares solidários que compõem a amostra da pesquisa;
- Preenchimento de formulários composto por perguntas objetivas para os associados do empreendimento.

O tratamento dos dados foi realizado seguindo os critérios abaixo:

- transcrição das entrevistas realizadas com os gestores da prefeitura e diretores das cooperativas e associações;
- tabulação dos formulários preenchidos com os associados dos empreendimentos;
- cruzamento das informações obtidas com os gestores municipais, diretores das cooperativas/associações e os associados dos empreendimentos;
- geração de gráficos e tabelas que sintetizam as informações mais relevantes;
- edição de fotos e imagens capturadas durante a pesquisa de campo.

## CAPÍTULO II

### **2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA ENTENDIDA ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL**

O homem é um ser social, político e racional e, portanto, capaz de construir relações que dão origem à formação de grupos, como estratégia para alcançar os objetivos pretendidos, sejam eles de ordem material ou ideológica.

Desde os primórdios da civilização, o homem procurou agrupar-se como forma de sobrevivência e, com a evolução, esses grupos tornaram-se cada vez mais complexos, dando origem a relações amistosas ou conflituosas que se tornaram base do estudo de ciências como a psicologia e a sociologia.

A psicologia dedicou-se a desvendar a complexa relação do homem consigo mesmo, ou seja, o estudo do comportamento individual. Enquanto a sociologia ocupou-se com o estudo da complexa relação dos homens, com base na convivência em grupo, logo, o estudo do indivíduo em interação com outros indivíduos.

A sociologia weberiana acrescentou que o indivíduo deveria ter o seu comportamento explicado considerando toda sua história e, principalmente, o contexto social em que estivesse inserido, isto é, tendo como princípio as relações construídas em seu grupo.

Motivados pelas indagações sobre o indivíduo e a formação de grupos, surgiu então uma inquietação maior, levando cientistas sociais de diversos países, a questionarem os motivos que impulsionam os indivíduos a unirem-se em torno de um objetivo, a movimentarem-se em direção a comportamentos coletivos, o que ficou conhecido por teoria da ação social, tornando-se pauta de estudos de vários autores na América do Norte e Europa (GOHN, 2007).

## 2.1 Evolução do conceito de Movimentos Sociais

Gohn (2007), a fim de contextualizar a evolução da teoria da ação social, procurou organizar uma subdivisão, traçando um roteiro do estudo desenvolvido na América do Norte e na Europa e o dividiu em dois momentos, chamando-os de paradigmas clássicos e contemporâneos. Para tanto, considerou como clássico tudo que foi produzido até a década de 1960.

A partir dos estudos de Gohn, percebe-se uma constante evolução no modo de compreender os movimentos sociais, desde os estudos clássicos aos contemporâneos.

A análise clássica norte-americana revela uma preocupação mais voltada para o estudo psicossocial dos indivíduos integrantes das ações sociais. Um entendimento do povo enquanto “massa”, que pode ser manipulada através de líderes e de uma educação voltada para a submissão.

A evolução do pensamento clássico visualizou a construção da organização desses movimentos, e mostrou que ao desenvolverem-se, adquirem características de uma sociedade, revelando costumes, tradições, valores, lideranças, divisão de trabalho e regras sociais. Denotando um olhar mais estrutural na constituição dos mesmos.

Com o advento dos paradigmas contemporâneos norte-americanos, a análise passou a ser feita a partir de um enfoque comportamentalista organizacional, originando a idéia da Mobilização de Recursos.

Essa teoria sugere que os movimentos são organizações que vão disputar recursos no mercado, sejam eles humanos, materiais ou financeiros. Compara os movimentos sociais com os grupos de interesse, desprezando características culturais ou ideológicas que possam orientar a atuação dos mesmos. Como sugere Gansom (*apud* GOHN, 2007, p. 51) quando diz:

em lugar da velha dualidade entre políticas extremistas e políticas pluralistas, há somente políticas. A rebelião é somente outra política com outro significado. Ou seja, o processo político passou a ser visto como recursos como qualquer outro, que pode ser trocado num mercado de bens políticos.

Somente após a década de 1960, a teoria da Mobilização de Recursos passou por uma reavaliação, apresentando um caráter menos utilitarista, sendo os movimentos vistos não apenas pelo enfoque comportamentalista organizacional, mas encarado como organizações que se comunicam através de redes, capaz de criar suas próprias estruturas e oportunidades. Entendeu também que as lutas dos movimentos estavam acima de interesses materiais, mas antes de tudo por significados, responderiam às suas expectativas ideológicas (GANSO apud GOHN, 2007).

Os paradigmas contemporâneos que surgiram após a década de 1960, revelaram um caráter mais político, voltado para a cultura e contexto histórico dos movimentos, passando a serem denominados Novos Movimentos Sociais (NMS).

Esse enfoque prioriza fatores até então desprezados pelas teorias passadas, quando acrescenta à discussão questões como ideologia política, cultura, solidariedade, as lutas sociais enfim, aspectos que tornam um movimento algo extremamente complexo não apenas no âmbito do estudo como em relação à liderança dos mesmos.

Para Castells, os Novos Movimentos Sociais precisam ser entendidos a partir de uma complexa dinâmica que os caracteriza e que deve ser observada a partir de três esferas diferentes, são elas: identidade, adversário e meta societal. Para ele:

Identidade refere-se à autodefinição dos movimentos, sobre o que ele é, e em nome de quem se pronuncia. Adversário refere-se ao principal inimigo do movimento, conforme declarado pelo próprio movimento. Meta societal refere-se à visão do movimento sobre o tipo de ordem ou organização social que almeja no horizonte histórico da ação coletiva que promove (CASTELLS, 2002, p. 95-96).

Logo, Castells aponta para a importância da existência de uma identidade coletiva, sendo criada a partir dos atores que formam o movimento, definindo-a como “fontes de significados para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação” (*ibidem*, p. 23).

Esse processo de individuação representa uma evolução do indivíduo em direção a tornar-se sujeito de seu destino, ou seja, um amadurecimento em relação a quem ele é e o que pretende para si.

Através desse processo, cria-se uma emancipação coletiva, representada numa consciência única dos verdadeiros objetivos do movimento, bem como a

definição de quem seja seu adversário, para então gerar a visão que possuem enquanto futuro de suas ações.

Castells (2002) atenta ainda para a importância das relações de poder que surgem no processo de construção, e que dará origem a três formas diferenciadas de identidades, quais sejam: identidade legitimadora, de resistência e de projeto.

A identidade legitimadora se caracteriza através da imposição, pelas instituições dominantes, de um perfil de identidade que vai expandir sua dominação aos atores sociais.

A identidade de resistência acontece quando sua construção parte de atores que encontram-se em posição desvalorizada em relação ao poder dominante, quando passa a existir uma relação de resistência voltada para a sobrevivência através de princípios distintos dos princípios hegemônicos.

E por fim a identidade de projeto, quando percebe-se a construção, pelos atores sociais, de uma nova identidade que redefine sua posição na sociedade contribuindo para uma mudança estrutural desta.

Considerando a construção de uma identidade que seja de resistência ou de projeto, o movimento adquire autonomia, tornando-se capaz de perceber o ambiente que o envolve e suas reais necessidades, além de poder tomar decisões e construir o seu próprio caminho. Esses aspectos traduzem-se no surgimento de atores sociais, revelando a não aceitação de um único sujeito na construção do caminho a ser percorrido, ou seja, a percepção da existência de inúmeros sujeitos, de diferentes setores sociais, que constroem juntos o caminho do movimento.

A construção da identidade fortalece também a busca pela autogestão, ou seja, capacidade de gestão interna, em que todos envolvidos participam do processo de decisão, sendo o oposto da heterogestão, onde o poder de decisão está concentrado nas mãos de uma minoria.

Enfim, os paradigmas envolvendo os NMS diferem bastante das análises clássicas, pois pressupõem que esses movimentos são muito mais que um grupo de indivíduos capaz de ser manipulados, ou mesmo que disputam interesses em um mercado comum. Eles possuem identidade coletiva, sabem quem são, de onde vêm e o que buscam. Compreendem seus espaços e buscam articular-se com o poder público, mas sem perder de vista a sua autonomia.

Quando acontece essa articulação, não só com o poder público, como com outras entidades, presencia-se o nascimento das assessorias (GOHN, 2007), que

representam redes de articulação externa, formadas por entidades diversas tais como prefeituras, bancos, universidades, igrejas, sindicatos, partidos políticos, etc.. E que comungam da ideologia do movimento contribuindo de alguma forma para o fortalecimento de suas ações.

Continuando a análise de Castells (2002) sobre os Movimentos Sociais, e tendo a Economia Solidária como objeto de estudo, buscar-se-á apontar os três elementos capazes de definir a constituição de uma ação coletiva, a fim de visualizá-la enquanto Novo Movimento Social. São eles: sua identidade, seu adversário e sua meta societal.

## **2.2 Economia Solidária: um conceito em construção**

O sentido do termo Economia Solidária ainda é algo relativamente novo, apesar de que as práticas que a traduzem não representam nada de inédito entre comunidades de países da América Latina e Europa, onde mais se tem observado iniciativas dessa natureza (FRANÇA FILHO, 2006). Porém, a novidade está em unir todas essas práticas em uma só denominação, fazendo com que ao invés de existirem isoladas, transformem-se em evidência, agindo contra o comportamento econômico que ora se apresenta, e que se baseia estritamente na economia de mercado, desacreditando a possibilidade de uma economia que seja plural, como pretende a economia solidária.

Diversos autores explicam a Economia Solidária a partir da concepção de um novo modo de produção, estando este vinculado a uma estratégia de mercado diferenciada que considere a cooperação, a solidariedade, a criação de redes, a gestão do conhecimento e a autogestão, como forma de desenvolver uma prática de produção e comercialização, diferindo da lógica vigente no sistema capitalista, e que possibilita oportunidade a todos, principalmente àqueles que se encontram à margem do atual sistema.

Singer defende que a Economia Solidária representa um processo de emancipação individual e coletiva, baseado na lógica do aprender, entender e transformar, e que essa tendência propõe um novo olhar sobre a maneira de se

pensar a economia contemporânea, buscando novas formas que vão além da economia de mercado (informação verbal)<sup>2</sup>.

Kraychete (2007) aponta a Economia Solidária como uma forma social de produção que historicamente se desenvolve, contestando a organização capitalista do trabalho. Para o autor, esse não é um movimento isolado, mas sim uma forma de caminhar, ao lado de outros, buscando a desmercantilização da força de trabalho, a partir da vivência de outras iniciativas, antigas e novas, que representam práticas sociais transformadoras.

Gaiger (2005) entende a Economia Solidária como um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral. E ressalta que, nesta nova tendência, ao contrário da típica lógica capitalista onde o capital emprega o trabalho, existe uma inversão, em que o trabalho age no sentido de empregar o capital.

Para França Filho (2002) a Economia Solidária, além de representar uma nova organização do trabalho e do modo de produção, vincula-se à idéia de democratização da economia, pautado na instituição de novos modos de ação pública. Para tanto, propõe uma articulação entre o Estado, o mercado e os setores excluídos do atual modo de produção, a fim de se fortalecer.

Coraggio (2007) defende que a Economia Solidária representa a construção de uma outra economia, o que exige sua desvinculação do atual modo de produção, para que não se transforme num nicho da economia capitalista, sendo a solidariedade algo presente apenas internamente ao movimento.

Arruda (2007) compreende a Economia Solidária como um modo de relações sociais, em que a produção é centrada no trabalho, saber e criatividade do ser humano, estando voltada para a satisfação das suas necessidades materiais e imateriais, predominando em suas relações a cooperação, a solidariedade, o respeito pela adversidade, a reciprocidade e o amor.

As inúmeras conceituações para o termo Economia Solidária demonstram, principalmente, que este é um processo ainda em construção, sendo alvo de várias percepções que vão desde um novo modo de produção, até uma forma de emancipação social. Contudo, todos os conceitos evidenciam a perspectiva de uma

---

<sup>2</sup> Durante palestra apresentada no Seminário de Economia Solidária realizado em 04/2007 – Salvador, pela Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia – SEINFRA.

organização do trabalho diferenciada capaz de influenciar a forma atual de se pensar a economia, tendo como base a construção de novas relações sociais.

### **2.3 Evolução histórica da Economia Solidária**

O caminho que leva à construção da idéia de uma economia solidária passa, necessariamente, pelo surgimento dos primeiros empreendimentos associativistas e cooperativistas, conforme aponta França – Filho quando diz:

A Economia Solidária relaciona-se com o movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa, que foi traduzido numa dinâmica de resistência popular, fazendo emergir um grande número de experiências solidárias largamente influenciadas pelo ideário da ajuda mútua (o mutualismo), da cooperação e da associação (FRANÇA FILHO, 2002, 11).

Tais empreendimentos já existiam, em forma de cooperativas de consumo, desde o século XVIII e remonta ao surgimento da Revolução Industrial, momento em que se inaugurava um período de novas perspectivas econômicas e industriais, potencializando as injustiças sociais, exclusão, enriquecimento dos proprietários dos meios de produção, em detrimento de grande empobrecimento dos proprietários da força produtiva.

Uma época em que o trabalho tornou-se a maior fonte de exploração do homem pelo homem, onde as regras passaram a ser ditadas pelos donos do capital, como forma de multiplicá-lo a qualquer custo.

O ideal cooperativista, portanto, nasceu impulsionado pelos rumos traçados pelo sistema capitalista, sendo praticado principalmente por aqueles que vivenciavam a exploração da mão-de-obra, estando condenados a viver à margem de um sistema no qual o trabalho tornara-se meio, em detrimento do lucro, maior multiplicador do capital.

Nesse sentido, Singer, enquanto pesquisador da Economia Solidária, entendendo-a como forma de superação dos desafios impostos à população excluída do atual modo de produção, apontou o sistema capitalista como o principal

responsável pela extrema desigualdade da sociedade contemporânea, afirmando que:

O capitalismo produz desigualdades crescentes, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Enquanto os primeiros acumulam capital, galgam posições e avançam nas carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores, são despedidos ou ficam desempregados até que se tornam inempregáveis, o que significa que as derrotas os marcaram tanto que ninguém mais quer empregá-los (SINGER, 2002, p.08).

Portanto, o surgimento das cooperativas representou uma alternativa de sobrevivência daqueles que, sozinhos, não passavam de unidades de exploração, passíveis de manipulação em prol do fortalecimento de um sistema altamente excludente.

A união da força de trabalho e da solidariedade, somado ao resgate da dignidade humana e da luta pela sobrevivência, tornou-se uma forma alternativa de produção, em uma economia baseada estritamente nas leis de mercado, além de uma forma de proteção quanto à ação devastadora da busca pelo lucro.

Foi assim que em meados do ano de 1844, surgiu na Inglaterra, na cidade de Rochdale, a primeira cooperativa de consumo, criada por 28 tecelões de flanela após uma greve mal sucedida.

Essa cooperativa, em forma de armazém, tinha o objetivo de abastecer as famílias dos cooperados com mantimentos necessários à sua sobrevivência, e que eram comercializados por aqueles que detinham o capital.

Segundo Mladenatz,

A célebre história dos 'Probos Pioneiros de Rochdale' foi contada inúmeras vezes. Foi George Jacob Holyoake, contemporâneo desses Pioneiros e um dos mais ardentes propagadores e dirigentes do movimento cooperativo inglês, quem a escreveu. Seu livro foi traduzido em quase todas as línguas e constitui uma verdadeira bíblia para os cooperados do mundo inteiro. Essa história merece ser conhecida por todos os cooperados. Ainda encerra muitos ensinamentos, até para as cooperativas de hoje (MLADENATZ, 2003, p. 77).

Os Probos Pioneiros de Rochdale, nome com o qual foi registrada a cooperativa de consumo, tornaram-se os primeiros realizadores do cooperativismo, a

partir das doutrinas já conhecidas por eles, e de outras experiências cooperativistas das quais tinham notícias.

A fim de definir os valores que guiariam suas ações, instituíram os Princípios Básicos do Cooperativismo, os quais foram reproduzidos em milhares de cooperativas por todo o mundo e, ainda hoje, é tido como o “farol” que ilumina o movimento cooperativista.

Crúzio (2002) aponta os oito princípios básicos deixados pelos Pioneiros de Rochdale, são eles:

- Livre adesão e livre saída de seus associados
- Democracia nos direitos e deveres dos associados
- Compras e vendas à vista na cooperativa
- Juro limitado ao capital investido
- Retorno proporcional
- Operação com terceiros
- Formação intelectual dos associados
- Devolução desinteressada dos ativos líquidos

Tais princípios foram revistos e atualizados pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI (ACI, 2008), órgão de representação mundial do movimento cooperativista, agora eles já não são oito como em sua primeira versão, concentraram-se em sete princípios básicos, sendo eles:

- Adesão voluntária e livre
- Controle democrático pelos sócios
- Participação econômica dos sócios
- Autonomia e independência
- Educação, treinamento e informação
- Cooperação entre cooperativas
- Preocupação com a comunidade

Cabe lembrar que no contexto histórico vivido pela Europa do século XIX, e que desencadeou todo o movimento cooperativista, iniciou-se o que se conhece por

Economia Social, que estava ligada ao direito ao trabalho, representando alternativa ao sistema produtivo capitalista que tornava-se hegemônico naquele momento.

A Economia Social dividiu-se em duas vertentes, uma que se voltou para a economia não-mercantil, caracterizada pelo mutualismo, com uma proposta de total submissão ao poder público; e outra que se voltou para a economia mercantil, que responde às regras do mercado, ocupando lacunas onde o sistema capitalista permanecia fraco, sendo portanto representado pelo cooperativismo.

Nesse sentido, a Economia Solidária é entendida como uma evolução da Economia Social. Ou seja, apesar de compartilhar o contexto histórico nascente em relação ao cooperativismo e associativismo, e que representa o advento da Economia Social, não poder ter a mesma definição, pois a sua proposta está além dessas vertentes, conforme sugere França Filho,

É justamente em relação às características atuais assumidas pela economia social que vem se demarcar a noção de economia solidária, pela afirmação da dimensão política na sua ação. O que nos leva a defini-las como experiências que se apóiam sobre o desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais, concorrendo ainda para a afirmação de ideais de cidadania. (FRANÇA FILHO, 2002, p. 13)

Logo, a Economia Solidária pretende uma nova forma de relacionamento, não se sustentando somente nas relações com a economia, ou então com o Estado, mas acima de tudo exige um olhar para a economia, bem como para as relações tecidas com o Estado e a sociedade.

O Movimento Cooperativista, por toda sua história de luta e resistência ao sistema de produção vigente, pode ser compreendido como um dos marcos iniciais da Economia Solidária. Contudo, nem todas as cooperativas devem ser consideradas representantes do movimento, pois, para isso, é preciso que os seus princípios estejam em sintonia com os princípios e valores da Economia Solidária, e que vão além daqueles que representam o cooperativismo.

Para uma melhor identificação da forma como se organiza o Movimento da Economia Solidária no Brasil, apresenta-se abaixo o Atlas da Economia Solidária no Brasil, desenvolvido a partir do mapeamento realizado em 2005, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através da SENAES, o que foi caracterizado como uma

iniciativa pioneira no mundo para identificar as entidades que, direta ou indiretamente, participam do Movimento da Economia Solidária (BRASIL, 2006):



Figura 1 – Atlas da Economia Solidária no Brasil.  
Fonte: BRASIL, 2006.

Hoje, a evolução da idéia cooperativista, unida às demais formas associativas, bem como às ações de caráter social e solidário, convergem para a formação da Economia Solidária, onde se verifica não só as cooperativas populares, mas também outras associações como clubes de troca, bancos do povo, feiras de artesanato, redes de projetos comunitários, instâncias governamentais, entidades de apoio e fomento e demais instituições baseadas na solidariedade e cooperação.

## 2.4 Economia Solidária e a formação de uma identidade coletiva

A construção da identidade de um movimento não pode ser algo que se concretize de forma pontual, num determinado momento, ao contrário, ela deve ser uma construção contínua, uma auto-construção. A identidade será delineada a partir de fatores que acompanham o processo desde seu iniciar, como a história vivenciada pelos atores sociais, pela memória coletiva do grupo, bem como pelas relações de poder tecidas no âmbito do processo evolutivo (CASTELLS, 2002).

No que tange ao Movimento da Economia Solidária no Brasil, percebe-se uma construção de identidade que vem sendo tecida desde os primeiros momentos de sua prática, e que está vinculada a um contexto histórico de lutas e resistências contra um sistema de produção hegemônico.

No atual contexto evolutivo, a construção de sua identidade está fundamentada no reconhecimento dos valores e princípios que orientam o Movimento, tendo sido discutidos e delimitados durante o Fórum Brasileiro de Economia Solidária realizado no ano de 2003.

A idéia do Fórum partiu de discussões realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT – Brasileiro), criado com o objetivo de articular a participação nacional e internacional no I Fórum Social Mundial, ocorrido em 2001 (FBES, 2008).

O GT – Brasileiro foi constituído por doze entidades e redes nacionais, sendo elas:

- Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT);
- Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED).
- Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG);
- Cáritas Brasileira;
- Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE);
- Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE);
- Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS);
- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB);
- Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES);
- Rede UNITRABALHO;

- Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs);

A partir das diversas plenárias realizadas de 2002 a 2003 em São Paulo (I Plenária), Porto Alegre (II Plenária) e Brasília (III Plenária), foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que tem por objetivo apresentar demandas, sugerir e acompanhar a execução das políticas públicas de apoio ao Movimento.

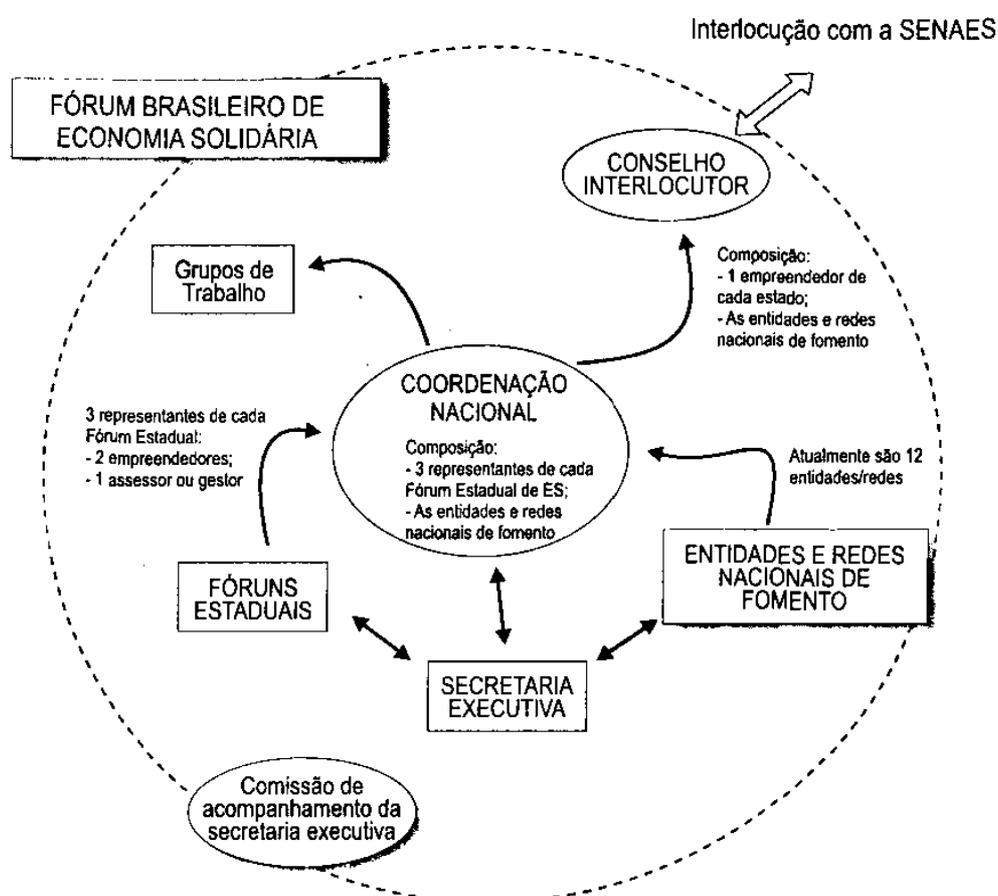


Figura 2: Estrutura do Fórum Brasileiro da Economia Solidária.  
 Fonte: França Filho, 2006.

Como produtos iniciais do Fórum, foram elaborados a Plataforma de Lutas do Movimento e a Carta de Princípios da Economia Solidária.

A Plataforma de Lutas está concentrada em sete grandes eixos que se desdobram em metas, procurando abordar questões estratégicas para o desenvolvimento e fortalecimento da Economia Solidária, estando assim distribuídos:

1. Produção, comercialização e consumo
2. Marco legal
3. Finanças solidárias
4. Educação
5. Democratização do conhecimento e tecnologia
6. Comunicação
7. Organização social

A participação de diversos atores sociais, bem como de entidades de apoio à Economia Solidária, durante as discussões que culminaram na Carta de Princípios, demonstra uma construção coletiva que deve ser entendida como a formação da identidade do movimento, estando este voltado para a cooperação, a solidariedade, a valorização social do trabalho, a criatividade tecnológica baseada na satisfação plena das necessidades de todos, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e o intercâmbio respeitoso com a natureza.

Tais valores criam o significado do movimento, e tornam-se uma referência para que os seus atores reconheçam-se enquanto formadores de uma mesma ideologia.

## **2.5 Economia Solidária e o reconhecimento de um adversário**

Pelo contexto histórico em que a Economia Solidária se desenvolve, as atuais regras de produção e distribuição bem como as relações de mercado, baseadas na competitividade e ditadas pelo sistema capitalista, tornam-se o seu principal adversário.

A partir dessa compreensão, a Economia Solidária busca a possibilidade de uma nova abordagem, procurando tornar o trabalho superior ao lucro, distribuindo com igualdade as oportunidades de crescimento.

As relações de mercado desenvolvidas no capitalismo reforçam o abismo de desigualdade social, motivando aqueles denominados “excluídos” a buscar soluções para manter-se no mercado e garantir a sua sobrevivência. As iniciativas cooperativistas e associativistas resgatam essa oportunidade, criando expectativas

de modificação do atual sistema, a partir da formação de estruturas diferenciadas que representam um novo espaço de atividade produtiva.

Apesar da grande contribuição dos Pioneiros de Rochdale, sabe-se hoje que os seus ideais já não são suficientes para garantir o sucesso de empreendimentos cooperativos, tendo em vista as constantes mudanças das relações de mercado que se transformam, contribuindo para a legitimação do sistema hegemônico que ora se observa. Nessa perspectiva, o reconhecimento do adversário passa a representar um limite ou um desafio na evolução do movimento.

Como limite, entende-se um ponto ou linha terminal, além dos quais cessa a continuidade. Por desafio, subtende-se instigar, incitar, provocar. A aceção desses dois verbetes torna-se quase que antagônicos, na medida em que o primeiro propõe um sentido de fim, enquanto o segundo é um chamado à continuidade.

Logo, o reconhecimento do adversário, pressupõe a forma de encarar a continuação da caminhada, uma vez que estes limites podem ser visualizados de maneiras diferentes, presumindo um fim ou um começo, a depender da reflexão que se faz. Se forem encarados enquanto paradigmas, tornam-se um convite a serem ultrapassados e, portanto, transformam-se em desafios.

Conseqüentemente, a atitude de reconhecer o adversário, desvincula-se de um caráter estritamente pontual para adquirir um perfil instigador, na medida em que este adversário também se transforma no decorrer do processo de evolução histórica, podendo adquirir várias feições que deverão ser reconhecidas pelo movimento.

Logo, reconhecer o seu principal adversário significa estar atento para qual caminho seguir na busca pela diminuição dos impactos provocados por ele, aquele que levará a um fim de linha, ou seja, uma fronteira que não será ultrapassada, ou aquele que será construído e reconstruído para além de suas próprias fragilidades.

## **2.6 Economia Solidária e suas metas sociais**

França Filho e Laville (2004) observam que as sociedades tradicionais priorizavam a manutenção dos vínculos sociais em relação à produção de riquezas, tornando a economia imbricada nas relações sociais. Porém, na atualidade,

presencia-se uma legitimação da economia de mercado, residindo esta em um desejo da pacificação das relações sociais, mediante a busca da satisfação dos interesses individuais.

A atual concepção de economia de mercado cria uma dissociação entre o plano econômico e o social, o que elimina o debate político das questões econômicas. Contudo, a Economia Solidária preza por um mercado pautado na economia social, criando relações que “examinam as condições, permitindo conciliar o modo de produção econômico com uma redução da pobreza que ameaça a ordem estabelecida” (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 50).

A Economia Solidária, portanto, sinaliza para uma articulação entre a economia mercantil (mercado), não-mercantil (governo) e não-monetária (dádiva) convergindo para a solidariedade que será o centro de uma relação pautada em objetivos de natureza social, política e cultural (*Ibidem*).

Essa articulação abre caminho para o desenvolvimento da proposta de uma economia plural, contudo, como ainda se mostra uma prática em construção, convive com lacunas no âmbito das políticas públicas e no controle social que transformam-se em metas societais a serem perseguidas.

Dessa forma, a Economia Solidária preza pela criação de instituições que fortaleçam a construção do marco legal para o fomento de empreendimentos solidários (*Ibidem*).

Todavia, sabe-se que um dos pontos fortes do capitalismo está em conseguir “legitimar-se e reproduzir-se historicamente utilizando-se de aspectos como a tecnologia criada sob sua égide e outras formas de alimentação do sistema” (GAIGER, 2005). O que pode acontecer também através da legitimação política, do fortalecimento de instituições que preservem o campo de atuação de interesse do capital.

Nesse sentido, ações do Estado em relação à Economia Solidária são entendidas como forma de fortalecimento do Movimento, entre elas a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego e que tem como principal desafio implementar o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Assim como inúmeros programas de governo em diversos municípios que acatam e apóiam essa iniciativa.

Por conseguinte, a criação da SENAES revela-se o início da conquista de uma meta societal que responde tanto à demanda de políticas públicas, quanto ao acréscimo de um importante agente para o fortalecimento do Movimento.

Observa-se ainda, enquanto meta societal para a Economia Solidária, a importância do controle social, desestimulado na lógica neoliberal como forma de enfraquecer o poder do Estado (TORRES, 2004). Contudo, sabe-se que o Estado é um reflexo histórico, e a sua qualidade se encontra na cidadania popular, mobilizada e organizada. Para se pensar na soberania desse Estado em relação ao mercado é preciso pensar em mudança, a partir do fortalecimento da cidadania, o que não se verifica na ideologia neoliberal (VERZA, 2000).

O atual contexto sóciopolítico em que se desenvolve a Economia Solidária impõe grandes desafios e a necessidade de ultrapassar paradigmas, como por exemplo, a introdução de ideologias neoliberais agindo na desarticulação do controle social. Isso acontece até mesmo com o uso inapropriado de alguns conceitos, passando a ser utilizados no âmbito das ações de caráter privado e público, e que tendem a ser reproduzidos nas práticas solidárias, confundindo-as com as estratégias de autopromoção da economia de mercado.

Como exemplo, observa-se a utilização do termo “eficiência” que, segundo Gaiger (2005), refere-se, dentro da ideologia do mercado, apenas aos aspectos quantificáveis, desprezando o lado social da produção. Enquanto que na Economia Solidária, esse mesmo termo vai considerar aspectos inerentes à questão social, como qualidade de vida, satisfação de objetivos culturais e éticos-morais.

Pode-se citar ainda o termo “empreendedorismo” que, conforme Moraes (2001) remete a um elemento básico do sistema capitalista, vez que representa a função empreendedora do indivíduo, movendo-se orientado por um planejamento baseado na idéia de concorrência e numa complexa divisão social do trabalho.

O mesmo que Harvey (2004) denomina de “empreendimentismo”, quando o associa com um individualismo possessivo na medida em que,

a inovação e a especulação criativos podem florescer, embora isso também implique uma proliferação fragmentação de tarefas e responsabilidades, bem como uma transformação necessária das relações sociais que chega a ponto de forçar os produtores a ver os outros em termos puramente instrumentais” (HARVEY, 2004, p. 100).

Enquanto na Economia Solidária, esse termo aponta para a existência de um empreendedorismo social, onde se visualiza a criação de novos espaços sociais e econômicos, baseados na coletividade. Nessa re-significância do termo está a produção de bens e serviços, com o objetivo principal de solucionar problemas sociais e que, ao invés de ser direcionado para mercados, responde às necessidades dos segmentos populacionais em situações de risco social, conforme assinala Melo Neto ao afirmar:

Empreendedores sociais são pessoas que trazem aos problemas sociais a mesma imaginação que os empreendedores do mundo dos negócios trazem à criação de riqueza. Os empreendedores têm idéias ao identificarem oportunidades. Os empreendedores sociais buscam soluções inovadoras para os problemas existentes e potenciais (MELO NETO, 2002, p. 9)

Isso revela uma perigosa articulação da economia de mercado, quando é vista como um modelo de funcionamento para as demais instituições sociais, particularmente àquelas ligadas à administração pública (MORAES, 2001), e que as instituições do não - mercado (poder público) acaba tomando para si na iminência de corrigir falhas inerentes à sua realidade.

Esse mesmo risco ronda as práticas da Economia Solidária que assim como a administração pública, carece de desenvolvimento de ferramentas próprias, baseadas numa realidade que deve responder, acima de tudo, aos interesses sociais e não aos interesses individuais, como quer a economia de mercado.

Portanto, mudar o contexto sociopolítico que envolve a Economia Solidária, representa a principal meta societal de seus atores, que precisam movimentar-se em meio a contradições de ordem política, cultural e estrutural, reconhecendo-se como propagadores de uma ideologia voltada para a solidariedade e cooperação, a fim de conquistar o seu espaço.

## **2.7 O Movimento da Economia Solidária**

Como lembra Gohn, existem muitas variáveis intrínsecas a uma ação coletiva a fim de caracterizá-la enquanto movimento social. Segundo ela, “suas perspectivas,

estrutura interna, contradições, limites e possibilidades e suas relações com a cidade e com o Estado” (2007, p. 190).

Castells (2002) afirma que os movimentos sociais devem ser compreendidos em seus próprios termos, ou seja, são o que dizem ser, suas práticas formam sua autodefinição.

No Brasil, o fortalecimento dos Movimentos Sociais aconteceu na década de 1980, juntamente com o processo de redemocratização e, conseqüentemente, a construção de novos espaços de participação para a realização dessa democracia participativa.

Nesse sentido, a questão democracia – participação tornou-se grande incentivo para o fortalecimento dos Movimentos já existentes, bem como para a formação de novos Movimentos que se organizaram em busca de participação e construção de uma identidade, capaz de criar um reconhecimento público de sua luta.

A realização de vários Fóruns Globais, a exemplo da Eco/92, Fórum Social Mundial, entre outros, fizeram com que a sociedade civil iniciasse uma articulação no sentido de fazer-se representar através dos seus diversos Movimentos Sociais, o que originou a formação de redes, capaz de criar um diálogo entre estes Movimentos, como afirma Sherer-Warren:

Esses Fóruns Globais levaram à articulação das organizações civis através de fóruns locais e nacionais, com vistas a uma preparação de suas representações nessas conferências. Das preparações para a Eco/92, realizada no Brasil, originou-se o Fórum de ONGs e Movimentos Sociais, que teve continuidade para além do evento através da multiplicação dos Fóruns e das Agendas 21 locais. Surgia nas várias temáticas o estímulo às parcerias entre sociedade civil e poder público, e com vistas ao empoderamento da esfera civil articularam-se nacionalmente (SHERER-WARREN & LÜCHMANN, 2004, P. 16).

A Economia Solidária, portanto, emerge na década de 1990 como um Novo Movimento Social, buscando a sua participação no processo de redemocratização e construção de espaços públicos alinhados com suas reivindicações. Podendo ser identificado através de um contexto histórico que lhe dá sustentação; uma reivindicação que atravessa séculos por conta da hegemonia do atual sistema de produção; um trabalho acompanhado por assessorias formadas por poder público, universidades, organizações não-governamentais, sindicatos e agências de

financiamentos; uma cultura baseada em valores e princípios que devem ser observados pelos atores que a formam; e uma estrutura interna bem definida, que conta com diversos espaços de discussões formais ou informais, nas diversas esferas, com representação política no governo e integrado por um conjunto de entidades que formam a sua rede.

Enquanto parceiros, conta com a simpatia de grandes sindicatos como o dos Metalúrgicos do ABC Paulista, além de grandes movimentos a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Programas de governos e agências de fomento, como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e a Cáritas, ligada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB (SINGER E SOUZA, 2000).

As metas societais tornam-se desafios no atual contexto sociopolítico em que se insere, a fim de serem superados na busca pela edificação e fortalecimento do Movimento.

Baseada na lógica do conhecer, aprender e transformar, a Economia Solidária se reveste dos pressupostos necessários para ser entendida enquanto movimento de transformação social, estando alinhada com a construção de uma identidade coletiva, o reconhecimento de um adversário e metas societais a serem alcançadas. Dessa forma, busca a construção de um espaço de participação através da parceria com o Estado, que atua na formulação de políticas públicas a fim de contribuir para o seu fortalecimento.

Contudo, a perspectiva de alinhar as razões do Movimento a uma possível atuação do Estado, enquanto parceiro na construção desse espaço, requer a formulação de políticas públicas em nível municipal, estadual e federal, capaz de responder às necessidades do Movimento, vez que este age no sentido de proporcionar uma emancipação social e coletiva, buscando benefícios não só para o Movimento, mas também para o desenvolvimento local.

Logo, o capítulo III abordará os desafios vivenciados pelos governos municipais na formulação dessas políticas, a fim de atuar enquanto parceiro do Movimento da Economia Solidária.

## CAPÍTULO III

### **3 MUNICÍPIOS ENQUANTO AGENTES PROPULSORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS**

Uma das bandeiras do Movimento de Economia Solidária está na construção de espaços públicos de participação, o que reflete a necessidade de um diálogo entre Movimento e Poder Público para a criação desse espaço. Considerando que as iniciativas de caráter solidário promovem emancipação social e coletiva, em muitos municípios elas tornam-se pauta das agendas de governo, a fim de fomentar um modelo endógeno de desenvolvimento.

Contudo, tais ações nem sempre respondem às verdadeiras necessidades do Movimento, ou até mesmo caracterizam-se por medidas assistencialistas, que ao invés de propor o fortalecimento e desenvolvimento dessas iniciativas, contribui para a construção de uma identidade legitimadora, criando uma relação de dependência deste ao poder público. Logo, a criação desses espaços de participação deve estar alicerçada em políticas públicas sociais que respondam às reais necessidades do Movimento.

Devido ao fato da Economia Solidária ainda se tratar de experiências recentes no país (FRANÇA FILHO, 2006), cabe uma análise de fatores que concorrem para a efetividade de tais políticas, ou seja, o que são as políticas sociais, como elas evoluem historicamente, quais as prerrogativas do poder público municipal na formulação dessas políticas e o que tem sido feito em relação às políticas públicas sociais para a Economia Solidária, conforme se verá nas seções seguintes.

#### **3.1 Políticas públicas sociais: conceito e evolução histórica no Brasil**

Para melhor compreensão do conceito de políticas públicas sociais, é necessário um retorno a diversas interpretações do significado de políticas públicas, proferidas por vários autores que se ocupam dessa questão.

Para Lahera (2002. p. 13) políticas públicas “corresponden al programa de acción de una autoridad pública o al resultado de la actividad de una autoridad investida de poder público y de legitimidad gubernamental”.

O autor faz ainda outra distinção quando dissocia políticas de governo e políticas de Estado, sendo aquelas compreendidas como as políticas de um único governo, enquanto estas são interpretadas como as ações que transcendem a um período específico delimitado por um governo, tornando-se direitos constituídos.

Flexor e Leite (2007) chamam atenção para o fato de que o termo políticas públicas não se refere necessariamente às políticas de Estado, na medida em que também incluem demais ações igualmente públicas, porém provenientes de instituições não-governamentais ou Movimentos Sociais.

Faleiros (1995) trata do estudo das políticas públicas de caráter social, e as conceitua como a natureza da intervenção do Estado, suas intenções, devendo ser entendidas como o “Estado em ação” na medida em que implanta projetos de governo, programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Neste mesmo sentido, Höfling (2001) considera as políticas públicas como ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, e que representam uma redistribuição de benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico, nesse caso, passam a ser denominadas políticas públicas sociais.

Souza (2007) lembra que estudar políticas públicas significa o esforço na tentativa de explicar a natureza da política analisada, bem como de seus processos, logo, busca responder questões como “por quê” e “como”. Já as pesquisas em políticas sociais têm o foco na consequência da política, ou seja, o que ela faz ou fez.

Estudos sobre política pública não focalizam necessariamente o conteúdo substantivo da política, daí porque não assume importância fundamental o objeto da política pública, dado que qualquer produção do governo em qualquer área/setor pode ser tomada como ilustração do processo. Estudo sobre política social, ao contrário, são demarcados pelo objeto da política pública, focalizando, sempre, as questões que a política busca “resolver”, os problemas da área e seus resultados (SOUZA, 2007, p. 71).

A formulação de políticas públicas sociais no Brasil está atrelada às várias redefinições do papel do Estado, bem como à natureza de suas relações com a sociedade.

Desta forma, enquanto predominou o caráter liberal do Estado, até a década de 1930, momento em que não se presenciava uma atuação deste no sentido de regular as relações de mercado, em que o Estado prestava-se, estritamente, a atender aos interesses de uma camada extremamente reduzida da sociedade, formada por oligarquias, não se pode conceber a formulação de políticas públicas sociais (PINHO, 2001).

Mais tarde, entre as décadas de 1930 a 1970, com a crise do Estado Liberal e advento do Estado do Bem Estar Social na América do Norte e Europa, percebeu-se uma redefinição do papel do Estado, passando a responder pela superação das necessidades sociais, a partir da criação de um sistema de proteção social (*Ibidem*).

Existem vertentes que negam a existência de um Estado de Bem Estar Social no Brasil, nos moldes implantados na América do Norte e Europa (MATIAS-PEREIRA, 2006; MEDEIROS, 2001), por conta do sistema de proteção social construído, ter tido um caráter redistributivo limitado, em um ambiente de autoritarismo isolado da participação popular para a sistematização de programas sociais, capaz de responder à verdadeira necessidade da sociedade. O resultado foram políticas sociais conservadoras, que visavam desarticular o movimento dos trabalhadores, através de uma relação corporativista com os sindicatos (BARCELLOS, 1983 *apud* MEDEIROS, 2001).

Neste contexto, políticas públicas sociais foram formuladas no sentido de responder a uma provisão social, porém ainda por via de políticas centralizadas, estando as unidades subnacionais subordinadas às políticas de cunho estadual e federal.

Com a falência do Estado de Bem Estar Social, a partir da década de 1980, o Estado passou por uma nova redefinição, porém agora, com a denominação de Estado Neoliberal, age no sentido de diminuir a sua atuação transformando-se em um agente regulador dos interesses do mercado.

Outrossim, a descentralização transformou-se em alternativa para a diminuição da sobrecarga criada pelo sistema de proteção social implantado no Brasil, além de marcar o fim de um Estado Ditatorial que prevaleceu entre as décadas de 1960 a 1980. Dessa forma, o processo de redemocratização e a descentralização político-administrativa, impulsionada pelo federalismo, tornaram-se realidade na década de 1990 (ARRETCHE, 2000).

Ainda nesse período, em nível mundial, presenciou-se uma nova concepção para a idéia de desenvolvimento, o que também refletiu na proposta de formulação de políticas públicas sociais, vez que durante muito tempo acreditou-se que o desenvolvimento de um país restringia-se às suas possibilidades de crescimento econômico (VEIGA, 2005), o que fazia com que o foco da formulação de políticas públicas refletisse um pensamento macro, sem antever possibilidades de participação dos agentes subnacionais. Conforme aponta Capistrano quando diz:

Grande parte das resistências que apresentamos à valorização do poder local, do municipalismo e do federalismo tem a ver com essa tradição. Uma das formas de sobrevivência desse pensamento é essa idéia de que política econômica é um assunto que diz respeito à União, diz respeito ao país. Eu me lembro que na primeira 'safra' de prefeituras, quando se falava em o município pensar a questão do desenvolvimento econômico, se dizia: mas o que você está querendo fazer? Você é louco? É uma política contra-hegemônica a partir do poder local? Isso não existe. O município não tem iniciativa no campo econômico. O estado também não tem. Quem tem é a União (CAPISTRANO, 2002, p. 108).

Essa forma de se conceber o desenvolvimento de um país foi praticamente unânime por um bom tempo, até a publicação oficial, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, do Relatório do Desenvolvimento Humano – RDH em 1990, propondo uma agenda de temas relevantes, ligado ao desenvolvimento, incluindo aí a formulação de políticas públicas em nível local ou regional (VEIGA, 2005).

Tal proposta baseou-se na idéia de que para aferir o desenvolvimento seria necessário visualizar não somente a dimensão econômica, mas também aspectos que refletissem diversas características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana (PNUD - IDH, 2007).

Na década de 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), passou a fomentar projetos visando o desenvolvimento humano sustentável, definindo o ser humano como agente e sujeito do próprio desenvolvimento. A apresentação do Programa trouxe como justificativa de suas ações:

Em resposta ao compromisso dos líderes mundiais de atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio, o PNUD adota uma estratégia holística, com maior ou menor foco em cada um dos temas seguintes, respeitando as especificidades de cada país: a permanente promoção da governabilidade democrática, o apoio à

implantação de políticas públicas e ao desenvolvimento local integrado, a intervenção para a prevenção de crises e a recuperação de países devastados, a utilização sustentável da energia e do meio ambiente, a disseminação da tecnologia da informação e comunicação em prol da inclusão digital e a luta contra o HIV/AIDS e suas seqüelas individuais, familiares, comunitárias e sociais (PNUD, 2007).

Logo, o conceito de desenvolvimento evolui a partir de uma visão apoiada no conceito de sustentabilidade (VEIGA, 2005), não podendo ser mensurado estritamente segundo PIB ou renda *per capita*, como era feito há décadas, mas sim, através de uma ampla análise que incluiu aspectos até então subestimados por análises anteriores.

Nessa perspectiva, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse novo instrumento serviu como balizador para a formulação de políticas públicas sociais, além de ser uma importante ferramenta para a criação de metas e planos governamentais.

A partir de então, conceitos como endogenia, capital social (MORAIS, 2003), gestão de desenvolvimento local (RAMOS & MARINO, 2004), desenvolvimento sustentável (VEIGA, 2005), iniciaram uma nova fase na evolução do conceito de desenvolvimento.

Diante desse novo contexto em âmbito nacional (federalismo e descentralização político-administrativa), e internacional (nova perspectiva para o desenvolvimento das nações), a formulação de políticas públicas passou a ser proposta a partir das realidades regionais e locais, fazendo com que a sua formulação acontecesse no âmbito dos espaços subnacionais (ARRETCHE, 2000).

O chamado à formulação de políticas públicas, a partir dos espaços subnacionais, reflete o sentido de endogenia, o que tem sido amplamente utilizado para resgatar o compromisso com as especificações particulares de determinadas regiões, considerando a cultura e a capacidade de agentes locais, como forma de fortalecer essas economias, além de ajustar as potencialidades locais às suas respectivas necessidades, representando uma solução para a geração de ocupação e renda de determinados municípios (AMARAL FILHO, 1996).

### 3.2 Requisitos para formulação de políticas públicas sociais viáveis no âmbito dos espaços subnacionais

A partir da década de 1990, foram propostos no âmbito de políticas nacionais, projetos de desenvolvimento local que criaram um espaço propício para o exercício da democracia e participação popular. Sobre esse novo aspecto das políticas públicas sociais, Bava afirma:

possibilidade de articular, por um lado, a partir de iniciativas dos governos locais, um conjunto heterogêneo de forças sociais locais, em torno de um projeto comum e, por outro, direcionando essa energia para o aproveitamento das oportunidades locais (BAVA, 1996 *apud* FISCHER, 2002, p. 279).

Logo, a exeqüibilidade<sup>3</sup> de políticas públicas sociais estratégicas, está condicionada à identificação e relacionamento entre os diversos atores envolvidos no processo de formulação dessa política, conforme assinala Cunha:

...pode-se perceber a mobilização de grupos representantes da sociedade civil e do Estado que discutem e fundamentam suas argumentações, no sentido de regulamentar direitos sociais e formular uma política pública que expresse os interesses e as necessidades de todos o envolvidos (CUNHA, 2003).

O processo de redemocratização implantado no Brasil, a partir da Constituição de 1988, inseriu a participação popular na gestão pública, fomentando um diálogo entre o poder público, enquanto gestor das políticas sociais, e a sociedade, vista enquanto ator ou sujeito desse processo.

Fica então caracterizada a importância da ação coletiva, que se refere à participação de setores da sociedade civil para a formulação de políticas públicas de interesse local, podendo ser visualizado nos conhecidos orçamentos participativos.

Essa parceria entre agentes e atores deve estar alicerçada no fortalecimento da autogestão, a fim de que aja participação efetiva de todos os setores da

---

<sup>3</sup> Segundo Lahera (2002) políticas exeqüíveis são aquelas formuladas a partir de minuciosa análise de suas possibilidades, precedidas de declarações que se transformam em ações – práxis – do poder público, coerentes com os recursos e estrutura do governo. Dessa forma garante-se a exeqüibilidade das políticas públicas, ou seja, a sua viabilidade, capaz de transformá-la em realidade a partir da verdadeira necessidade da sociedade.

sociedade, de forma que as decisões não se resumam a poucos grupos envolvidos no processo (TENÓRIO & ROZENBERG, 1997 *apud* PINHO & SANTANA, 2002).

Outrossim, existem demandas nos espaços subnacionais que passam a constituir preocupações relacionadas à tarefa de construção das ações e formulação das políticas públicas sociais para o desenvolvimento local, e que se observadas, podem representar um fator de emancipação política, econômica e social. Tais demandas se caracterizam como: cultura cívica, processo de avaliação e pensamento sistêmico.

### **3.2.1 Cultura Cívica**

Uma questão altamente relevante conforme aponta Arretche (2000) está na cultura cívica, entendida como a natureza das relações entre o Estado e a Sociedade, observada no interior de um país, ou seja, nos espaços subnacionais. Também identificado por Putnam (2000) como cultura política, em sua maioria essa relação não acontece de forma homogênea, modificando a natureza das relações entre sociedade civil e seus governos, o que implica no processo de formulação das ações públicas sociais e sua viabilização.

Vistas desse ângulo há que se considerar o nível de institucionalização existente no Estado (em relação às esferas subnacionais), o que vai influenciar a forma como se constroem essas políticas públicas sociais.

Tais instituições devem ser entendidas enquanto formais e informais, entendendo-se como instituições formais aquelas formas estruturais da comunidade política, à qual costumeiramente chamam-se de Estado. Ao passo que as instituições informais representam os códigos de conduta, normas de comportamento e convenções, adquiridas e transmitidas socialmente como componentes da herança cultural de uma sociedade (CARDOSO, 1995; PEREIRA, 2005).

Uma vez que essas instituições serão responsáveis pela formulação das políticas públicas sociais, cabe acrescentar a forma como elas se organizam no âmbito dos espaços subnacionais do Brasil. Considerando que no decorrer do processo histórico do país, foram sendo criadas instituições diversas, respondendo

ao contexto de sua época, além de que as instituições informais podem tornar o curso de algumas políticas mais fáceis do que outras (SOUZA, 2007).

Para Nunes (2003) é possível visualizar no processo de evolução da sociedade brasileira, quatro padrões institucionalizados de relações que estruturam os laços entre a sociedade e as instituições formais (Estado), e que são responsáveis pelo nível de cultura política presente nos espaços subnacionais, sendo eles: o clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos.

O clientelismo deve ser entendido enquanto patrimonialismo, tradição secular no Brasil, onde não se consegue diferenciar o que é público do que é privado. Esse comportamento denota uma política clientelista vivenciada principalmente (mas não somente) nas décadas anteriores a 1930.

O corporativismo, assim como o clientelismo, é um instrumento de legitimidade política e vai se fazer presente mais especificamente a partir da década de 1930. Esse tipo de relação torna-se um forte instrumento de controle político, intermediação de interesse e atrelamento do trabalho ao Estado. Ao contrário do clientelismo, o corporativismo baseia-se em códigos formais e legalizados.

O insulamento burocrático torna-se uma estratégia contra o clientelismo e o corporativismo, na medida em que se utilizando de uma burocracia rígida, forja-se uma proteção das estruturas formais (através da criação de agências) contra a influência política dos partidos que atuam enquanto oposição.

Por fim o universalismo de procedimentos, sugerindo a existência de uma forma de relacionamento entre Estado e sociedade que acontece de maneira impessoal e individualizada. De acordo com esse padrão, existe um controle baseado em normas e instituições que podem ser utilizadas pelos indivíduos, “ou a eles aplicadas, ao elegerem representantes, protegerem-se contra abusos de poder pelo Estado, testarem o poder das instituições formais e fazerem demandas ao Estado” (*Ibidem*, p. 23).

O universalismo de procedimentos cria oportunidade para o exercício da democracia, pois prevê liberdade, além de prezar pela transparência dos atos públicos.

A construção de políticas públicas vai obedecer à forma de relacionamento Estado x Sociedade Civil, bem como às características que envolvem essa relação, ou seja, pressupondo no espaço público vestígios de clientelismo, corporativismo,

insulamento burocrático ou universalismo de procedimentos, que vão representar o nível de cultura cívica da região. São aspectos importantes a serem considerados no âmbito da formulação de políticas públicas sociais estratégicas, capaz de contribuir de fato para o desenvolvimento local.

### **3.2.2 Processo de Avaliação**

Considerando a formulação de políticas públicas sociais estratégicas, que denotem exeqüibilidade (LAHERA, 2002), é importante antever uma forma de gestão que esteja comprometida com os resultados (Cunha, 2003). Logo, alinhar a construção das políticas públicas sociais, com um processo de avaliação capaz de assegurar a eficácia dessas ações. Para tanto, faz-se necessário buscar uma forma de avaliação pautada num pensamento sistêmico, onde o todo sempre representará mais que a soma das partes, entendendo, portanto, que num processo dessa natureza, as etapas se complementam e interagem, criando um ambiente seguro para o sucesso da política.

Nesse âmbito, Roesch (2002) aborda a importância do processo de avaliação no desenvolvimento dos programas, projetos e ações que configuram as iniciativas de desenvolvimento local. Parte, portanto, da idéia de que os órgãos públicos possuem uma fraca cultura de avaliação, o que a autora denomina “esquecimento organizacional”, numa analogia à questão da aprendizagem organizacional.

A ausência de avaliações eficazes reflete na continuidade efetiva dessas ações, visto que raramente os projetos sociais são concebidos de forma a tornar sua avaliação exeqüível, e quando experimentam a etapa da avaliação, o fazem em termos de indicadores de processos que se referem à cobertura do projeto, retornando dados quantificáveis, deixando de lado a análise do seu impacto como, por exemplo, o índice de erradicação da alfabetização ou a diminuição da pobreza (*ibdem*).

Sobre essa ótica, Silveira (2002) situa a problemática do processo de avaliação das experiências do desenvolvimento local, como um desafio que vai exigir a construção de indicadores capaz de refletir as especificidades de cada local.

As avaliações não podem estar atreladas a indicadores gerais, quando representam parte de um sistema que se insere num contexto maior, que o modifica, por isso, o desafio de construir indicadores que traduzam essas particularidades dentro da ótica de uma visão sistêmica.

### **3.3 A descentralização municipal e a formulação das políticas públicas sociais**

No âmbito da evolução histórica rumo ao governo democrático, a VI Constituição Brasileira, promulgada em 1988, assentou-se na redemocratização do Estado e revisão da forma federativa do país. Nesse contexto, os municípios foram elevados à categoria de ente federativo, com autonomia política, administrativa e financeira, de forma a transformar-se num importante agente propulsor do desenvolvimento regional (FONSECA, 2005).

A partir da descentralização, percebe-se uma re-significância do papel do município que até então era totalmente dependente do Estado, além de tomar força o discurso sobre a importância destes enquanto agentes do desenvolvimento regional, capaz de contribuir para a diminuição das desigualdades em âmbito local, através do diálogo entre o poder público e os setores que venham a ser atingidos pelas políticas públicas municipais.

Conforme Torres (2004, p. 126),

A idéia que está implícita no federalismo é uma relação articulada e harmoniosa entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, todos cooperando e combinando forças para, de maneira descentralizada, prestar os serviços públicos, garantir a ordem social e atender às mais variadas necessidades da população.

E foi visando à participação popular aliada ao poder público na solução dos problemas locais, que os municípios ocuparam o lugar de agentes propulsores do desenvolvimento local, para tanto recebendo autonomia nos sentido de formular suas próprias políticas públicas sociais.

Contudo, esse novo papel a ser desenvolvido pelos municípios, atrelou-se a um nível institucional capaz de servir como base para a construção de tais políticas sociais. As dificuldades recaíam sobre a evidência de um cenário complexo no que

se refere aos espaços subnacionais, considerando que o país mal acabava de sair de um período ditatorial, passava por um processo delicado de redemocratização a partir do federalismo, vivia a realidade de uma administração pública burocrática, permeada pelas mazelas do patrimonialismo, caracterizando relações clientelistas e corporativistas no âmbito do espaço público, com grande concentração do poder político, além de verificar-se um processo altamente acelerado de emancipações municipais.

Nesse ínterim, o Brasil passou ainda por uma mudança estrutural na esfera da administração pública, na medida em que se procurou deixar para trás as mazelas de uma administração altamente burocrática e partir para uma proposta de busca da eficácia no serviço público, bem como o redesenho das relações institucionais entre comunidade, governo e empresas (MELO NETO, 2002), o que pode ser caracterizado como uma tentativa de implantação do universalismo de procedimentos.

Vale lembrar que, em relação aos municípios, o processo de modernização da administração pública esbarrou em dificuldades pontuais, até mesmo por conta de todas as dificuldades já citadas anteriormente dentro do contexto no qual o país estava inserido. Isso é visível no comentário de Torres (2004, p. 86) quando ele diz:

O processo de transferência de responsabilidades e atribuições para os municípios tem encontrado forte estrangulamento na precária, sucateada, ineficiente e desmotivada burocracia pública municipal. Inequivocamente, dos três níveis do governo, o municipal é o que encontra as maiores dificuldades na implantação de uma estrutura burocrática eficiente e apta a desenvolver as importantes políticas públicas que lhe foram atribuídas pela Constituição Federal de 1988.

Isso posto, percebe-se a dificuldade de se implantar uma estrutura burocrática eficiente que culminasse com o nascimento de políticas públicas sociais estratégicas.

Contudo, a nova forma de se pensar a administração pública passa a priorizar resultados, visão, missão, planejamento estratégico e administração participativa e, em alguns municípios, esses fatores passaram a ser prerrogativas para o desenvolvimento, principalmente naqueles onde o advento de novas gestões políticas estava pautado em mudanças (SARRIA ICAZA, 2006).

O histórico da descentralização torna claro que muitos municípios poderiam não estar preparados para sua nova realidade, principalmente nas regiões mais

carentes, muitas das quais ainda não conseguiram se libertar da sombra do clientelismo e da herança de uma administração pública patrimonialista. Esses municípios, geridos por um poder público sem consciência da importância de sua atuação na resolução das adversidades locais, ainda esperam pela ajuda do Estado ou da União, justamente por não terem experimentado um processo evolutivo em direção ao verdadeiro sentido da democracia representativa em sua história (FONSECA, 2005).

O caminho para a formulação de políticas públicas sociais viáveis e exeqüíveis que atendam à necessidade de valorização e emancipação do ser humano, no âmbito dos espaços subnacionais, torna-se dependente de fatores tais como: nível das instituições existentes no âmbito do espaço público, presença de clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalidade de procedimentos nessas instituições, capacidade técnica para elaboração, aplicação e avaliação das políticas públicas, nível de diálogo existente entre o poder público e a sociedade civil, capacidade financeira, bem como estratégias de arrecadação que torne o município em parte independente para a concretização de suas ações, entre outros requisitos dos quais dependerá o sucesso ou fracasso das políticas públicas sociais.

### **3.4 Políticas públicas sociais para o fortalecimento do Movimento da Economia Solidária nos espaços subnacionais**

Enquanto campo de práticas ainda em construção, que não estão unicamente voltadas para uma economia mercantil e que retoma o diálogo entre a economia e a política como forma de sustentação de seus interesses, o Movimento da Economia Solidária tem como desafio construir bases sólidas no âmbito das políticas públicas sociais, do “agir no espaço público”<sup>4</sup> que, segundo França Filho (2004), é uma forma de conciliar o projeto de uma Economia Solidária com a esfera política e econômica concomitantemente.

---

<sup>4</sup> Expressão utilizada por França Filho (2004) na defesa da inclusão da proposta de Economia Solidária no âmbito das políticas de Estado.

A construção dessas bases passa pela formulação, implementação e avaliação dessas políticas nos espaços subnacionais, que representam o território de realização da Economia Solidária.

Apesar das dificuldades enfrentadas por muitos municípios após a descentralização político-administrativa, é visível a ampliação do espaço público orientada pela busca da democratização política e social a partir da década de 1990 (COHN, 1998).

Nesse contexto, surgem espaços de participação na esfera pública, lugar onde são acolhidas as reivindicações de movimentos populares que já tinham uma caminhada em direção à luta pela diminuição das injustiças sociais, como é o caso dos segmentos da Igreja Católica, a exemplo das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, década de 1960 (CNBB, 1973), os Movimentos Seculares<sup>5</sup> e Movimento Sindical, década de 1970 (ALVES, 1987), Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, década de 1980 (NAVARRO, 2005) que vêm fortalecer o diálogo com o poder público e passam a desenvolver, juntos, ações de interesse da Economia Solidária (SARRIA ICAZA, 2006).

Diante disso, questões como gestão municipal comprometida com resultados, cultura cívica e autonomia dos Movimentos, tornam o ambiente sócio-político favorável ao desenvolvimento de ações voltadas para a Economia Solidária. Como exemplo, observa-se a viabilização de programas desenvolvidos pela gestão municipal de Porto Alegre, em parceria com movimentos sociais na década de 1990. Devido à sua tradição e história política (GAIGER, 2006), as ações tiveram retorno positivo e foram aos poucos sendo disseminadas para outros municípios do Rio Grande do Sul, até encontrar apoio na agenda de governo em nível Estadual no período de 1999 a 2002 (*ibidem*).

Conforme aponta Gaiger (2006), o sucesso dos programas relacionados à viabilização de ações favoráveis à Economia Solidária no Estado do Rio Grande do Sul, está diretamente ligado a uma escolha política de modelo de desenvolvimento, no sentido de que a agenda de governo priorizou uma política de desenvolvimento endógeno, de acordo às potencialidade de cada uma das regiões do Estado. Logo,

---

<sup>5</sup> Conforme aponta Alves (1987) são associações cívicas que não dependem do Estado no sentido financeiro e administrativo, a exemplo das associações de moradores, associações de bairro, associações comunitárias, entre outras.

houve uma convergência nas intenções do poder público com um movimento popular que já vinha lutando por um espaço de participação.

Outrossim, a política de viabilização dessas iniciativas a partir de um plano de desenvolvimento local, foge à armadilha de apresentar-se enquanto práticas assistencialistas (SARRIA ICAZA, 2006).

A evolução das ações de apoio ao Movimento da Economia Solidária, do nível estadual, mais precisamente no Rio Grande do Sul, para a esfera Federal, aconteceu com o advento dos partidos “de esquerda” na Presidência da República, dando início a uma proposta de viabilização da Economia Solidária, a partir de parcerias com os espaços subnacionais, divulgando ainda mais o Movimento em todo o país.

A intenção do Governo Federal com essa iniciativa foi viabilizar uma política de geração de ocupação e renda, de combate à pobreza e de inclusão social (BRASIL, 2007). Para tanto, o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE criou parcerias com outros Ministérios e Secretarias, a exemplo do Ministério de Desenvolvimento Agrário, Secretarias Especiais de Pesca e Aqüicultura, entre outras, além de estabelecer parceria com a Fundação Banco do Brasil, Estados e municípios disponibilizando recursos orçamentários para fomento de empreendimentos voltados aos objetivos da Economia Solidária, a exemplo das associações e cooperativas.

O apoio do Governo Federal à implantação de políticas de fortalecimento da Economia Solidária, passou a se concretizar através das prefeituras, universidades, agências de financiamento e demais instituições que se tornaram assessoras e parceiras do Movimento.

Diante do interesse governamental em viabilizar a Economia Solidária, os empreendimentos populares solidários ganharam visibilidade nas demais regiões do país, propiciando oportunidades para os setores excluídos do atual sistema.

Entretanto, as esferas subnacionais possuem prerrogativas para a viabilização dessas políticas, o que faz com que o sucesso do apoio oferecido ao Movimento da Economia Solidária esteja condicionado às questões específicas de cada região, a exemplo do nível de controle social existente e a forma como são propostas, vez que podem afastar-se dos planos de desenvolvimento regional, para

resumir-se em ações assistencialistas ou até mesmo em legitimidade política do grupo que está no poder, conforme afirma Sarria Icaza (2006, p. 180)

Nessa perspectiva, a organização dos próprios atores envolvidos nos empreendimentos econômicos solidários é um dos desafios importantes colocados para a economia solidária, que não pode ser reduzida nem a uma política de assistência a setores empobrecidos, e nem a compromissos de determinados governos com os grupos a eles ligados, mas como espaços legítimos de disputa e construção de novos modelos econômicos e sociais.

Em relação à Economia Solidária, o assistencialismo caracteriza-se por ações voltadas para os setores mais carentes, a fim de propor condições básicas de sobrevivência. Tais ações limitam-se a metas materiais imediatas e não possuem um planejamento, ou seja, apenas vão respondendo às circunstâncias do momento. Essas iniciativas giram em torno de aprendizado de ofícios manuais, sem possuir maior pretensão econômica. Por conseguinte, se acomodam e não desenvolvem um processo de educação e desenvolvimento de lideranças, tornando-se dependentes de ações paternalistas, favores e facilidades por parte do poder público, tais como insumos, equipamentos e espaço físico (GAIGER, 2000).

Assinala-se ainda desafios relacionados à construção e desenvolvimento destas políticas, pois conforme aponta Gaiger (2006), torna-se necessário “relativizar os modelos de intervenção a fim de submetê-los a uma racionalidade política que vise dar respostas mais amplas, de acordo com as necessidades dos diversos setores aos quais ela se vê confrontada” (*Ibidem*, p. 229). Nesse sentido é comum encontrar modelos incompatíveis com o universo da Economia Solidária, impedindo que ela se desenvolva a partir de linhas de propulsão confluentes.

## CAPÍTULO IV

### 4 O MOVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo, decorrente da realização da pesquisa documental e aplicação dos instrumentos de entrevista semi-estruturada e preenchimento de formulários. O levantamento apresentado a seguir aconteceu entre o período de julho de 2007 a agosto de 2008 e sua apresentação será realizada em quatro seções, conforme descrito abaixo:

- A primeira seção traz a caracterização sócio-política do município de Vitória da Conquista, tendo sido realizada a partir de pesquisa bibliográfica e documental.
- A segunda seção aborda as ações da Prefeitura Municipal, em relação ao apoio oferecido às iniciativas populares solidárias no município, durante o período de 1997 a 2007, realizada através de instrumento de entrevista semi-estruturada com os gestores municipais.
- A terceira seção apresenta as seis entidades escolhidas para compor a amostra da pesquisa de campo, cujos parâmetros foram a caracterização das iniciativas segundo os princípios da Economia Solidária, bem como a realização de atividade produtiva. Os dados foram levantados a partir de dois instrumentos, sendo o primeiro uma entrevista semi-estruturada com os diretores dos empreendimentos populares solidários, e o segundo, através de preenchimento de formulários com os associados desses empreendimentos. Para demonstrar os dados levantados com os associados de cada empreendimento, foram apresentados gráficos em forma de barras empilhadas com aspecto cilíndrico, capaz de sintetizar até quatro questões propostas no formulário de pesquisa, com exceção da Instituição Banco do Povo, em que os dados foram demonstrados a partir de gráficos em forma de pizza, propondo uma melhor visualização das informações obtidas. Ao final

da apresentação de cada empreendimento, foi realizada uma análise dos pontos principais para a comprovação das hipóteses da pesquisa.

#### **4.1 Caracterização sócio-política do município de Vitória da Conquista**

Vitória da Conquista, município com aproximadamente 310.000 habitantes, está situada na Região Sudoeste da Bahia a uma distância de 509 km da capital Salvador. Polariza uma região envolvendo mais de vinte municípios do sudoeste baiano e norte de Minas Gerais, tornando-se um reconhecido centro educacional, comercial e de saúde, atraindo pessoas e empresas dessas localidades. A sua localização privilegiada é um fator relevante para a cidade uma vez que é cortada pela BR-116, rodovia que faz a ligação entre o norte e o sul do país e pela BA-262, que faz a ligação entre o leste e oeste do Estado da Bahia.

O município integra o principal pólo cafeicultor do Estado além de possuir uma ampla rede hospitalar, hoteleira e educacional. Conta com uma vasta rede de ensino composta por escolas públicas estaduais e municipais e escolas particulares, além da presença do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e três faculdades privadas. O ensino superior se concentra nas áreas de Ciências Sociais, Humanas, Exatas e Tecnológicas.

A UESB conta atualmente com três programas de pós-graduação *stricto-sensu* interinstitucional, sendo um mestrado e um doutorado em educação, e um mestrado em Ciências Sociais, além de cinco programas próprios de mestrado nas áreas de: Zootecnia, Agronomia, Engenharia de Alimentos, Química e Memória: linguagem e sociedade.

Em relação à política Conquista tem um passado de oposição, quando em tempos remotos, a população negou-se a entregar a cidade nas mãos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) de perfil conservador, apoiando veementemente o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) representante da oposição.

A primeira vez que o Partido dos Trabalhadores (PT) apresentou-se no cenário político da cidade foi no ano de 1982, com a candidatura do médico

Sebastião Castro e do advogado Ruy Medeiros, contudo, foi derrotado pelo candidato José Pedral Sampaio representante do PMDB (PMVC, 2007).

Em 1988 o PMDB elegeu novamente o seu candidato Murilo Mármore, nesse período Pedral Sampaio tornou-se aliado do grupo ligado a Antônio Carlos Magalhães, que representava a velha ARENA, desacreditando a população que não admitia tal coligação. Deflagrou-se então uma crise intitulada pedralismo e anti-pedralismo o que causou um desgaste no partido, tornando o cenário político favorável à atuação do Partido dos Trabalhadores bem como de outros partidos da esquerda, vez que a população recusava-se a votar na direita.

Em 1996 o Partido dos Trabalhadores venceu as eleições derrotando o antigo grupo do PMDB que administrou a cidade por mais de 30 anos. Chegou à Prefeitura Municipal com a candidatura do médico Guilherme Menezes que governou a cidade até o ano de 2000 sendo reeleito para o mandato de 2001 a 2004, porém permaneceu no cargo até o ano de 2002 quando venceu as eleições para Deputado Federal deixando o seu vice José Raimundo Fontes na prefeitura. José Raimundo venceu novamente as eleições e deteve o mandato de 2004 a 2008.

O PT desde o início do seu governo conseguiu melhorar os índices sociais além de modernizar o serviço público do município (FONSECA, 2005). Criou canais de participação popular e uma política de estreitamento com o governo federal a partir de 2003. Em suas três gestões atraiu inúmeros prêmios para a cidade entre eles:

- Brasil Criança Cidadã (1998, 1999 e 2000), concedido pelo Ministério da Previdência Social;
- Prefeito Amigo da Criança (1999 e 2003), pela Fundação Abrinq;
- Gestão Pública e Cidadania (1999), pela Fundação Ford, Fundação Getúlio Vargas e BNDES;
- Saúde Brasil (1999), oferecido pelo Ministério da Saúde;
- Prefeito Criança (1999), pelo UNICEF e a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia;
- Hospital Amigo da Criança, entregue ao Hospital Esaú Matos (2003);
- Bahia Ambiental (2004).
- Em 2002 a municipalização da saúde em Vitória da Conquista foi eleita modelo para o Brasil e América Latina pelo Ministério da Saúde, Banco Mundial e a Organização Panamericana de Saúde.

Atualmente, o município está em fase de implementação do Projeto “Agenda 21 a Conquista do Futuro” através de discussões entre governo, empresas, sociedade civil organizada e população, para a formulação de propostas que contribuam com o desenvolvimento sustentável da cidade e também da região (PMVC, 2007).

#### **4.2 Ações do governo municipal em apoio à Economia Solidária entre 1997 a 2007**

A partir da primeira gestão do PT no município, o que aconteceu em 1997, a Economia Solidária passou a ser pauta de governo em Vitória da Conquista, momento em que se abriu espaço na agenda pública para apoiar as iniciativas populares solidárias existentes na cidade. Até aquele momento, começava a se formar um debate em nível nacional sobre as possibilidades do Movimento de Economia Solidária para promoção de ocupação e renda dos setores excluídos do sistema produtivo vigente.

Em Vitória da Conquista o associativismo com caráter popular solidário se fazia presente em iniciativas isoladas, além da existência de um projeto que começava a ser desenvolvido na UESB, denominado “Valorização do Artesanato de Vitória da Conquista e Região”, reunindo artesãos, artistas, produtores rurais e profissionais autônomos de diversas áreas atuando na disseminação do artesanato no município e regiões vizinhas.

Uma das primeiras ações do novo governo foi tecer uma parceria com a UESB, a fim de desenvolver conjuntamente o projeto de valorização do artesanato conquistense. Dessa forma originou-se o Grupo de Economia Popular (GEP) que após três anos de atividade, transformou-se em uma Organização Social de Interesse Público – OSCIP, fazendo com que ganhassem mais autonomia e pudessem receber apoio por parte de instituições públicas governamentais, não-governamentais e privadas.

A agenda pública incluiu ainda a criação em 1999, da Instituição Comunitária de Crédito Conquista Solidária – o Banco do Povo, com apoio de diversas instituições entre elas o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas

(SEBRAE - BA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Banco do Povo foi criado, entre outros objetivos, para apoiar as iniciativas solidárias que estavam surgindo, além de abrir as portas para as demais iniciativas empreendedoras através do fortalecimento do microcrédito, iniciando sua atuação no ano de 2000 com um aporte de R\$150.000,00 por parte da Prefeitura Municipal.

Em 2004, já na segunda gestão do PT, criou-se a Coordenação de Economia Solidária, tendo como objetivo programar e acompanhar as ações de fortalecimento e divulgação da Economia Solidária no município. A sua criação partiu da então Secretaria de Expansão Econômica, devido a uma demanda existente no município em relação à Economia Solidária. “A partir daí, a gente considera as ações de Economia Solidária enquanto política de governo soma-se a isso, a criação da SENAES que veio para, de certa forma, sistematizar as políticas de Economia Solidária para o país” (informação verbal)<sup>6</sup>.

Atualmente, a Coordenação está vinculada à Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda (ADTR), apresentada nas figuras 3 e 4:



Figura 3 – ADTR.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.



Figura 4 – Interior da Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

<sup>6</sup> Informação obtida durante entrevista realizada em 06/03/2008 com o Diretor da Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda do município.

A ADTR possui Missão e Valores que guiam as suas ações, conforme apresentado nas figuras 5 e 6:

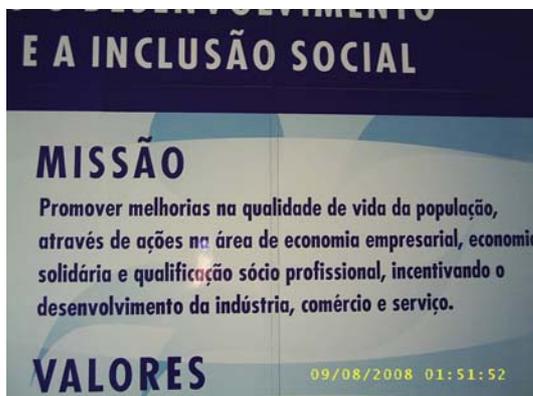


Figura 5 – Missão da ADTR.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

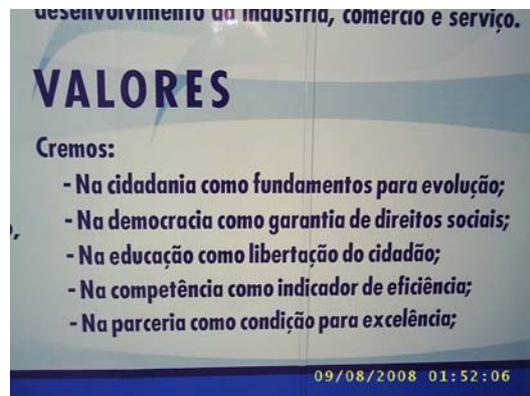


Figura 6 – Valores da ADTR.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

A Coordenação de Economia Solidária funciona no interior da ADTR, e suas ações alcançam nove entidades que, direta ou indiretamente, estão ligadas à Economia Solidária, são elas:

- Associação de Artesanato Conquistense (AAC)
- Associação de Economia Popular e Solidária (AEPS)
- Associação de Jovens Empreendedores de Vitória da Conquista (AJEVIC)
- Associação dos Artesãos Minerais e Lapidários do Município de Vitória da Conquista
- Centro de Extensão Comunitária
- Cooperativa de Catadores Recicla Conquista (CCRC)
- Grupo de Economia Popular (GEP)
- Instituição Comunitária de Crédito Conquista Solidária (Banco do Povo)
- Oficina da Cidadania

Possui ainda parceria com outras entidades que atuam como assessoras das iniciativas voltadas para a Economia Solidária, tais como a União de Mulheres de Vitória da Conquista, Pastoral do Menor, Conselho de Ação Solidária, Conselho das Comunidades Quilombolas e Conselho de Desenvolvimento Municipal.

O que vem sendo desenvolvido como forma de apoio à Economia Solidária no período de 1997 a 2007, pode ser entendido como ações isoladas, sem uma

regulamentação que sustente o apoio oferecido e sem um planejamento orçamentário destinados às ações da Coordenação.

Para obter apoio da prefeitura, segundo relato da Coordenação de Economia Solidária:

a entidade se organiza, faz uma solicitação, mostra o que precisa, a prefeitura avalia se ela realmente compartilha do Movimento de Economia Solidária, faz o convênio e dá o apoio. Então na verdade o apoio existe só que não de forma organizada. Não tem um orçamento próprio para aquilo (informação verbal)<sup>7</sup>.

Segundo o atual Diretor da Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda do Município, cuja Coordenação de Economia Solidária está vinculada, a prefeitura apóia no sentido de propor uma infra-estrutura básica (aluguel de imóvel, pagamento de água, luz e telefone). Também realiza ações na montagem de cursos de capacitação, o que é feito observando os princípios norteadores da Economia Solidária, bem como se exercem atividade produtiva, dando respaldo para assinatura de convênio com as entidades interessadas.

Não existe um instrumento desenvolvido para acompanhamento do resultado das ações em prol da Economia Solidária. A observação se dá através do instrumento jurídico de cumprimento do convênio. Ou então, quando da realização de reuniões com as entidades, contudo são oportunidades que não contemplam a percepção da realidade dos empreendimentos, conforme sugere o Diretor da ADTR.

Em relação a esta forma de acompanhamento existe um déficit, como expõe o Coordenador de Economia Solidária, quando diz: “só que como a equipe é pequena e como o foco da agência, em certo momento, foi mais para a área empresarial, então o setor foi pagando e não foi cobrando” (informação verbal)<sup>8</sup>.

A Agência de Desenvolvimento, na figura de seu atual diretor, observa como um dos desafios para a efetividade desse apoio, a falta de maturidade do próprio Movimento no âmbito do município, no sentido de entender que a Economia Solidária não representa unicamente uma economia de mercado, onde os princípios são outros. Observa ainda a forma como se deu o início do apoio, considerando que apesar dos empreendimentos terem nascido em um ambiente que preza pelo processo de discussão em busca da autonomia, o início aconteceu nos moldes de

---

<sup>7</sup> Informação obtida durante entrevista realizada em 01/04/2008 com o atual Coordenador de Economia Solidária.

<sup>8</sup> *Idem.*

uma política assistencialista, contribuindo para criar uma relação de dependência destes com o poder público.

Nesse sentido, as ações de apoio às iniciativas populares solidárias, carecem ainda de um regulamento que exponha os direitos e deveres de ambos os lados, uma lei, um Conselho<sup>9</sup> ou mesmo um programa que defina os limites de atuação do poder público em relação às ações propostas. Essas questões representam um fator de insegurança para a Coordenação, vez que muitas ações podem ser interpretadas como assistencialismo, o que não é bom nem para o poder público, nem para o Movimento, conforme entende o Diretor de Desenvolvimento quando diz:

O que eu quero entender é que a Economia Solidária de Vitória da Conquista deve estar forte independente do governo que aqui esteja. Eu não posso privilegiar uma entidade em detrimento de outra. Então isso para mim tem que estar claro. Eu sinto falta disso porque ainda não se tem um regulamento, não se tem um conselho, não se tem uma lei ou mesmo um programa. Então isso pode levar para essa interpretação de uma política um tanto assistencialista. (informação verbal)<sup>10</sup>

A Coordenação de Economia Solidária, desde a sua criação, vem articulando parcerias no sentido de oferecer cursos, palestras, seminários, feiras temáticas e demais ações que possam contribuir na promoção da Economia Solidária.

Para tanto, iniciou uma parceria com o Instituto de Artesanato Visconde de Mauá, autarquia vinculada à Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social do Estado da Bahia, que tem por finalidade executar a política de preservação, fomento, promoção e comercialização do artesanato baiano.

De 2005 a 2007 foram realizadas várias Feiras Temáticas que acontecem no Dias das Mães, São João, Dia das Crianças, Exposição Agropecuária e Natal, além dos seguintes eventos:

---

<sup>9</sup> A proposta de criação do Conselho foi discutida pelas entidades vinculadas à Economia Solidária, e aprovada pela Câmara dos Vereadores em 25 de abril de 2008, sob a forma de Lei nº 1.509/2008. O Conselho foi constituído por representantes do poder público, representantes das iniciativas populares solidárias e instituições de apoio e assessoria à Economia Solidária. Tais representantes foram eleitos em 29 de maio de 2008.

<sup>10</sup> Informação obtida durante entrevista realizada em 06/03/2008 com o Secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Renda do município.

<b>EVENTO</b>	<b>PROMOÇÃO</b>
Aperfeiçoamento em Crochê	NEPS
Curso para Conselheiros Fiscais	NEPS/ SESCOOP/BA
Formação Cooperativista	NEPS/ SESCOOP/BA
Frivolitê	NEPS/ Instituto Mauá
Informática	NEPS
Seminário Conceitual de Tipologia Artesanal e Economia Solidária	NEPS/ Instituto Mauá

Tabela 1 – Ações promovidas pela Coordenação de Economia Solidária entre 2005 a 2007.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

A Coordenação afirma a existência de mais cursos, porém não foi apresentado relatório, ou algo que registre essas ações.

Em relação aos recursos direcionados para as ações da Economia Solidária, a Tabela 2 apresenta o quantitativo liberado por ano, bem como a destinação dos mesmos:

<b>RECURSOS PRÓPRIOS/VALORES EM REAIS</b>					
<b>Despesas</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>Total</b>
<b>Pessoal</b>	82.460,00	103.075,00	115.960,00	128.844,00	430.339,00
<b>Aluguel</b>	6.000,00	7.600,00	7.600,00	11.200,00	32.400,00
<b>Serviço</b>	-	-	31.200,00	55.200,00	86.400,00
<b>Convênio</b>	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>88.460,00</b>	<b>110.675,00</b>	<b>154.760,00</b>	<b>195.244,00</b>	<b>549.139,00</b>

Tabela 2 – Recursos próprios liberados para as ações da Economia Solidária (2004 - 2007)  
Fonte: ADTR/2008

Conforme explicação do Diretor de Desenvolvimento, Trabalho e Renda, essa tabela mostra as despesas com as ações voltadas estritamente para a Economia Solidária. Representam os custos totais envolvidos no processo, a exemplo de pessoal, que se refere aos colaboradores disponibilizados pela Coordenação, tais como motoristas que prestam serviço às iniciativas, entre elas a Cooperativa de Catadores Recicla Conquista, e demais colaboradores colocados à disposição dos empreendimentos. Bem como valores referentes a aluguel, destinado ao pagamento das sedes da Cooperativa de Catadores Recicla Conquista, Banco do Povo, GEP e Oficina de Cidadania. Quanto aos serviços, são todos os dispêndios com as capacitações, feiras temáticas, seminários, dentre outros.

Como se percebe, tanto os cursos oferecidos, assim como os recursos utilizados, possuem registro apenas a partir da terceira gestão (2004) do governo

que priorizou ações no sentido de contribuir para o fortalecimento e divulgação da Economia Solidária no Município. O período anterior pode ser entendido como um momento de amadurecimento e construção de um programa mais delineado para os objetivos que se pretendiam.

Contudo, apesar do dispêndio de recursos para as ações, os problemas envolvendo a Coordenação de Economia Solidária permanecem até o ano de 2007.

A unidade continuou com um efetivo de pessoal bastante pequeno para o número de entidades cadastradas no programa; não houve acompanhamento das ações de forma efetiva, com um controle sobre todas as ações realizadas; uma avaliação capaz de mostrar a evolução do programa e das entidades apoiadas; bem como uma análise do fortalecimento e divulgação da Economia Solidária, objetivo que fomentou a criação da Coordenação.

### **4.3 Entidades apoiadas pelo poder público Municipal**

#### **4.3.1 Associação de Artesanato Conquistense – histórico e situação atual**

A Associação de Artesanato Conquistense foi criada oficialmente em 1990, momento da inauguração do Mercado Municipal de Artesanato.

Em muitos momentos a história da Associação se confunde com a história de construção do Mercado de Artesanato, uma vez que com o término das obras, os artesãos organizaram-se em forma de associação com o objetivo de adquirir um espaço para expor os seus produtos. A associação recebeu o nome de Associação de Artesanato Conquistense (AAC) e em 1991, através da Lei Municipal 565/91, foi declarada como instituição de utilidade pública.

Devido ao espaço do Mercado não comportar todos os artesãos que formavam a associação e que naquele momento somavam 517, foi realizado um sorteio mediado pela Prefeitura, a fim de repassar os boxes para que os artesãos contemplados pudessem expor os seus produtos. A Figura 7 mostra um dos boxes localizados no interior do Mercado de Artesanato:



Figura 7 - Box no Mercado Municipal de Artesanato.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Os demais continuaram sem um espaço fixo, o que fez com que muitos optassem por fazer viagens para expor nas feiras de outros municípios, não mais retornando à associação. Ou então ficaram alocados do lado de fora do Mercado, no aguardo de solução para a acomodação de todos os artesãos, conforme mostram as figuras 8 e 9, onde se vêem a ala dos boxes no interior do Mercado bem como as barracas que permaneceram na lateral externa:



Figura 8 - Ala dos boxes no Mercado Municipal de Artesanato.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.



Figura 9 – Associado da AAC expõe ao lado do Mercado Municipal de Artesanato.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Durante a década de 1990, muitos boxes foram repassados pelos artesãos, com anuência da Prefeitura, para pessoas que não participavam da Associação. Por outro lado, a fachada das instalações foi tomada por comerciantes que trabalham com mercadorias populares e montaram suas barracas escondendo a frente do

Mercado, o que dificultou a comercialização no seu interior, vez que o acesso ficou comprometido, como se visualiza nas figuras 10 e 11:



Figura 10 - Entrada do Mercado de Artesanato.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.



Figura 11 - Lateral do Mercado de Artesanato.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Apesar de contar com um total de 517 artesãos em seu início, em 2007 a Associação contempla 45 associados em todo o município. Destes 27 permanecem expondo seus produtos no calçadão da Praça da Bandeira (próximo ao Mercado), 07 localizam-se na rua ao lado do Mercado, e apenas 11 artesãos encontram-se dentro das instalações do Mercado Municipal de Artesanato.

Em relação às rotinas da AAC, assembléias são realizadas constantemente, bem como eleição para novos dirigentes. Contudo, a Associação sempre teve o mesmo presidente desde a sua fundação, há 18 anos. Segundo o Presidente<sup>11</sup> não por sua vontade, porém sempre que tem eleição os associados acabam por escolhê-lo para continuar representando-os.

Quanto à existência de parceiros, existe um reconhecimento por parte do Presidente em relação ao apoio oferecido pela Prefeitura nas questões de infraestrutura das instalações do Mercado Municipal como luz, água, banheiro, vigilância, zelador e tudo o que se refere à manutenção do prédio. Afirma ainda que a comunicação é facilitada e que existe espaço para o diálogo sempre que a Associação precisa, “nessa parte não posso dizer que a prefeitura não tem dado apoio, porque sempre que tem qualquer problema a gente se dirige a eles e eles sempre estão dispostos a nos escutar” (informação verbal)<sup>12</sup>. Porém, acredita que a

<sup>11</sup> Informações obtidas durante entrevista realizada em 15/05/2008 com o presidente da AAC.

<sup>12</sup> *Idem.*

Associação ainda não pôde visualizar um apoio da Coordenação de Economia Solidária como gostaria.

Os artesãos da AAC possuem ainda o direito de expor os seus produtos na Praça da Bandeira e na Praça dos Artistas, lugares também destinados pelo poder público municipal ao Artesanato.

O presidente confirma a participação da associação nas feiras, bem como nos cursos oferecidos pela Coordenação em parceria com o Instituto Mauá, quando diz:

Não temos parceiro, o único parceiro que podemos ter é a própria Prefeitura. Agora estamos buscando uma parceria com o Instituto Mauá, em Salvador. Porém, devido não termos recursos, uma sede e outras coisas, então essa ajuda está vindo através da Prefeitura para ajudar o artesanato (...) (informação verbal)<sup>13</sup>.

Contudo, percebe-se que a maior demanda é por espaço fixo para a exposição, e isso faz com que a AAC não perceba como apoio do poder público outras ações que não a solução do problema de espaço.

Assembléias são realizadas constantemente, a cada mês ou conforme a necessidade dos associados, porém a participação não é grande, até mesmo parentes dos associados são convidados a participarem e votarem na impossibilidade dos sócios comparecerem.

O Presidente afirma que a associação se reúne com a Coordenação de Economia Solidária e o GEP, e que já participaram também de encontros com outras entidades em Salvador.

Sobre Economia Solidária, o Presidente conclui que seja o ato de receber solidariamente o próximo acolhendo-os em suas necessidades. Trabalho este que a AAC tem feito em todos estes anos de existência, contudo, desconhece o símbolo do Movimento e sabe da existência dos princípios que o norteiam apenas não sabendo descrevê-los.

Quando questionado sobre o que espera da associação para os próximos 10 anos, demonstra acreditar na importância do poder público para o crescimento da AAC, e espera que o apoio desejado aconteça de fato, para que os artesãos tenham oportunidade de comercializar os seus produtos da forma que merecem

---

<sup>13</sup> Conforme entrevista realizada em 15/05/2008 com o Presidente da Associação.

Daqui a dez anos? Bom. Se ela hoje receber o apoio que precisa para trabalhar, do poder público, se eles dessem condições da associação trabalhar, ela poderia ser uma grande feira, porque ela é uma entidade sem fins lucrativos e os artesãos precisam de incentivo. Se ela receber o apoio necessário agora, daqui a dez anos ela terá muito a ajudar o poder público, sozinho ela não poderá fazer nada. Os artesãos são pessoas carentes, precisam fazer seus produtos de noite, vender de manhã, para comer no outro dia. Que tem dificuldade para pagar água, pagar luz, comprar roupa, comprar um remédio, tem dificuldade pra tudo e se vê os outros crescerem e eles não, então isso desanima. Porque a associação ajuda muito o poder público, mas eles também precisam dar o seu retorno (informação verbal)<sup>14</sup>

#### **4.3.2 Perfil dos atores que compõem a AAC**

Como foi exposto pelo Presidente da Associação de Artesanato Conquistense, existe uma grande dificuldade em reunir os associados, atualmente em número de 45 ativos, pelo fato de que eles costumam sair da cidade para expor o seu produto nos municípios vizinhos.

Tal fato foi comprovado no momento da pesquisa de campo, quando ficou inviável o preenchimento dos 15 questionários propostos na metodologia de pesquisa, tendo sido preenchidos dez formulários, sendo 02 com artesãos que expõem dentro do Mercado de Artesanato, 04 com artesãos que expõem na rua ao lado do Mercado e 04 com artesãos que expõem na Praça da Bandeira.

##### **4.3.2.1 Dados pessoais**

Quanto aos dados pessoais, a maioria dos associados abordados possui entre 41 e 50 anos de idade, é casada e estudou até o 1º grau, conforme aponta o gráfico 1:

---

<sup>14</sup> Informação obtida em entrevista com Presidente da AAC durante pesquisa de campo em 15/05/2008.

### DADOS PESSOAIS (AAC)

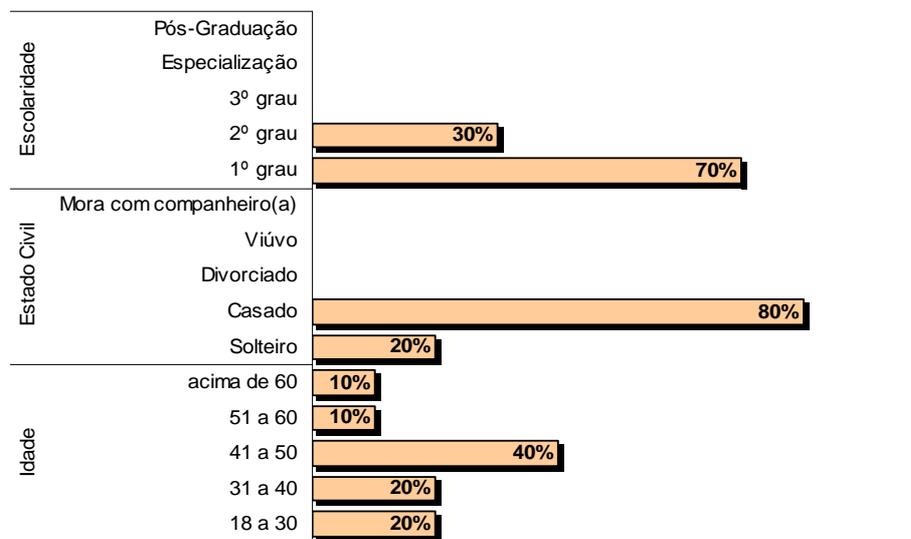


Gráfico 1 - Dados Pessoais (AAC)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008

Em relação a possuir outra renda, 70% afirmam não possuir, retirando do artesanato o necessário para o seu sustento e de sua família. A renda fica na média de um salário mínimo mensal para 60% e dois salários mínimos para 30% dos abordados. A existência de valor superior a três salários representa parte da parcela de associados que possui outro tipo de renda, não dependendo apenas do artesanato, o que fica visível no Gráfico 2:

### CONSTITUIÇÃO DA RENDA (AAC)

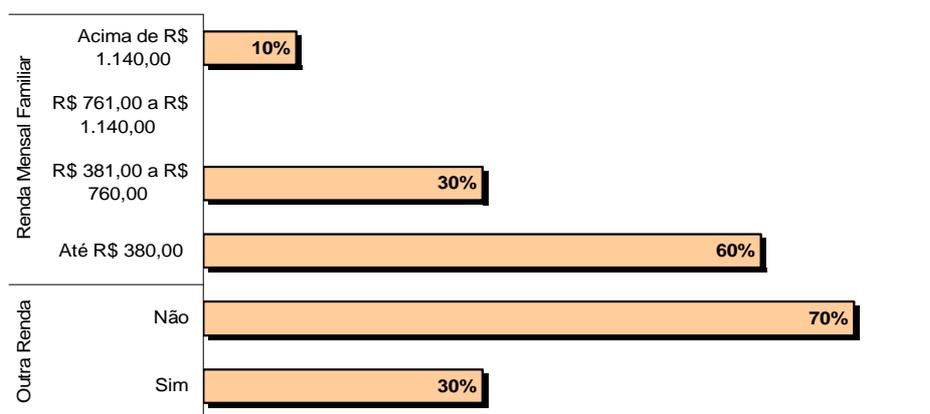


Gráfico 2 - Constituição da Renda (AAC)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008

### 4.3.2.2 Tempo de atividade como artesão e na Associação

Quanto ao tempo dos associados desenvolvendo atividades de artesanato, 80% afirmam atuar como artesão a mais de 10 anos, e 60% participam da AAC pelo mesmo período, conforme demonstrado no Gráfico 3:

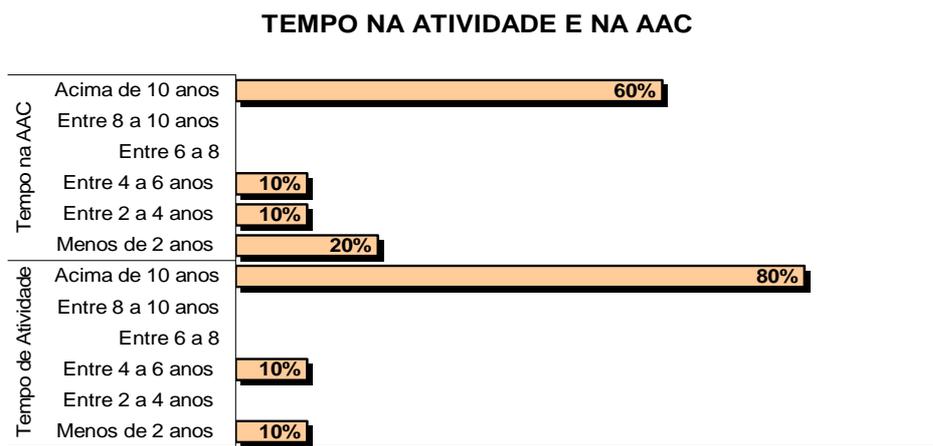


Gráfico 3 - Tempo de atividade e na AAC  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

A partir do Gráfico 4, é possível perceber que 80% dos associados entrevistados da AAC, entraram na associação como forma de encontrar um espaço onde pudessem expor os seus produtos e, 20% por terem recebido convite de alguém próximo. Hoje, 30% permanecem na associação por ainda não terem encontrado um espaço onde possam expor os seus produtos, 20% por estarem com dificuldades financeiras ou por não terem encontrado emprego. E 50% porque acreditam na Associação.

### MOTIVOS PARA PARTICIPAR E CONTINUAR NA AAC

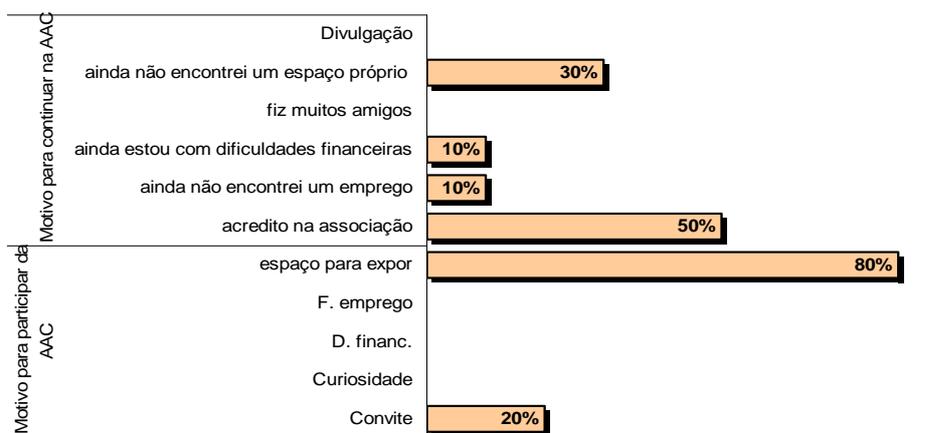


Gráfico 4 - Motivos para participar e continuar na AAC  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Percebe-se ainda que 20% dos entrevistados não conhecem a história de criação da AAC, enquanto 80% conhecem pouco os motivos que fomentaram a sua criação, não sabendo auferir o número de associados da mesma, como aponta o Gráfico 5:

### HISTÓRIA E NÚMERO DE ASSOCIADOS DA AAC

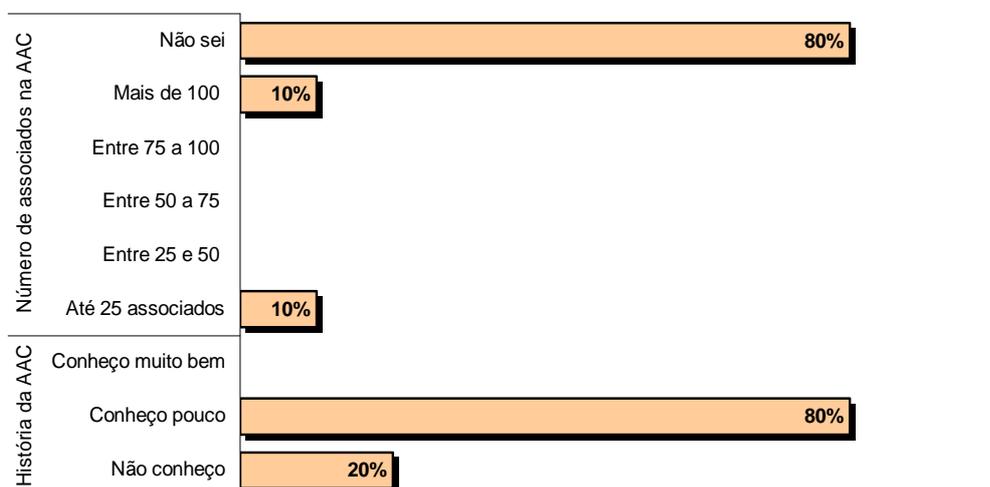


Gráfico 5 - História e Número de Associados da AAC  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

#### 4.3.2.3 Associação, parcerias e cursos oferecidos em 2007

No que tange à criação da AAC, 100% dos associados participantes do levantamento de dados afirmam não ter participado de sua criação, desses, 90% não conhecem o estatuto social e 10% conhecem pouco.

Sobre a existência de apoio por parte de outra entidade à associação, 70% acreditam que a AAC não recebe apoio, 20% não sabem dizer, e apenas 10% afirmam que a associação recebe apoio da prefeitura e do Instituto Mauá, como está representado no Gráfico 6:

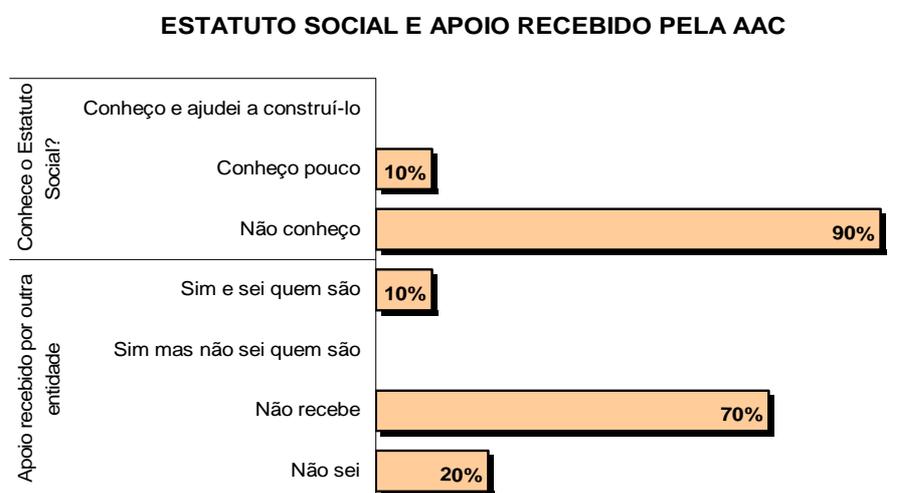


Gráfico 6 - Estatuto Social e Apoio recebido pela AAC  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Ao serem questionados sobre a participação da prefeitura na Associação, 80% acreditam que exista um apoio por parte da mesma, e 10% afirmam que a prefeitura não tem participação alguma, enquanto 10% não sabem dizer, como confirma o Gráfico 7:

### PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NA AAC

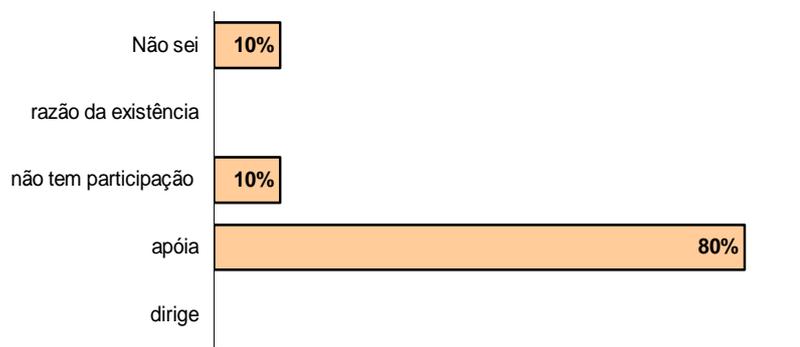


Gráfico 7 - Participação da Prefeitura na AAC.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Os Gráficos 8 e 9 mostram a participação e interesse dos associados em relação aos cursos oferecidos pela Associação em parceria com outras entidades.

Nesse sentido, 90% dos associados questionados nunca participaram dos cursos e não sabem dizer quantos foram oferecidos no ano de 2007. 10% participam apenas quando o tema lhes interessa e também afirmam que foram oferecidos até 3 cursos, conforme Gráfico 8:

### PARTICIPAÇÃO E NÚMERO DE CURSOS OFERECIDOS PELA AAC EM 2007

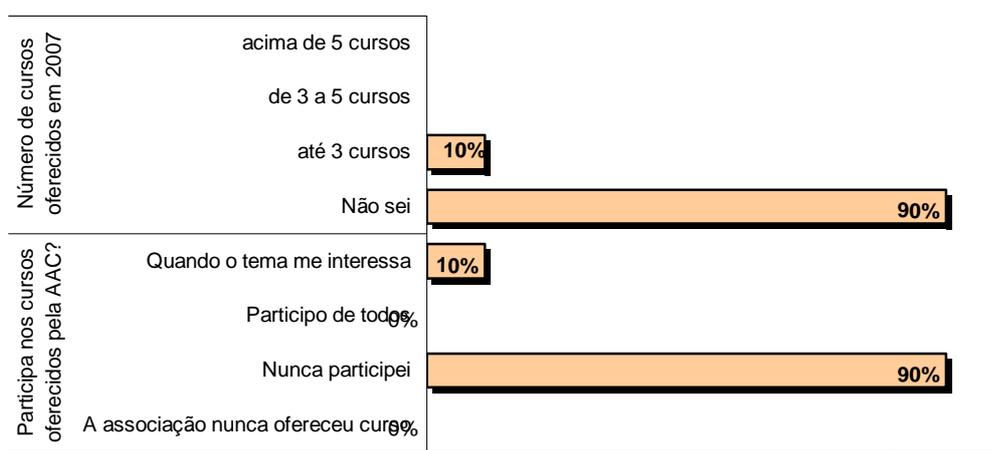


Gráfico 8 - Participação e Número de Cursos Oferecidos pela AAC em 2007.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

70% não souberam informar sobre qual tema tratavam os cursos, 30% afirmaram se tratar de assuntos relacionados à administração das associações e técnicas de artesanato. Em relação aos motivos que os levam a não participar dos

cursos, 33% afirmam não precisar, 99% afirmam que nunca foram informados, não têm tempo ou não precisam, conforme aponta o Gráfico 9:



Gráfico 9 - Tema dos Cursos Oferecidos em 2007 e Motivos para não Participar.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

#### 4.3.2.4 Participação em assembléias e participação na direção da Associação

Em relação à participação nas assembléias, 100% dos entrevistados afirmam participar, sendo que destes, 60% participam sempre e 40% quando podem. Contudo 60% preferem apenas ouvir ao ter que dar sua opinião, e apenas 30% afirmam emitir opinião durante os encontros.

Sobre o desejo de fazer parte da direção da Associação, 60% não querem e 40% acreditam poder contribuir estando na direção, conforme mostra o Gráfico 10:

### PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLÉIAS E DIREÇÃO DA AAC

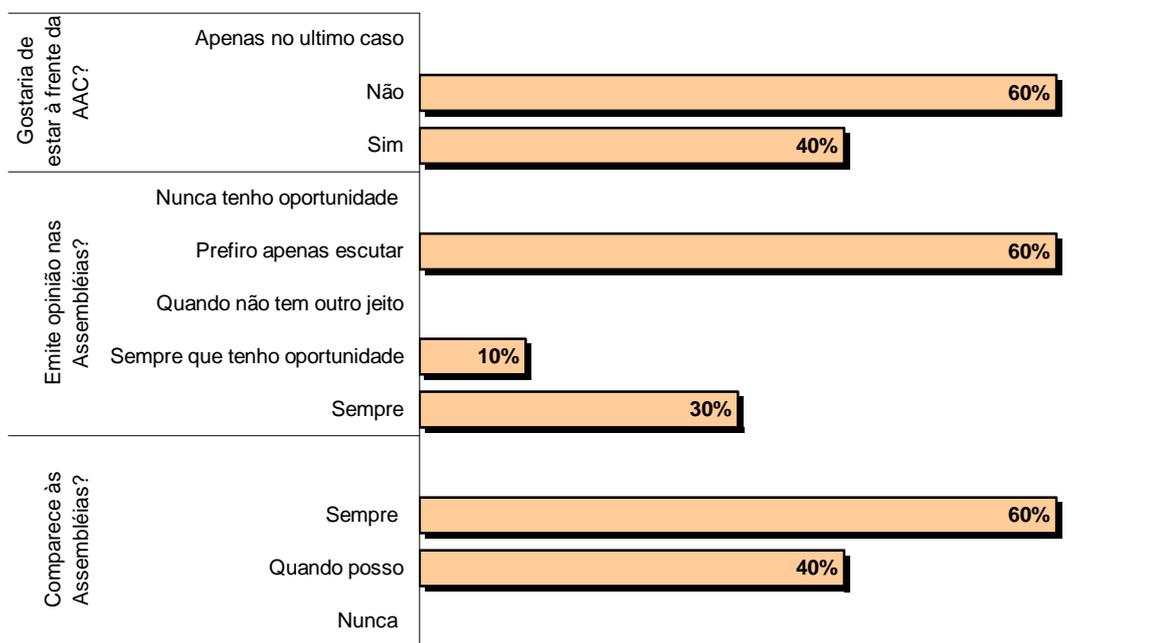


Gráfico 10 - Participação em Assembléias e Direção da AAC.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

#### 4.3.2.5 Autogestão, intercâmbio com outras associações e Economia Solidária

70% dos entrevistados afirmam conhecer e em algum momento já ter participado de reuniões com outras associações.

Sobre a compreensão do que seja autogestão, 70% não conhecem o termo, 20% apesar de já ter ouvido, não sabem dizer o que significa e apenas 10% conhecem e sabem o seu significado.

Nesse sentido, ao serem questionados sobre de quem é a responsabilidade pelas decisões tomadas em assembléia, 100% dos entrevistados afirmam que é dele e de todos os associados.

Para 80% a Associação significa o seu trabalho, enquanto para 20% ela chega a representar uma família ou mesmo a sua vida. Como mostra o Gráfico 11:

**INTERCÂMBIO COM OUTRAS ASSOCIAÇÕES, COMPREENSÃO DO TERMO AUTOGESTÃO E SIGNIFICADO DA AAC NA VIDA DO ASSOCIADO**

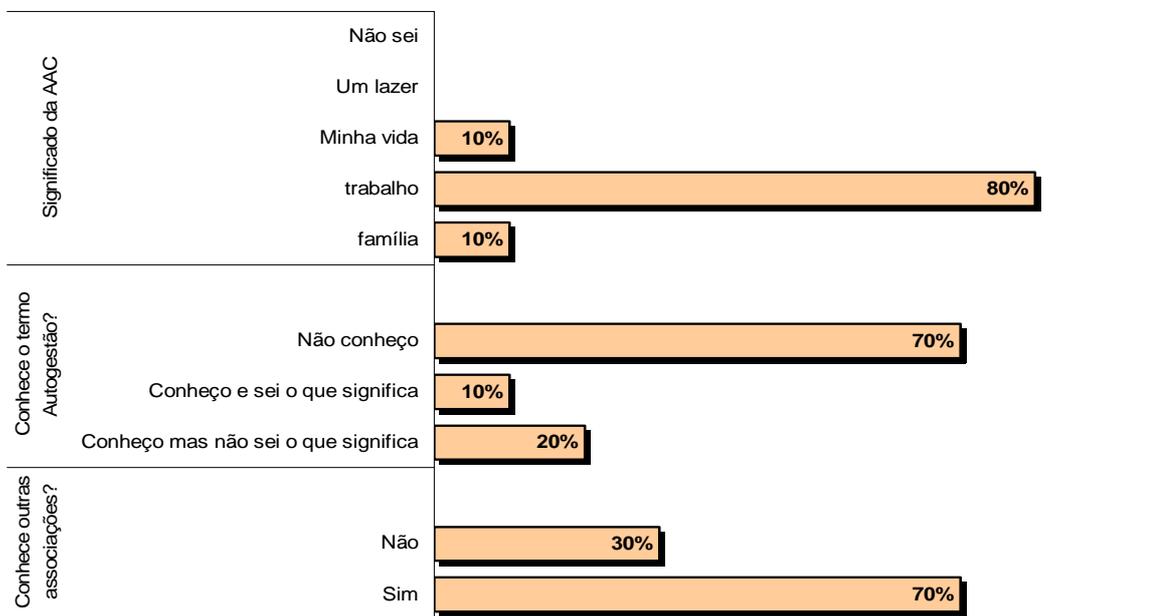


Gráfico 11 - Intercâmbio com outras associações, compreensão do termo autogestão e significado da AAC na vida do associado  
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Sobre a Economia Solidária, 50% dos entrevistados não conhecem ou ouviram falar sobre o termo, 30% conhecem, mas não souberam dizer o que significa e 20% conhecem e sabem o significado do termo, como mostra o Gráfico 12:

**JÁ OUVIU FALAR EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DENTRO OU FORA DA AAC?**

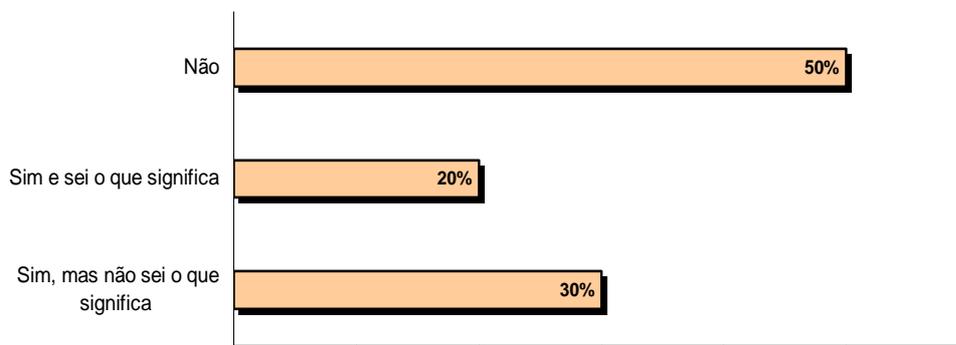


Gráfico 12 - Já ouviu falar em Economia Solidária dentro ou fora da AAC?  
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Quanto aos princípios e ao símbolo que representa a Economia Solidária 100% dos entrevistados afirmam não conhecê-los.

E como maior desafio para o desenvolvimento da Associação, 70% dos associados que participaram do preenchimento de formulário, acreditam que seja a falta de um espaço fixo para exposição dos seus produtos. Pontuaram também em menor proporção a divulgação do trabalho do artesão, a falta de apoio do poder público e ainda uma competição existente no interior da AAC, conforme apresenta o Gráfico 13:

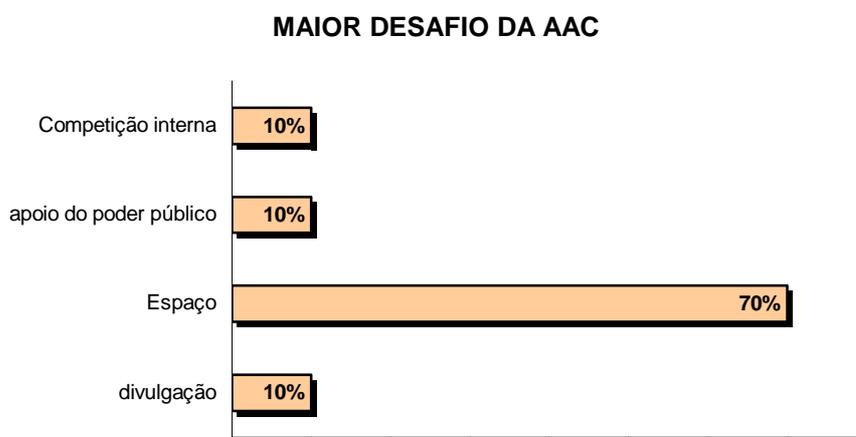


Gráfico 13 - Maior desafio da AAC.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

#### 4.3.3 Análise da Associação de Artesanato Conquistense (AAC)

É possível abstrair dos dados expostos acima que apesar da existência de associados na faixa etária de 20 a 30 anos de idade, a AAC é composta em sua maioria por associados com idade superior a 40 anos, que estão na atividade e na Associação há mais de 10 anos. Logo, artesãos que acompanharam a história da Associação desde sua criação há 17 anos atrás. Pessoas com escolaridade compatível com o primeiro grau e com uma renda média em torno de um a dois salários mínimos que representa o sustento de suas famílias.

A motivação para formar uma associação foi a busca por um espaço onde pudessem expor os seus produtos.

Após uma grande diminuição de associados em 17 anos de sua constituição, os 45 restantes, em sua maioria, ainda acredita que a AAC possa superar os

desafios que lhe são impostos e por isso permanecem no grupo, visualizando a associação como o seu trabalho.

Contudo, demonstram ter pouco conhecimento dessa Associação, não sabem auferir o número atual de associados, não participam dos cursos oferecidos em parceria com outras associações, afirmam, em sua totalidade, não terem participado da construção da mesma, não conhecem o seu Estatuto Social e há 17 anos votam na mesma pessoa para liderança da AAC.

Quanto aos cursos, chama atenção o fato de que 60% dos entrevistados afirmam não participar por não ter conhecimento dos mesmos e o restante acreditam não precisar. Mesmo com a declaração do Presidente de que cursos acontecem e os associados sempre participam.

Os associados não conhecem o sentido do termo autogestão, porém concordam que a responsabilidade pelas decisões proferidas em assembléia é de todos.

Todavia, apesar de todos os entrevistados terem afirmado participar das Assembléias, uma grande maioria, em torno de 60%, prefere apenas escutar a ter que emitir opinião, confirmando a fraca atuação do grupo em relação a sua Associação, até mesmo no sentido de que também a maioria dos entrevistados prefere não fazer parte da direção. Nesse aspecto, não se percebe práticas de autogestão na AAC.

Mesmo acreditando que a AAC não recebe apoio de outra entidade, concordam que a prefeitura apóia a Associação e que o Instituto Mauá será um grande parceiro no futuro. A mesma opinião exposta pelo Presidente, ficando claro que este apoio não representa para a AAC a solução dos seus principais problemas que giram em torno de um lugar fixo para exposição dos seus produtos.

Nesse sentido, é possível perceber uma pequena confusão entre o apoio à Associação e a responsabilidade da Prefeitura nas questões de funcionamento do Mercado Municipal. Isso provocado por conta da criação da Associação ter sido motivada no momento de inauguração do Mercado de Artesanato, com objetivo de que os artesãos se organizassem para ocupar os 45 boxes no interior do prédio, há 17 anos.

Percebe-se então que a motivação inicial para a formação da AAC interferiu no desenvolvimento de novos projetos, fazendo com que a demanda de espaço para

expor represente até hoje o maior interesse da Associação, acabando por desestimular os associados a se articularem.

A vinculação da criação da Associação com a construção do Mercado Municipal de Artesanato, fez com que muitos associados entendessem como principal motivo de reunirem-se em Associação o de lutar para conseguir um espaço. Tal desejo escapa às iniciativas de apoio propostas atualmente pela Coordenação de Economia Solidária, vez que a questão de acomodação no Mercado Municipal de Artesanato envolve questões de estrutura física, envolvendo comerciantes, artesãos que não participam da AAC, além de outras instâncias do poder público municipal.

A função do Mercado Municipal de Artesanato é abrir espaço para os artesãos da cidade, contudo, o espaço acomodaria somente os 45 associados que restam hoje na AAC, isso sem contar os artesãos que possuem boxes e não participam da Associação. Ficando de fora as demais associações do ramo de artesanato, o que mostra que a construção desse espaço não deveria ter sido utilizada para impulsionar a constituição da Associação, pois não resolveria o problema de espaço para exposição dos seus produtos.

Este conflito reflete a questão delicada que se cria quando o poder público incentiva a criação de associações ou entidades dessa natureza, tendo como justificativas promessas que podem não ser cumpridas, ou seja, baseado em um fraco planejamento e estudo das viabilidades, para possibilitar as ações pretendidas, ou então desprovido de um acompanhamento que busque fomentar a sustentabilidade desses empreendimentos.

Percebe-se, como mostra a figura 12, que não existe uma só placa na fachada do prédio apontando do que se trata ou mesmo quem comercializa no seu interior.



Figura 12 - Frente do Mercado de Artesanato.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Isso reflete uma desarticulação dos artesãos que o utilizam, no sentido de divulgação do seu objetivo, entre eles a diretoria da AAC, vez que a sede está situada em um dos boxes do Mercado.

Em relação a participarem de um único movimento, afirmam conhecer outras associações e em algum momento já terem participado de reuniões conjuntamente. Porém, não sabem o que seja Economia Solidária, não conhecem os seus princípios e o seu símbolo.

#### **4.3.4 Associação de Economia Popular Solidária (AEPS) – histórico e situação atual**

A história de criação da Associação de Economia Popular Solidária (AEPS) começou dentro do Núcleo de Economia Popular Solidária (NEPS), órgão criado em 2005 e extinto em 2007, vinculado à Coordenação de Economia Solidária, tendo como objetivo promover o estudo, planejamento, fomento e apoio das ações da Coordenação. Porém, no início de sua atuação, acolheu durante três anos alguns empreendedores que não estavam vinculados a nenhuma associação.

Contudo, chegou um momento em que foi se tornando difícil administrar esse grupo de empreendedores devido o NEPS atuar enquanto representante do poder público municipal, dialogando com todas as cooperativas e associações vinculadas à Economia Solidária no município. Dessa forma, existia uma incoerência em apoiar empreendedores desvinculados de qualquer associação, fazendo inclusive que os demais grupos não entendessem tal apoio, dando origem a alguma rivalidade entre grupos mais antigos e aqueles empreendedores assistidos pelo NEPS, conforme fica claro na fala do Diretor da ADTR:

Percebemos uma crise de identidade com o NEPS e o GEP, porque o NEPS (...) é um núcleo do governo municipal, do poder público, dentro da Coordenação da Economia Solidária. Então ele é governo. Mas o que observávamos é que o NEPS trouxe para si um conjunto de empreendedores e começou a assumir o papel de empreendimento da Economia Solidária, sem ter a personalidade jurídica, o que de certa forma entrava em confronto com a ação do

GEP, porque o GEP é uma OSCIP, com personalidade jurídica para atuar na área (informação verbal)<sup>15</sup>

No final de 2007 surgiu a necessidade de organizar esses empreendedores em forma de associação, para que eles pudessem dialogar com o poder público da mesma forma que os demais grupos. A iniciativa surgiu da Coordenação de Economia Solidária que a partir daquele momento extinguiu o NEPS, permanecendo na estrutura apenas a Coordenação e uma gerência de Economia Solidária. Dessa forma, aqueles empreendedores vinculados ao antigo NEPS, foram orientados a formar sua própria associação, a fim de que pudessem se fortalecer enquanto instituição e não como empreendedores isolados de uma ação conjunta.

Segundo o atual Presidente da AEPS<sup>16</sup>, no momento de sua criação a associação contava com um número de 25 associados, contudo, após dois meses de seu início já havia aumentado para 70 integrantes. A figura 13 mostra uma associada da AEPS expondo durante Feira promovida pelo GEP e Prefeitura Municipal:



Figura 13 - Barraca de exposição da AEPS.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

A AEPS não possui uma sede própria por conta de estar iniciando sua caminhada enquanto Associação, portanto, funciona nas dependências da Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda.

É composta basicamente por artesãos, apesar de pretender atender a outros ramos vinculados à Economia Solidária.

<sup>15</sup> Informação obtida durante entrevista em 06/03/2008 com o Diretor da Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda do município.

<sup>16</sup> Em entrevista realizada em 13/05/2008 durante pesquisa de campo.

O Presidente da associação não vê a Prefeitura Municipal enquanto parceiro, ao ser questionado sobre o assunto, informa que a Associação terá como parceiro o Instituto Mauá. Contudo, entende ser de muita importância o apoio recebido pelo poder público no que se refere à capacitação, cursos, ajuda de custo e infraestrutura.

Quanto à Coordenação de Economia Solidária, existe um reconhecimento em relação ao que o órgão tem promovido no âmbito da Economia Solidária, no sentido de que esse apoio tem um reflexo em toda a sociedade. Entende a Coordenação como um fator de ligação entre as associações, tendo sido a partir desse contato que a AEPS passou a interagir com outras iniciativas da Economia Solidária. O fato de a Associação ter sido criada por uma iniciativa da Coordenação tornou a comunicação mais fácil para ambos, também por conta da proximidade, vez que a AEPS ainda funciona dentro da ADTR.

Segundo o Presidente, uma das grandes dificuldades existentes para a Associação é o fato de todos estarem iniciando, não tendo ainda uma experiência com esse tipo de iniciativa. Logo, procura participar dos cursos oferecidos e também propor cursos que sejam de relevância para a AEPS, no sentido de capacitar os integrantes para o trabalho associativo.

Declara sentir-se só, uma vez que os integrantes da direção se afastaram por conta de outros afazeres, por terem também outras ocupações, fazendo com que algumas das decisões sejam tomadas sem um diálogo com os demais a fim de dar andamento às atividades.

Percebe também como um adversário no caminho das Associações, paradoxalmente, o mesmo poder público que incentivou a sua criação através da Coordenação de Economia Solidária. Isso por conta da forma como se organizam as diversas Secretarias da prefeitura, muitas vezes não havendo um diálogo entre as instâncias, fazendo com que não aconteça uma parceria forte no sentido de promover espaço para as associações em outros projetos desenvolvidos pelo poder público.

Nesse sentido, acredita que as ações da Coordenação de Economia Solidária tornam-se limitadas à sua esfera de atuação, não podendo desenvolver projetos maiores em relação às associações assistidas por ela. As ações de apoio às iniciativas populares solidárias ficam, basicamente, restritas à promoção das feiras, por conta disso a Associação realiza atividade apenas nessas ocasiões, e por isso

os próprios associados acabam se aproximando da associação apenas em épocas de feiras. Conforme depoimento transcrito abaixo:

Eu vejo que nós deveríamos ter mais espaço na cidade, onde expor nossos produtos. (...) Nós deveríamos ter mais não só capacitação, mas uma parceria forte. No meu ver só as ações da coordenação não são suficientes. (...) Você gostaria de participar de uma associação onde você paga R\$ 5,00 de mensalidade todo mês e de vez em quando tem um evento. E aí você ainda corre o risco de não participar, é difícil. Então teria que ser mais ou menos assim, você não vai participar desse evento, mas em contra partida você vai participar de uma parceria onde você vai ter o seu sustento. (...) Os associados falam de espaço físico, porque eles entendem associação somente como espaço de feira, mas na verdade o que eles querem mesmo é ocupação. Por exemplo, hoje não tem feira mas alguém estaria molhando uma planta em um jardim e com isso realizando uma atividade. Assim eles não se encontrariam somente nas feiras<sup>17</sup>.

A AEPS realiza as assembléias uma vez por mês e, apesar da dificuldade em reunir todo o grupo, sempre comparecem associados que participam das decisões, conforme representado na figura 14:



Figura 14 - Assembléia da AEPS.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

A associação tem solicitado à Coordenação de Economia Solidária mais apoio no sentido de promover atividades que possam ser desenvolvidas por eles, isso, segundo o Presidente, traria estímulo para os associados, fazendo com que estivessem mais presentes.

---

<sup>17</sup> Em entrevista realizada em 13/05/2008 com o Presidente da Associação.

Em relação à Economia Solidária, o Presidente entende como um sistema de parceria, onde existe ajuda mútua entre as pessoas, como declara durante a entrevista:

A Economia Solidária é um sistema de parceria, onde eu me uno a você, sem interesse financeiro, para te fortalecer e com isso me fortalecer. Há uma divergência porque às vezes as pessoas imaginam a Economia Solidária como aquela que apenas dá, só dá, mas não existe solidariedade somente dando, a própria oração de São Francisco diz “é dando que se recebe”, então precisa haver um retorno, eu fraco não posso ajudar você, eu tenho que ser forte e pra que eu me fortifique eu preciso me unir a você (...), de qualquer maneira eu dependo de você, solidariedade é isso aí, sou eu e você e mais outro, e mais outro, trabalhando como um formigueiro, e é assim que eu traduzo a Economia Solidária (informação verbal)<sup>18</sup>.

Não se lembra de já ter visto o símbolo da Economia Solidária, e sobre os princípios que a traduzem, acredita ser o de ajudar o próximo e fomentar a economia do pequeno empreendedor.

Espera que em um período de 10 anos, muitas pessoas farão parte da AEPS e verão seus desejos realizados graças à atuação da Associação.

#### **4.3.5 Perfil dos atores que compõem a AEPS**

A AEPS é uma Associação que tem seu início no último bimestre de 2007. Por ser uma nova organização dentro das iniciativas populares solidárias, seus atores ainda estão aprendendo a conviver e produzir de forma associativa, além de começar a conhecer o sentido da Economia Solidária, como se observa no levantamento de dados a seguir, que teve um quantitativo de 15 formulários preenchidos em um total de 70 associados.

---

<sup>18</sup> Informação obtida durante entrevista realizada em 13/05/2008 com o Presidente da Associação.

#### 4.3.5.1 Dados pessoais

O quadro de associados da AEPS é composto por diversas faixas etárias, sem que se perceba uma forte predominância de alguma delas, como fica visível entre aqueles que participaram do preenchimento de formulários.

Em relação ao Estado Civil, nota-se uma grande maioria de casados.

No que se refere à escolaridade, predomina o 2º grau com 67% dos associados que participaram do preenchimento de formulários, seguido do 1º grau com 27% e ainda o 3º grau com 7%, conforme o Gráfico 14:

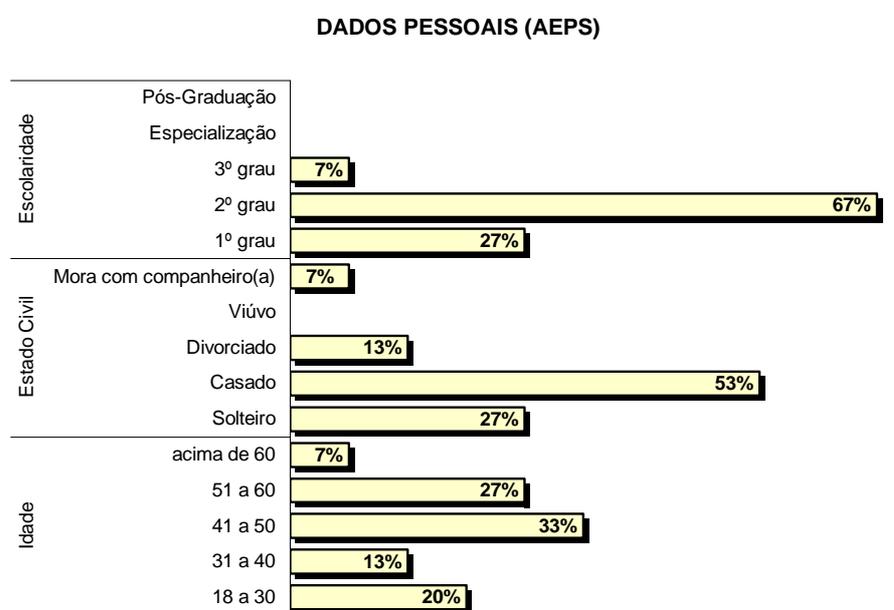


Gráfico 14 - Dados Pessoais (AEPS).  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Em relação a possuir outra renda, 60% afirmam não possuir, retirando do artesanato o necessário para o seu sustento e de sua família. A renda fica na média de dois salários mínimo mensal para 60% e um salário para 33% dos abordados. Como na Associação anterior, a existência de valor superior a três salários representa a parcela de associados que possui outro tipo de renda, não dependendo apenas do artesanato, o que fica visível no Gráfico 15:

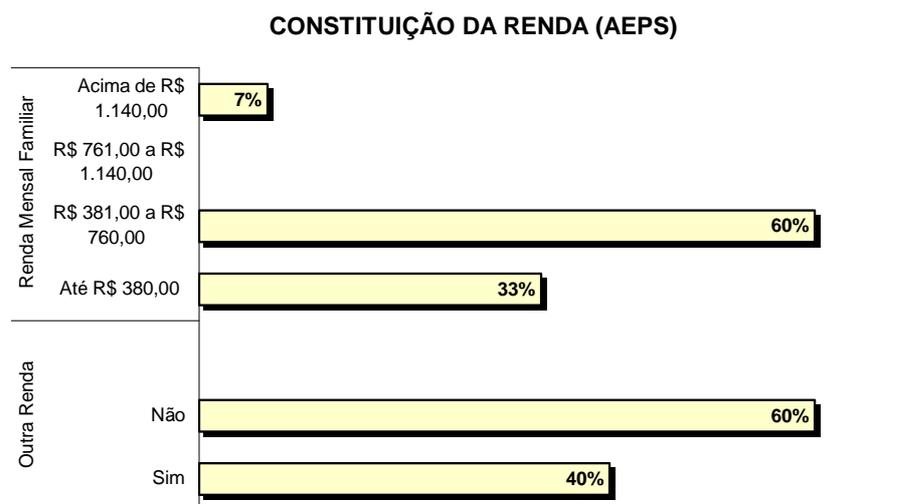


Gráfico 15 - Constituição de Renda (AEPS).  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

#### 4.3.5.2 Tempo de atividade como artesão e na Associação

Quanto ao tempo dos associados desenvolvendo atividades de artesanato, 60% afirmam lidar com o artesanato a mais de 10 anos, e 53% participam da Associação a menos de 2 anos. Como mostra o Gráfico 16:

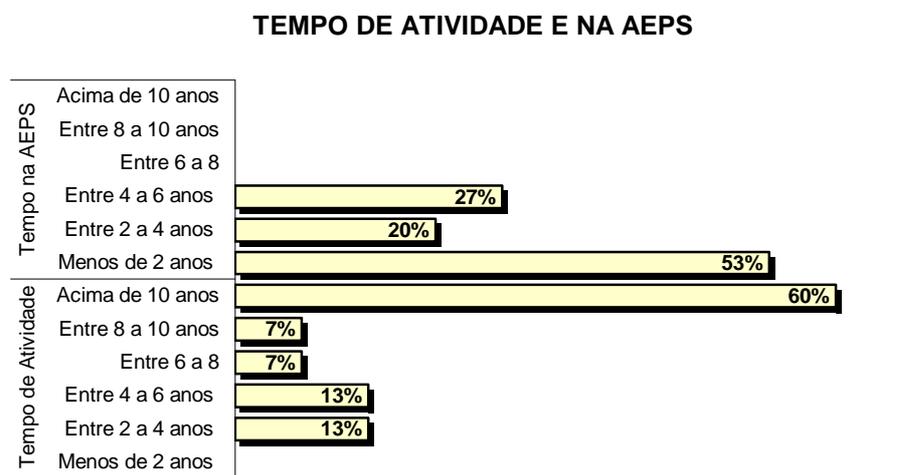


Gráfico 16 - Tempo de Atividade e na AEPS.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

O Gráfico 17 mostra que, assim como na AAC, 67% dos associados entrevistados entraram na associação em busca de espaço onde pudessem expor os seus produtos, 20% por estarem com dificuldades financeiras e 13% por terem

recebido convite de alguém. Sobre os motivos que os fazem permanecer nesta Associação, 60% afirmam acreditar na sua proposta.

#### MOTIVOS PARA PARTICIPAR E CONTINUAR NA AEPS

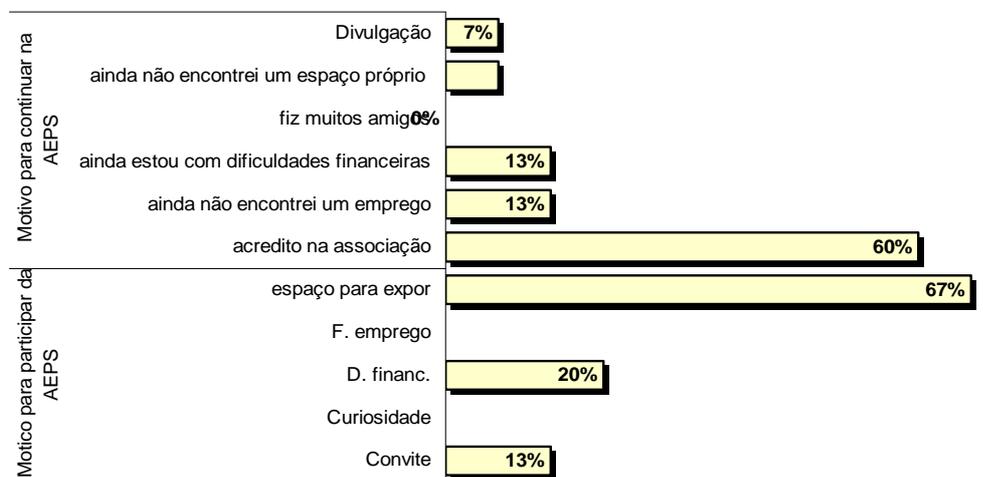


Gráfico 17 - Motivos para Participar e Continuar na AEPS.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

47% dos associados que participaram do preenchimento de formulários não conhecem a história de criação da Associação, 27% conhecem pouco e 27% afirmam conhecer muito bem a história de sua Associação. Contudo, 40% não sabem precisar o número de associados da mesma, 27% acreditam que seja mais de 100, 20% afirmam ser menos do que a realidade e apenas 7% sabem o número exato de associados da AEPS, o que fica visível no Gráfico 18:

#### HISTÓRIA E NÚMERO DE ASSOCIADOS DA AEPS

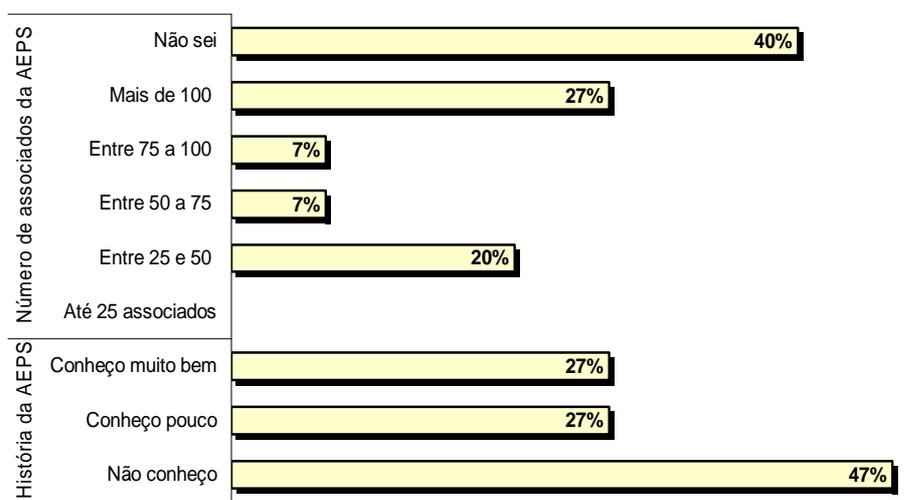


Gráfico 18 - História e Número de Associados da AEPS.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

#### 4.3.5.3 Associação, parcerias e cursos oferecidos em 2007

Quanto à criação da AEPS, 53% afirmam ter participado, 53% conhecem pouco o seu estatuto social e apenas 20% conhecem e ajudaram a construí-lo.

Sobre a existência de apoio por parte de outra entidade à associação, 60% afirmam que a AEPS recebe apoio sim e sabem dizer quem são as organizações que os apóiam, 27% não sabem se recebem apoio de outra entidade e 13% sabem que a associação recebe apoio, mas não sabem precisar de quem, como está representado no Gráfico 19:

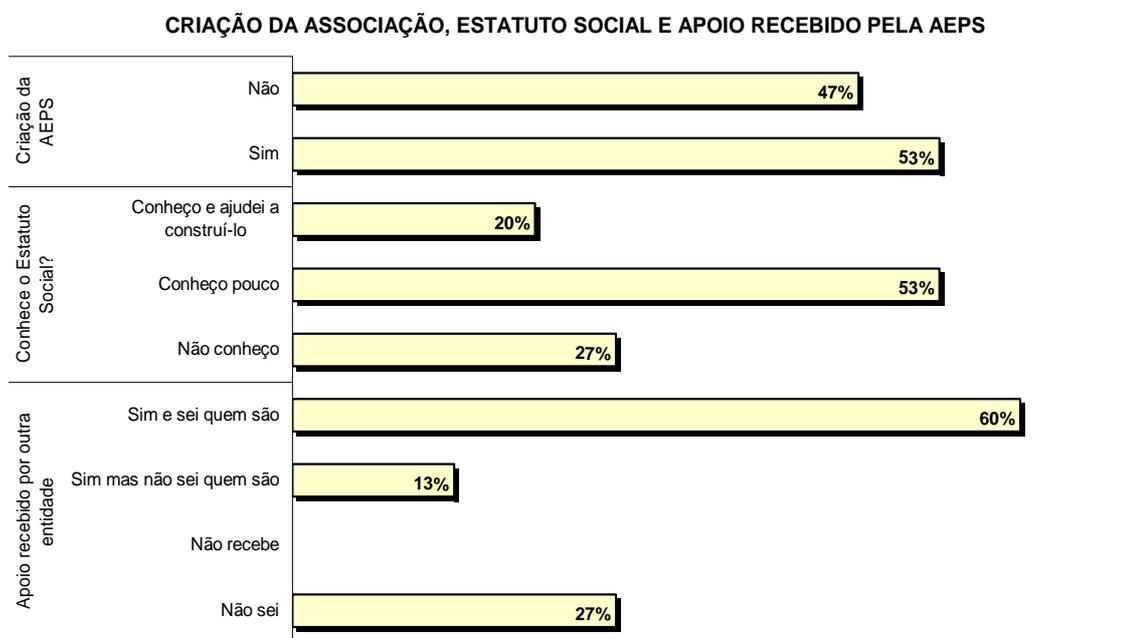


Gráfico 19 - Criação da Associação, Estatuto Social e apoio recebido pela AEPS.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Em se tratando da participação da prefeitura na Associação, 80% reconhecem o apoio por parte da mesma, 13% afirmam que a prefeitura é a razão da existência da Associação e 7% acreditam que a prefeitura dirige a AEPS. Como mostra o Gráfico 20:

### PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NA AEPS

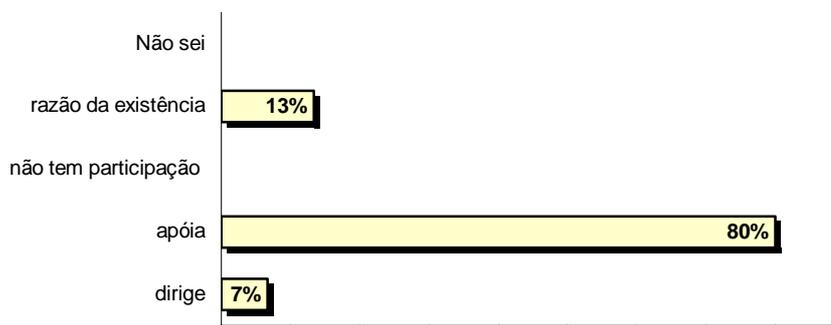


Gráfico 20 - Participação da Prefeitura na AEPS.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

A partir do Gráfico 21, percebe-se que 60% dos associados entrevistados nunca participaram de cursos oferecidos pela Associação em parceria com outras entidades, enquanto 27% afirmam participarem sempre dos cursos, e 13% apenas quando os temas lhes interessam. Contudo, 44% deixam claro que não participaram por ter entrado muito recentemente na Associação, enquanto 33% afirmam não precisarem dos cursos e 22% não gostam ou não têm tempo.

### PARTICIPAÇÃO EM CURSOS OFERECIDOS PELA AEPS EM 2007



Gráfico 21 - Participação em Cursos Oferecidos pela AEPS em 2007.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

60% não sabem dizer quantos cursos foram oferecidos em 2007, 20% afirmam ter sido oferecido até 3, 13% de 3 a 5 e 7% acima de 5 cursos. Quanto ao tema tratado nestes cursos, 42% apontam técnicas para artesanato, 37% não

sabem, e 21% apontam técnicas de administração para cooperativas e associações, conforme Gráfico 22:

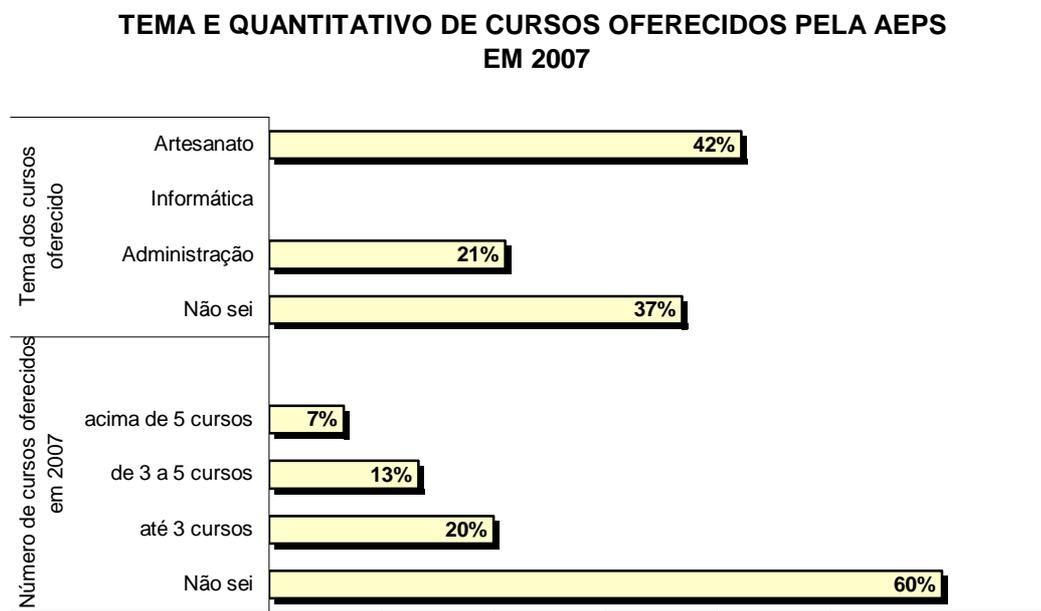


Gráfico 22 - Tema e Quantitativo de Cursos Oferecidos pela AEPS em 2007.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

#### 4.3.5.4 Participação em assembléias e participação na direção da Associação

Em relação à participação nas assembléias, 93% dos entrevistados afirmam participar sempre e 7% quando podem. Neste sentido, 60% sempre emitem opinião em relação aos assuntos tratados, 20% quando não tem jeito, 13% sempre que lhes dão oportunidade, e 7% preferem apenas escutar.

Sobre o desejo de fazer parte da direção da Associação, 60% não querem, contra 33% que alimentam essa expectativa e 7% que participariam no ultimo caso, conforme exposto no Gráfico 23:

### PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLÉIAS E DIREÇÃO DA AEPS

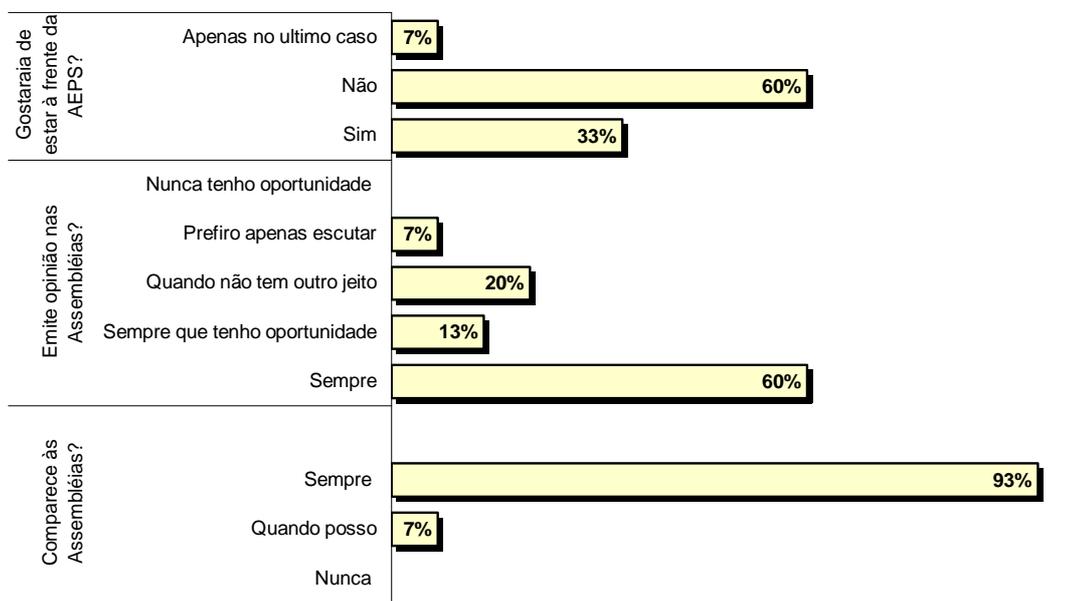


Gráfico 23 - Participação em assembleias e direção da AEPS.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

#### 4.3.5.5 Autogestão, intercâmbio com outras associações e Economia Solidária

Conforme o Gráfico 24, 67% dos entrevistados afirmam conhecer outras associações, porém 60% nunca participaram de encontros ou reuniões onde estas estivessem presentes.

### CONHECE E PARTICIPA DE ENCONTROS COM OUTRAS ASSOCIAÇÕES ALÉM DA AEPS

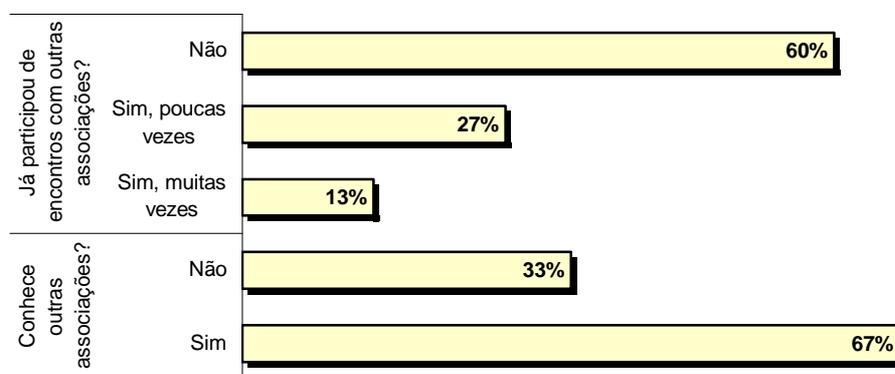


Gráfico 24 - Conhece e Participa de Encontros com outras Associações (AEPS).  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Sobre a compreensão do que seja autogestão, 40% conhecem mas não saberiam dizer o que significa, 47% desconhecem o termo e 13% não só conhecem como podem explicar o seu significado.

Outrossim, ao serem questionados sobre de quem é a responsabilidade pelas decisões tomadas em assembléia, 87% dos entrevistados afirmam que é dele e de todos os associados e 13% acreditam que seja apenas da direção.

Para 53% a Associação significa o seu trabalho, enquanto para 27% ela chega a representar uma família e para 13% a sua vida. Como mostra o Gráfico 25:

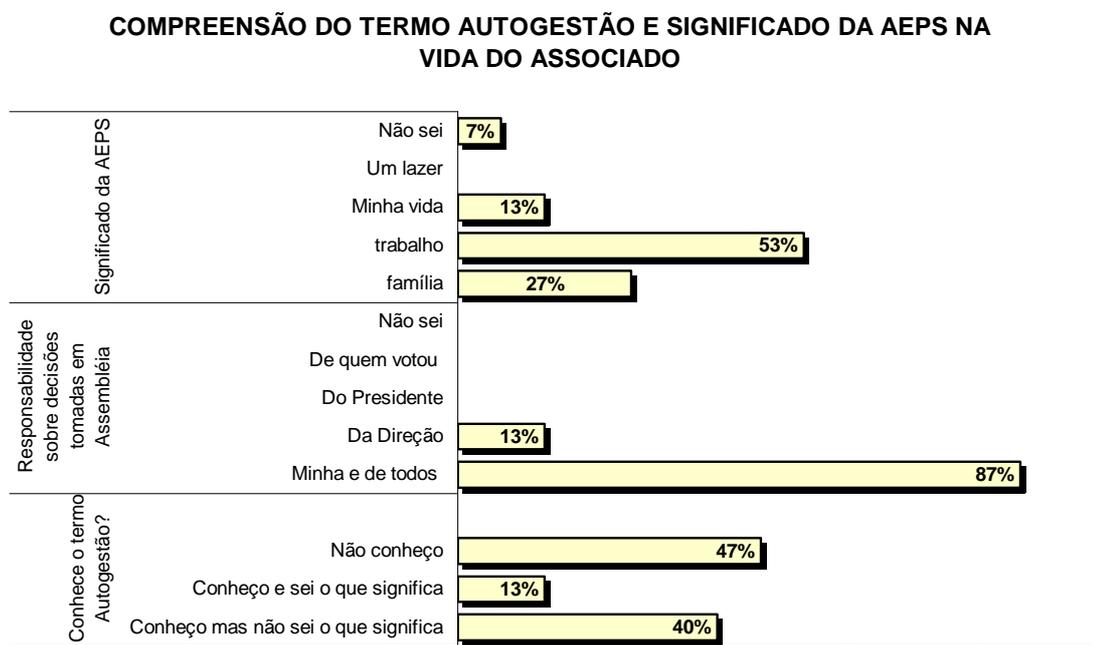


Gráfico 25 - Compreensão do termo Autogestão e significado da AEPS para o associado.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Sobre a Economia Solidária, 47% dos entrevistados conhecem e sabem explicar o seu significado, 47% conhecem, mas não poderia dizer o que seja, e apenas 7% nunca ouviram essa palavra.

Quanto aos princípios da Economia Solidária, 53% dos entrevistados não os conhecem, 33% conhecem, mas não saberiam precisá-los e 13% não só conhecem como podem enumerá-los.

Por fim, 73% dos associados que participaram do preenchimento de formulário não sabem da existência de um símbolo que represente a Economia Solidária, enquanto 27% conhecem e podem descrevê-lo, conforme fica comprovado no Gráfico 26:

### SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA, SEUS PRINCÍPIOS E SEU SÍMBOLO

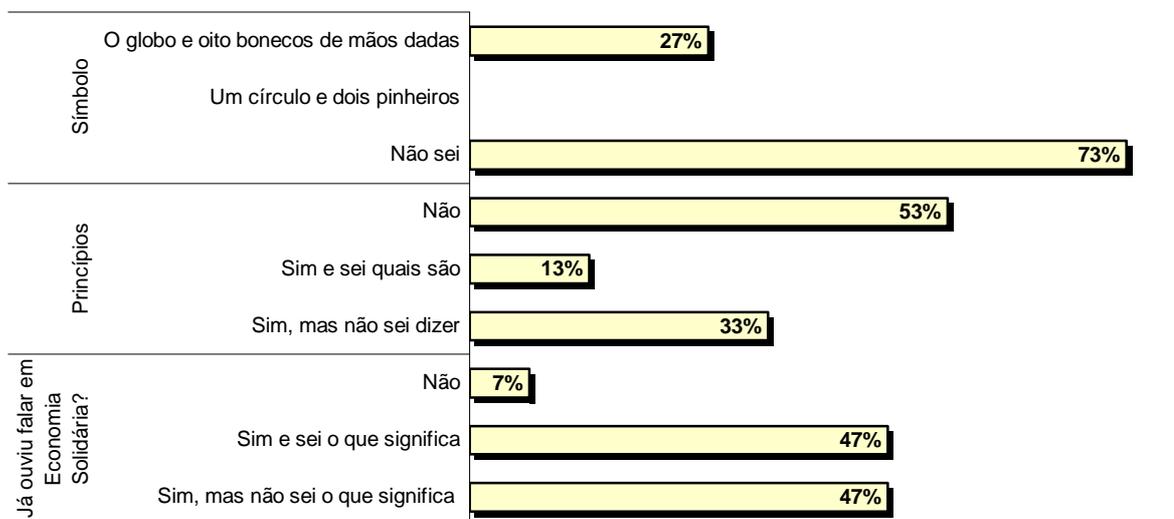


Gráfico 26 - Sobre a Economia Solidária, seus Princípios e seu Símbolo (AEPS).

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Como maior desafio para o desenvolvimento da Associação, 43% acreditam que seja a falta de um espaço fixo para exposição dos seus produtos, além de terem pontuado outros obstáculos como mostra o Gráfico 27:

### MAIOR DESAFIO DA AEPS

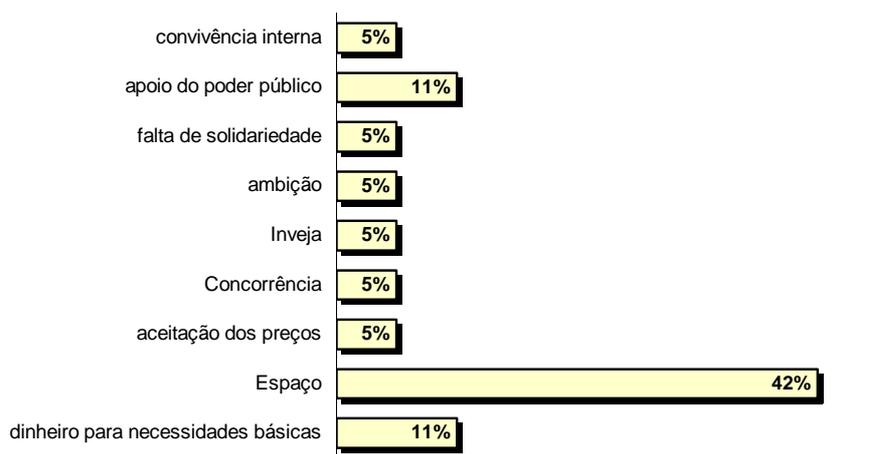


Gráfico 27 - Maior desafio da AEPS.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

#### **4.3.6 Análise da Associação de Economia Popular Solidária (AEPS)**

A AEPS representa uma nova associação entre as iniciativas populares solidárias de Vitória da Conquista. Composta por 70 associados percebe-se que seus integrantes formam um conjunto bastante heterogêneo, apresentando níveis de escolaridade predominantemente compatível com o 2º grau, porém também tendo representantes do 1º e até mesmo 3º grau. A grande maioria não possui outra renda além do artesanato, ficando esta em torno de 2 a 3 salários mínimos.

Em sua maioria, os associados lidam com o artesanato há mais de dez anos, e por não encontrarem espaço para expor os seus produtos, optaram por participar da AEPS.

Contudo, a AEPS não foi uma construção dos seus integrantes, mas sim uma decisão do poder público, frente ao conflito criado há 4 anos, quando o NEPS acolheu alguns empreendedores que não participavam de nenhuma associação. Essa atitude os levou a incentivar a criação da nova associação, a fim de que pudessem manter um diálogo enquanto poder público e entidade, como já vinha acontecendo com outras associações.

Hoje, apesar da pouca experiência, a grande maioria permanece na associação por acreditar na viabilidade desse tipo de empreendimento, visualizando a mesma como o seu trabalho.

A maioria dos entrevistados não conhece o porquê da criação da Associação, apesar de que essa mesma maioria afirma ter participado de sua criação.

Também não sabem o número de associados que possuem. Conhecem o seu Estatuto Social, apesar de conhecer pouco, e concordam que a AEPS recebe apoio de outra organização, tendo sido citada a Prefeitura como entidade que os apóia. Porém existe uma minoria que acredita que o Poder Público, representado pela Prefeitura, dirige a Associação.

A busca de um espaço fixo para expor continua sendo o seu maior desafio, além do fato de ainda estarem aprendendo a trabalhar em grupo e a participar de uma entidade dessa natureza, o que lhes impulsiona em busca de cursos e capacitações de como administrar a Associação.

É interessante perceber que a Prefeitura não é visualizada enquanto parceira, nem pelo Presidente, nem pelos associados. O apoio é percebido por todos, mas

não enquanto parceira e sim enquanto poder público, o que é reconhecido a partir da contribuição com cursos, feiras e infra-estrutura. O Instituto Mauá é entendido enquanto parceiro, sendo que este também é uma expressão do poder público estadual.

Percebe-se no Presidente da AEPS uma visão crítica em relação às ações desenvolvidas pela Coordenação de Economia Solidária. Dessa forma, afirma que essas ações ficam limitadas à realização de feiras, fazendo com que os associados busquem a associação apenas nessas épocas, quando poderiam existir mais ações no sentido de abrir mais espaço para eles. Essa visão justifica a não visualização da prefeitura enquanto parceira, mas sim como responsável pela associação.

A não participação dos associados em cursos, bem como a falta de informação sobre seus temas, pode ser justificada pelo pouco tempo da Associação, apesar de já possuírem alguma caminhada da época em que estavam vinculados ao NEPS, porém em menor número.

Não conhecem o termo autogestão, contudo concordam que a responsabilidade das decisões tomadas em assembléia é de todos. Para tanto, entendem a importância de participação nas assembléias o que fazem com prazer, e afirmam emitir sua opinião e suas idéias nessas ocasiões, porém, a maioria prefere não ter que participar da direção.

Por conta do pouco tempo de existência, torna-se delicado falar em autogestão, contudo, a participação em assembléias, bem como a contribuição no sentido de emitir sua opinião diante dos problemas da Associação, revela um campo promissor para a construção da autogestão.

Talvez pelo fato de estarem mais próximos da Coordenação de Economia Solidária, inclusive tendo sua sede dentro da ADTR, a maioria conhece a Economia Solidária, sendo que 47% também entendem o seu significado. Contudo, não conhecem os princípios do movimento e também o seu símbolo.

#### **4.3.7 Associação dos Artesãos Minerais e Lapidários do Município de Vitória da Conquista – histórico e situação atual**

A Associação dos Artesãos Minerais e Lapidários do Município de Vitória da Conquista, também conhecida como Associação de Lapidação, tem sua história vinculada à fundação do Núcleo Escola de Lapidação, criada em 1998, tendo como objetivo capacitar social e profissionalmente jovens em situação de alta vulnerabilidade social, que tivessem habilidades para o desenvolvimento do artesanato mineral.

A Escola de Lapidação tinha como metas:

- Estimular a atividade de artesanato mineral no município;
- Produzir e estimular a comercialização de artesanatos provenientes de pedras semi preciosas;
- realizar cursos de qualificação sócio-profissional para a juventude local, fomentando o empreendedorismo;
- divulgar o potencial existente no município no que se refere ao artesanato de pedras semi preciosas.

Através dessa iniciativa, 45 jovens, entre eles alunos do programa Projovens dentre outros, foram inseridos no mercado de trabalho.

A turma de 1998 da Escola de Lapidação deu origem, em parceria com a Prefeitura Municipal, à Associação de Lapidação, a fim de que se formasse uma instituição que representasse os artesãos minerais e lapidários<sup>19</sup>.

No momento inicial de sua criação, a Associação de Lapidação contava com um total de 15 associados, hoje, por motivos diversos, incluindo o fato de que os lapidários participam de programas do Estado ministrando cursos em outros municípios, a Associação tornou-se fraca e desarticulada, chegando ao final de 2007 com um total de 04 associados. As figuras 15 e 16 mostram produtos da Associação de Lapidação:

---

<sup>19</sup> Conforme Relatório da Coordenação de Economia Solidária, 2008.



Figura 15 - Produto da Associação de Lapidação.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.



Figura 16 - Produtos da Associação de Lapidação.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

A parceria com a Prefeitura continua. Nesse sentido, a Associação recebe como apoio do poder público o espaço físico para desenvolvimento dos seus trabalhos, segurança, água e a energia elétrica. Como mostra a figura 17:



Figura 17 - Sede da Associação de Lapidação.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Além da parceria com a Prefeitura através da Coordenação de Economia Solidária e da Secretaria de Meio Ambiente, a Associação tem parceria com a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), através de convênios para realização de cursos no Estado da Bahia.

O Presidente<sup>20</sup> afirma ter um bom nível de comunicação com a Coordenação de Economia Solidária, além de não ter problemas para participação nas feiras promovidas pela Prefeitura em parceria com as demais entidades da Economia Solidária.

Enquanto dificuldade para o desenvolvimento da Associação está o fato da falta de pessoal qualificado para o trabalho de lapidação, e uma melhor divulgação do trabalho realizado. Para tentar superar este obstáculo, são recrutados jovens que tenham interesse em lidar com a lapidação a fim de serem treinados para desenvolver o trabalho junto à Associação.

Segundo o Presidente da Associação, o maior adversário é o mercado, por conta da concorrência existente entre as indústrias do Estado de Minas Gerais, que não trabalham em forma de Escola como na Bahia, mas sim com a produção em larga escala. Nesse sentido, a Bahia é um dos grandes mercados abarcados pelos produtos do Estado vizinho, apesar de que a qualidade das peças feitas seja superior ao de Minas Gerais por conta de ser proveniente de um trabalho artesanal.

O termo autogestão é desconhecido na Associação, apesar de que todas as decisões são tomadas conjuntamente com os quatro sócios.

Em relação à comunicação com as demais associações da Economia Solidária, o Presidente afirma não ter contato com as mesmas, apenas em momentos de feiras.

Sobre a Economia Solidária, o Presidente afirma conhecer e viver diariamente essa proposta junto à Associação. Apesar de não se lembrar do símbolo que caracteriza o Movimento, o termo não lhe é desconhecido por se tratar de assunto sempre proferido em palestras que participa em Salvador, pela CBPM e também nos tempos em que foi integrante do Grupo de Economia Popular (GEP).

Sobre o que espera da Associação de Lapidação para os próximos dez anos, afirma ter a esperança de uma grande mudança, até mesmo pelo fato de ter realizado uma parceria com alguns artesãos de uma fábrica de São Paulo que, ao decretar falência, remunerou ou seus empregados com máquinas para o trabalho de lapidação. Em uma das feiras que participou em Itambé, município próximo à Vitória da Conquista, articulou uma estratégia de trazer essas pessoas e suas máquinas

---

<sup>20</sup> Informação obtida durante entrevista realizada em 04/08/2008 com o atual Presidente da Associação.

para a Associação, o que lhe garantirá desenvolver melhor os trabalhos realizados hoje.

#### **4.3.8 Análise da Associação de Lapidação**

A Associação de Lapidação está se reerguendo após quase 10 anos de inatividade. Apesar de ter iniciado com 15 sócios, conta hoje com 04 sócios que pretendem recomeçar a produção de forma associativa. A opinião do seu atual Presidente representa o mesmo que os três associados pensam e sentem sobre a sua Associação. Hoje, eles são os principais atores na reedificação dessa iniciativa que começou em 1998.

#### **4.3.9 Cooperativa de Catadores Recicla Conquista (CCRC) – histórico e situação atual**

A Cooperativa de Catadores Recicla Conquista é o resultado de um projeto desenvolvido pela Rede Cata Bahia através do Centro de Estudos Socioambientais (PANGEA), com apoio da Petrobrás, Fundação Banco do Brasil e Prefeitura Municipal. Seu maior objetivo é a inclusão sócio-econômica dos catadores provenientes do lixão da cidade, através da criação de uma cooperativa e da implantação do sistema de coleta seletiva. As figuras 18 e 19 mostram a atual sede da CCRC, um galpão cujo aluguel é de aproximadamente R\$ 2.000,00, pago pela Prefeitura Municipal:



Figura 18 – Galpão da CCRC.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.



Figura 19 – Luminoso em frente ao Galpão da CCRC informa o apoio da Petrobrás e do Programa Fome Zero.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

A Cooperativa foi criada em 2004, com aproximadamente 200 associados. Hoje conta com um quantitativo de 60 associados, devido a problemas outros que afastaram uma parcela considerável do grupo envolvido com a iniciativa. Um desses problemas refere-se ao fato de que alguns associados não se adaptaram ao trabalho em forma de cooperativa, já que vivendo no lixão por muitos anos, e trabalhando por conta própria na coleta de material reciclável, não estavam acostumados aos compromissos originados do trabalho em grupo.

Para os que ficaram a experiência deixa saldo positivo, como afirma um dos colaboradores da cooperativa:

Na realidade é tanta coisa assim que eu vi de mudança. (...) a importância é que hoje eu já sei e aprendi muito porque sei o que significa hoje o valor de uma água, do meio ambiente, da natureza, o valor do trabalho da gente. Aqui também a gente tem que estudar. No início do trabalho tinha pessoas aqui com 20 ou 30 anos que não sabia nem assinar o nome, e nem também documento não tinha, nem mesmo certidão de nascimento. Então depois disso, a gente foi estudando, foi ficando mais por dentro, foi tendo mais amizade com o companheiro de trabalho. Não era como antes que a pessoa pegava um negócio aqui, aí o outro vinha brigando por aquilo, hoje não, a gente pega aqui sabendo que é de todos (informação verbal)<sup>21</sup>

Como parceiros, a Cooperativa conta com o apoio da Prefeitura que arca com o pagamento do aluguel do galpão onde está instalada a CCRC, o ônibus que faz o

<sup>21</sup> Em entrevista realizada em 04/08/2008 com um dos colaboradores fundadores da cooperativa.

transporte dos associados no início e no final do expediente e o motorista que dirige o carro fazendo a coleta nas empresas.

Conta ainda com o apoio do Hiper Bom Preço e da Coca-Cola que fazem doação de material reciclado.

O PANGEA, após três anos de participação, na qual disponibilizou fardamento, embalagens, combustível para o caminhão, dentre outras coisas, está começando a se retirar, por conta do final do convênio celebrado com a Prefeitura. Porém a retirada acontece aos poucos, no sentido de perceber o nível de autonomia experimentado pela Cooperativa.

Hoje a Cooperativa já está arcando com o diesel do caminhão que faz a coleta nas empresas, a água e a luz.

A CCRC se relaciona com a Coordenação de Economia Solidária através da participação nos cursos oferecidos. Porém, tem restrições ao apoio oferecido pela Prefeitura, vez que os associados muitas vezes deixam a cooperativa por conta de não terem nem mesmo o que comer em casa, já que as retiradas ainda são muito pequenas. Nesse sentido, acredita-se que um apoio no oferecimento de cestas básicas seria ideal para incentivar a participação dos associados, como já acontece em Caculé, município próximo à Vitória da Conquista, conforme aponta um dos integrantes do conselho fiscal quando diz:

É difícil você sair pra trabalhar e deixar seus filhos com fome em casa, então as pessoa desanimam. Tem vez que você trabalha e o dinheiro que pega, mal dá pra botar comida em casa, então eles ficam querendo ganhar mais dinheiro lá fora, de outro jeito e não pela cooperativa, e isso desestimula quem vem pra cooperativa. Então eu achava que tinha que ter um jeito de no início a prefeitura ajudar a gente com esse sustento básico, que é pra pelo menos a pessoa estar aqui, mas saber que a comida de casa já está garantida (informação verbal)<sup>22</sup>.

Em relação à participação nos cursos oferecidos pela Coordenação, afirma ainda que devido à diminuição do número de associados, a participação tem sido cada vez menor, pois a Cooperativa fica prejudicada com a saída para realização de cursos, já que tem carência de pessoal para o trabalho diário.

---

<sup>22</sup> Em entrevista realizada em 04/08/2008 com um dos colaboradores fundadores da Cooperativa.

O acompanhamento em relação ao subsídio oferecido pela Prefeitura é realizado sem uma aproximação maior com a Cooperativa. Conforme relatado, o ônibus possui uma quilometragem que é avaliada para confirmar o cumprimento do que está sendo acordado, contudo, não existe por parte da mesma um acompanhamento mais próximo para que se pudesse visualizar a necessidade da cooperativa, nesse caso, o PANGEA participa mais de perto. Contudo, a razão para a não participação mais próxima por parte da Prefeitura, explica-se por conta da existência do convênio firmado com o PANGEA para acompanhamento das ações referentes à CCRC.

A grande dificuldade hoje existente na Cooperativa refere-se ao reduzido número de carrinhos, fardamento e capacitação para aumento dos cooperados. Tal problema acarreta restrição no número de bairros assistidos pela coleta, fazendo com que a quantidade de material coletado seja reduzida, gerando retiradas menores para os associados, desestimulando-os e ainda fazendo crescer as reclamações de bairros que não são atendidos justamente por conta das limitações existentes.

Outro desafio para a CCRC é a presença de atravessadores que montam depósitos, explorando o trabalho dos catadores que não participam da cooperativa. Nesse sentido, o valor do produto proveniente da cooperativa se torna superior ao valor dos catadores de rua, por conta dos custos e da limitação da coleta, inclusive por falta de catadores capacitados. Dessa forma, esses atravessadores aproveitam-se do valor menor dos catadores de rua, fazendo-os trabalhar para eles, conforme fica comprovado na fala abaixo:

Eu acredito que o que atrapalha a gente são os atravessadores. Tem bairro aí que tem até dois depósitos, uma casa aqui outra na esquina. Porque no caso, a gente tem um preço mais alto do que os catadores de rua, o atravessador ele forma um depósito aqui com R\$ 100,00 agora e acaba comprando material de R\$0,50, R\$ 0,10, R\$ 0,15. A gente sabe que tem várias pessoas que pega esses catadores, bota dentro do caminhão, leva pra outro lixão lá fora. Ele mesmo leva e depois ele mesmo compra, então no caso o nosso inimigo na realidade são eles, porque ele tá tirando o nosso companheiro e afastando da gente e explorando o trabalho deles (informação verbal)<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Em entrevista realizada em 04/08/2008 com um dos colaboradores fundadores da cooperativa.

As figuras 20 e 21 mostram, respectivamente, uma catadora autônoma recolhendo material reciclável em um dos bairros atendidos pela CCRC, bem como associados da CCRC recolhendo material no mesmo momento e no mesmo bairro:



Figura 20 – Catadora recolhe material em bairro atendido pela CCRC.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.



Figura 21 – Associados da CCRC recolhem material em bairro da cidade.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Como se observa, o volume do material a ser recolhido, só no bairro mostrado nas figuras 20 e 21 é superior à capacidade de atendimento da CCRC, fazendo com que surjam outros catadores, criando uma concorrência para a Cooperativa e desestimulando os associados que, muitas vezes, optam por trabalhar sozinhos a fim de que possam aumentar a renda resultante da venda do material reciclável.

Como nas demais associações descritas anteriormente, o colaborador da Cooperativa Recicla Conquista não conhece o termo autogestão, contudo afirma que realizam assembléias toda última sexta-feira do mês, contando com a participação de todos para opinar e votar as decisões.

Sobre a interação da CCRC com outras associações ou cooperativas, o Recicla Conquista participa do Movimento Nacional dos Catadores, sendo os representantes de Vitória da Conquista.

Em relação ao que se espera da Cooperativa para os próximos dez anos, fica revelado a esperança de poder ver a cooperativa produzindo cada vez mais, em um espaço de 5 anos, onde todos vão poder tirar daí o seu sustento, a partir do resultado do esforço coletivo.

### 4.3.10 Perfil dos atores que compõem a CCRC

A Cooperativa é uma iniciativa popular solidária relativamente nova no município. Criada em 2004, tem percebido uma diminuição no quadro dos associados por conta de vários motivos, estando hoje com um número bastante reduzido em relação aos 200 associados que faziam parte no momento de sua criação. Dessa forma, 15 associados foram convidados a participarem do preenchimento de formulário em um total de 70 associados.

#### 4.3.10.1 Dados pessoais

Conforme dados dos participantes da pesquisa de campo, a Cooperativa de Catadores Recicla Conquista possui um quadro de associados bastante novos, estando 67% na faixa de 18 a 30 anos de idade. A pouca idade, justifica um percentual maior em torno de 47% de associados solteiros, conforme o Gráfico 28.

No que se refere à escolaridade, 100% dos entrevistados afirmam estar cursando ou ter cursado até o 1º grau:

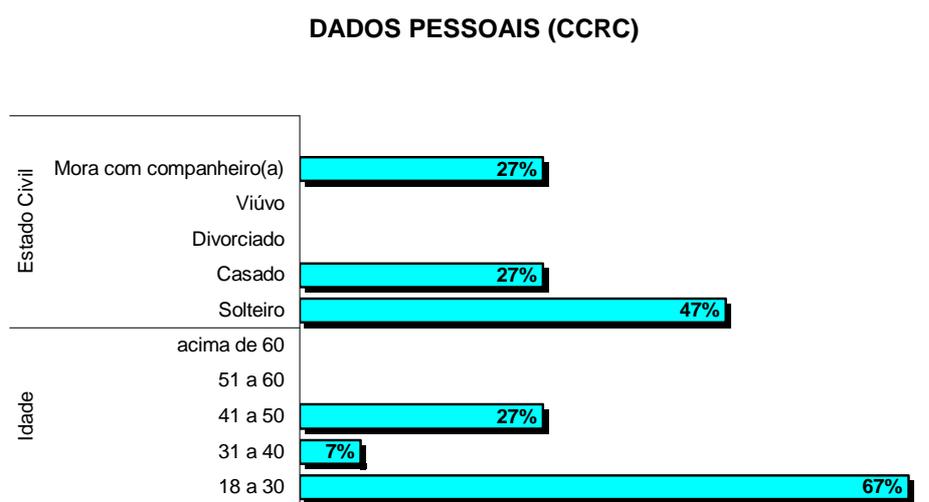


Gráfico 28 - Dados Pessoais (CCRC).  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Em relação a possuir outra renda, 100% afirmam não possuir, retirando da coleta de resíduos sólidos a sua fonte de sustento. Para 80% dos associados pesquisados a renda mensal familiar fica em torno de um salário mínimo, enquanto que para os 20% restantes ela está entre 1 e 2 salários mínimo mensal. O que fica visível no Gráfico 29:

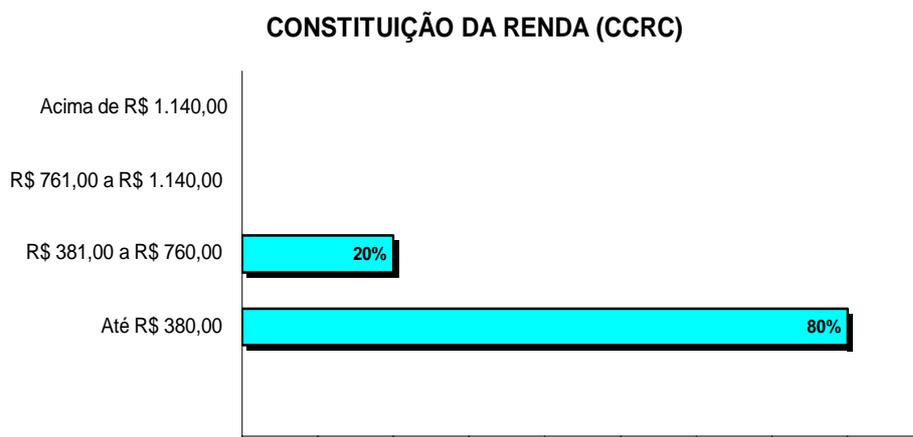


Gráfico 29 - Constituição da Renda (CCRC).  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

#### 4.3.10.2 Tempo de atividade como Catador e na Cooperativa

Em relação ao tempo dos associados desenvolvendo atividade de catador, 73% afirmam lidar com o ofício entre 2 a 4 anos, 7% a mais de 10 anos e 20% a menos de 2 anos. Enquanto cooperado, 80% afirmam ter entre 2 a 4 anos, mesmo tempo de criação da Cooperativa, conforme aponta o Gráfico 30:

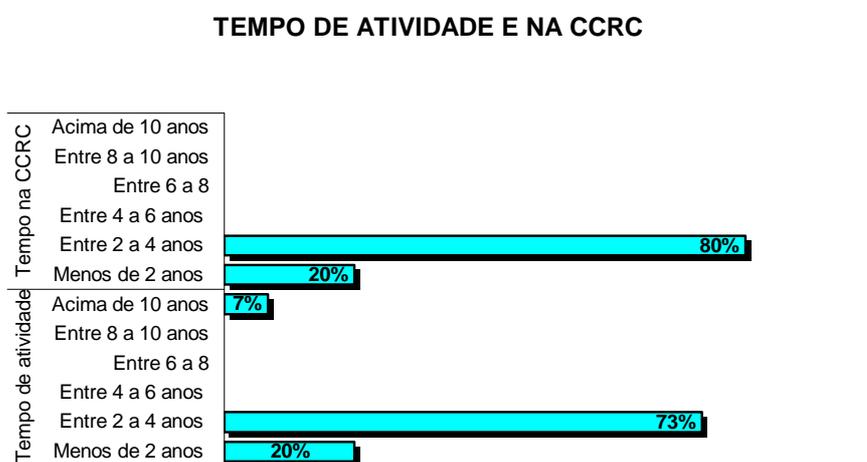


Gráfico 30 - Tempo de atividade e na CCRC.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

O Gráfico 31 mostra que a realidade da Cooperativa de Catadores é bem diferente da realidade dos artesãos, vez que além da maioria não possuir nenhuma outra renda, 87% dos entrevistados entraram na associação em busca de um emprego, e 13% devido a dificuldades financeiras. 60% permanecem na cooperativa por ainda não ter encontrado um emprego, enquanto 27% permanecem por acreditar na iniciativa e 13 % por ainda estar em dificuldade financeira.

#### MOTIVOS PARA PARTICIPAR E CONTINUAR NA CCRC

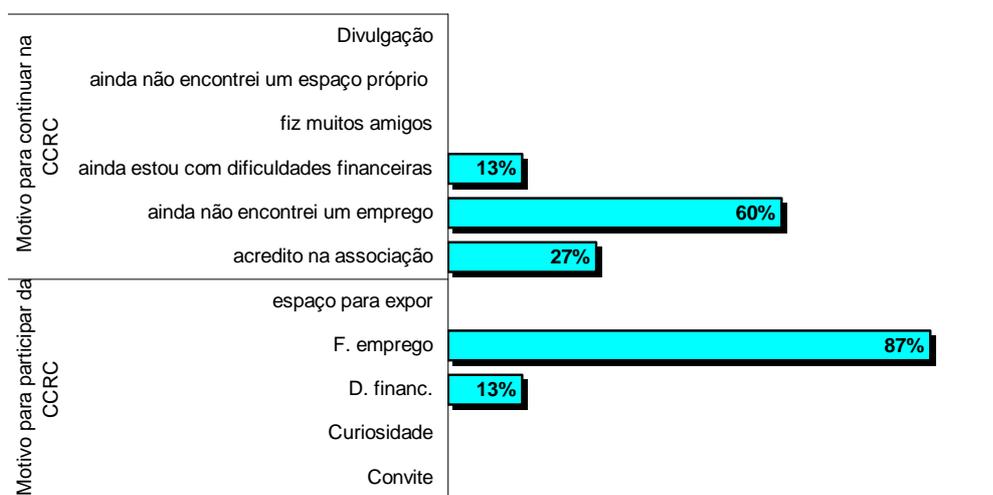


Gráfico 31 - Motivos para participação e continuar na CCRC.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

67% dos associados que participaram do preenchimento de formulário conhecem bem a história de criação da CCRC, 13% conhecem pouco e 20% afirmam não conhecer a história da cooperativa. Contudo, 80% sabem precisar o número de associados da mesma, contra 20% que não sabem dizer quantas pessoas integram a cooperativa, o que está descrito no Gráfico 32:

### HISTÓRIA E NÚMERO DE ASSOCIADOS DA CCRC

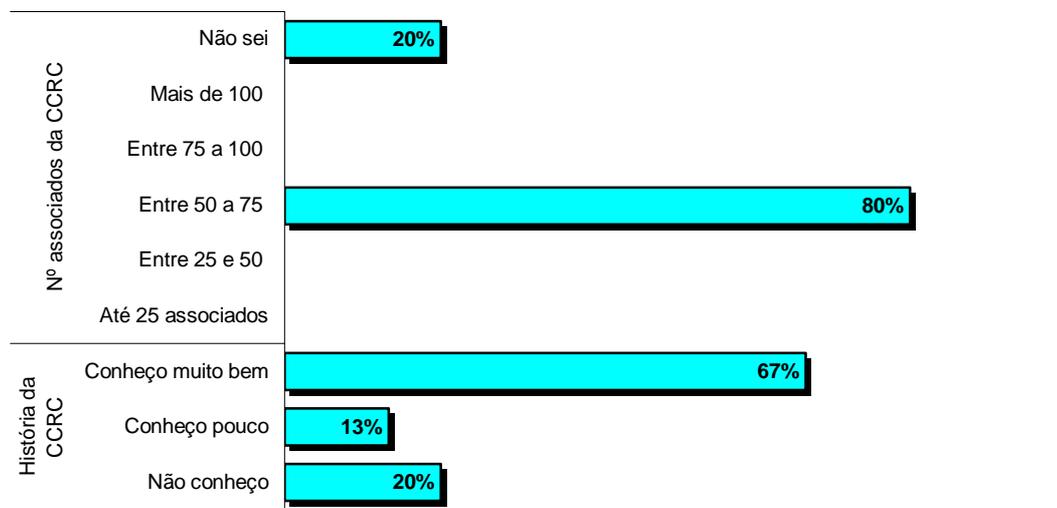


Gráfico 32- História e número de associados da CCRC.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

#### 4.3.10.3 Associação, parcerias e cursos oferecidos em 2007

Quanto à criação da Cooperativa 67% afirmam ter participado, 60% conhecem pouco o seu estatuto social enquanto 33% não conhecem, apenas 7% afirmam conhecer o estatuto e ter ajudado em sua construção.

Sobre a existência de apoio por parte de outra entidade à cooperativa, 73% afirmam que a cooperativa de Catadores recebe apoio sim e sabem dizer quem são as organizações que os apóiam, 27% acreditam que a Cooperativa não recebe apoio externo, como está representado no Gráfico 33:

### PARTICIPAÇÃO NA CRIAÇÃO, ESTATUTO SOCIAL E APOIO RECEBIDO PELA CCRC

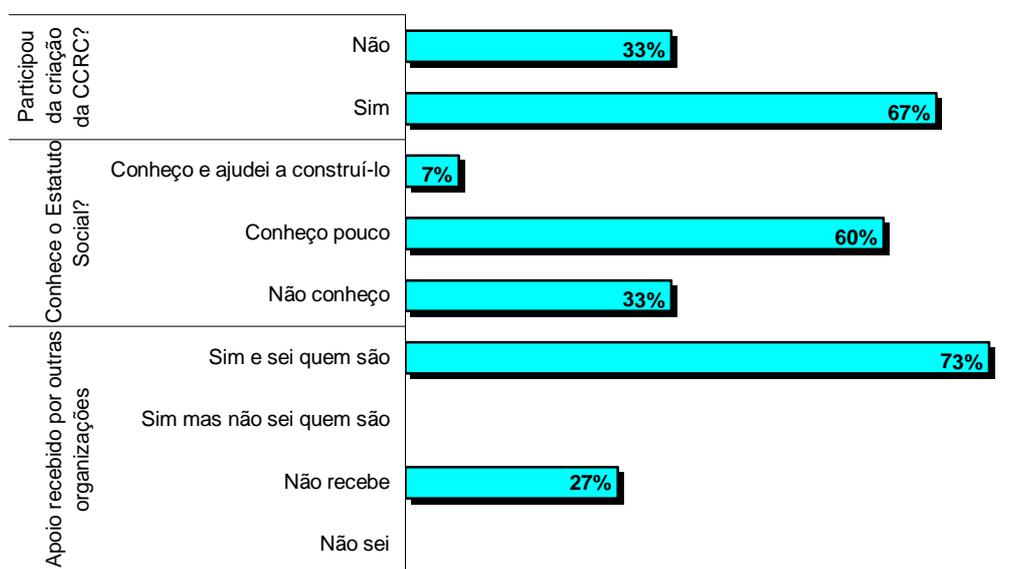


Gráfico 33 - Participação na criação, Estatuto Social e apoio recebido pela CCRC.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Em se tratando da participação da prefeitura na Cooperativa, 87% afirmam o apoio por parte da mesma, enquanto 13% afirmam que a prefeitura não tem participação nas ações da Cooperativa. Como mostra o Gráfico 34:

### PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NA CCRC

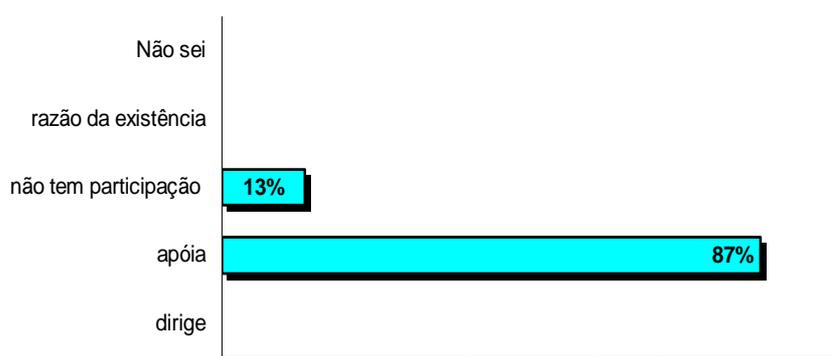


Gráfico 34 - Participação da Prefeitura na CCRC.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

A partir do Gráfico 35, percebe-se que 74% dos associados entrevistados nunca participaram de cursos oferecidos pela Cooperativa em parceria com outras

entidades, enquanto 26% participam de todos ou participam quando o tema lhes interessa.

Contudo, 46% deixam claro que não participam dos cursos oferecidos por não terem tempo, 27% nunca foram informados, 18% não gostam de freqüentar cursos e 9% afirmam ter entrado recentemente na Cooperativa.

#### PARTICIPAÇÃO EM CURSOS OFERECIDOS PELA CCRC EM 2007

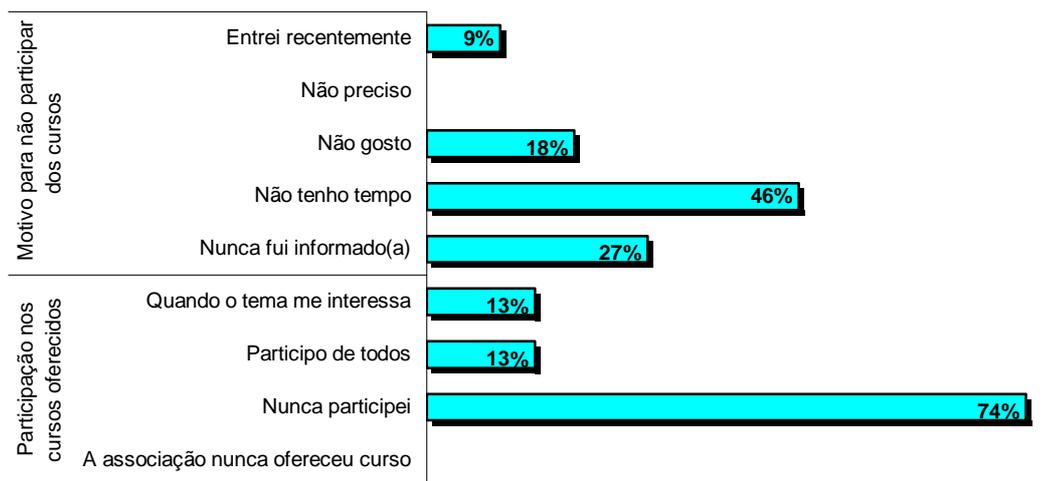


Gráfico 35 - Participação em cursos oferecidos pela CCRC em 2007.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

67% não sabem dizer quantos cursos foram oferecidos em 2007, 33% afirmam ter sido oferecido até 3. Quanto ao tema tratado nestes cursos, 60% não sabem, 33% apontam cursos de informática e 7% artesanato, como mostra o Gráfico 36:

### TEMA E QUANTITATIVO DE CURSOS OFERECIDOS NA CCRC EM 2007

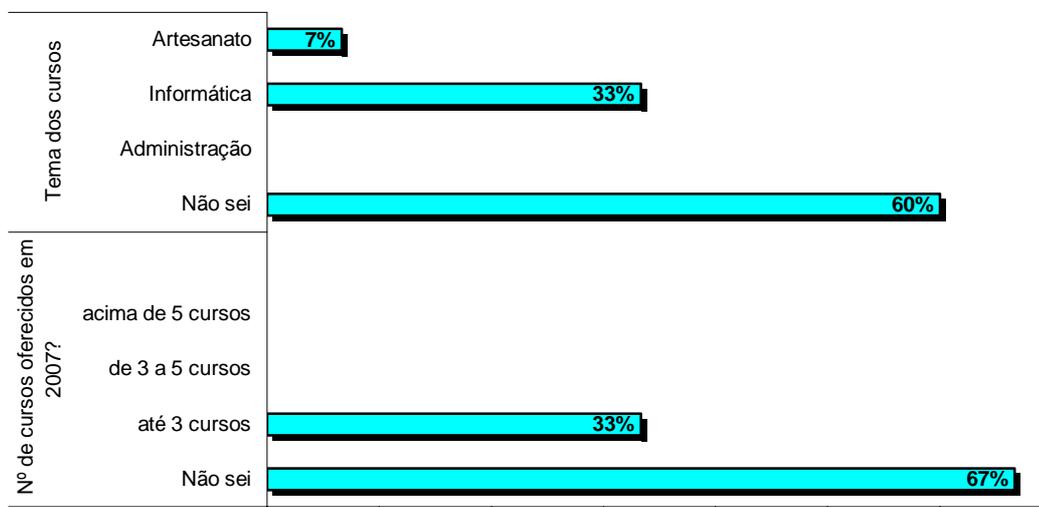


Gráfico 36 - Tema e quantitativo de cursos oferecidos pela CCRC em 2007.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

#### 4.3.10.4 Participação em assembleias e participação na direção da Cooperativa

Em relação à participação nas assembleias, 100% dos entrevistados afirmam participar sempre. Neste sentido 60% sempre emitem opinião em relação aos assuntos tratados, 20% preferem apenas escutar, 13% quando não tem outro jeito e 7% sempre que tem oportunidade.

Sobre o desejo de fazer parte da direção da Cooperativa, 67% querem, contra 33% que preferem não se envolver na liderança da mesma, conforme exposto no Gráfico 37:

**PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLÉIAS E DIREÇÃO DA CCRC**

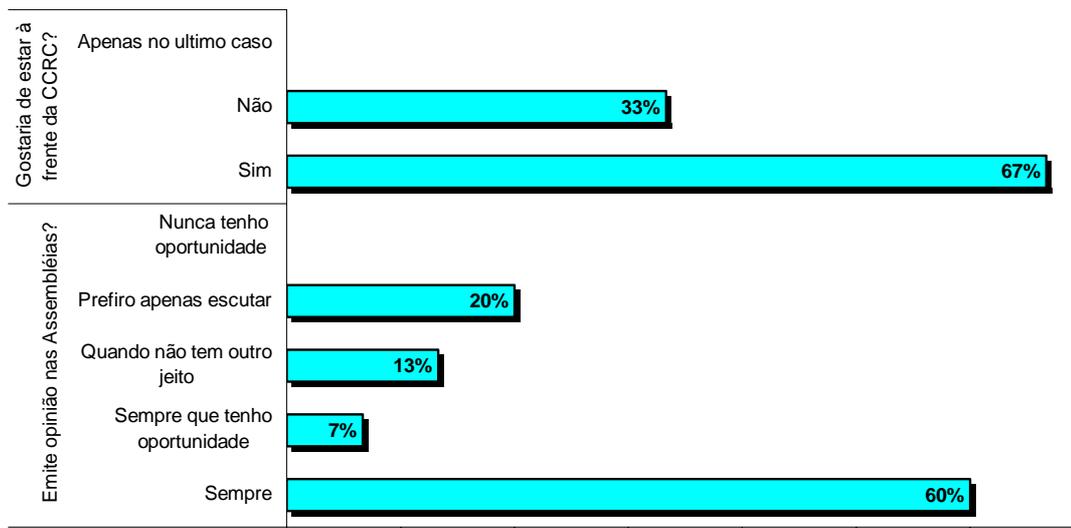


Gráfico 37 - Participação em assembleias e direção da CCRC.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

#### **4.3.10.5 Autogestão, intercâmbio com outras cooperativas e Economia solidária**

Conforme o Gráfico 38, 93% dos entrevistados afirmam não conhecer o termo autogestão, contra 7% que apesar de já ter ouvido falar não sabe dizer do que se trata.

Nesse sentido, as serem questionados sobre de quem é a responsabilidade pelas decisões tomadas em assembleia, 100% dos entrevistados afirmam que é dele e de todos os associados.

Para 53% a Cooperativa significa o seu trabalho, enquanto para 40% ela chega a representar uma família e para 7% um lazer.

**COMPREENSÃO DO TERMO AUTOGESTÃO E SIGNIFICADO DA CCRC NA VIDA DO ASSOCIADO**

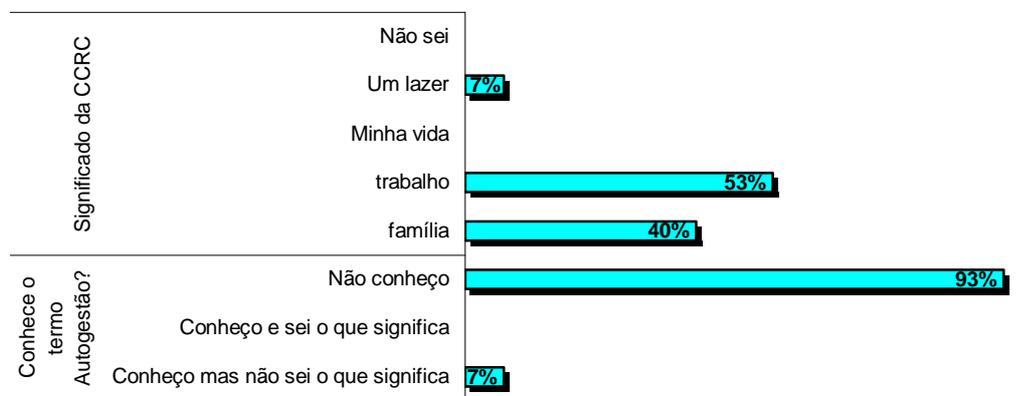


Gráfico 38 - Compreensão do termo autogestão e significado da CCRC na vida do associado.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Sobre a Economia Solidária, 53% dos entrevistados não conhecem essa palavra, 27% conhecem, mas não sabem dizer o que significa, e 20% conhecem e sabem explicar o que significa.

Quanto aos princípios da Economia Solidária, 66% dos entrevistados não os conhecem, 27% conhecem, mas não sabem precisá-los e 7% não só conhecem como podem enumerá-los. Conforme fica comprovado no Gráfico 39:

**SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEU SÍMBOLO (CCRC)**

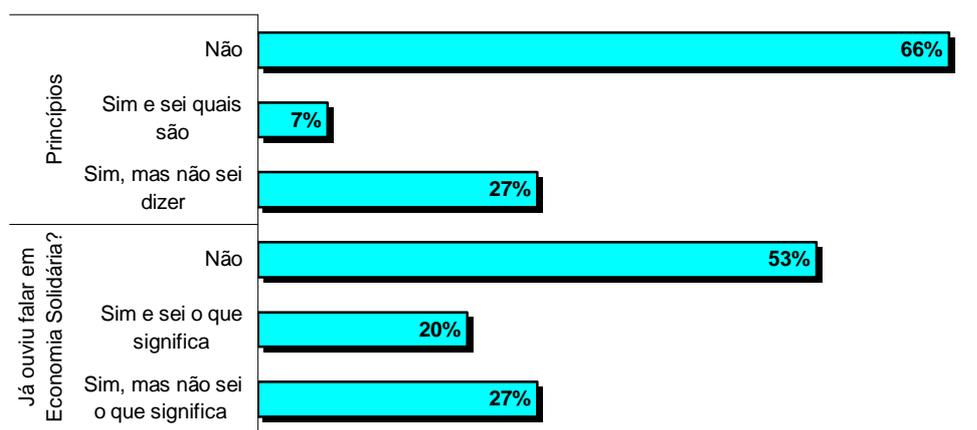


Gráfico 39 - Sobre a Economia Solidária e seu símbolo (CCRC).

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Por fim, 100% dos associados que participaram do preenchimento de formulário não sabem da existência de um símbolo que represente a Economia Solidária.

Como maior desafio para o desenvolvimento da Cooperativa, 60% acreditam que seja a falta de dinheiro para as necessidades básicas dos associados, além de terem pontuado outros obstáculos como mostra o Gráfico 40:

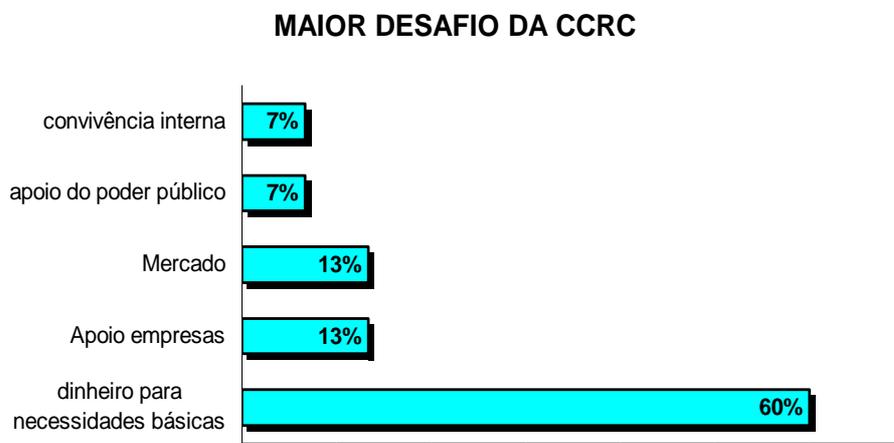


Gráfico 40 - Maior desafio da CCRC.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

#### 4.3.11 Análise da Cooperativa de Catadores Recicla Conquista (CCRC)

Pela exposição dos dados acima, observa-se que a Cooperativa de Catadores Recicla Conquista (CCRC) possui uma realidade bastante diferente das demais associações. Com um quadro de associados formado por uma faixa-etária bastante nova, bem como uma grande maioria de solteiros, não possuem outra fonte de renda a não ser a retirada quinzenal do trabalho da cooperativa, o que resulta em R\$ 150,00 ao final do mês a depender da produção.

É importante lembrar que a formação da CCRC vinculou-se ao desativamento do antigo “lixão” que transformou-se em um aterro sanitário. Desse modo, as pessoas que lá habitavam e faziam da atividade de catador a sua fonte de renda, foram incentivados pelo poder público a criar a cooperativa e assim continuar com sua atividade, porém de forma organizada e tutelada pela ONG Pangea até que pudessem se autogerir.

Por não encontrarem um emprego, permanecem na cooperativa desde a sua criação, com um grande interesse por tudo que diz respeito às ações do empreendimento, por isso conhecem bem a sua história e evolução, mensuram com

exatidão o número de associados e as organizações que os apóiam - incluindo a Prefeitura - participam sempre das assembleias, além de que a maioria manifesta interesse em participar da direção.

As dificuldades existentes gera uma atuação não muito positiva junto à comunidade, uma vez que a coleta nos bairros fica deficiente. Os motivos vinculam-se a: número reduzido de carrinhos e fardamentos para coleta do material reciclável, capacitação para novos associados, diminuição do quadro de pessoal que em 2004 era composto por 200 associados e ao final de 2007 possui apenas 70 associados.

Tais dificuldades fazem com que a Cooperativa utilize todo o seu pessoal a fim de manter a sua produção diária, por esse motivo, há pouca participação em cursos e eventos vez que a saída de um grupo já onera o trabalho interno.

Apontam como maior dificuldade para a Cooperativa a falta de apoio do poder público no sentido de garantir uma cesta básica para os associados, até que a cooperativa possa produzir de forma a aumentar as suas retiradas. Essa ação é vista como uma solução para a diminuição de associados, já que muitos não conseguem se sustentar apenas com as retiradas mensais no nível de produção que estão alcançando.

Apesar de representarem uma entidade que integra o Movimento da Economia Solidária, não conhecem o termo, os princípios e o símbolo do Movimento. Também não compreendem o sentido da palavra autogestão, contudo, demonstram fazê-la em alguma medida, já que entendem e participam de todas as ações e dificuldades do seu empreendimento.

#### **4.3.12 Grupo de Economia Popular (GEP) - histórico e situação atual**

A história do Grupo de Economia Popular (GEP) inicia-se no âmbito da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), onde através de um projeto de extensão, eram desenvolvidos programas de valorização do artesanato de Vitória da Conquista.

A idéia surgiu durante a realização de uma Feira Baiana de Negócios (FEBAN), organizada pelo SEBRAE, e que se realizava uma vez por ano no município. Naquele momento, percebia-se a existência de muitos empreendimentos

populares voltados para a prática do artesanato e que não dialogavam entre si, não havendo articulação em torno de uma proposta comum. Dessa constatação, nasceu em 1998 a proposta para implementação de um projeto apoiado pela UESB, que criasse condições de reunir esses empreendimentos de forma organizada, associativa e solidária, a fim de agregar valor às suas práticas divulgando o artesanato desenvolvido no município.

O então prefeito da cidade, tendo oportunidade de conhecer o projeto desenvolvido pela UESB, convidou a Sr<sup>a</sup> Dora Sugimoto, idealizadora do mesmo, para implementá-lo na Prefeitura, incluindo essa ação em seu plano de governo em 1999.

No momento de sua implantação enquanto ação do governo municipal, optou-se por desenvolver o projeto junto à Secretaria de Expansão Econômica, e não nas Secretarias Sociais, pois observava-se que tal atitude criava mais mobilidade às ações de fortalecimento do projeto.

A partir de então, firmaram-se convênios e parcerias entre a Prefeitura - através de suas diversas Secretarias - e a UESB, dando continuidade ao projeto, para tanto juntando esforços entre o poder público municipal e a Universidade.

O GEP promove a economia dos setores populares através do incentivo à economia familiar, produção sem exploração, respeito aos recursos naturais e comércio justo. Para tanto, procurou organizar-se em dez setores internos de produção, sendo eles:

- trabalhos manuais
- alimentos
- industrializado
- artístico
- agricultura orgânica
- cultural
- serviços
- institucional
- popular/utilitário
- meio ambiente

Cada setor age no sentido de identificar dificuldades inerentes à sua especialização, articular prioridades e criar alternativas.

A atuação do GEP se concretiza de várias formas, fazendo-se presente não só no município de Vitória da Conquista, mas também em outros municípios e regiões circunvizinhas. Desse modo, realiza atividades que incluem além de feiras e exposições para divulgar e comercializar os produtos - através de atividades itinerantes em praças, ruas, escolas, clubes e outros espaços públicos - também a promoção de cursos de formação técnica e cidadania.

O grupo possui ainda uma logomarca e um Selo de Qualidade e Procedência criada com a intenção de divulgar a qualidade dos produtos comercializados. O Selo GEP, como mostra a figura 22:

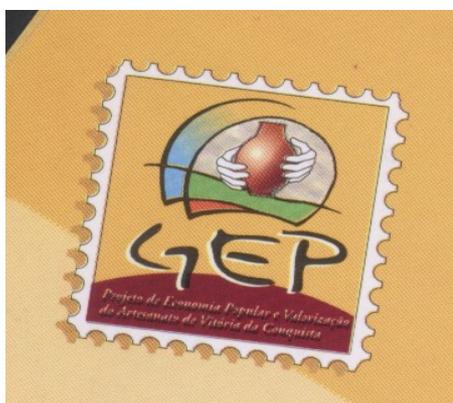


Figura 22 - Selo GEP  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

O Selo acompanha o produto que se origina das ações do GEP, indicando a geração de trabalho e renda, não exploração de mão-de-obra infantil, preservação da cultura local e respeito ao meio ambiente.

Dessa forma o GEP foi se desenvolvendo, criando visibilidade, conquistando o seu espaço através da organização de suas feiras, com barracas padronizadas, caracterizadas pelo colorido e presença marcante do símbolo do grupo refletido em sua logomarca, como mostram as figuras 23 e 24:



Figura 23 - Barraca de Exposição do GEP - setor de artesanato.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.



Figura 24 - Barraca de Exposição do GEP - setor de alimentação.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

No início de sua atuação, havia uma forma de acompanhamento mais próxima, no sentido de exercer uma tutela e com o passar do tempo, ir incentivando a autogestão do grupo.

O grupo articulava vários eventos juntamente com a Prefeitura, criando parceria nos programas desenvolvidos pela Secretaria Social a exemplo das feiras de saúde, eventos do Movimento da Terceira Idade, Projeto Conquista Criança, DST – AIDS, dentre outros, como afirma a Sr<sup>a</sup> Dora Sugimoto “inclusive havia até uma brincadeira que dizia que o GEP só não ia a batizado de boneco se não soubesse, porque se chegasse ao conhecimento do pessoal o grupo lá estaria.”(informação verbal)<sup>24</sup>

Em 2001, após três anos de existência enquanto projeto contínuo da Universidade em parceria com a Prefeitura Municipal, o grupo idealizador do GEP, juntamente com os seus integrantes, passaram a estudar a possibilidade de institucionalização da entidade no sentido de se criar uma cooperativa, associação ou mesmo uma OSCIP. Esta demanda surgiu por se perceber que o GEP estava se tornando algo muito maior que um projeto dentro de uma das secretarias da Prefeitura, necessitando, portanto, de maior autonomia.

Nesse sentido, em setembro de 2001 o GEP tornou-se o Grupo de Economia Popular de Vitória da Conquista e Região Sudoeste, passando a caracterizar-se enquanto OSCIP, abraçando os seguintes objetivos:

<sup>24</sup> Em entrevista escrita, realizada à distância com a idealizadora e fundadora do GEP, Sr<sup>a</sup> Dora Sugimoto, recebida em 16/03/2008 através de Sedex.

- Experimentação não-lucrativa de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- defesa, preservação, conservação do meio ambiente e promoção desenvolvimento sustentável;
- promoção do voluntariado;
- promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- estudo e pesquisa, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que tratem das atividades mencionadas acima.

Para a viabilização desses objetivos, trabalha-se com os seguintes objetivos específicos:

- promover parceria com o poder público nas esferas estadual e municipal;
- criar um espaço específico para exposição, comercialização e divulgação dos produtos e serviços no município;
- divulgar o artesanato de Vitória da Conquista e Região Sudoeste;
- Promover intercâmbio de experiências no âmbito municipal (campo/cidade) e regional;
- divulgar os produtos e serviços com o Selo de Qualidade GEP;
- firmar contrato como prestador de serviços para a Prefeitura Municipal e a UESB nas áreas de capacitação e de fornecimento de mão-de-obra e serviços, apoio na realização de oficinas, feiras e eventos;
- implementar os projetos de alcance comunitário na cidade, a exemplo da instalação de parques infantis em praças públicas e a criação de jogo de xadrez humano, entre outros;
- adquirir um veículo para auxiliar suas atividades e um ônibus, que funcionará como sala de aula itinerante, para realização de cursos na zona rural e nos bairros periféricos da cidade;
- obter linhas de crédito pelo Banco do Povo com carência e prazos que atendam às especificidades do GEP;
- definir um local público para a realização das feiras e atividades culturais;

- promover meios de divulgação, tais como: catálogo de divulgação e venda, página na internet, programa de rádio e jornais periódicos;
- cadastrar voluntários;
- criar nos bairros escolas de artes e núcleos de produção em diversas áreas, como tecelagem, cerâmica, marcenaria, bordado e reciclagem.

No momento de sua criação, o GEP contava com a participação direta de 40 pessoas, considerando que indiretamente existia um número muito maior de participantes, por conta do trabalho não se restringir apenas aos associados, mas envolver suas famílias, amigos, parentes e todos que contribuem de forma indireta com o GEP. Ao eleger a sua primeira diretoria, quando da transformação em OSCIP, registrava um número de 279 membros cadastrados, hoje, segundo dados da Coordenação de Economia Solidária, o GEP conta com 150 associados ativos, no município de Vitória da Conquista.

Em relação ao Movimento da Economia Solidária, o surgimento do GEP acompanhou a evolução das discussões em relação a uma forma diferenciada de se promover a economia a partir dos setores populares da sociedade, como afirma a sua idealizadora:

Na verdade nossa atuação começou antes mesmo de haver essa estruturação da Economia Solidária Nacional, nós tínhamos algum conhecimento a partir de experiências em São Paulo, mais precisamente em Santos, a formação de cooperativas populares, cooperativas de trabalhadores e naquela época nem se chamava tanto de Economia Solidária, havia um início dessa discussão, tanto é que havia vários nomes, economia popular solidária, sócio economia, economia da comunhão, enfim, isso era o início desse processo e foi desembocar no que a gente conhece hoje. (Informação verbal)<sup>25</sup>

Nesse contexto, poucas prefeituras articulavam estratégias de apoio à economia popular solidária, e a criação do GEP acompanhava o advento das discussões nessa área.

Contudo, a questão da formação sempre foi algo muito presente desde a construção do seu projeto inicial, isso por conta da presença da Universidade que, através dos professores envolvidos no processo, articulava palestras, cursos na área

---

<sup>25</sup> Em entrevista escrita, realizada à distância com a idealizadora e fundadora do GEP, Sr<sup>a</sup> Dora Sugimoto, recebida em 16/03/2008 através de Sedex.

de melhoramento e qualificação dos artesãos, além da formação para a cidadania, construindo um eixo importante dentro do grupo, fomentando assim a sua emancipação.

Em final de 2007 o GEP contava com aproximadamente 350 associados entre o município de Vitória da Conquista e região.

Continua a parceria com a Prefeitura - através das Secretarias de Agricultura, Cultura, Saúde e Desenvolvimento Social - e a UESB, além de ter articulado novas parcerias com o Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Trabalho, CAR, CAPS I e II, entre outros.

A atual Presidente do GEP<sup>26</sup>, entende que o grupo alcançou um nível de amadurecimento a ponto de não necessitar mais de uma assessoria como no momento inicial de sua formação. Entende ainda que o GEP, por conta da experiência que acumulou durante os anos de sua evolução, atua como uma parceira da Coordenação de Economia Solidária, contribuindo com as novas diretorias que vão mudando com o passar do tempo.

Em relação à parceria com a Prefeitura, recebe suporte em relação à infraestrutura da sede da OSCIP, aluguel, telefone, água e luz, e utiliza um imóvel cedido na Praça Tancredo Neves, centro da cidade, onde organiza a Lojinha do GEP, com exposição dos produtos do grupo, como mostram as figuras 25 e 26:



Figura 25 - Sede do GEP.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.



Figura 26 - Sede do GEP.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

<sup>26</sup> Em entrevista realizada no dia 12/08/2008 no GEP.

Para a idealizadora do GEP, Sr<sup>a</sup> Dora Sugimoto, o maior desafio do grupo é lutar por sua autonomia e sustentabilidade o que considera, inclusive, um desafio para o Movimento da Economia Solidária como um todo. Na sua opinião, ainda existe uma certa dependência em relação ao poder público municipal ou mesmo Estadual e Federal. Contudo, conclui que nos últimos 10 anos, o GEP demonstrou possuir capacidade para enfrentar os obstáculos que vão surgindo em seu caminho e a busca pela sustentabilidade é mais um desafio a ser superado.

Para a atual Presidente do grupo, o maior desafio consiste na estrutura física, fato crítico em relação à sustentabilidade do grupo, vez que não tem um espaço próprio e amplo o bastante para colocar em prática as idéias que vão surgindo e que representam o fortalecimento do GEP, como por exemplo, espaço para viabilizar as reuniões do Fórum da Economia Solidária; espaço para alojar os membros do grupo de outros municípios, bem como da zona rural quando da organização de eventos na cidade; espaço para capacitações em cooperativismo, associativismo e Economia Solidária; e um espaço fixo onde os artesãos tivessem um ponto para comercialização dos seus produtos por tempo maior que durante a realização das feiras<sup>27</sup>.

A atual Presidente deixa claro que apesar das dificuldades enfrentadas, existe reconhecimento e um respeito muito grande em relação ao GEP e ao que ele representa, isso também se dá por conta do grupo ser o representante do Território de Identidade de Vitória da Conquista no Estado da Bahia nas questões relacionadas à Economia Solidária. O GEP também já foi representante do Clube de Trocas e da Economia Solidária no Estado da Bahia, durante o I Fórum Social Mundial. Tal reconhecimento lhe abre muitas portas.

Apesar de desconhecer o termo autogestão, o Vice-Presidente do GEP afirma a realização de assembléias freqüentes, ao menos uma vez por mês, sendo as decisões tomadas todas em assembléias com a participação dos representantes das diversas associações e também dos associados.

Nesse sentido, a Presidente do grupo entende que, apesar de os associados não conhecerem o termo autogestão, uma vez que existe uma parcela grande de associados com pouco estudo ou semi-analfabetos, percebe-se em algumas

---

<sup>27</sup> Segundo o Vice-Presidente do GEP, em entrevista realizada no dia 13/05/2008, o espaço fixo para exposição dos artesãos é um desejo antigo dos associados do GEP.

atitudes que existe a compreensão da importância da participação de todos nas decisões do grupo.

Esse fato foi comprovado durante a assembléia que antecedia a feira de natal, considerada a melhor feira em termos de comercialização, por esse motivo, ficava repleta de associados que nunca participavam, mas que apareciam naqueles momentos interessados em expor naquela feira temática.

Para resolver tal problema, o próprio grupo, a partir dos associados que não aceitavam tal conduta, formulou uma regra onde só poderiam participar da feira de Natal aqueles que freqüentassem no mínimo 5 assembléias seguidas, o que representa uma participação mínima de 5 meses antes de acontecer a feira. Esse episódio representou para a atual Presidente, um momento de amadurecimento no que se refere à autogestão do grupo.

Outrossim, a direção trabalha bastante o tema autogestão durante as capacitações, cursos, palestras e demais eventos do GEP.

Em relação ao símbolo da Economia Solidária, o GEP procura fazer a divulgação do mesmo incluindo-o nos *banners* e *folders* de apresentação dos eventos, como mostra a figura 27:

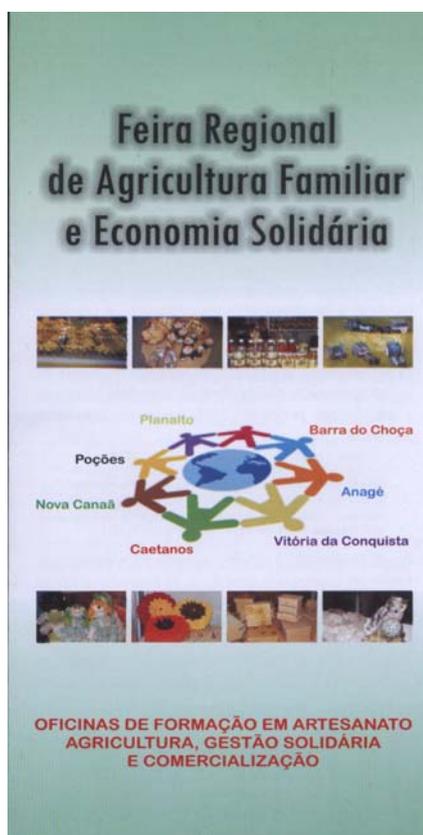


Figura 27 - Folder do GEP.  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Para realizar as capacitações e ações propostas pelo GEP, o grupo conta com a atuação dos quatro membros da diretoria além de seis técnicos, na maioria voluntários.

Em relação à perspectiva do GEP para os próximos 10 anos, a Presidente afirma ter uma grande meta por qual ela luta bastante, que é trabalhar até que os 26 municípios do Território de Identidade de Vitória da Conquista estejam participando do projeto de Economia Solidária proposto pelo GEP, nesse sentido conclui afirmando:

Eu vejo o GEP daqui a 10 anos como uma grande organização, como uma grande autogestão de Economia Solidária, onde a gente vai sentar e dar muita risada das dificuldades que passamos, dos contratempos, dos desafios que tentaram cepear a nossa história. Eu tenho certeza, como eu tenho certeza em Deus, a gente vai ter em cada município a história da Economia Solidária trabalhada pelo GEP. (Informação verbal)<sup>28</sup>

#### **4.3.13 Perfil dos atores que compõem o GEP**

O GEP possui uma caminhada mais significativa em relação ao trabalho associativo, até mesmo por conta de ter iniciado sendo tutelado por uma universidade. Nos 15 formulários preenchidos, percebe-se um amadurecimento maior em relação às demais entidades, como pode-se confirmar na análise dos dados exposta abaixo.

##### **4.3.13.1 Dados pessoais**

O quadro de associados do GEP é composto por diversas faixas etárias, sem que se perceba uma forte predominância de alguma delas. Em relação ao Estado Civil, os casados representam a grande maioria. E no que se refere à escolaridade,

---

<sup>28</sup> Em entrevista realizada no dia 12/08/2008 no GEP.

predomina o 1º grau com 67% dos associados que participaram do preenchimento de formulários, seguido do 2º grau com 33%, conforme o Gráfico 41:

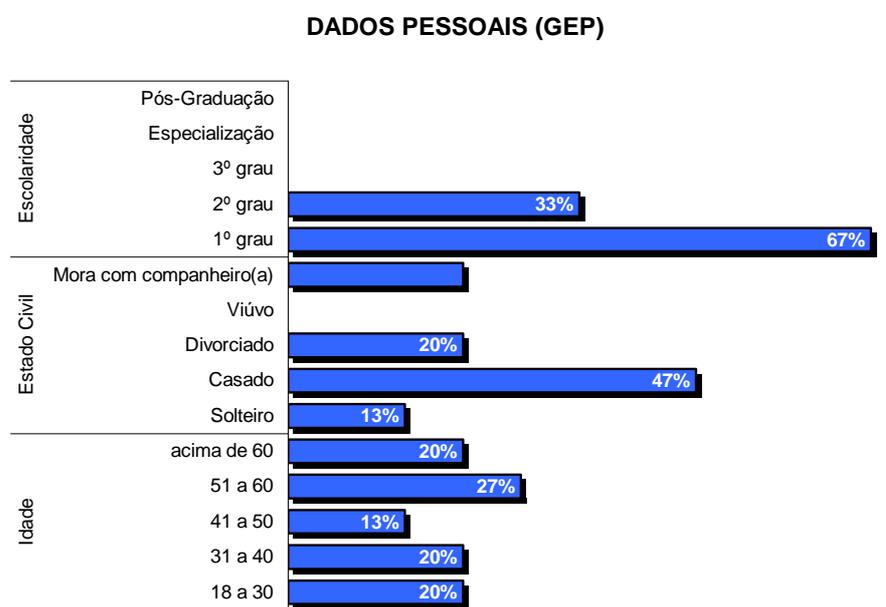


Gráfico 41 - Dados Pessoais (GEP).

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Em relação a possuir outra renda, 53% dos entrevistados possuem, enquanto para 47% o artesanato é a única fonte de sustento sua e de sua família. A renda fica na média de três salários mínimo mensal para 53%, dois salários para 20% e um salário para 20% dos abordados. Percebe-se ainda a existência de renda superior a três salários para 7% dos entrevistados, o que fica visível no Gráfico 42:

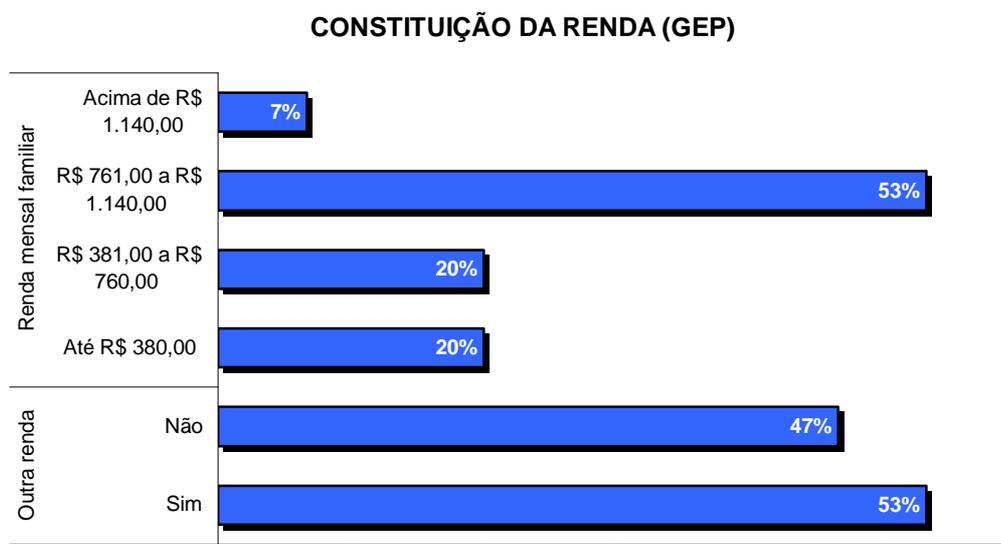


Gráfico 42 - Constituição da Renda (GEP).

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

#### 4.3.13.2 Tempo de atividade como artesão e na Entidade

Quanto ao tempo dos associados desenvolvendo atividades de artesanato, 40% afirmam lidar com o ofício há mais de 10 anos, enquanto 33% realizam a atividade em um período que vai de 2 a 10 anos, e 27% estão na atividade há menos de 2 anos.

Quanto ao tempo de participação na OSCIP, 33% participam da mesma em um período de 8 a 10 anos, 7% afirmam estar no grupo a mais de 10 anos, 33%, participam em um período de 2 a 8 anos e 27% a menos de 2 anos. Conforme fica visível no Gráfico 43:



Gráfico 43 - Tempo de atividade e no GEP.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

O Gráfico 44 mostra que, 47% dos associados entrevistados entraram no GEP em busca de espaço onde pudessem expor os seus produtos, 33% através de convite de amigos ou conhecidos e 20% devido à falta de um emprego. Sobre os motivos que os fazem permanecer na OSCIP, 53% permanecem por ter feito muitos amigos enquanto 47% por acreditar na sua proposta.

### MOTIVOS PARA PARTICIPAR E CONTINUAR NO GEP

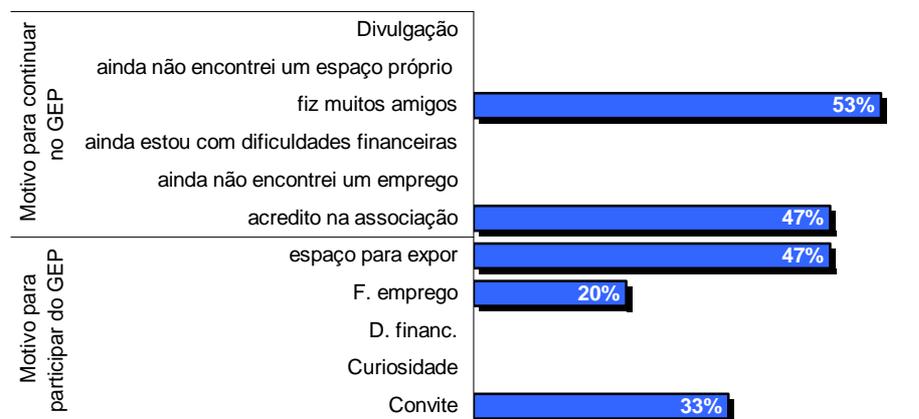


Gráfico 44 - Motivos para Participar e Continuar no GEP.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

40% dos associados que participaram do preenchimento de formulários não conhecem a história de criação da Associação, 33% conhecem pouco e 27% afirmam conhecer muito bem a história de constituição do GEP. Contudo, 53% que representa a maioria dos entrevistados não sabem precisar o número de associados do GEP, enquanto 47% afirmam ter mais de 100 associados, como mostra o Gráfico 45:

### HISTÓRIA E NÚMERO DE ASSOCIADOS DO GEP

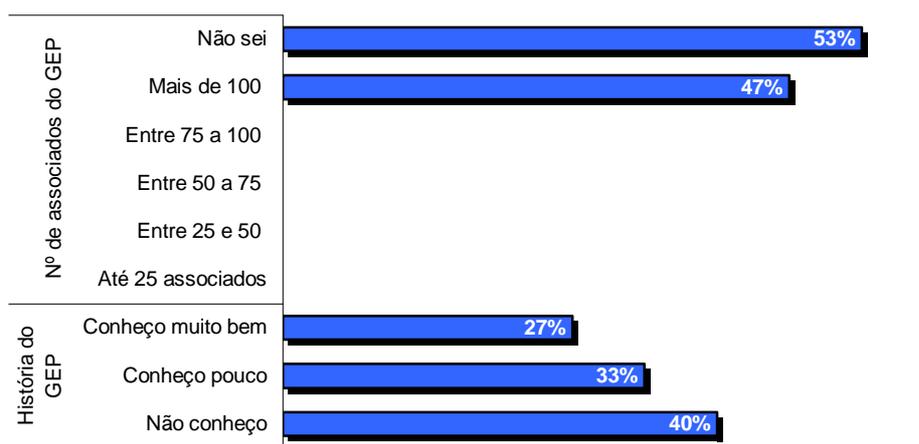


Gráfico 45 - História e Número de Associados do GEP.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

### 4.3.13.3 Associação, parcerias e cursos oferecidos em 2007

Quanto à criação do GEP, 80% responderam não ter participado, enquanto 20% afirmam ter participado da sua criação. 60% conhecem pouco o seu estatuto social e 40% não o conhecem.

Sobre a existência de apoio por parte de outra entidade à OSCIP, 73% não sabem dizer se o GEP recebe algum apoio e 27% afirmam que recebem apoio sim e sabem dizer quem são as organizações que os apóiam, como está representado no Gráfico 46:

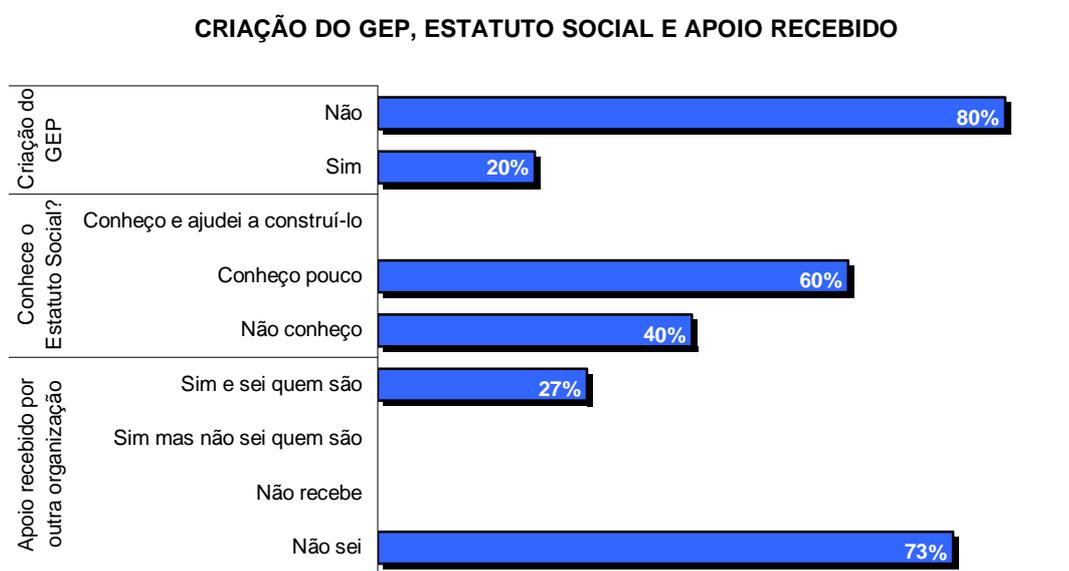


Gráfico 46 - Criação do GEP, Estatuto Social e apoio recebido.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Em se tratando da participação da prefeitura na OSCIP, 47% afirmam o apoio por parte da mesma, 40% não sabe dizer se a prefeitura tem alguma participação nas ações do GEP e 13% afirmam que a prefeitura não tem nenhuma participação no GEP. Como mostra o Gráfico 47:

### PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA NO GEP

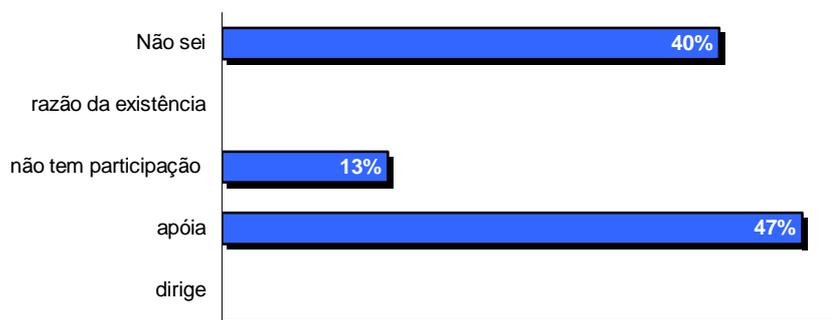


Gráfico 47 - Participação da Prefeitura no GEP.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

A partir do Gráfico 47, percebe-se que 67% dos associados entrevistados nunca participaram de cursos oferecidos pela OSCIP em parceria com outras entidades, enquanto 33% afirmam participarem quando os temas dos cursos lhes interessam. Nesse sentido, 40% deixam claro que não participam porque não precisam dos cursos, 30% porque não gostam, 20% por terem entrado recentemente na OSCIP, e 10% porque não têm tempo, como comprova o Gráfico 48:

### PARTICIPAÇÃO EM CURSOS OFERECIDOS PELO GEP EM 2007

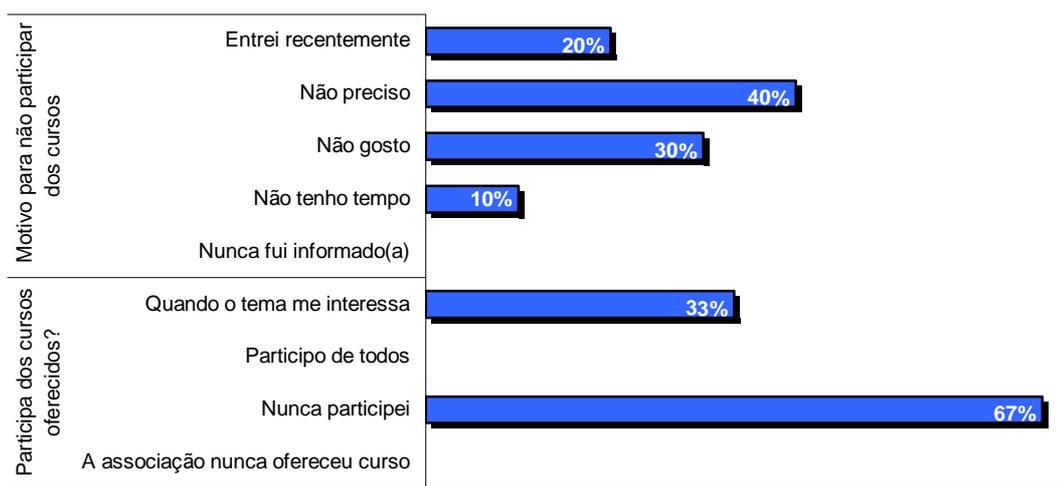


Gráfico 48 - Participação em cursos oferecidos pelo GEP em 2007.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

67% não sabem dizer quantos cursos foram oferecidos em 2007, 33% afirmam ter sido oferecido de 3 a 5 cursos. Quanto ao tema tratado nestes cursos,

53% apontam técnicas para artesanato, 40% não sabem, e 7% apontam cursos de informática, como se visualiza no Gráfico 49:

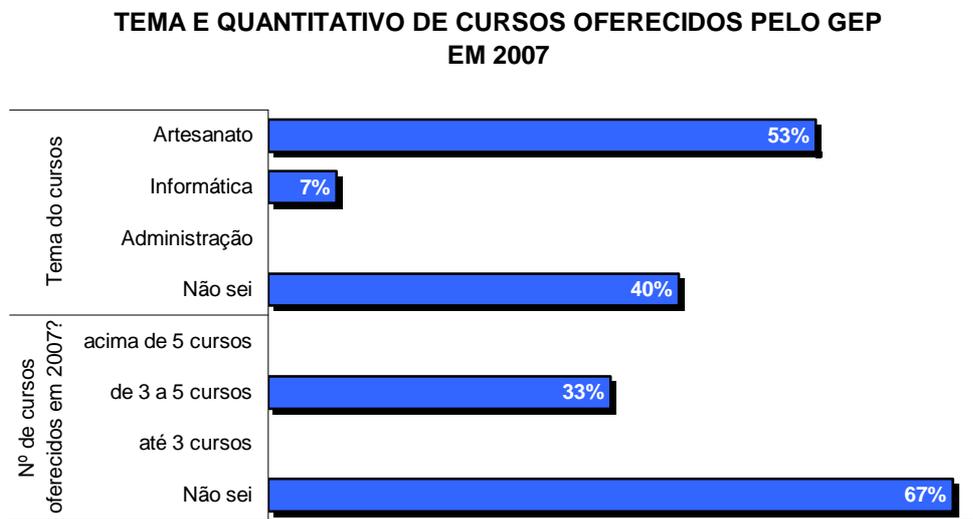


Gráfico 49 - Tema e quantitativo de cursos oferecidos pelo GEP em 2007.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

#### 4.3.13.4 Participação em assembleias e participação na direção da Entidade

Em relação à participação nas assembleias, 87% dos entrevistados afirmam participar sempre e 13% nunca participaram. Entre os que participam, 46% costumam emitir sua opinião sempre que têm oportunidade, 31% sempre emitem e 23% preferem apenas escutar.

Sobre o desejo de fazer parte da direção da Associação, 87% não querem, contra 13% que alimentam essa expectativa, conforme exposto no Gráfico 50:

### PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLÉIAS E DIREÇÃO DO GEP

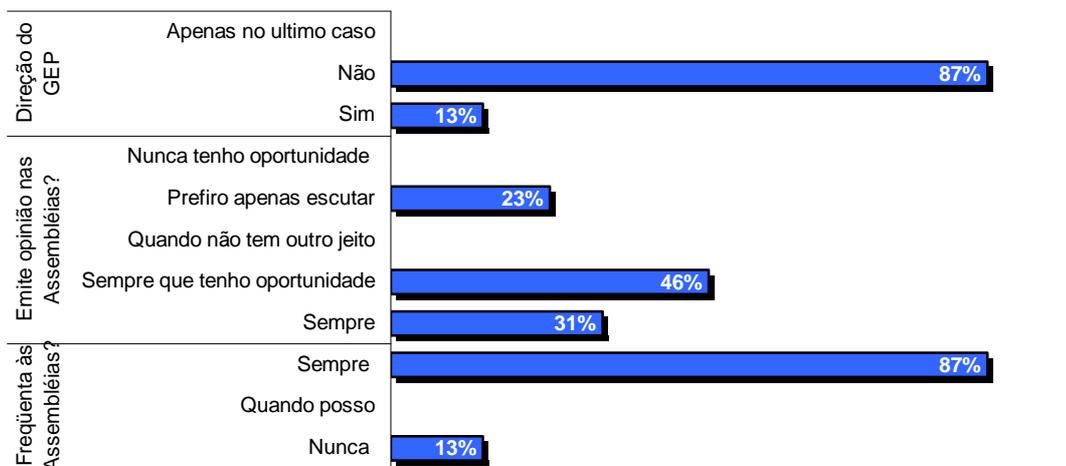


Gráfico 50 - Participação em assembleias e direção do GEP.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

#### 4.3.13.5 Autogestão, intercâmbio com outras instituições e Economia Solidária

Conforme o Gráfico 51, 67% dos entrevistados afirmam conhecer outras associações, porém 73% nunca participaram de encontros ou reuniões onde estas estivessem presentes.

### CONHECE E PARTICIPA DE ENCONTROS COM OUTRAS ASSOCIAÇÕES ALÉM DO GEP

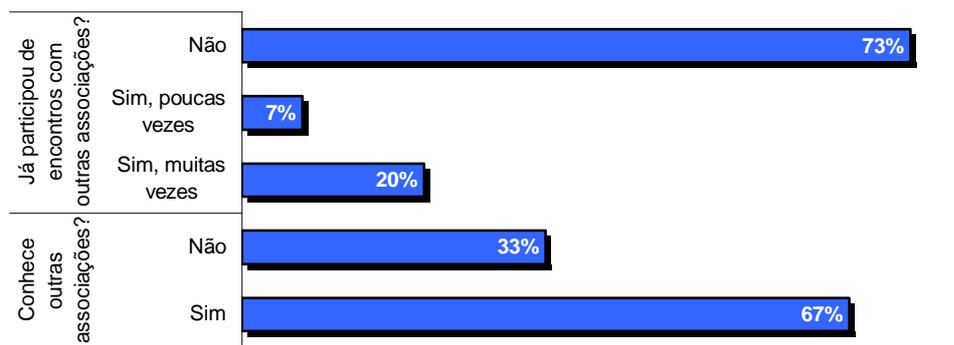


Gráfico 51 - Conhece e participa de encontros com outras associações além do GEP  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Sobre a compreensão do que seja autogestão, 80% não conhecem, enquanto 20% conhecem mas não saberiam dizer o que significa.

Outrossim, ao serem questionados sobre de quem é a responsabilidade pelas decisões tomadas em assembléia, 87% dos entrevistados afirmam que é dele e de todos os associados e 14% acreditam que seja do presidente ou da direção.

Para 53% o GEP significa uma família, enquanto para 47% a OSCIP representa um trabalho. Como mostra o Gráfico 52:

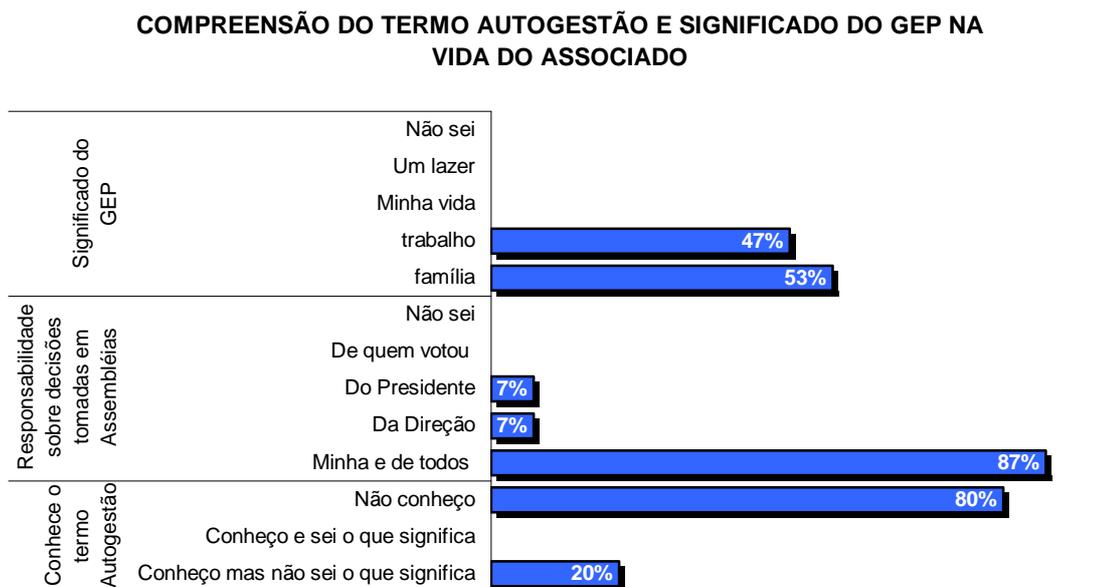


Gráfico 52 - Compreensão do termo Autogestão e significado do GEP na vida do associado.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Sobre a Economia Solidária 60% dos entrevistados conhecem mas não sabem explicar o seu significado, enquanto 40% conhecem e sabem dizer o que ela representa.

Quanto aos princípios da Economia Solidária, 47% dos entrevistados conhecem mas não sabem dizer quais são, 46% não os conhecem e 7% não conhece os princípios que formam a Economia Solidária.

Quanto ao símbolo do Movimento, 87% dos associados que participaram do preenchimento de formulário não sabem de sua existência e 13% conhecem e podem descrevê-lo, conforme fica comprovado no Gráfico 53:

### SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA, SEUS PRINCÍPIOS E SEU SÍMBOLO (GEP)

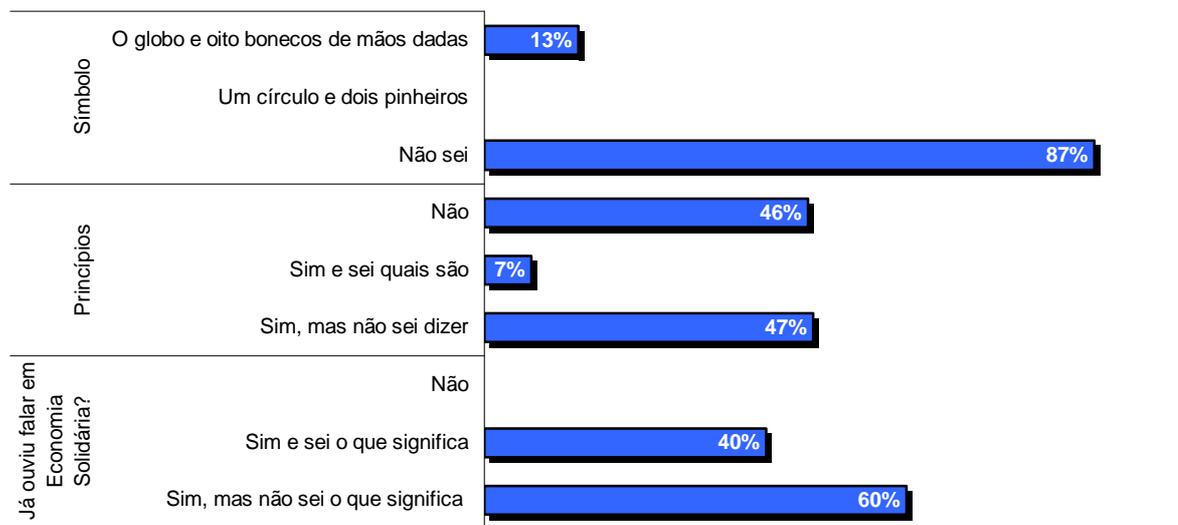


Gráfico 53 - Sobre a Economia Solidária, seus princípios e seu símbolo (GEP).  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Como maior desafio para o desenvolvimento da OSCIP, 47% acreditam que seja a falta de um espaço fixo para exposição dos seus produtos, além de terem pontuado outros obstáculos como mostra o Gráfico 54:

### MAIOR DESAFIO DO GEP

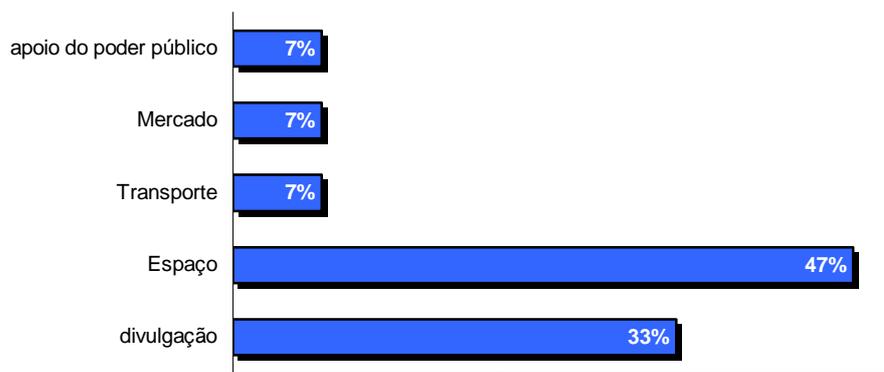


Gráfico 54 - Maior desafio do GEP.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

#### 4.3.14 Análise do Grupo de Economia Popular (GEP)

Pela análise dos dados obtidos durante o preenchimento de formulários com os associados do GEP, percebe-se que este grupo é formado por pessoas de todas

as faixas-etárias, tendo em sua maioria escolaridade referente ao 1º grau. Em relação à renda, aproximadamente a metade dos entrevistados não possui outra fonte de renda, e mais que a metade possui, girando em torno de dois a três salários mínimos.

A grande maioria desenvolve atividade de artesão a mais de 10 anos e está na associação desde a sua criação, há aproximadamente 10 anos. Como nas demais associações que envolvem a atividade de artesanato, seus associados procuravam um espaço onde pudessem expor os seus produtos ao adentrarem no projeto. Contudo, permanecem por terem construído amizades e acreditarem na proposta do Grupo. Como maior desafio, assim como os demais, foi apontado a questão de divulgação e espaço para expor os seus produtos.

A maioria conhece de alguma forma a história de criação do GEP, porém não consegue precisar o número de associados, fato este comprovado até mesmo com pessoas da diretoria, que não souberam afirmar quantos associados possui, atualmente, a OSCIP. Contudo, acreditam que esteja em número superior a 100. Ao invés de refletir um desconhecimento do Grupo por parte dos associados, o fato de todos afirmarem número superior a 100, o que condiz com a realidade, mostra o crescimento rápido do grupo, o que confunde até mesmo os seus participantes.

Por ter se transformado em uma OSCIP, entidade com caráter singular entre as entidades mais conhecidas como as Associações e Cooperativas, percebe-se que os associados têm certa dificuldade em entender questões como a existência ou não de apoio, de onde ele vem, se existe, além de afirmarem não ter participado da criação do GEP, o que não deixa de ser uma realidade, vez que este foi um projeto desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, passando posteriormente a ser acompanhado pela Prefeitura. Nesse sentido, é compreensível que os seus associados não se sintam partícipes desse processo. Contudo, apesar de também não entenderem o sentido do termo autogestão, entendem a importância das assembléias, costumam emitir opinião durante as mesmas, percebem o Grupo como uma família. Apesar de todo esse envolvimento, a grande maioria prefere não fazer parte da direção, o que mais uma vez reflete o desconhecimento da entidade, gerando receio em estar à frente da mesma, além de um risco ao processo de autogestão.

O mesmo acontece com a opinião dos associados em relação à participação da Prefeitura, onde se percebe certa confusão se é a Prefeitura que apóia o GEP ou o GEP que apóia as ações da Prefeitura.

A participação nos cursos oferecidos é pequena, mostrando que a maioria não participa, afirmando que o motivo é por não gostar ou mesmo não precisar. É conveniente lembrar que os cursos geralmente oferecidos, conforme resposta dos próprios associados das diversas entidades estudadas, versam em sua maioria sobre técnicas de artesanato. Considerando que essas pessoas desenvolvem tal atividade há mais de 10 anos, é normal que não despertem interesse, já que podem estar capacitados até mesmo a ministrarem tais cursos. Contudo, esse fator acaba afastando-os das programações, o que reflete uma grande maioria que não sabe dizer quantos cursos foram oferecidos no último ano.

Apesar de conhecerem outras associações, afirmam não ter participado de encontros ou reuniões conjuntamente, apenas em momentos de realização das Feiras, e mesmo assim, nestes momentos, através de observação direta por parte do pesquisador, percebeu-se que as barracas são montadas de forma que cada associação fique de um lado diferente, não contribuindo para a integração do Movimento.

Sobre a Economia Solidária, a maioria conhece, sendo que destes apenas uma pequena parte sabe explicar o seu significado, também conhecem os seus princípios e quanto ao símbolo, percebe-se uma pequena confusão entre o que seja o símbolo do Movimento da Economia Solidária e a logomarca do GEP, isso para os associados, pois a direção demonstrou total conhecimento do Movimento, seus princípios e seu símbolo.

#### **4.3.15 Instituição de Crédito Conquista Solidária (Banco do Povo) – histórico e situação atual**

A Instituição de Crédito Conquista Solidária (Banco do Povo) foi criada em 1999 como ONG, iniciou as atividades operacionais em 2000 sendo qualificada em 2002 como OSCIP de microcrédito produtivo. Sua Missão é conceder microcrédito produtivo orientado, de forma sustentável, aos pequenos empreendedores e

particularmente àqueles que não têm acesso a outras fontes de recursos, em Vitória da Conquista e Região, com o objetivo de geração de emprego, renda e conseqüentemente inclusão social.

Enquanto Visão Institucional espera-se:

- buscar sempre a auto sustentabilidade em termos institucionais, técnicos, políticos e financeiros a fim de assegurar a continuidade da Instituição;
- manter a autonomia e independência, não permitindo ingerência política nem administrativa na gestão da Instituição e na decisão do crédito;
- manter o princípio da não discriminação política, religiosa, racial ou de gênero,
- conscientizar os clientes que a ação não é paternalista, nem assistencialista;
- buscar a expansão da Instituição, levando microcrédito produtivo ao alcance do maior número possível de pequenos empreendedores das cidades do estado da Bahia;
- manter os funcionários como profissionais comprometidos com os objetivos da Instituição, estimulando-os sempre a buscar aperfeiçoamento de sua capacidade empreendedora através da visão, inovação, criatividade e muito amor pelo trabalho que faz.

A Figura 28 mostra a fachada lateral da sede do Banco do Povo em Vitória da Conquista, onde se vê a sua logomarca bem como o rol dos produtos e serviços oferecidos pela agência:



Figura 28 - Lateral do Banco do Povo em Vitória da Conquista/BA.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Apesar de ter vários parceiros a exemplo da Câmara de Dirigentes Lojistas, Sindicato dos Bancários, SEBRAE-BA, OAB-Ba, Sindicato dos Servidores Municipal, Associação Agro-Industrial do Simão e Campinhos, Associação dos Microempresários dentre outros, foi a Prefeitura Municipal a principal articuladora de sua criação, vez que atuou como interlocutora junto aos demais setores da sociedade civil, planejou o formato de Instituição autônoma e independente, contribuiu na definição das diretrizes gerais, além de ter viabilizado o suporte financeiro inicial para sua realização, no valor de R\$ 150.000,00.

A intenção de criação do Banco do Povo surgiu em 1997, como resposta a uma articulação inicial da Prefeitura no sentido de viabilização de emprego e renda, focando o desenvolvimento social e econômico através do apoio a micro e pequenos empreendedores.

Nesse sentido, a Prefeitura procurou articular parceria com entidades da sociedade civil e buscou ainda o apoio do BNDES, tudo através da Secretaria de Expansão Econômica do Município.

Os demais aportadores de recursos além da Prefeitura Municipal são o BNDES (R\$ 500.000,00), SEBRAE-BA (R\$ 300.000,00), DESENBAHIA (R\$ 1.000.000,00). Destes, apenas a Prefeitura realizou doação do valor, autorizada pela Lei Municipal 1.007/99 visando formar o Fundo Rotativo de Crédito da Instituição. Os demais aportadores liberaram os valores em forma de financiamento, a Tabela 1 mostra a situação desses fundos em 31/12/2007:

FUNDO	APORTE	ANO	SALDO DV	CARTEIRA	SALDO CR
PMVC	R\$ 150.000,00	2000	Nihil	R\$ 122.238,00	R\$ 149.959,00
BNDES	R\$ 500.000,00	2000/2001	R\$ 165.709,00	R\$ 647.579,00	R\$ 689.796,00
SEBRAE	R\$ 300.000,00	2003/2004	R\$ 288.688,00	R\$ 353.162,00	R\$ 425.079,00
DESENBAHIA	R\$ 500.000,00	2007	R\$ 501.542,00	R\$ 399.386,00	R\$ 578.577,00

Tabela 3 - Situação dos fundos ICC em 31/12/2007.

Fonte: ICC Conquista Solidária - Relatório de Atividades, 2007.

O Banco do Povo atende a outros municípios além de Vitória da Conquista, são eles: Anagé, Barra do Choça, Cândido Sales, Planalto e Poções. No final de 2007 registrava um quadro de aproximadamente 1200 associados ativos.

Quanto à sua estrutura organizacional é composto por:

- Assembléia Geral

- Conselho Administrativo
- Conselho Fiscal
- Diretoria Executiva

Seu quadro de pessoal é composto por:

- 01 Diretor
- 02 Coordenadores
- 04 Agentes de Crédito
- 01 Atendente
- 02 Estagiários

A Figura 29 apresenta a Agência do Banco do Povo em Vitória da Conquista – Ba:



Figura 29 - Agência do Banco do Povo.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

O Banco do Povo trabalha com três formas de garantia para acesso ao crédito, sendo elas:

- o Grupo Solidário: formado por 3 a 8 pessoas que possuam atividades econômicas independentes, depositem confiança mútua e se conheçam bem.
- o Avalista: com renda devidamente comprovada através de contracheque ou comprovante de declaração do Imposto de Renda.
- bens: declaração de posse de bens que possam ser utilizados enquanto garantias.

Nesse sentido, ao final de 2007 80,93% dos empréstimos foram realizados através do Grupo Solidário, contra 18,64% com avalistas e 0,43% através da comprovação de bens, como mostra o Gráfico 55:

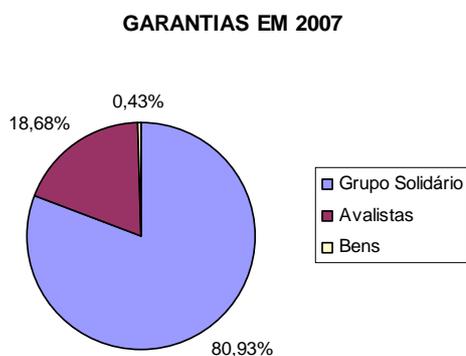


Gráfico 55 - Garantias em 2007.  
Fonte: ICC - Relatório de Atividades, 2007.

Os Gráficos 56 e 57 representam o tipo de atividades e empréstimos para onde o crédito é disponibilizado. Nesse sentido 84,51% representam atividades de comércio, 8% serviços e 7,49% indústria. 99,72% dos Empréstimos são utilizados como capital de giro pelos solicitantes, enquanto 0,28% é utilizado como Capital fixo.

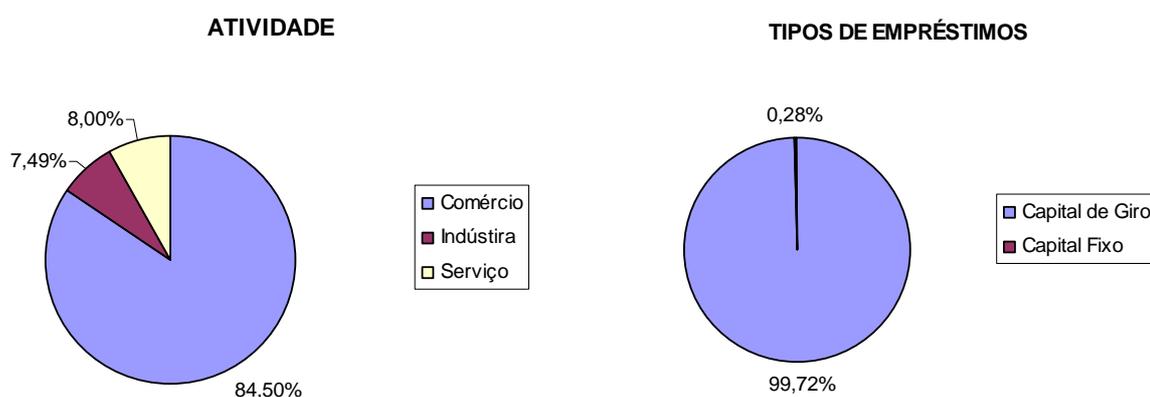


Gráfico 56 - Tipos de Atividades desenvolvidas.  
Fonte: ICC - Relatório de Atividades, 2007.

Gráfico 57 - Tipos de Empréstimos Liberados.  
Fonte: ICC - Relatório de Atividades, 2007.

No Gráfico 58 é possível ver que em relação ao gênero, predomina o sexo feminino nas negociações de empréstimos com 56,85%, enquanto o sexo masculino detém 43,15% dos empréstimos liberados.

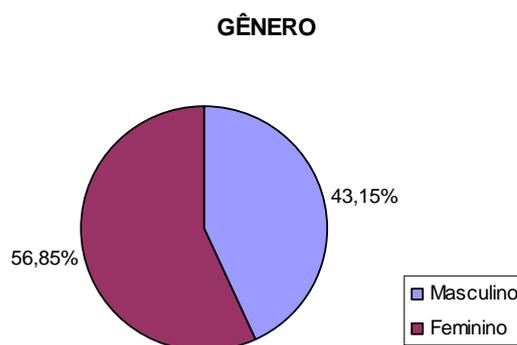


Gráfico 58 - Gênero.  
Fonte: ICC - Relatório de Atividades, 2007.

No que concerne à constituição dos empreendimentos, 97,24% são informais, e apenas 2,76% são formais. Destes empreendimentos 0,45% tem menos de 6 meses, 5,62% entre 6 meses e 1 ano, 12,71% entre 1 a 2 anos e 81,22% com mais de 2 anos no mercado, como indicado nos Gráficos 59 e 60:

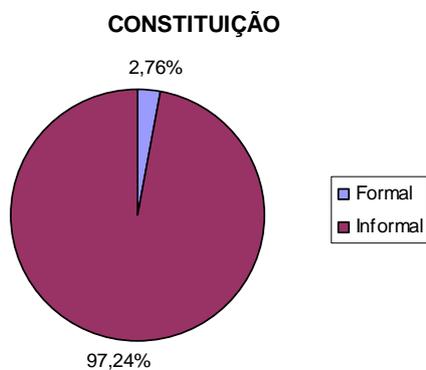


Gráfico 59 - Constituição dos Empreendimentos  
Fonte: ICC - Relatório de Atividades, 2007

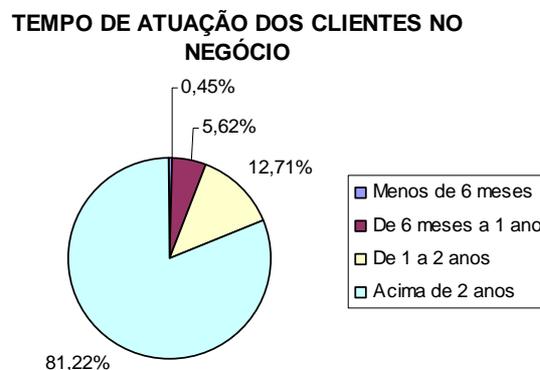


Gráfico 60 - Tempo de atuação dos clientes no negócio  
Fonte: ICC - Relatório de Atividades, 2007

O Gráfico 61 aponta que em 2007 os valores dos créditos concedidos ficaram em uma margem de 43,88% para valores de até R\$1.000,00, 48,44% para valores entre R\$ 1.001,00 a R\$ 3.000,00, 6,71% para valores entre R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00 e 0,97% para valores acima de R\$ 5.000,00.

### FAIXAS DE CRÉDITO

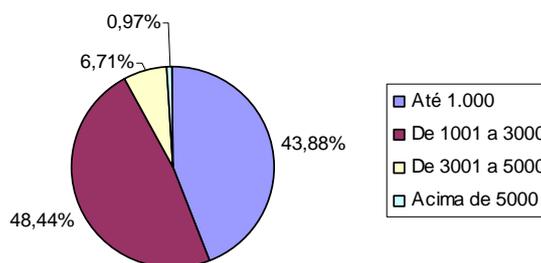


Gráfico 61 - Faixas de Crédito.  
Fonte: ICC - Relatório de Atividades, 2007.

A liberação de empréstimos para pequenos empreendedores, associações e cooperativas é realizada desde que estejam aptos a negociarem com a Instituição através dos seguintes requisitos:

- ter negócio próprio há mais de 6 meses;
- ser responsável pelo seu empreendimento;
- apresentar viabilidade econômica e financeira;
- desenvolver atividade que não prejudique o meio ambiente;
- não constar no SPC e SERASA.

Para formalizarem a solicitação, é necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- Pessoa Física:
  - ⇒ Originais e cópias da Identidade, CPF e Comprovante de Residência.
- Associações e Cooperativas:
  - ⇒ Xerox da documentação legal: estatuto, CGC, alvará, ata de eleição da atual diretoria, ata de autorização dos associados para a diretoria contrair o financiamento;
  - ⇒ Documentação pessoal dos que podem assinar o contrato e a promissória.

- Organizações não formalizadas:
  - Xerox da documentação de cada um dos participantes (Identidade, CPF, atestado de residência).
  - Neste caso, todos devem assinar como tomadores e avalistas de crédito e, se possível, alienar bens da associação ou cooperativa.

Segundo o atual Diretor Executivo, ainda não aconteceram negociações com associações por dificuldade dos mesmos em apresentarem a documentação exigida, contudo muitos associados do GEP como carroceiros e artesãos, realizam empréstimos com o Banco do Povo através dos Grupos Solidários (informação verbal)<sup>29</sup>.

#### **4.3.16 Análise da Instituição de Crédito Conquista Solidária (Banco do Povo)**

Como observado no levantamento de dados referente ao Banco do Povo, a sua criação esteve vinculada a uma proposta de viabilização de emprego e renda que fez parte do plano de governo municipal em 1997. Assim como o Grupo de Economia Solidária - GEP, as ações para criação do Banco do Povo se desenvolveram através da Secretaria de Expansão Econômica do Município.

A inclusão do Banco do Povo entre os empreendimentos analisados, justifica-se pelo fato da Agência Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Renda inserir o mesmo como entidade de apoio à Economia Solidária em Vitória da Conquista, recebendo aporte de recursos da Prefeitura a fim de promover a sua viabilização. Contudo, a Instituição foi criada, entre outros motivos, para atuar enquanto parceira dos empreendimentos populares solidários, o que faz com que a sua análise, nesta pesquisa, seja feita de forma diferenciada da análise dos demais empreendimentos, mostrando não só a sua história de criação como também a sua viabilidade econômica e perspectiva de crescimento.

---

<sup>29</sup> Informação obtida em resposta à consulta através de e-mail. Mensagem recebida por maristelamvo@gmail.com em 19/08/2008 às 17:39.

Todavia, como observado na apresentação da Instituição, até o momento não aconteceram empréstimos para os empreendimentos populares solidários, mas sim para alguns de seus associados através dos grupos solidários.

A não existência de financiamentos às entidades ligadas à Economia Solidária é justificada devido à impossibilidade dos empreendimentos apresentarem a documentação necessária, sendo que esta documentação se resume a: xerox da documentação legal (estatuto, CGC, alvará, ata de eleição da atual diretoria, ata de autorização dos associados para a diretoria contrair o financiamento) e documentação pessoal dos que podem assinar o contrato e a promissória.

Por parte das entidades, a falta de procura por apoio do Banco do Povo se processa por conta das altas taxas de juros praticadas e pela burocracia envolvida no processo. Quanto à taxa de juros, a Instituição declara cobrar um índice de remuneração pelo empréstimo de 4,89% a.m., um valor relativamente alto considerando as demais instituições financeiras.

## CAPÍTULO V

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada buscou focar o processo de desenvolvimento do Movimento da Economia Solidária, sendo este mediado pelo poder público municipal na cidade de Vitória da Conquista/BA. Para tanto, procurou-se confirmar ou refutar as seguintes hipóteses:

- As ações da prefeitura em apoio à Economia Solidária durante os últimos 11 anos, não se caracterizam enquanto política pública.
- Enquanto parceira, a prefeitura não age no sentido de fortalecer o processo de autogestão e contribuir para a construção da identidade coletiva do Movimento.
- A falta de integração e pouco conhecimento da ideologia da Economia Solidária, por parte das iniciativas dessa natureza, fazem com que o apoio oferecido pela prefeitura não seja utilizado para a emancipação e fortalecimento do movimento.

Tais hipóteses trabalham com variáveis inerentes ao estudo do Movimento da Economia Solidária, em conformidade com os estudos de Castells (2000) sobre a constituição dos Novos Movimentos Sociais, apontando o processo de formulação de políticas públicas de interesse do Movimento, construção de uma identidade coletiva, identificação de um adversário e metas societais.

Dessa forma, o olhar sobre as ações do poder público em relação ao Movimento da Economia Solidária se reveste de fundamental importância, uma vez que, a partir de 1997, os planos de governo da gestão municipal apontaram o apoio em relação à divulgação e fortalecimento do Movimento em Vitória da Conquista.

Este apoio vem acontecendo durante os últimos 10 anos, podendo ser entendido como uma evolução na construção do Movimento da Economia Solidária,

que tem como um de seus pilares a criação de espaços públicos de participação, através da parceria com o poder público nas esferas nacional, estadual e municipal.

Porém, a forma como as entidades apoiadas percebem este apoio, reflete no possível fortalecimento do Movimento, pois entende-se que este não pode depender apenas do poder público para a sua sobrevivência, ele deve ser autônomo, deve buscar sua sustentabilidade através de parcerias, assessorias e principalmente, através da integração entre os atores que são as bases fundamentais dessa ação. Logo, o apoio deve acontecer através de ações que respondam às necessidades dos empreendimentos populares solidários, porém, com foco maior na contribuição para a construção de uma identidade coletiva no Movimento.

Nestes termos, é possível apontar na pesquisa realizada, detalhes que desviam as ações do poder público em Vitória da Conquista, do seu objetivo maior, que é apoiar a Economia Solidária, como se descreve a seguir.

Em relação à existência de uma política pública nos moldes definidos por Lahera(2000), onde se tornam relevantes o estudo, a análise, o planejamento e a avaliação, a fim de se obter uma formulação baseada em sua viabilidade e exeqüibilidade, percebe-se que as ações da Prefeitura até 2007, apesar de estarem vinculadas ao objetivo de fortalecimento e divulgação da Economia Solidária, não podem ser caracterizadas como política pública.

As ações aconteceram de forma fragmentada, sem um estudo prévio, um planejamento, sem definição de orçamento, sem um sistema de avaliação que pudesse apontar a conquista da meta principal, ou seja, o fortalecimento da Economia Solidária. A prova disso está na análise dos dados que apontam para a falta de registro das ações de 1997 até 2004. Ou mesmo, na inexistência até 2007, de um planejamento orçamentário que definisse o montante a ser liberado para essas ações, até mesmo para fins de avaliação do seu retorno em termos de evolução do Programa de acompanhamento das entidades beneficiadas.

Cabe ainda pontuar a forma como as entidades foram sendo acolhidas sem que existisse um acompanhamento de suas dificuldades, apenas através da observação de instrumento jurídico de cumprimento do convênio. Essa forma de acompanhamento não leva à busca de eficácia nas ações propostas, afinal, trata-se de iniciativas populares solidárias que demandam um acompanhamento mais orientado para a busca de resultados, principalmente voltados para a sustentabilidade dos empreendimentos. Logo, vão ficando lacunas, que poderiam

nestes 10 anos estarem sendo preenchidas pelo poder público, uma vez que existe disponibilização de recursos financeiros para as ações de apoio à Economia Solidária.

Uma observação importante é em relação à criação do Banco do Povo, instituição cadastrada no programa de Economia Solidária da Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda, mas que em oito anos de existência, nunca realizou uma operação de empréstimo para as entidades apoiadas pela Prefeitura. O porquê, segundo o Banco do Povo, recai sobre burocracia dos procedimentos; e segundo os empreendimentos populares solidários, devido às altas taxas de juros. Contudo, a Agência demonstra não possuir uma burocracia tão rígida, apenas se comportando com o devido cuidado ao tratar com empreendimentos cooperativistas e associativistas, que envolvem a participação de inúmeros associados. Sobre a taxa cobrada, é um fator que inviabiliza o apoio a empreendimentos dessa natureza. Esse afastamento das iniciativas populares solidárias em relação ao Banco do Povo está em desacordo com as idéias iniciais de constituição de um programa de incentivo à Economia Solidária, passando despercebido pela ausência de avaliação da evolução do programa.

Além dessa observação em relação ao Banco do Povo, o Gráfico 60 mostra o que tem sido apontado como maior desafio dessas entidades e que deve ter um apoio do Poder Público, uma vez que este se posiciona enquanto parceiro da Economia Solidária:

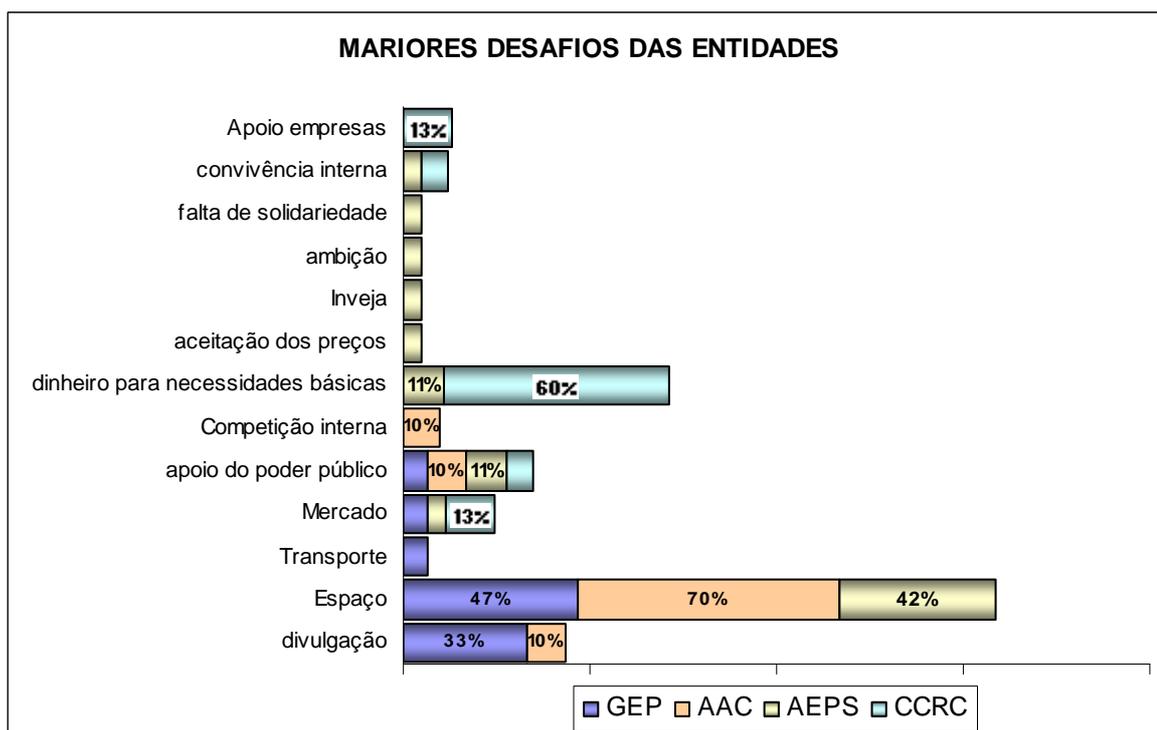


Gráfico 60 – Maiores Desafios das Entidades

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Obs: Valores menores que 10% foram omitidos para melhor visualização do gráfico

Uma vez que a maioria das entidades apoiadas são do ramo de artesanato, elas tendem a apontar os mesmos desafios, ao contrário da Cooperativa de Catadores Recicla Conquista, que possui uma história e realidade bastante diferente das demais, refletindo na declaração de seu maior desafio, dinheiro para necessidades básicas. Tal ensejo foi traduzido durante as entrevistas como a possível liberação de uma cesta básica a fim de que os cooperados possam se sustentar até que a produção aumente, estando esta meta vinculada a questões secundárias como maior investimento em carrinhos para coleta nos bairros, fardamentos e treinamento de mais associados.

Então é visível que o apoio a ser oferecido a estas entidades deve considerar a realidade de cada uma. Essa também é a justificativa para a não participação dos associados da Cooperativa de Catadores em muitos dos cursos oferecidos, vez que a maioria está voltado para a necessidade do artesão. Ainda nesse sentido, considerando que também os artesãos em sua maioria já desenvolvem a atividade há mais de 10 anos, estes também não se sentem motivados a participarem de cursos com esse enfoque.

Por outro lado, uma vez que o objetivo dessas ações é o fortalecimento e divulgação da Economia Solidária, os números representados no Gráfico 61, que trata sobre a Economia Solidária, seus princípios e seu símbolo, demonstram pouco conhecimento sobre aspectos relevantes, para que os indivíduos participantes desse Movimento sintam-se atores responsáveis pelo seu fortalecimento:

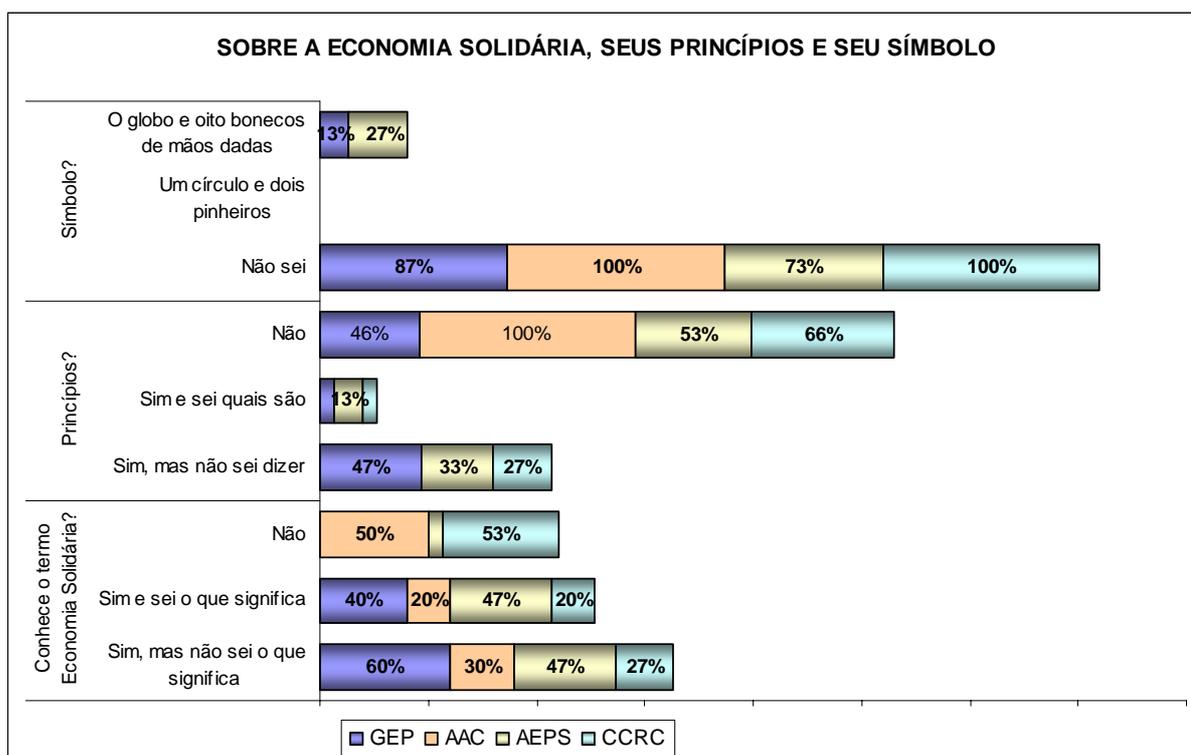


Gráfico 61 – Sobre a Economia Solidária, seus símbolos e seus princípios

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Obs: Valores menores que 10% foram omitidos para melhor visualização do gráfico

Apenas o GEP e a AEPS demonstram ter consciência do termo Economia Solidária, a primeira por conta de já possuir uma caminhada no sentido do trabalho associativo, bem como ter tido um acompanhamento da universidade no início de suas atividades. A segunda por ter estado durante três anos vinculada diretamente ao NEPS, recebendo uma atenção maior por parte do núcleo. Contudo, ambos, assim como as demais entidades, desconhecem o seu símbolo e seus princípios.

Isto posto, percebe-se que o direcionamento das capacitações realizadas pela Coordenação de Economia Solidária não está contribuindo para o seu principal objetivo, pois, ainda que os cursos de técnicas para artesanato tenham um caráter relevante para o desenvolvimento da atividade de artesão, é importante o desenvolvimento de cursos que conscientizem estes atores para a sua atuação

enquanto participantes de uma ação coletiva que promova a integração dessas entidades, gerando a união entre os grupos e evitando a fragmentação dentro do Movimento. Nesse sentido, o Gráfico 62 demonstra a falta de integração existente entre as entidades pertencentes ao Movimento:

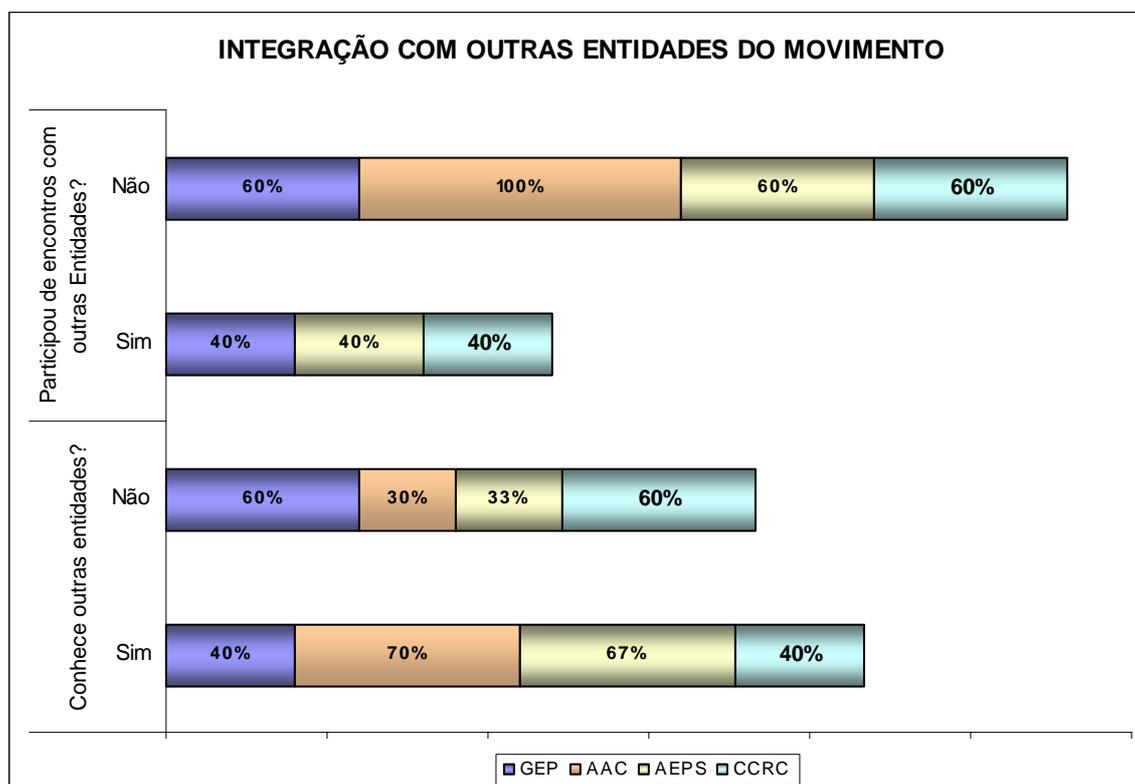


Gráfico 62 – Integração com outras entidades do Movimento.

Fonte: Pesquisa de Campo. 2008.

Como se pode observar, a maioria das entidades, ainda que conheçam outras, não costumam participar de encontros conjuntamente. Percebe-se ainda que os associados do GEP declaram, em sua maioria, não conhecerem e não participarem de encontros com outras associações, considerando que o grupo seja um dos mais organizados, único apresentado em forma de OSCIP, verifica-se um possível afastamento em relação aos demais.

Nesse sentido, a intenção de fortalecer a Economia Solidária deve partir da concepção de que ela representa um Movimento, e que possui atores e agentes trabalhando na busca de sua sustentabilidade. A Prefeitura passa a representar um agente dessa construção, a partir do seu papel de parceiro do Movimento. Isto posto, deve-se observar na forma de apoio, a questão prioritária que é tornar possível a integração desses atores, contribuindo para o fortalecimento do Movimento.

O apoio é oferecido pelo poder público, que tem interesse na emancipação social e coletiva dessas iniciativas como forma de promover o desenvolvimento local. Porém ele faz parte de plano de governo, podendo não existir no futuro, com a implantação de outro plano que não apresente a mesma intenção. Hoje, apesar de concordarem que a prefeitura apóia sua entidade, nenhuma declara tê-la como parceira, isto porque foram criadas a partir de ações da própria Prefeitura, logo, entendem que esta tem obrigação para com elas, enquanto poder público.

Por isso, apoiar a Economia Solidária significa apoiar o fortalecimento do Movimento, para que no futuro esses atores, pautados na identidade que construíram, possam buscar o apoio de que necessitam, e que não está vinculado somente às ações do poder público.

Por outro lado, apesar da ausência de ações para conscientização dos grupos sobre a importância destes como forma de garantir não só a sustentabilidade do empreendimento, como também do Movimento como um todo, é perceptível a consciência que todos possuem sobre a autogestão, não no sentido de conhecimento do termo, quando a grande maioria demonstrou nunca ter ouvido falar, porém, com a importância que dão às participações em assembleias, bem como a compreensão de que as ações do grupo são de responsabilidade de todos.

Este ponto revela um ambiente realmente propício ao desenvolvimento de iniciativas populares solidárias no município, ainda que mediadas pelo poder público. Contudo, o desenvolvimento destes enquanto Movimento, dependerá da forma como as ações de apoio serão oferecidas, pois a não observação de fatores tais como incentivo à autogestão, incentivo à busca da sustentabilidade dos grupos, incentivo à integração dos mesmos, fará com que as ações resumam-se em práticas assistencialista, como por exemplo, o gasto com pagamento de aluguel, infraestrutura, telefone, etc., o que vem acontecendo com todas as entidades com exceção da Associação de Artesanato Conquistense, que expõe no centro da cidade e paga um valor em forma de aluguel para guardar os seus produtos em um depósito particular.

Se tais ações não evoluírem para o verdadeiro objetivo de divulgação e fortalecimento da Economia Solidária, através do apoio às iniciativas populares solidárias, o fim do apoio oferecido pelo governo que propôs o programa poderá fazer essas iniciativas desaparecerem.

Outrossim, o entendimento dessas iniciativas enquanto Movimento passa a ser questionado, ao menos no que se refere ao Município de Vitória da Conquista. Ainda que na literatura apreciada o Movimento da Economia Solidária esteja começando a criar suas raízes, com metas societais bastante definidas e com uma identidade coletiva se formando, na prática, em Vitória da Conquista, não se visualiza tal amadurecimento nas entidades que deveriam compor o Movimento, principalmente por não se perceber a formação dessa identidade coletiva, fato confirmado na falta de interação entre os grupos, que estão ligados apenas pelas ações do poder público.

Por assim estarem dispostos, sem participarem das dificuldades uns dos outros, passam a reconhecer adversários diversos, sempre voltados para a solução dos seus problemas mais imediatos.

Outrossim, a ausência da formação da identidade coletiva não deve estar associada apenas a uma obrigação do poder público, até mesmo porque os Movimentos devem buscar sua autonomia. Nesse sentido a atuação do GEP enquanto OSCIP, que se tornou referência em Economia Solidária, deve também estar voltada para a integração das demais entidades como forma de fortalecer o Movimento do qual faz parte, o que ainda não se percebe.

É a partir dessas considerações que as hipóteses anteriormente formuladas passam a ser confirmadas nesta pesquisa, abrindo caminho para possíveis novas hipóteses, que venham se formar com a evolução das pesquisas em relação ao Movimento da Economia Solidária.

## 6. REFERÊNCIAS

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. **Princípios do Cooperativismo**. Disponível em <[www.aci.coop](http://www.aci.coop)>. Acesso em 30/03/2008.

ALVES, M. H. M. **Estado, oposição no Brasil (1964 – 1984)**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, IPEA, n. 14. dez de 1996.

ARRETCHE, M. **Estado Federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: REVAN, São Paulo: Fapesp, 2000.

ARRUDA, M. Estratégia de formação no campo da economia dos setores populares. In: KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Kátia (orgs.). **Economia dos Setores Populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE – SENAES, 2006. 60 p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa Economia Solidária em Desenvolvimento**. Disponível em <[www.mte.gov.br/ecosolidaria](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria)>. Acesso em 25/01/2007.

CAPISTRANO, D. Federalismo e poder local no Brasil. In: MAGALHÃES, I; BARRETO, L.;TREVAS, V. (Orgs.) In: **Governo e Cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002

CARDOSO, F. H. **Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos**. In: Revista de Economia Política, vol. 15, nº 60. 1995.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 3ª ed. São Paulo: PAZ E TERRA, 2002

COHN, A. Os governos municipais e as políticas sociais. In: SOARES, J. A.; BAVACACCIA, S. (Orgs.) **Os desafios da gestão municipal democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

CORAGGIO, J. L. Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da Economia Solidária. In: KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Kátia (orgs.). **Economia dos Setores Populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007

CRÚZIO, H. O. **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CUNHA, E. P. et al. Políticas Públicas Sociais. In: CARVALHO, A. et al (Orgs.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. “**Eu ouvi os clamores do meu povo**”. Documento de Bispos e Superiores Religiosos do Nordeste, 1973.

FALEIROS, V. de P. A. **A política social do Estado Capitalista** (primeira parte). São Paulo: Cortez, 1995

FLEXOR, G. & LEITE, S. P. Análise de Políticas Públicas: breves considerações teórico-metodológicas. In: LIMA, E. N, DELGADO, N. G. e MOREIRA, R. J. (orgs.) **Mundo rural IV: configurações rural-urbanas: poderes e políticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: Edur, 2007.

FISCHER, T. (org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador, BA: CASA DA QUALIDADE, 2002.

FONSECA, A. A.M. **Instituição e desenvolvimento territorial: o desenvolvimento municipal após a descentralização**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2005.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Sobre o Fórum**. Disponível em <[www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)> Acesso em 28/03/2008.

FRANCA FILHO, G. C. A perspectiva da Economia Solidária. In: FISCHER, T. (Org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador, BA: CASA DA QUALIDADE, 2002.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **A Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G.C.;LAVILLE, J. L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. P. (Org.). **Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GAIGER, L. I. Os caminhos da Economia Solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.) **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. A Economia Solidária e Espaço Público. In: FRANÇA FILHO, et al. (Org.). **Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. **A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista**. Leituras Cotidianas nº 127. Rio de Janeiro, 2005

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6. ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 2007. 383 p.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 13ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HÖFLING, E. M. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Caderno Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/ 2001, pp. 30 – 41.

KRAYCHETE, G.; AGUIAR, K. (orgs.). **Economia dos Setores Populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007

LAHERA, E. P. **Introducción a las Políticas Públicas**. Santiago (Chile): Fondo de Cultura Económica, 2002

MATIAS – PEREIRA, J. **Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais**. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, M. **A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990**. Texto nº. 852, Brasília, 2001, pp. 5 – 23.

MELO NETO, F. P. **Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MLADENATZ, G. **História das Doutrinas Cooperativas**. Brasília: Confefras, 2003

MORAIS, J. L. A. **Capital Social e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional Sustentável**. Revista do Centro de Ciências Administrativas. Fortaleza, v. 9, n. 2, dez. 2003.

MORAES, R. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** Ed. SENAC. São Paulo, 2001.

NAVARRO, Z. Mobilização sem Emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, B.S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NUNES, E. **A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.;2003

PEREIRA, B. S. **Processos locais de desenvolvimento: uma análise do Cluster Informacional de Cedro de São João**. 2005. 152 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.

PINHO, A. **Evolução do Estado Moderno**. Cadernos Flem Gestão Pública. Salvador, 2001, pp. 24 – 37.

PINHO, A.; SANTANA, M. W. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. In: FISCHER, T. (org.) **Gestão do**

**desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação.** Salvador, BA: CASA DA QUALIDADE, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. **Remexendo o Baú.** Disponível em <[www.pmvc.com.br/remexendoobau](http://www.pmvc.com.br/remexendoobau)>. Acesso em 22/10/2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em <[www.pnud.org.br/pnud](http://www.pnud.org.br/pnud)> . Acesso em 01/10/2007.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

RAMOS, M. P.; MARINO, J. M. F. Condicionantes históricos do desenvolvimento capitalista global em nível regional. In: WITTMANN, M. L.; RAMOS, M. P. (Orgs.) **Desenvolvimento Regional: capital social, redes e planejamento.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

ROESCH, S. Avaliação: Gerar conhecimento tecnocrático ou capacidade local. In: FISCHER, T. (org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação.** Salvador, BA: CASA DA QUALIDADE, 2002.

SANTOS, I. E. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica** - 5ª ed. rev., atual e ampl. – Niterói, RJ: Impetus, 2005.

SARRIA ICAZA, A. M. Políticas Públicas e Economia Solidária no Rio Grande do Sul. In: FRANÇA FILHO, et al. (Org.). **Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SCHERER-WARREN, I. & LÜCHMANN, L. H. H. **Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil.** In *Política e Sociedade*, nº 5, outubro, 2004, pp. 13-35.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVEIRA, C. M. Desenvolvimento Local: concepções, estratégias e elementos para avaliação de processos. In: FISCHER, T. (org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação.** Salvador, BA: CASA DA QUALIDADE, 2002.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária.** 1ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.) **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In HOCHMAN, Gilberto (org.). **Políticas Públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

SPOSITO, E.S. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERZA, S. B. Cidadania, poder local, políticas público-sociais. In: VERZA, S. B. **As políticas públicas de educação no município**. Ijuí: UNIJUI, 2000.

## **APÊNDICES**

**A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DIRETOR DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E RENDA (ADTR)**

**B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM DIRETORES DOS EMPREENDIMENTOS POPULARES SOLIDÁRIOS**

**C – MODELO DE FORMULÁRIOS PARA OS ASSOCIADOS**

**D – RELATÓRIO DE ENTREVISTAS**

**APÊNDICE A****INSTRUMENTO DE PESQUISA: ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA****ENTREVISTADO: GESTOR MUNICIPAL****LOCAL: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E RENDA****DATA:****HORÁRIO:****QUESTÕES**

1. Qual a relevância da Economia Solidária para o governo municipal?
2. Existe um programa para fortalecimento da Economia Solidária no município?
3. Existem recursos orçamentários para viabilizar o fortalecimento da Economia Solidária no município?
4. A prefeitura tem parceria com outras instituições para fortalecimento da Economia Solidária?
5. Quais as ações mais importantes da prefeitura em relação à Economia Solidária?
6. Quais as iniciativas populares solidárias que recebem apoio da prefeitura na perspectiva de uma Economia solidária?
7. Existe algum critério para participação de associações ou cooperativas nos programas da prefeitura?
8. Como a prefeitura acompanha o desenvolvimento das iniciativas populares solidárias apoiadas por ela?
9. Quais as principais dificuldades encontradas pela prefeitura para viabilização da Economia Solidária?
10. O que se espera dessas entidades apoiadas pela prefeitura para os próximos 10 anos?

**APÊNDICE B****INSTRUMENTO DE PESQUISA: ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA****ENTREVISTADO: EMPREENDIMENTOS POPULARES SOLIDÁRIOS****LOCAL:****DATA:****HORÁRIO:****QUESTÕES**

1. O que é a Cooperativa/associação e como ela foi criada?
2. Quantos associados possui a cooperativa/associação?
3. Quem são os parceiros da cooperativa/associação?
4. A cooperativa/associação recebe apoio da Prefeitura Municipal?
5. O(a) sr(a) conhece a Coordenação de Economia Solidária? Qual a importância dessa coordenação para a cooperativa/associação?
6. Como acontece a comunicação entre a cooperativa/associação e a Prefeitura Municipal?
7. Existe alguma dificuldade para participar nas ações da prefeitura?
8. Como se dá o acompanhamento das ações da cooperativa/associação pela prefeitura?
9. Quais as principais dificuldades da cooperativa/associação?
10. Quem é o maior adversário da cooperativa/associação?
11. O que o(a) sr.(a) entende por "autogestão"?
12. A cooperativa/associação realiza assembleias constantemente?
13. Os associados costumam participar das decisões da Cooperativa/associação?
14. A cooperativa/associação costuma se reunir com outras cooperativas /associações?
15. Como a cooperativa/associação incentiva a participação dos associados nos processos de decisão?
16. A cooperativa/associação costuma oferecer cursos para os associados? Quais os temas dos cursos?
17. O que é Economia Solidária para o(a) Sr(a)?
18. O Sr. conhece o símbolo da Economia Solidária?
19. O(a) Sr(a) conhece os princípios da Economia Solidária?
20. O que se espera da cooperativa/associação para os próximos 10 anos?



**12. A associação recebe apoio de alguma organização?**

- Não sei  
 Não recebe  
 Sim mas não sei quem são  
 Sim e sei quem são: \_\_\_\_\_

**13. O que lhe faz continuar na associação/cooperativa?**

- acredito na associação  
 ainda não encontrei um emprego  
 ainda estou com dificuldades financeiras  
 fiz muitos amigos  
 ainda não encontrei um espaço próprio para comercialização  
 Não sei

**14. Você conhece o estatuto social de sua associação/cooperativa?**

- Não conheço  
 Conheço  
 Conheço e ajudei a construí-lo

**15. Você costuma participar das assembleias da associação/cooperativa?**

- A.  Nunca participei  
 B.  Participo quando posso  
 C.  Participo sempre

**15- A. Por que você nunca foi a uma assembleia?**

- Nunca fui convidado(a)  
 Os assuntos não me interessam  
 A minha ausência não fará diferença  
 Tenho outras prioridades

**15- B. O que lhe faz faltar à assembleia?**

- Às vezes não sou convidado  
 Acho muito demorada  
 Sempre as mesmas pessoas decidem  
 Os horários são incompatíveis

**15- B/C. Quando está em uma assembleia você costuma dar sua opinião?**

- Sim, sempre  
 Sim, sempre que tenho oportunidade  
 Sim, mas quando não tem outro jeito  
 Não, prefiro apenas escutar  
 Não, porque não tenho oportunidade

**16. Você participa de cursos oferecidos pela associação/cooperativa?**

- A associação nunca ofereceu nenhum curso  
 Nunca participei  
 Participo de todos  
 Participo quando o tema me interessa

**16-A. Por que você nunca participou de cursos oferecidos pela associação/cooperativa?**

- Nunca fui informada  
 Não tenho tempo  
 Não gosto  
 Não preciso

**17. Quantos cursos a associação/cooperativa ofereceu no último ano?**

- Não sei  
 até 3 cursos  
 de 3 a 5 cursos  
 acima de 5 cursos

**18. Sobre qual tema os cursos tratavam?**

- Técnicas para administrar a associação  
 Informática  
 Outro: \_\_\_\_\_

**19. Você gostaria de estar à frente da associação/cooperativa?**

- Sim  
 Não  
 Somente no caso de não ter outra pessoa

**20. Qual a participação da prefeitura na associação/cooperativa?**

- A prefeitura dirige a associação
- A prefeitura apóia a associação
- A prefeitura não tem participação
- A associação só existe por causa da prefeitura
- Não sei

**21. Você conhece o termo autogestão?**

- Conheço mas não sei o que significa
- Conheço e sei o que significa
- Não conheço

**22. De quem é a responsabilidade pelas decisões sobre assuntos da associação/cooperativa?**

- Minha e de todos os associados
- Da direção administrativa
- Do presidente da associação
- De quem votou a favor da decisão
- Não sei

**23. Você conhece outras associação/cooperativas?**

- Sim
- Não

**24. Você já participou de encontro ou reunião com outras associação/cooperativas?**

- Sim
- Não

**25. Qual o significado da associação/cooperativa em sua vida?**

- Somos uma família
- Meu trabalho
- Minha vida
- Um lazer
- Não sei

**26. Você já ouviu falar em Economia Solidária?**

- A.  Sim, mas não sei o que significa
- B.  Sim e sei o que significa
- C.  Não

**26-B. Você conhece os princípios da Economia Solidária?**

- Sim, mas não sei dizer
- Sim e sei quais são
- Não

**26-C. Qual o símbolo da Economia Solidária?**

- Não sei
- Um círculo e dois pinheiros
- O globo e oito bonecos de mãos dadas

**27. Em sua opinião qual o maior inimigo da Economia Solidária hoje?**

---

**APÊNDICE D**

**INSTRUMENTO DE PESQUISA: ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**  
**ENTREVISTADO: ELINALDO LEAL (SECRETÁRIO DA ADTR)**  
**LOCAL: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO**  
**DATA: 06/03/2008**  
**HORÁRIO: 14:30**

**QUESTÕES****1. Qual a relevância da Economia Solidária para o governo municipal?**

R: É importante a gente historiar um pouco essa questão da Economia Solidária em Vitória da Conquista. Isso tudo começa a ser pauta de governo aqui no município, com a candidatura de Guilherme em 1996, onde ele incorpora no seu plano de governo, ações de fortalecimento para esses empreendimentos solidários, em especial as cooperativas que estavam surgindo. A partir daí, nesta campanha ele se elege e cria uma iniciativa da criação do Banco do Povo e do GEP. Então, em 1996 a campanha, em 1997 ele ocupa o cargo, o Banco do Povo vai ser criado mesmo e legitimado em 2000, então cria-se o Banco do Povo e o GEP, buscando dar apoio a esses empreendimentos sociais que estavam surgindo, e muito por uma política voltada para atender as classes excluídas do processo produtivo. Então, nisso aí é que a gente vai evoluindo. Em 2004, já na gestão do Prof. José Raimundo, cria-se na estrutura do governo uma coordenação específica da Economia Solidária que está vinculada à Agência de Desenvolvimento. A partir daí a gente considera as ações de Economia Solidária enquanto política de governo soma-se a isso, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária que veio para, de certa forma, sistematizar as políticas de Economia Solidária para o país. Então em 2004 o governo federal cria a Secretaria Nacional, cria o Conselho Nacional de Economia Solidária e em 2004 a prefeitura cria a Coordenação de Economia Solidária. Então essa Coordenação assume o compromisso de acompanhar e implementar as ações municipais de Economia Solidária. De lá para cá, o que a gente percebe é que falta, na história da EcoSol em nosso país, um marco regulatório, e por não ter esse marco regulatório as políticas públicas ainda não avançaram. A gente tem uma perspectiva muito grande de que a EcoSol se fortalece muito na política pública do país como um todo. E isso vai ter um reflexo também em Vitória da Conquista, porque até então nós não estávamos completamente estruturados. Criou-se a coordenação, mas não basta criar a coordenação, você tem que criar a estrutura de funcionamento. Criar essa estrutura de funcionamento subtende-se também você vincular as ações ao orçamento do município. Então isso é um elemento que a gente vem travando, no sentido de institucionalizar as ações dos projetos e dos programas de EcoSol do município no orçamento do município. Para tanto, a gente tem que avançar no ponto de vista da organização social. É preciso criar o conselho municipal de EcoSol, estamos ainda dialogando com os movimentos de EcoSol e apresentando uma proposta do projeto de lei que cria o conselho de EcoSol. Criando esse conselho, ele vai ser fundamental enquanto instrumento de controle social, mas também instrumento de caráter deliberativo e de caráter do ponto de vista de planejamento. Porque como é uma característica do governo, um governo participativo, as ações dos projetos e dos programas voltados para a EcoSol só dá

certo, se for construído com o movimento. Então para discutir isso é preciso a gente institucionalizar o movimento através do conselho. Então esse conselho seria um órgão deliberativo, construído com os representantes do poder público, com representantes dos movimentos de EcoSol e com instituições de apoio como as universidades, como as instituições de financiamento, o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil. Então temos já a proposta de criação desse conselho e isso está em discussão com o movimento. Criando-se o conselho, a gente vai estar apresentando o programa que a gente está denominando de Conquista Solidária, a gente vai aglutinar nesse programa ações na área de melhoria da produção desses empreendimentos, ações na área de financiamento, as finanças solidárias, a questão da educação solidária, é preciso você formar gestores com essa visão, é preciso você ter um corpo de educadores que possam ser elementos multiplicadores dentro dessa filosofia, então há uma ação voltada para educação, organização da produção, finança solidária e comercialização solidária. Essas seriam as quatro bases de ação do programa. A prefeitura vem ajudando, em especial, alguns empreendimentos, Banco do Povo mesmo, a gente tem um contato com o Banco do Povo através de ajuda nas instalações, então a gente paga o aluguel do Banco do Povo, paga o aluguel do GEP, no Recicla Conquista a gente mantém a sede, dá o apoio na questão do transporte dos cooperados e também acompanhamento técnico para capacitação, para gestão da cooperativa. Agora, recentemente, a gente estava com um grupo de empreendedores que estavam lotados aqui no NEPS que é o Núcleo de Economia Popular Solidária da prefeitura, junto com eles, sugerimos a criação de uma associação para que eles constituam uma Associação de Economia Popular Solidária, com essa finalidade. Agora eles já têm uma personalidade jurídica constituída, porque antes era um grupo de empreendedores, mas sem uma personalidade jurídica e isso ajuda muito na questão do ponto de vista do diálogo com o poder público, uma coisa é a gente estar dialogando com uma instituição constituída e outra coisa é você estar dialogando com pessoa física, então assim a nossa ação, embora vai beneficiar o indivíduo, mas a gente vai ter uma ação do ponto de vista coletivo. Resumindo, a prefeitura considera a Economia Solidária como uma ação estratégica para o processo de autonomia e de qualidade de vida da população conquistense, então não dá para a gente desenvolver um governo de esquerda, se não levar em consideração o processo de exclusão social que está presente não só na economia do município, mas no sistema capitalista como um todo, o sistema capitalista tem espaço para alguns, mas não tem espaço para todos.

## ***2. Existe um programa para fortalecimento da Economia solidária no município?***

R: Embora existam ações isoladas desse tipo, já sendo implementadas, a gente dá apoio de infra-estrutura, o que falta é a gente regulamentar essas ações, ampliar essas ações e fazer com que essas ações sejam uma política pública voltada para a EcoSol. Então a gente está nessa fase, primeiro o desafio é criar o conselho, apresentar o programa no conselho, ter o programa legitimado pelo conselho e vincular esse programa ao orçamento do município. Então isso aí é que dá o dinamismo do processo. O que seria uma forma de garantir do ponto de vista da legislação municipal de que a EcoSol não seja um programa deste governo, mas que seja algo do ponto de vista institucionalizado independente do governo, governo A, governo B que entre as ações da EcoSol devem estar presentes. E a gente acredita que em Vitória da Conquista não dá para retroceder. De certa forma fomos pioneiros no Estado da Bahia nessas ações de EcoSol, então enquanto o governo

do Estado criou sua superintendência no ano passado, o município criou em 2004. Você percebe a diferença, o cunho ideológico do ponto de vista de um grupo que está no poder, com relação à EcoSol. A Economia solidária começa a criar corpo, começa a ter uma identidade a partir do governo Lula a gente pode dizer. Nos municípios que já têm uma aproximação com essa filosofia do governo, isso passa a ser implementado também. Em Estados que ainda não tinham, a exemplo do Estado da Bahia, a gente vai implementar essa ação. Cria-se uma superintendência de Economia Solidária e estamos na expectativa que essa superintendência deve dar um suporte maior, em nível de Estado, e apoiando o programa municipal também que estamos desenvolvendo.

### **3. *Existem recursos orçamentários para viabilizar o fortalecimento da Economia Solidária no município?***

R: Existem recursos que são disponibilizados, mas ainda não existe um programa orçamentário voltado para a economia solidária. Mas recursos são aplicados em ações e projetos isolados. O que a gente quer alterar é que esses recursos sejam institucionalizados, e sejam aplicados dentro de um programa, porque num programa você tem metas, têm objetivos e sabe especificamente aonde quer chegar com a questão da economia solidária. Então hoje, por exemplo, são dezessete entidades dentro dessa filosofia de Economia Solidária que são cadastradas na Coordenação de Economia Solidária, aqui na Agência. São em torno de, aproximadamente, 550 empreendedores envolvidos com essa questão da Economia Solidária somando aí 17 entidades. Então você tem aí todos os tipos, você tem cooperativas, associações, OSCIPs, instituições voltadas para as questões das mulheres (a União das Mulheres é uma parceira dentro da filosofia da EcoSol), você tem a AGEVIC que é voltada para o público jovem, então os jovens que saíram do programa Conquista Criança, atingiram a maior idade, e aí há necessidade de um processo de autonomia para inserção no processo produtivo, criou-se uma associação com caráter de geração de renda, e que a gente também vem dando apoio, voltado para o público juvenil. Então é um público bastante eclético, o público da EcoSol tem pessoas com formação em nível superior, como tem pessoa sem nenhuma formação, mas que em função do processo de exclusão do sistema capitalista se aproximam dessa filosofia, e tentam de certa forma sobreviver dentro dessa lógica.

### **4. *O que o Sr. acha mais relevante para a construção da identidade do movimento? Acha que eles se reconhecem como participantes de um mesmo movimento, ou seja, existe um processo de construção de identidade coletiva?***

R: É um processo em formação eu acredito, ainda. Eu acho que não se tem uma consciência na totalidade das pessoas envolvidas. Mas a EcoSol tem que ser também uma ação educativa, onde você tem que romper com princípios centrados na concepção mercantilista. E a gente foi educado dentro daquela lógica e até poder romper com essa forma de você ver o mundo, é um processo. Mas eu acredito que o movimento da EcoSol vem se fortalecendo e vem ocupando espaço. Vem ocupando espaço enquanto movimento e vem institucionalizando, porque tem hoje a Secretaria Nacional do EcoSol, já tem o Conselho Nacional de EcoSol, já tem o Fórum internacional da EcoSol, que foi proveniente do Fórum Mundial Social e nasce daquele movimento. Então, há um caminho para esse amadurecimento, embora a gente percebe que isso não atingiu a totalidade dos cooperados, mas quem está à

frente do movimento entende a importância disso. Quando um novo cooperado chega a uma dessas entidades, ele precisa passar por um processo de compreensão, o que significa ele estar ali. O que difere uma cooperativa centrada nos princípios da EcoSol e o que difere uma cooperativas centrada nos princípios comuns, da filosofia cooperativa, dentro da lógica mercantilista. Então é preciso compreender isso. Alguns enxergam isso num curto espaço de tempo, para outros é um processo, é por isso que eu falo que é também uma ação educativa. Existem aqueles que têm uma formação, tem embasamento teórico, tem uma vivência, que sabe qual a finalidade e qual o objetivo da EcoSol. Mas você tem aqueles também que chegam no sentido de ter um espaço para produzir e comercializar simplesmente, como fuga do desemprego. Então isso é um risco para a EcoSol, porém a EcoSol considera que existe esse risco, mas ela faz um trabalho educativo também, no sentido de desenvolver nesse indivíduo a consciência para a filosofia da EcoSol.

**5. A prefeitura tem parceria com outras instituições para fortalecimento da Economia Solidária?**

R: Estamos agora já prestes a abrir um processo licitatório para o Centro Público de Economia Solidária, que é um espaço pedagógico da EcoSol, onde a gente vai ter nesse espaço a ação de comercialização dos produtos e serviços da área de EcoSol, um centro educativo, um setor de finanças solidária para dar suporte e poio a esses empreendimentos e uma incubadora social, voltada para dar suporte técnico e de gestão. Esse centro vai ser realizado através de um convênio firmado entre o município e a Fundação Banco do Brasil, e também entre o município e a superintendência de EcoSol, que também estão investindo recursos para construção desse centro. Então o Centro tem contrapartida da prefeitura, da Fundação do Banco do Brasil e do Governo do Estado através da superintendência da Economia Solidária. É um investimento em torno de R\$350.000,00 para ser implantado aqui em Vitória da Conquista, isso deve dar uma alavancada na questão da comercialização dos produtos fabricados pela EcoSol, também do ponto de vista do fortalecimento do seguimento associado à criação de um Conselho Municipal e da aprovação do Programa Conquista Solidária.

**6. Quais as ações mais importantes da prefeitura em relação à Economia Solidária?**

R: Todas essas de que falei. O que vem acontecendo até agora são ações isoladas, no sentido de aluguel, de telefone, de ajudar num curso, de ajudar montar uma capacitação, enfim. Agora entendemos que o que a gente precisa é criar esse marco legal da coisa. É fundamental criar um conselho, é preciso criar um programa e que esse programa esteja vinculado a um orçamento, que seja aprovado na câmara, que seja institucionalizado, para não ser uma ação do governo e passar a ser uma política pública. É isso que é importante, então a gente está centrado nessa questão, com o compromisso neste ano de 2008, concluirmos o mandato do Prof. José Raimundo, e esse compromisso que a gente tem de concluir com o Conselho empossado.

**7. Quais os empreendimentos sociais que recebem apoio da prefeitura na perspectiva de uma Economia solidária?**

R: Quanto a isso você pode pegar os dados específicos com o Geovane, que é o gerente de EcoSol, mas eu posso citar alguns. Cooperativas de Catadores, Banco

do Povo, Oficina da Cidadania, GEP, Núcleo de Lapidção. Terceira Idade não recebe verbas específicas, eles participam dos cursos que a gente realiza, dos espaos que a gente disponibiliza nas feiras, com eles a gente tem convênios mesmo, a ajuda se dá através de um convênio entre o município e essas entidades. Ou seja, para fortalecer as ações da EcoSol é como no GEP, onde a gente faz o custeio do aluguel, mas em contrapartida, o GEP desenvolve alguns cursos de capacitação para os empreendedores de EcoSol. Então existe esta parceria estabelecida.

**8. Existe algum critério para participação de associações ou cooperativas nos programas da prefeitura?**

R: Como a gente está redigindo o programa, estamos reunindo e discutindo os critérios, de certa forma, com o movimento. Mas um dos critérios básicos é que no seu estatuto esteja claro, dentro dos seus objetivos, a filosofia, os princípios que regem a EcoSol. Então esse é o critério básico para a gente cadastrar. Fora isso, é claro, a gente vai estar observando se, de fato, a entidade desenvolve a atividade produtiva, porque a gente está falando da Economia Solidária, onde você tem que ter uma atividade produtiva, que é o que faz a característica de um empreendimento solidário, que é a produção e que se torna um pré-requisito também. Agora, os pré-requisitos mais específicos ainda não têm institucionalizado, porque está em discussão junto com a implementação do programa.

**8. E até este momento, existia algum critério para participação desses empreendimentos que foram apoiados durante esses anos?**

R: Os dois critérios básicos que sempre estavam presentes foram esses dois, que seria ao menos estar presente no estatuto a concepção dos princípios da Economia Solidária, pode ser que não seja com todos os princípios que regem a EcoSol, mas o básico da produção coletiva, da solidariedade no processo da geração de riqueza, isso é fundamental. E o outro que foi a questão da atividade produtiva, porque, por exemplo, nós temos três grupos da terceira idade no município de Vitória da Conquista, dois são da UESB e um é da prefeitura. Tem um grupo da UESB que desenvolve atividade produtiva, outros não, utiliza a terceira idade como um acompanhamento, um lazer então esse grupo a gente entende que seja importante, mas, para a EcoSol, já não consideramos, porque tem que ter uma atividade produtiva para poder gerar renda e incluir no processo produtivo.

**9. Como a prefeitura acompanha o desenvolvimento dos empreendimentos apoiados por ela?**

R: Hoje a gente está de certa forma sem um critério, um instrumento para poder acompanhar os resultados dessas ações, mesmo porque existe a necessidade da gente fazer um diagnóstico mais aprofundado de cada empreendimento. Esse acompanhamento a gente faz através de instrumento jurídico de cumprimento de convênio, e também com avaliações em reuniões sistematizadas. Mas nessas avaliações a gente nem sempre consegue captar a realidade desses empreendimentos. Então há uma necessidade, e é uma questão que também está incluída no Programa da Economia Solidária, a necessidade de fazer um mapeamento desses empreendimentos aqui em Vitória da Conquista, e fazer um diagnóstico de cada empreendimento. Então é assim, atrás de um empreendedor, quantas pessoas tem na sua família? Quantos sobrevivem dessa atividade

econômica? Essa atividade econômica de certa forma vem dando autonomia para essa família? Então a gente precisa compreender melhor isso. Há uma necessidade de um estudo, e que a gente acha importante a participação das instituições do ensino superior, no sentido de, junto com a Prefeitura, sistematizar essas informações e ver para onde está indo o foco da Ecosol. Porque é um estudo mais de cunho científico mesmo para a gente ver o desdobramento das ações. É claro que você só pode mensurar o resultado de uma política pública no médio e longo prazo. No curto prazo você pode ter indicadores, mas não tem especificamente como mensurar. Mas acredito eu que, como tudo começou lá em 2000, com a criação do GEP, do Banco do Povo e do Recicla Conquista, também é desse período aí, mais ou menos em 2003, já dá para a gente poder fazer uma avaliação mais consistente. De 2000 para cá foi mais um amadurecimento, porque há uma apreensão, e isso se deu muito bem quando eu cheguei aqui, no ano passado. Uma crise de identidade com o NEPS e o GEP, porque o NEPS na verdade não é uma instituição, ele é um núcleo do governo municipal, do poder público, dentro da Coordenação da Economia solidária, então ele é governo. O NEPS seria um núcleo de estudo, de fomento, de apoio e de planejamento das ações da EcoSol no município. Mas o que observávamos é que o NEPS trouxe para si um conjunto de empreendedores, e começou a assumir o papel de empreendimento da Economia Solidária, sem ter a personalidade jurídica, que de certa forma entrava em confronto com a ação do GEP, porque o GEP é uma OSCIP, com personalidade jurídica para atuar na área. Então em alguns momentos a gente percebia essa crise de papel, GEP queria ser poder público e NEPS muitas vezes assumia o papel do movimento. Eu tive que tentar ajustar.

#### **10. E o NEPS foi criado há quanto tempo?**

R: O NEPS foi criado praticamente depois da Coordenação, aproximadamente em 2005. Então tinha essa crise, a troca de papéis. GEP queria determinar as ações do poder público, que seria o NEPS que tinha que estar formulando, e o NEPS estava assumindo o papel que seria do movimento. Então a partir daí a gente criou, com o grupo de empreendedores que estavam próximos ao NEPS, uma associação. É preciso criar uma associação porque vocês não têm personalidade jurídica, o NEPS é um instrumento do poder público, é um formulador dessas políticas, claro que a gente vai estar juntos nessa concepção, mas isso não quer dizer que sempre a gente vai estar comungando poder público com movimento. É natural em algum momento os encaminhamentos não baterem, isso é natural em um processo democrático, então que de certa forma fique claro, que cada um tenha autonomia de formular seu pensamento, poder público é poder público e movimento é movimento. Claro que temos um objetivo, quando o poder público representa a coletividade, de incluir essas ações dentro do programa de governo, mas às vezes você tem uma pauta que é do movimento, e que o poder público não tem interesse naquele exato momento de implementar, mas que é uma pauta do movimento e que a gente respeita. Então é preciso separar isso, é preciso dar a eles esse caráter de autonomia. Então isso acontece, por incrível que pareça, conversando com o superintendente da EcoSol, isso acontece também em Salvador. Porque a forma como surge a EcoSol, ela surge, não sei se foi intencional, acredito que não tenha sido intencional, mas surge como uma política assistencialista, e isso aí criou essa relação de independência, e eu acho que não tem que ser feito dessa forma. E hoje o próprio movimento, na discussão do Fórum Nacional de EcoSol, já se discute isso, a necessidade de se ter uma autonomia, o movimento. Agora eu faço a ressalva da

forma, eu não defendo a política assistencialista, e isso é um problema que a gente passa aqui até por como se deu o processo. Mas é como você colocou, o poder público vem amadurecendo, os movimentos também vêm amadurecendo, então a gente precisa chegar a um estágio de compreender melhor isso.

**11. Então até agora, esses seis anos, foi mais em nível assistencialista? Essa coisa de pagar o aluguel e o telefone pode se caracterizar assim?**

R: É difícil afirmar. Mas eu sinto falta dos direitos e deveres dos dois lados. É complicado porque a gente está discutindo isso agora, e no geral está mexendo com as estruturas. Mas o que eu quero entender é que a EcoSol de Vitória da Conquista deve estar forte, independente do governo que aqui esteja. Eu não posso privilegiar uma entidade em detrimento de outra. Então isso para mim tem que estar claro. Eu sinto falta disso porque não se tem um regulamento, não se tem um Conselho, não se tem uma lei ou mesmo um programa. Então isso leva para essa interpretação de uma política um tanto assistencialista.

**12. Quais as principais dificuldades encontradas pela prefeitura para viabilização da Economia Solidária?**

R: Seria a falta de regulamento, a falta de maturidade do movimento, a forma como se deu o início, a implementação. Então isso aí é um reflexo que dificulta. E também a questão que a gente colocou anteriormente, a consciência do movimento, de que a EcoSol não é uma economia mercantilista, os princípios são outros. É preciso chegar a esse estágio de amadurecimento por parte da totalidade dos empreendedores.

**13. O que se espera dos empreendimentos apoiados pela prefeitura para os próximos 10 anos?**

R: Bom. Vitória da Conquista tem uma característica muito importante, que é a participação popular nas discussões e no rumo do município. Então isso é um diferencial de Vitória da Conquista. Eu já tive a oportunidade de passar por outros municípios, e vivenciar também essa questão da organização política, da organização social, e a gente percebe que aqui as organizações participam mais efetivamente, a população cobra. Esses empreendimentos que nasceram, nasceram num ambiente que leva para processo de discussão, de autonomia. É claro que eu percebo que o Banco do Povo está aí, as estatísticas comprovam dados financeiros com excelente liquidez nas suas contas, isso significa que estão entendendo o processo. O GEP que começou em 2000 com cento e poucos empreendedores e hoje já conta com um contingente de 300 empreendedores. É claro que alguns entraves ainda são a questão de alguns produtos não terem um registro, não terem uma marca, o que impossibilita a comercialização, de não poder conquistar novos mercados. Então aí é que está a ação do poder público, de ajudar esses empreendedores a desenvolver e registrar seus produtos, elaborar uma marca, montar uma estratégia de penetração no mercado, para que haja uma maior autonomia financeira e também uma autonomia social. O que sei é que no ponto de consciência a que chegamos, não dá mais para voltar. Eu acho que qualquer governo que venha se instalar em Vitória da Conquista, tem que compreender que você gerir o município de Vitória da Conquista é você dialogar com a sociedade, não dá para ser um governo unilateral, ou de cima para baixo. Ou você vai primeiro nas bases, dialogar com as bases, ou você vai ter dificuldades de implantar qualquer ação aqui, porque existe uma consciência muito forte do papel social dentro do

movimento. E acho que isso também esteja presente dentro da EcoSol, porque ela é fruto também dos movimentos sociais da década de 1980, dos movimentos da Igreja Católica, das comunidades eclesiais de base, então é um movimento que surge do movimento. Absorve todo esse *know how* de controle social, de discussão de autonomia política e tudo isso. Então é um reflexo que de certa forma vai impactar na gestão municipal, não tem jeito.

**INSTRUMENTO DE PESQUISA: ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**  
**ENTREVISTADO: NEWTON SALLES FIGUEIRA (COORDENADOR DE**  
**ECONOMIA SOLIDÁRIA)**

**LOCAL: COORDENAÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**DATA: 01/04/2008**

**HORÁRIO: 15:00**

### **QUESTÕES**

**1. Há quanto tempo o sr. participa da Coordenação de Economia Solidária?**

R: Eu quando cheguei para a Prefeitura já havia começado o GEP, o GEP tinha acabado de ser ONG, já não era da Prefeitura. Mas quem começou mesmo a Economia Solidária em Conquista foi Dora. Mas com o GEP se tornando ONG a Prefeitura ficou sem programa. Então nós começamos a preparar um grupo de empreendedores, porque nós trabalhamos mais com fomento do que como executor. Então o prefeito Guilherme Menezes, há uns oito anos atrás começou com a proposta de se criar um novo grupo e eu vim para isso. Esse novo grupo tornou-se uma associação e estamos trabalhando já para ele se tornar uma OSCIP. Nós trabalhamos com o grupo, nós fazemos ações voltadas para a cidadania. Fazemos barracas na feira ou um bairro qualquer, em que a gente procura saber no bairro quem trabalha com crochê, com bisqüi, com madeira, com pano, para então ir pegando esse povo e organizando, dando oficina para eles se tornarem capazes e prepararem as coisas de tal maneira que possam ser expostas em qualquer cidade do Brasil.

**2. Mas esse trabalho era feito dentro da Prefeitura? Foi antes da gestão do Partido dos Trabalhadores?**

R: Era um programa da Prefeitura. Guilherme criou o GEP e para isso contou com o serviço de Dora e do Prof. Elias Dourado. Eles começaram trabalhando com quilombolas, etc. Mas nós estamos buscando mais fomento dentro da cidade em relação à atividade econômica. Então foi surgindo e agora estamos fazendo contato com o Instituto Mauá em Salvador. Esse Instituto cuida em âmbito estadual desse setor. Eu o tenho como um parâmetro. Descobri que eles não só preparam o pessoal com oficinas, como também faz a comercialização no Estado, tanto que se eu quiser participar de uma feira, eu já tenho gente capacitada a levar material pra lá, e algumas coisas podem ser compradas por eles e comercializadas em Salvador. Eu cheguei a fazer alguma comercialização.

**3. Quer dizer que esse Instituto apóia e também faz a comercialização?**

R: Com o governo de Jaques Wagner eles se sentiram mais à vontade para entrar em Conquista, fizeram uma parceria conosco enquanto serviço público e já mandaram o escritório deles. No próximo mês todos nós vamos ficar lá onde era o SEMAI, na Bartolomeu de Gusmão. Estamos com dificuldade com eles porque eles buscam propriamente o artesão de artesanato. O artesanato não usa nada industrial. Qualquer artesão que usa produtos industrializados já não é artesão, são artes manuais. Ele modifica, transforma a matéria industrializada em algo novo. Mas eles passaram a aceitar e a trabalhar com o nosso grupo que trabalha com isso. Então nós estamos seguindo a mesma filosofia.

**4. E antes Sr. Newton, quando o PT ainda não tinha chegado ao poder? O GEP já existia em forma de associações que não eram agrupadas?**

R: Existiam pessoas isoladas que tinham necessidade de ganhar um pouco melhor, não tinha emprego para ninguém, então era um caos. Cada um se virando. A prefeitura não ajudava em nada. Então surgiu a Secretaria de Trabalho e Assistência Social, na Bahia. Agora nós estamos fazendo um convênio com eles, aqui em Conquista, porque já construímos, dentro do mercado na Feirinha. Agora está faltando dinheiro para colocar os móveis e dar o acabamento, e para isso estamos fazendo a parceria com o Estado, pois lá será o Centro Público de Economia Solidária. Apesar de que lá já pertence à Prefeitura, mas lá nós não podemos usar porque não tem ainda infra-estrutura. A Prefeitura pretende terminar tudo até junho, por conta da lei eleitoral.

Estamos chamando alguns prefeitos para ver se formamos, ao invés de um Centro Público de Economia Solidária Municipal, um Territorial. Então dos 28 municípios que fazem parte do território, pensamos em fazer com um grupo que tenha capacidade de desenvolver alguma coisa, porque necessidade existe em todos eles, quanto mais pobre, pior a situação. Isso é uma proposta da Secretaria do Estado, em relação à parceria conosco. Eles estão querendo aproveitar o nosso Centro para atender a mais municípios. Porém, se aquilo está pequeno para Conquista, imagina para outros municípios, então em um futuro distante pretendemos fazer um shopping popular e aberto.

**5. Qual o objetivo da Coordenação de Economia Solidária?**

R: Fazer uma Economia Solidária. A Prefeitura já tem 6.000 empregados, toda hora aparece alguém com um currículo querendo uma oportunidade. Então se imaginou um programa do governo dentro da Economia solidária para ajudar jovens, aqueles que estavam estudando, mas não estavam empregados, o que se chamou de Juventude Cidadã. Ou seja, pretendia pegar jovens de 16 a 23 e dar a ele noções de economia, cidadania, educação, reforçar o curso. Se eles já tinham terminado o estudo, então daria a esses jovens oportunidades de emprego através de parceria com a UESB, CEFET, Linha S (SENAC, SESI, etc) e juntamos 3.000 jovens. E como contrapartida teríamos que colocar pelo menos 900 desses jovens no mercado, nós conseguimos colocar 500. Agora, estamos novamente com o programa, não mais com o nome Juventude Cidadã, mas com jovens que podem já ter trabalhado, podem não estar estudando, e vamos aproveitá-los inclusive na Economia Solidária. Essa é uma ação da prefeitura através do NEPS.

**6. Quando a Coordenação desenvolve algum curso, como é selecionado o público para participar?**

R: O curso é aberto, mas as condições são: primeiro o curso é colocado durante o dia, pois subentende-se que quem participa da Economia Solidária não tem horário fixo. Não tem custo nenhum, mas eles têm que fazer uma provinha depois. No final os objetos produzidos são expostos e tem uma comissão de julgamento que avalia o resultado. Na maioria participam as cooperativas que já estão vinculados ao apoio da Prefeitura. Contudo, no ultimo, tivemos a participação do grupo fomentado pela UESB.

Geralmente quando fazemos uma feira, fazemos uma divisão de responsabilidade e deixamos uma porcentagem do custo, pequena, por conta das cooperativas e associações. Na Exposição cada barraca entrou com R\$ 40,00.

Então, geralmente temos várias feiras durante o ano, temos a Exposição (que foi a primeira), no dia das mães, São João, Natal, etc.

**7. Como é feito o acompanhamento dos empreendimentos apoiados pela Coordenação de Economia Solidária?**

R: Todo final de feira fazemos uma pequena avaliação. Na última feira da exposição reclamaram demais porque acharam que venderam pouco. Muitos acharam que o ambiente ali não é para eles. Realmente o forte dali é a FEBAN, que é capitalista, e os carros. A conclusão que se chegou na avaliação é que aquilo não é para eles. Que a prefeitura não pode incluir o programa dentro da Exposição. Mas aquele terreno onde é realizada a Exposição, eles trocaram pelo bosque. Então eles cederam aquele espaço para a Economia Solidária porque dependem da Prefeitura. Eles ficaram ao lado da FEBAN e não encontramos outro lugar para eles. Então ficaram do lado de uma feira altamente capitalista. Lá de dentro da FEBAN eles ouviram algumas críticas, onde estavam fazendo comparações entre as duas feiras, e elas não podem ser comparadas. De forma alguma.

**8. Quais as principais dificuldades encontradas para viabilização da Economia Solidária?**

R: A minha maior dificuldade hoje ela é comparativa. Porque de qualquer forma precisa a comparação para fazer a pessoa melhorar. Mas não deveria ter a comparação lá na feira. Pois aí é que ele passa a desanimar. O artesanato não pode ser comparado com o produto industrializado. A mulher principalmente quer criatividade, ela não quer usar o mesmo que as outras estão usando. Não podemos fazer uma máquina para produzir os nossos produtos, são artesanais, nenhum é igual ao outro. A Economia solidária, artesanato, para pessoas que tem bom gosto, cuidado, disciplina é um negócio trabalhoso.

**9. O que se espera dos empreendimentos apoiados pela prefeitura para os próximos 10 anos?**

R: Realmente o que eu espero é que esteja muito melhor do que os 10 anos atrás. Se com mais 10 anos nós temos que ter pelo menos o dobro do que temos hoje. Já chegamos aqui e não tem mais como voltar. Um exemplo é o Instituto Mauá que vem com muita novidade para fazer a gente crescer ainda mais.

**INSTRUMENTO DE PESQUISA: ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA****ENTREVISTADO: GEOVANE VIANA (GERENTE DA COORDENAÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA)****LOCAL: COORDENAÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA****DATA: 01/04/2008****HORÁRIO: 15:00****QUESTÕES****1. O Sr. poderia contar um pouco da história do nascimento da Economia Solidária em Vitória da Conquista até a criação da Coordenação de Economia Solidária?**

R: Antes existiam as pessoas que faziam tricô, crochê, bisqüi e que estavam soltas no mercado, eles não tinham ajuda pra produzir, não tinham ajuda para comprar matéria-prima, não tinha ajuda pra comercializar, não tinham ajuda pra nada. E aí, na verdade, quando o governo novo entra a partir de 1997, entra com essa visão de valorizar as questões sociais. Nessa época também a própria Economia Popular não era tão conhecida. Então se criou o GEP e o Banco do Povo na mesma época. Só que o movimento cresceu, mas do ponto de vista de conhecimento não, porque foram para o dia-a-dia, vamos fazer artesanato, vamos fazer feira, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, e poucas pessoas se dedicaram a aprender o que era. Claro que isso de lá para cá já melhorou muito, tem três anos disso, de lá para cá já tem Fórum Baiano, Fórum Municipal, já tem uma série de encontros. Aí você pensa, por exemplo, você chega aqui há três meses atrás e tenta dizer que não é bem assim, que nós temos que fazer diferente, uma coisa que já vinha sendo feito desse jeito há muito tempo. E um problema, você tinha uma rivalidade entre as pessoas daqui e as pessoas que não estavam organizadas. Que não tinha motivo de ser porque todos são iguais, todos são produtores, artesãos, pobres, que usam a mesma matéria-prima, o mesmo modelo de produção, vendem do mesmo jeito. Tudo que a gente tentava fazer eles falavam de briga. Pensávamos em ir pela parte que une e deixar o que separa pra depois. Então tentamos unir e não conseguimos. A nossa intenção agora, nesta Feira na Exposição, era fazer uma Feira só. Feira da Economia Solidária. Convidamos o GEP, convidamos os artesãos, convidamos uma série de pessoas. Só que como o GEP já vinha fazendo a Feira solta, separado do NEPS, eles já haviam começado também a articulação. Não foi possível, nem por má vontade não, eles já haviam começado, então não deu para fazer uma feira só. Só que quando eu consegui botar uma estrutura lá grande, 600 mts. 20 X 30 de toldo, acabou parecendo, para quem olhasse de fora, que era uma feira só. E na verdade existia uma separação, existia a feira das barraquinhas amarelas e existia a feira da prefeitura. E de fato aquela feira foi toda bancada pela prefeitura. A do GEP também, ela usou os toldos da prefeitura, mas havia uma separação. Porém na prática não houve e isso é que foi bonito, porque não foi possível fazer juntos, mas na prática ficou junto. E já foi bem sinalizado que a próxima feira vai ser junto. Mas na verdade, quando pensamos em fazer, iríamos usar todo aquele espaço, e ia misturar as pessoas do GEP com as pessoas das outras organizações, separando por produtos e não por entidades. Como se observou lá, você tinha um grupo de alimentação, um

grupo de bisqüi, dentro da associação estava por produto. Não conseguimos, mas já avançamos bem porque o clima de rivalidade diminuiu.

**2. Quantas pessoas compõem a coordenação? São funcionários efetivos da prefeitura?**

R: Esse na verdade é um problema, porque a equipe é muito pequena. Na verdade tem o Pastor Newton e tem Suze, que é a secretária. E tem o Almir, que é uma pessoa de apoio e que ajuda a organizar as feiras. Então tem três, comigo, quatro.

**3. São todos funcionários da prefeitura:**

R: Almir é contratado. O Pastor é nomeado, é cargo comissionado, mas não é funcionário efetivo. Suze é efetiva e eu sou efetivo. Mas na verdade a equipe é somente eles três, ela já foi maior, mas foi diminuindo. E na verdade para o novo perfil, que é um perfil de tratar com as entidades, essa equipe tem que mudar de perfil, ela deixa de ter um perfil da tarefa para ser da elaboração.

**4. Como é feito o acompanhamento dos empreendimentos apoiados pela coordenação?**

R: Na verdade esse cadastramento que a gente está fazendo é para isso. Porque a prefeitura faz o convênio, paga aluguel, paga o funcionário, faz uma série de coisas. Então a prestação de contas é em cima do convênio. Só que como a equipe é pequena e como o foco da agência, em um certo momento, foi mais para a área empresarial, então o setor foi pagando e não foi cobrando. Então a gente está fazendo esse cadastramento para poder, a partir daí, cobrar da entidade o que ela vem fazendo. Ainda não existe um acompanhamento, mas existe a intenção.

A entidade se organiza, faz uma solicitação, mostra o que precisa, a prefeitura avalia, faz o convênio e dá o apoio. Então na verdade o apoio existe, só que não de forma organizada. Não tem um orçamento próprio para aquilo. Um programa orçamentário, uma unidade orçamentária própria para tratar da Economia Solidária. E aí, se a entidade "A" quer um apoio de aluguel, ela vai ter que solicitar isso, mas junto com outras entidades também. E aí a idéia nossa é disponibilizar o recurso na forma de Edital, a gente disponibiliza o Edital e as entidades interessadas se cadastram. A idéia é ser uma apolítica pública de EcoSol, onde nós teríamos aporte financeiro para aluguel, para capacitação, para manutenção da entidade. É um programa com dez projetos e várias atividades. Inclusive, uma regra que nós vamos estabelecer para o Centro Público, e que já está no regimento que nós elaboramos, é de que ela tem que ser do Conselho Municipal de EcoSol. Ela faz uma solicitação ao Conselho Municipal, que vai analisar o seu estatuto, o seu trabalho, então para ela receber um recurso no Edital também vai constar que ela tem que estar vinculada ao conselho Municipal de EcoSol. Estando lá, significa que ela já passou por algumas triagens. Igual quando alguma entidade solicita o vínculo de OSCIP, ela já passa por uma série de critérios, e fica mais fácil conseguir recursos. Então essa é a idéia do programa, é ter uma unidade orçamentária, organizada, estruturada, com verba própria para poder gastar. Como isso é uma coisa que está em elaboração, isso só vai ser efetivado no próximo governo, em 2009.

**5. Quais as principais dificuldades encontradas para viabilização da Economia Solidária no município?**

R: A primeira é como eu lhe falei que é essa questão do conceito. Uma questão conceitual. Porque é difícil você tentar trabalhar da maneira teoricamente correta

com pessoas que, na prática, vem fazendo de maneira diferente, e não ouviram do poder público que era diferente. Tipo assim, estavam fazendo de uma maneira que não era a maneira totalmente correta, mas também ninguém disse que era errada. Então é difícil você ir mudando isso aos poucos. Então a dificuldade é essa, é colocar na cabeça das pessoas que tem que mudar a maneira de fazer, que precisa ir para a sala de aula, tem que ir para a sala de aula mesmo, tem que se capacitar, tem que formar, então isso é uma dificuldade. E a outra dificuldade é apoio financeiro. Porque o município não tem recursos próprios para bancar o setor. Você tem convênio como, por exemplo, esse do Centro Público, que para conseguir um recurso tem que passar por uma série de eventos burocráticos até conseguir o recurso, documento de tudo quanto é setor e tudo quanto é órgão para conseguir o recurso. E aí você tem toda questão legal, licitação, até o projeto estar em andamento demora, então é mesmo a questão burocrática para o financiamento.

**6. O que se espera dos empreendimentos apoiados pela prefeitura para os próximos 10 anos?**

R: Embora eu considere que nestes 10 anos até hoje algumas coisas não correram bem do ponto de vista teórico, mas na prática muita coisa andou. Quando eu entrei aqui eu tive um depoimento muito interessante, ele é artesão de calçado, e ele estava solto, sem dinheiro, sem produção, sem vender nada e então começou a participar das feiras de Economia Solidária, que já vem acontecendo há vários anos. E aí ele me dizendo que isso fez com que ele vislumbrasse outros horizontes, hoje ele vende o sapato que produz para outras regiões. Então na verdade, se não foi feito da maneira 100% correta, do ponto de vista teórico, e nem sempre o que está na teoria está totalmente correto, mas foi feito muita coisa. Aí nós temos o Banco do Povo, que está com 7 milhões de reais emprestados e começou com os 150 mil da prefeitura. Hoje ele tem autonomia financeira, uma alavancagem boa, condições de concorrer até com o Banco do Nordeste, que empresta a juros um pouco mais baixo. Então foram feitas muitas ações. A partir de agora, com a criação do Programa e com a consciência dos governos de que precisa ser feito algo direcionado, estruturado, acho que não vai demorar muito para a EcoSol ser bem visível.

**7. Você teme uma mudança de governo, para o futuro da EcoSol em Conquista?**

R: Eu acho que o Banco do Povo e GEP tem uma estrutura que suportaria, uma estrutura para agüentar uma mudança de governo. Porque se mudar hoje do atual grupo, muda pra um grupo que tem uma concepção de Economia totalmente diferente da nossa. A visão da oposição é uma visão econômica muito voltada para o mercado. O PT e os partidos aliados têm programas nessa área, não estou dizendo que são os melhores, mas tem um foco nessa área. Já a oposição não tem. Mas acho que se tiver uma mudança radical no governo pode ser que o setor sofra um impacto. Não sei se vai existir uma diretoria de EcoSol, porque não existia no governo estadual anterior e hoje tem uma superintendência que inclusive vai financiar o nosso Centro Público. É claro que têm algumas coisas que já estão tão estruturadas, que mesmo que queiram não conseguiriam mais mudar. Mas eu temo sim se mudar, embora eu acredito que vai ser muito difícil a gente perder essa eleição.

**INSTRUMENTO DE PESQUISA: ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA****ENTREVISTADO: OSVALDO FERNANDES SOUZA (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE ARTESANATO CONQUISTENSE)****LOCAL: MERCADO DE ARTESANATO****DATA: 15/05/2008****HORÁRIO: 14HS****QUESTÕES****1. O que é a associação e como ela foi criada?**

R: Bem, na década de 1970 o artesão, quando saia na rua pra vender o seu produto, o seu trabalho, era orientado pelos fiscais para não comercializar naquele local, e muitas vezes ainda tinha sua mercadoria tomada por eles. Então era o principal motivo para se criar a associação, para poder adquirir o lugar para comercializar nossos produtos. Com isso então conseguimos adquirir um espaço na Praça 9 de Novembro, onde trabalhamos durante 15 anos, até quando a prefeitura iniciou um processo para tirar os artesãos de lá. Com isso eles nos garantiram que a praça não seria liberada para mais ninguém, só que isso nunca foi cumprido, porque a gente vê outras pessoas trabalhando lá, porque foi um acordo verbal e não teve registro nenhum. Lá atrás solicitamos um espaço para trabalharmos na Praça no fim de semana, mas foi respondido que não, porque a associação já tinha o Mercado de Artesanato, já tinha a Travessa dos Artistas e já tinha o Calçadão da Praça da Bandeira. Então nós estamos trabalhando assim mesmo, de forma organizada. Muitos artesãos trabalham aqui na Praça da Bandeira, esperando que a Prefeitura arrume um lugar certo para expormos os nossos trabalhos. O Mercado de Artesanato foi construído no governo de Raul Ferraz, depois foi sorteado entre os artesãos aqueles que ficariam no Mercado. Começou a funcionar em 1989 e a associação foi criada em 1989. Desde que foi criada a associação eu estou na direção, não por imposição, mas sempre que têm eleições os associados acabam reelegendo-me. Os artesãos pagam uma taxa simbólica para Prefeitura numa quantia de R\$ 10,00 ao mês. A Prefeitura então dá manutenção no prédio, inclusive, há três anos, foi reformado todo o Mercado e foi revista a eletricidade. Até hoje os artesãos são perseguidos, apesar de não ter aquele sistema de tomar a mercadoria, mas parece que a fiscalização de Conquista só trabalha em cima dos artesãos, porque quando vem notificações só vem para os artesãos, ninguém vê notificação para outros por aí.

**2. Quantos associados possui a associação?**

R: Nós já tivemos 565 artesãos associados, mas hoje, ativos, são 132, esparramados na cidade, aqui tem 43.

**3. Quem são os parceiros da associação?**

R: Não temos parceiro, o único parceiro que podemos ter é a própria Prefeitura. Agora estamos buscando uma parceria com o Instituto Mauá, em Salvador. Porém, devido não termos recursos, uma sede e outras coisas, então essa ajuda está vindo através da Prefeitura, para ajudar o artesanato.

**4. O Sr. conhece a Coordenação de Economia Solidária? Qual a importância dessa coordenação para a associação?**

R: A Coordenação promete nos apoiar, mas até o momento ainda não sentimos nada em benefício da associação. Apesar de trabalharmos nessa parceria ainda não notamos um apoio perfeito.

**5. Como acontece a comunicação entre a associação e a Prefeitura Municipal?**

R: Não tenho do que reclamar. Nessa parte não posso dizer que a prefeitura não tem dado apoio, porque sempre que tem qualquer problema, a gente se dirige a eles, e eles sempre estão dispostos a nos escutar.

**6. Existe alguma dificuldade para participar nas ações da prefeitura?**

R: Não tem. A prefeitura dá a manutenção do prédio e nós pagamos, e ela exige uma pequena taxa. Aqui dentro temos um grande apoio da prefeitura, temos luz, água, banheiro, vigilância, zelador do prédio, tudo por conta da prefeitura.

**7. Como se dá o acompanhamento das ações da associação pela prefeitura?**

R: Ela não faz avaliação, mas nós queríamos que a Prefeitura desse um apoio maior aos nossos associados, ainda que eles tenham 18 anos, 15 anos, 17 anos, 10 anos, 2 anos enfim, o pessoal que trabalha na rua, que são pai e mãe de família, desamparados, que realmente têm filhos e precisam se manter, e pra se manter precisam trabalhar, e os espaços que são cedidos para nós é muito pouco. A maioria dos artesãos da associação está aí fora. E ainda temos artesãos que vivem trabalhando, mostrando seu produto em outras cidades para sobreviver, sendo ligado à associação.

**8. Quem é o maior adversário da associação?**

R: Se é que a associação tem algum adversário, não é declarado. A dificuldade da associação, hoje, vem da própria prefeitura. Porque essa associação é a mais velha da cidade, foi a primeira que acolheu os artesãos, depois justamente a prefeitura apresentou a entidade com nome de NEPS, que nós ajudamos a levantar, fazendo feira na Praça Barão do Rio Branco, feira na Praça Sá Barreto, na Praça Guadalajara para ajudar a levantar o NEPS e ele até agora não tem nos ajudado. Então se estamos falando de adversário surgiu esse, o poder público, porque poderia estar ajudando mais à associação. Não fornece nada para a associação, não ajuda a associação, nada é feito, então eu só tenho que reclamar do próprio poder público, que poderia estar ajudando mais.

**9. O que o Sr. entende por “autogestão”?**

R: É justamente uma organização, uma sociedade que gerencia os demais.

**10. A associação realiza assembleias constantemente?**

R: Reunimos regularmente, reuniões de mês em mês, de 15 em 15 dias, a depender da necessidade dos associados. Não temos sede, mas nos reunimos no Teatro Carlos Jeová. Não tem muita participação, mas aparece, às vezes, parentes que representam, então eles votam, comparecem.

**11. A associação costuma se reunir com outras associações?**

R: Sim. Sempre que a outra nos convida para participar estamos disponível. Aqui dentro de Conquista reunimos com o NEPS e o GEP, agora fora daqui já reunimos com outras entidades em Jequié, ou mesmo em outro estado, Instituto Mauá, que temos contato, inclusive eles nos recebem muito bem. E assim, no ano passado ele deu um curso aqui, em parceria com a Prefeitura, o NEPS, O GEP. Bom, promessas nós temos muito por parte do poder público, mas por enquanto são só promessas.

**12. Como a associação incentiva a participação dos associados nos processos de decisão?**

R: O que eu incentivo é justamente o seguinte, na parte do trabalho, para que eles continuem a trabalhar. Quando tem reunião é difícil chamar todos, porque têm associados que já morreu, têm associados que já mudou, têm associados que já abandonou a profissão, mas sempre tem aqueles que a gente mantém contatos na hora que quer e precisa.

**13. A associação costuma oferecer cursos para os associados? Quais os temas dos cursos?**

R: Não, só oferecemos o que o Instituto Mauá ofereceu. No mês de dezembro. O tema era aperfeiçoamento do trabalho dos artesãos e, demonstrando também o que é artesanato e o que não é. E estamos esperando que agora em 2008 se cumpra essa parceria.

**14. O que é Economia Solidária para o Sr.?**

R: A Economia Solidária é uma das coisas que a associação mais tem usado. Que a associação de Artesanato usa ser solidária com a prefeitura, com os artesãos, porque são pessoas mais carentes e precisam trabalhar, então a associação acolhe e isso pra mim é ser solidário.

**15. O Sr. conhece o símbolo da Economia Solidária?**

R: Não.

**16. O Sr. conhece os princípios da Economia Solidária?**

R: Os princípios eu conheço, porque eu ajudei fundar a Economia Solidária aqui, fazendo reuniões, feiras, etc.

**17. O que se espera da associação para os próximos 10 anos?**

R: Daqui a dez anos? Bom. Se ela hoje receber o apoio que precisa para trabalhar, do poder público, então eles dessem condições da associação trabalhar, ela poderia ser uma grande feira. Porque ela é uma entidade sem fins lucrativos, e os artesãos precisam de incentivo. Se ela receber o apoio necessário agora, daqui a dez anos ela terá muito a ajudar o poder público, sozinho ela não poderá fazer nada. Os artesãos são pessoas carentes, precisam fazer seus produtos de noite, vender de manhã, para comer no outro dia. Que tem dificuldade para pagar água, pagar luz, comprar roupa, comprar um remédio, tem dificuldade pra tudo, e se vê os outros crescerem e eles não, então isso desanima. Porque a associação ajuda muito o poder público, mas eles também precisam dar o seu retorno.

**INSTRUMENTO DE PESQUISA: ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA****ENTREVISTADO: EROTILDES ROCHA VIANA (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA – AEPS)****LOCAL: COORDENAÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA****DATA: 13/05/2008****HORÁRIO: 16HS****QUESTÕES****1. O que é a AEPS e como ela foi criada?**

R: A idéia da Associação de Economia Popular Solidária (AEPS), surgiu devido ao trabalho que o NEPS vinha fazendo com os empreendedores a mais de três anos. O Coordenador, Sr. Newton, falou da necessidade de termos essa associação. Com isso, a idéia foi amadurecendo, até que Geovanne chegou até nós, com um trabalho de muito esforço, nos ajudou bastante e nós fizemos os trâmites legais e fundamos essa associação. Pois o grupo não tinha como crescer sem se associar. Então foi este o motivo principal de formar essa associação, tendo em vista também ajudar a sociedade de outras formas.

**2. Quantos associados possui a AEPS?**

R: As pessoas que estiveram presentes no início, chegou a 25 ou 30, que assinaram no momento da constituição. Contudo, pretendentes já havia mais de 70, e isso aconteceria posteriormente, quando a gente teria contato direto com essas pessoas e faria as inscrições. Hoje, a média de associados é de 60 a 70 associados. Apesar de que eu tomei uma medida, porque a associação de Economia solidária exige muito comportamento pessoal, por isso eu tomei uma medida assim, de que as pessoas que vão entrando, nós fazemos as inscrições, porém tem seis meses de observação, e depois desse tempo, se a pessoa aceitar o nosso trabalho e se a associação se adaptar a ele, então tem-se aí um sócio a mais. Todos os associados participam, mas quando temos uma feira, existe um número limitado de vagas para participar do evento, devido espaço ou até mesmo o número grande de outras associações para expor no mesmo espaço. Aí eu começo a ligar, ligo para praticamente todos eles, mas tem aqueles que não atendem ao telefone, ou o telefone está ocupado, com algum problema, então nós acabamos fazendo uma seleção e, dependendo da feira, ficam 20 ou 25, como agora mesmo se tivéssemos espaço teríamos até 50 pessoas.

**3. Na feira estavam os artesãos, mas fora o artesanato, quais outros ramos existem na associação?**

R: É uma associação de Economia Popular, ela não está contida no artesanato, mas o artesanato está contido nela. Ele é um dos ramos, mas há vários outros ramos, nós queremos fomentar a economia, como atores, cantores, fazemos parceria com a própria prefeitura, no sentido de divulgar algum assunto de interesse público, como a dengue. Porém a associação não está a todo vapor, porque ela está começando agora, ela tem em torno de 4 meses. Apesar de que até o momento temos muito mais artesãos.

**4. Quem são os parceiros da associação?**

R: Temos o apoio de algumas instituições governamentais, como agora mesmo vamos ter pelo Instituto Mauá uma mini fábrica, onde nós teremos máquinas à disposição, teremos todo um material e esse material estará à disposição do pequeno empreendedor, tanto para produzir o seu produto, como pra dar um curso, enfim uma infinidade de ocupação. Por enquanto apenas essa parceria.

**5. A associação recebe apoio da Prefeitura Municipal?**

R: A prefeitura dá o seu apoio para a associação no sentido de capacitação, cursos, ajuda de custo (por enquanto), por exemplo, eu como presidente da associação, a prefeitura costuma fazer uma parceria, onde eu vou poder receber um valor para poder tomar conta da associação em tempo integral. Contudo não está tendo, devido o orçamento participativo, que só vai acontecer agora no ano que vem e também por conta desse ano ser ano político, o que dificulta mais. Ela ajuda também com espaço físico, como é o caso de nós ainda estarmos funcionando no NEPS por conta de ainda não ter o seu espaço próprio. A secretaria vai mudar daqui e nós vamos juntos. Eu já quis desmembrar, mas devido uma questão ou outra nós não conseguimos. Porque o importante é a gente desmembrar para deslanchar, não é? Então a prefeitura dá o suporte e você continua.

**6. O sr. conhece a Coordenação de Economia Solidária? Qual a importância dessa coordenação para a associação?**

R: Bom, eu não poderia falar em relação à minha associação nada, mas em relação à minha pessoa, eu acho que ela é importante devido o trabalho que presta que é um trabalho social. E que também é a mesma função de Economia Solidária, eles têm ajudado bastante à sociedade e a gente fica gratificado com tudo isso.

**7. Como acontece a comunicação entre a associação e a Prefeitura Municipal?**

R: Não há obstáculo nenhum e com eu disse, não posso falar pelas demais associações, mas em relação à nossa associação a comunicação é ótima.

**8. Existe alguma dificuldade para participar nas ações da prefeitura?**

R: A única dificuldade que eu vejo é a inexperiência minha e dos demais participantes da direção, então a gente vai aprendendo aos poucos e isso depende muito da minha experiência e um pouco mais de instrução mesmo.

**9. Como se dá o acompanhamento das ações da associação pela prefeitura?**

R: Não existe nenhum documento assinado em relação ao apoio da prefeitura, e segundo o nosso secretário Elinaldo, o orçamento participativo já aconteceu para esse ano, então vai haver o orçamento para o próximo ano, eu acredito que nós possamos fazer parte no próximo orçamento. A prefeitura realiza um acompanhamento, mesmo porque é um trabalho de interesse da própria prefeitura, porque o lado social hoje é muito divulgado e exigido também. Você pode observar que esse presidente atual tem fomentado bastante essa questão, no outro dia eu estava vendo um programa falando para tornar os comerciantes indiretos em pessoas preparadas com cnpj, não é, pessoas jurídicas. Enfim, então há um interesse por parte deles nesse sentido. Nós tivemos uma reunião onde nós iremos votar uma comissão que será representante das associações no Conselho Municipal de Economia Popular.

**10. Quais as principais dificuldades da associação?**

R: Capacitação é a principal dificuldade. Eu acho que principalmente para a direção. Porque, por exemplo, eu sou o presidente da associação e nessa feira eu fiz o papel de presidente, de secretário, de tesoureiro, de tudo. Porque as pessoas que se comprometeram e que entraram em nossa chapa, eu não sei o que eles sonhavam, não sei o que eles queriam também, a verdade é que distanciaram devido trabalho, suas ocupações. Hoje é difícil uma pessoa deixar o seu ganha pão para estar se ocupando em uma ação solidária, não é verdade? Então devido a isso eles têm se afastado e muita coisa está sob o meu controle e deveria estar documentado. Essa semana eu tive uma reunião com eles porque eu quero tomar uma posição pra ver, arrumar um secretário, uma tesoureira. As pessoas também têm dificuldade em relação à inexperiência e despreparo. Além de não dispor de tempo, muitas vezes porque tem outras ocupações. E às vezes quando a gente toma decisões só, as pessoas criticam, mas como não tomar, vai deixar sem fazer? Já comuniquei à prefeitura e eles estão prontos a prover cursos de capacitação e observando diretamente a associação.

### **11. Quem é o maior adversário da associação?**

R: Bom, eu não sei se seria um adversário ou seria uma parede que precisa ser derrubada, sei lá como, mas a própria prefeitura como um todo. Porque na prefeitura existem várias secretarias, uma secretaria com outra secretaria vai fazendo o andamento administrativo. E eu vejo que nós deveríamos ter mais espaço na cidade, onde expor nossos produtos. Nós deveríamos ter mais não só capacitação, mas uma parceria forte. No meu ver, só as ações da coordenação não são suficientes. Eu penso alto, eu penso que uma associação hoje, ela deveria ser responsável por muitas coisas na cidade, como no próprio estatuto, a preservação do meio-ambiente. Então está no estatuto e a gente quer fazer alguma coisa, e assim teríamos um tempo para ocupar o associado, para que ele tivesse interesse em participar da associação. Você gostaria de participar de uma associação, onde você paga R\$ 5,00 de mensalidade todo mês, e de vez em quando tem um evento, e aí você ainda corre o risco de não participar, é difícil. Então teria que ser mais ou menos assim, você não vai participar desse evento, mas em contra partida você vai participar de uma parceria onde você vai ter o seu sustento. Então aí eu iria colocar não era 60 associados, eu tenho mais de 100 pessoas que querem entrar na associação. Faria uma associação de 500 pessoas, uma organização de primeira na cidade, mas para isso tem que ter suporte, sem o dinheiro a máquina não anda. Os associados falam de espaço físico, porque eles entendem associação somente como espaço de feira, mas na verdade o que eles querem mesmo é ocupação. Por exemplo, hoje não tem feira, mas alguém estaria molhando uma planta em um jardim, e com isso realizando uma atividade. Assim eles não se encontrariam somente nas feiras.

### **12. O que o sr. entende por “autogestão”?**

R: Essa palavra é muito usada aqui na Secretaria. A gente ouve muito as pessoas falarem aqui sobre autogestão. No meu ver, não sei se está correto, mas autogestão está relacionado à minha administração, eu administrar o que eu faço. Quando falo de mim, estou querendo colocar cada pessoa. Algo que eu acho que é pessoal, minha, sua, do empreendedor, administrando sua própria vida e aquilo que eles fazem dentro da associação.

### **13. A associação realiza assembleias constantemente?**

R: Normalmente uma vez por mês, à vezes não vem um grupo, mas vem outro, mas sempre tem participação. Contudo as atas estão ficando comigo. Na última reunião tinham 17 assinaturas na ata. Foi pouco, mas foi porque foi uma reunião para feira. Então, como a reunião só ia tratar sobre a feira, muitos que não iriam participar não vieram.

**14. Os associados costumam participar das decisões da associação?**

R: Com toda certeza, porque a associação tem que ser dentro da democracia.

**15. A associação costuma se reunir com outras associações?**

R: Costuma, nos eventos promovidos pelo NEPS. Então quando o evento é promovido, como no caso da Exposição, as associações estavam todas presentes, o NEPS funciona como um ponto de ligação.

**16. Como a associação incentiva a participação dos associados nos processos de decisão?**

R: É isso que eu tenho pedido aos coordenadores da prefeitura, que eles possam fomentar mais, trabalhar mais para as associações, para que as pessoas tenham um incentivo para participar. Nós estamos vivendo em um mundo de consumismo, e no mundo de consumismo esse produto só te serve 3 meses, e tudo que você usa hoje é descartável, os computadores é um exemplo claro. Então a sociedade quer uma coisa que dê um resultado imediato, e se isso não der resultado imediato eles abandonam. Então é isso que eu vejo no povo, o povo está querendo um incentivo imediato. E é aí onde entra a questão da psicologia, a questão de você saber entender a mente humana, não é verdade?

**17. A associação costuma oferecer cursos para os associados? Quais os temas dos cursos?**

R: Ainda não por conta de espaço. Para você oferecer isso você tem que estar organizado. Se eu encontrar pessoas solidárias, eu nem preciso pedir isso à Prefeitura. Você mesmo se tiver interesse em se colocar à disposição eu aceitaria. Enquanto esses associados estavam ligados ao NEPS, eles tiveram cursos de administração de associações com o Instituto Mauá. Então eu gostaria de um curso de administração, capacitação profissional dentro da associação e até fora, pois seria um curso para a vida pessoal dele também. Porque nosso objetivo não é tornar o sócio profissional de artesanato, mas sim tornar o sócio preparado para a vida. E dentro disso acho que relacionamento interpessoal, porque é muito difícil lidar com gente. Quando você tem certa cultura, você sabe lidar até com o próprio erro. E a pessoa despreparada é pior do que aquele que aponta o erro, porque ele inventa o erro, faz pré-julgamentos, então não têm preparo nenhum o que causa grandes conflitos.

**18. O que é Economia Solidária para o Sr.?**

R: A Economia Solidária é um sistema de parceria, onde eu me unio a você, sem interesse financeiro, para te fortalecer e com isso me fortalecer. Há uma divergência em Economia solidária porque às vezes as pessoas imaginam a Economia Solidária como aquela que apenas dá, só dá, mas não existe solidariedade somente dando, a própria oração de São Francisco diz “é dando que se recebe”, então precisa haver um retorno, eu fraco não posso ajudar você, eu tenho que ser forte, e pra que eu me fortifique eu preciso me unir a você, de qualquer maneira eu preciso me unir a você,

de qualquer maneira eu dependo de você. Solidariedade é isso aí, sou eu, você, mais outro e mais outro, trabalhando como um formigueiro, e é assim que eu traduzo a Economia Solidária.

**19. O Sr. conhece o símbolo da Economia Solidária?**

R: Não, ainda não observei não.

**20. O Sr. conhece os princípios da Economia Solidária?**

R: Acredito que praticamente conheço, porque pode ser que tenha algum que esteja aí camuflado. O princípio da Economia Solidária é ajudar o próximo, fomentar a economia do pequeno empreendedor, e pra mim o princípio se resume em uma palavra, serviço.

**21. O que se espera da associação para os próximos 10 anos?**

R: Bom, eu vejo da seguinte forma, pessoas de todos os bairros da minha cidade, da cidade vizinha, de todas as regiões e até fora do Estado, dizendo, graças a AEPS hoje eu sou realizado. Eu quero ver, a partir dessa associação, novos grupos se formando com o mesmo fim. Eu quero ver até o que é impossível ver, sabe, porque devido os problemas que o mundo atravessa, é impossível você ver uma grande melhora nesse mundo, ele vai de mal a pior, mas eu quero estar aqui para ajudar a melhorar, se um bilhão de pessoas pioraram, se um milhão foi melhorada por essa associação eu já fiz o meu papel.

**INSTRUMENTO DE PESQUISA: ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA  
ENTREVISTADO: JOÃO DE JESUS (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE  
LAPIDAÇÃO)**

**LOCAL: ASSOCIAÇÃO**

**DATA: 04/08/2008**

**HORÁRIO: 16HS**

## **QUESTÕES**

### **1. O que é a Associação e como ela foi criada?**

R: Eu estou na associação deste a fundação. Antes aqui era um grupo escola administrado pela prefeitura. Na segunda turma, criada em 1993 para tomar um curso aqui, o pessoal se juntou para criar a associação e acabar com esse vínculo com a prefeitura, porque quando tinha recurso primeiro vinha pra prefeitura e depois que chegava aqui, e tinha uma certa dificuldade de pegar material e com a associação isso facilitava. O curso era só para aprender mesmo, tanto que eu fiquei aqui um ano e pouco sem receber nada. Hoje o governo do Estado, quando oferece o curso, os alunos estão recebendo bolsa. Então enquanto eles estão aprendendo eles estão ganhando a bolsa, e eu acho que não é nem tão legal, porque a maioria quando vem é por causa da bolsa, quando acaba o curso, eles vão embora. A bolsa fica em torno de R\$ 80,00 a R\$ 120,00. Naquela época a gente não sabia nem como comprar e nem como vender o material, então pensamos na associação. Logo no começo a gente levou prejuízo, até a gente começar a entrar no eixo. Nessa época tinham 15 pessoas, hoje temos 4 pessoas. Geralmente o Estado convida a gente pra dar aula, então às vezes a gente sai e fica 8 meses fora, quando retorna precisa recomençar a associação, por isso desarticulou muito. Enquanto eu estou dando curso para o Estado, tem um contrato e eu fico ganhando durante aquele tempo. Quando o curso acaba, a gente se dedica mais à associação.

### **2. A associação recebe apoio da Prefeitura Municipal?**

R: A prefeitura dá o espaço físico, a segurança, água e luz.

### **3. Que outras organizações apóiam a associação?**

R: Indiretamente tem a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM, onde libera convênios para cursos, esses cursos que eu recebo mesmo, saem daí.

### **4. O sr. conhece a Coordenação de Economia Solidária? Qual a importância dessa coordenação para a associação?**

R: A Coordenação, na verdade, eu passei a conhecer agora. Eu sou na verdade um dos fundadores do GEP, da época de Dora Sugimoto. Então eu iniciei no GEP, agora é que a gente está com um projeto na Secretaria do Meio Ambiente, porque a gente quer montar a nossa escola.

### **5. Como acontece a comunicação entre a associação e a Prefeitura Municipal?**

R: A comunicação nossa é boa, a gente tem um diálogo bem transparente.

### **6. Existe alguma dificuldade para participar nas ações da prefeitura?**

R: Participamos das feiras. Quando elas acontecem não temos dificuldade em participar, nós já temos o nosso espaço. Temos também os stands do Governo da Bahia que a gente também participa. A CBPM monta e a gente expõe, sem custo nenhum, nem hospedagem e nem passagem a gente paga, então o que vender lá é lucro.

**7. Quais as principais dificuldades da associação?**

R: Pessoa e divulgação do trabalho. Temos poucas pessoas na associação. Agora eu estou pegando pessoas à parte e estou capacitando para ficar aqui.

**8. Quem é o maior adversário da associação?**

R: O mercado, a concorrência com Minas Gerais. Porque eles lá tem indústria, lá não é tipo escola que tem aqui na Bahia, lá eles produzem nas fábricas mesmo de mineração, onde tem 40, 50 pessoas trabalhando. Normalmente todo lugar na Bahia compra com eles. Agora a gente ganha deles na qualidade, nosso material aqui da Bahia é bem melhor.

**9. O que o sr. entende por “autogestão”?**

R: Já ouvi falar, mas o significado assim eu não sei dizer não.

**10. Os associados costumam participar das decisões da associação?**

R: Tudo aqui a gente resolve junto, até porque só temos nós quatro.

**11. A associação costuma se reunir com outras associações?**

R: Não, apenas quando tem feira.

**12. Como a associação incentiva a participação dos associados nos processos de decisão?**

R: Eu dou curso por conta própria. Falo sempre que tudo que eu tenho hoje eu tirei daqui, graças a Deus nunca precisei trabalhar pra ninguém, e o que eu tiro daqui não me dá a necessidade de buscar fora. Eu faço meu horário, tenho minha liberdade e eu falo isso pra eles para incentivar.

**13. A associação costuma oferecer cursos para os associados? Quais os temas dos cursos?**

R: Os cursos que eu mesmo estou dando, por conta própria, para capacitar mais pessoas para a associação.

**14. O que é Economia Solidária para o Sr.?**

R: Conheço e vejo isso todo dia. O nosso trabalho eu considero Economia Solidária.

**15. O Sr. conhece o símbolo da Economia Solidária?**

R: Não conheço não.

**16. O Sr. conhece os princípios da Economia Solidária?**

R: Olha, nos cursos que eu participava desde o GEP, falava muito de Economia Solidária, até em Salvador a gente já foi participar de encontro, seminário promovido pela CBPM, pelo Instituto Mauá e pelo GEP também. Tenho apostilas com todo o conteúdo, mas pra dizer assim eu fico sem saber.

**17. O que se espera da associação para os próximos 10 anos?**

R: Um avanço aí de 80%. Com certeza, porque a gente está capacitando mais pessoas e vamos colocar mais cursos aqui dentro. Hoje a gente já tem um maquinário de um pessoal que morava em São Paulo e trabalhava em uma fábrica, então a fábrica fechou e como forma de pagar as dívidas eles ganharam as máquinas. Então a gente está fazendo uma parceria com eles e eles vão entrar com o maquinário para trabalhar com a gente. Conheci eles dando aula em Itambé. Está faltando só alguma coisa pra a gente começar a utilizar essas máquinas. Temos também uma planta aqui de uma nova sede que pretendemos fazer em parceria com a prefeitura, é um espaço amplo, com sala de aula, de exposição e tudo.

**INSTRUMENTO DE PESQUISA: ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA****ENTREVISTADO: IVAN SANTOS (COLABORADOR FUNDADOR DA COOPERATIVA)****LOCAL: COOPERATIVA DE CATADORES RECICLA CONQUISTA****DATA: 04/08/2008****HORÁRIO: 10HS****QUESTÕES****1. O que é a cooperativa e como ela foi criada?**

R: Eu estou aqui desde o começo, e no início eles (a prefeitura) chegaram lá e fizeram uma proposta pra gente, que ia formar uma cooperativa e ia tirar todos do lixão. Porque lá era assim, lá a gente que tinha filho, que tinha mulher, ficava tudo lá dentro. Então lá é como se fosse um bairro, como se as pessoas morassem lá, e lá mesmo conseguia o seu alimento, conseguia o seu dinheiro, a sua renda e lá dentro mesmo o pessoal ficava. Aí o pessoal chegou com essa proposta pra gente, que ia formar uma cooperativa e que ia ser um local mais ideal pra a gente ter uma coleta seletiva na rua, para recolher material reciclável. Aí, no começo, a gente não queria, porque a gente achava que lá dentro era o lugar mais ideal pra gente. Aí foi que a Funasa, que é responsável pelo lixão, resolveu que o lixão ia fechar. Aí a gente não teve outra escolha, e o jeito foi aceitar a proposta, e aceitar o jeito do trabalho e como é que era. Na verdade, a gente nem sabia o que é aterro sanitário, o que significa meio ambiente, essas coisas assim, a gente não sabia de nada. Aí a gente aceitou. No início foi uma briga porque a gente não sabia trabalhar em grupo, com os companheiros. O PANGEA que começou apoiar a gente. Sempre foi nesse galpão, ele não é da gente mesmo, mas a prefeitura dá uma ajuda pra pagar o aluguel.

**2. Quantos associados possui a associação?**

R: Quando começou era quase uns 200 cooperados, ou mais ainda, e hoje restam 60. Está fazendo 4 anos agora. Eles não quiseram ficar porque quando a gente trabalhava no lixão, a gente tinha uma renda maior, mais só que a gente trabalhava mais. Trabalhava por conta própria, se eu não pudesse trabalhar hoje eu não ia trabalhar. E a cooperativa era um compromisso que a gente tinha. Aí as pessoas foram faltando, também não quis trabalhar em grupo, achava que sozinho era melhor, e muitos deles hoje está aí fora no lixão, assim como na Lapa, Tanhaçu, mas não nesse aqui, porque não pode mais. Mas no lixão que não tem aterro sanitário esse pessoal ainda viaja, alguns que começaram aqui ainda viaja, mas não conseguiu ficar aqui dentro. Então, muitos não ficaram aqui dentro porque não teve o cooperativo. Lá a gente não recebia ordem, aqui a gente tem um limite de trabalho. No lixão às vezes a gente podia levar arma, que nem várias vezes o pessoal levava faca, pra ajudar. Lá era um local assim, às vezes eles tinha família lá dentro, mas tinha seu trabalho também, então tinha tudo, facão, faca, machado. E tinha a bebedeira na hora que não queria trabalhar ficava bebendo, tinha mais liberdade. E depois que formou a cooperativa não, a pessoa não pode beber aqui dentro, é um trabalho, ele não pode usar a farda lá fora no bar pra beber. Então no caso aqui é

um compromisso, depois que ele saiu daqui, que ele tirou sua farda, que chegou do trabalho, aí a responsabilidade é dele. Assumindo que no outro dia ele também tem que vir pro trabalho. Aí pra um bocado de gente ficou mais difícil, ter que ter hora certa pra sair de casa, chegar no trabalho, hora pra chegar em casa. Foi por isso que eu acredito que eles não ficaram.

### **3. E você se sente melhor aqui? O que você vê de positivo de lá pra cá?**

R: Na realidade é tanta coisa assim que eu vi de mudança. Porque antes eu não sabia o que significava, a importância, que nem a nossa lâmpada, lá naquele tempo era pneu, a gente queimava muito pneu de caminhão de carreta. A importância é que hoje eu já sei e aprendi muito, porque sei o que significa hoje o valor de uma água, do meio ambiente, da natureza, o valor do trabalho da gente. Aqui também a gente tem que estudar. No início do trabalho tinham pessoas aqui com 20 ou 30 anos que não sabia nem assinar o nome, e nem também documento não tinha, nem mesmo certidão de nascimento. Então depois disso a gente foi estudando, foi ficando mais por dentro, tendo mais amizade com o companheiro de trabalho. Não era como antes que a pessoa pegava um negócio aqui, aí o outro vinha brigando por aquilo. Hoje não, a gente pega aqui sabendo que é de todos.

### **4. Quem são os parceiros da cooperativa?**

R: A gente tem a prefeitura, a Coca-Cola que doa material, o Bom Preço que doa material e temos também o PANGEA. Eles continuam, sempre quando tem alguma coisa que a gente precisa eles ajudam a gente. O PANGEA apoiou a cooperativa por 3 anos e agora está saindo. Antes eles ajudaram a gente com farda, com aqueles sacos grandes que é muito necessário pra gente, com óleo de caminhão e várias outras. Só que isso foi indicado pra gente, desde o início do projeto, que quando a gente começasse a caminhar com nossas próprias pernas, o PANGEA ia afastar da gente, aí a gente ia ter resposta do nosso próprio trabalho. Pela renda a gente acha que ainda é pouco pra gente bancar tudo. Agora mesmo vamos ver que tem uma empresa aí, que vai ver se paga pra gente pelo menos o óleo do caminhão, porque só o diesel a gente paga de 400 a 500 reais por mês. E assim a água e luz. Aí na renda da gente fica pouco, a gente pega na média R\$ 250,00.

### **5. Qual o apoio que a prefeitura dá?**

R: Ela paga o aluguel do galpão, no valor de R\$ 2.500,00, também dá o ônibus e o motorista pra pegar o catador, o motorista que dirige o baú e o motorista que faz a coleta seletiva pegando o material das empresas que doam.

### **6. O Sr. conhece a Coordenação de Economia Solidária? Qual a importância dessa coordenação para a cooperativa?**

R: Conheço. Eu acho assim que a Coordenação sempre trás idéias novas pra gente. Por muitas vezes eu fui lá participar de cursos com eles. Outras vezes eu fui lá participar de algum curso, sempre vem alguma pessoa de lá falar de artesanato. Pelo NEPS eu não me lembro quais os cursos que participei.

### **7. Como acontece a comunicação entre a associação e a Prefeitura Municipal?**

R: Tem hora que a gente tem um pouco de medo entendeu. Porque alguns meses atrás mesmo, porque a gente tem 5 bairros que a gente faz a coleta seletiva. A gente não tem cabimento de botar mais pessoas pra trabalhar em outros bairros que não existe a coleta, porque a gente depende de carrinho, a gente depende de farda,

a gente depende de capacitação pra pessoa que vai entrar. Um tempo atrás mesmo eu ouvi uma conversa, que o pessoal estava reclamando pra prefeitura que o pessoal não tava fazendo a coleta no bairro deles. Aí eu ouvi mais ou menos uma conversa que tinha uma ONG aí, que ia formar um projeto de reciclagem, e que os catadores seria novo, não seria o catador da cooperativa, seria o catador que viesse de fora. Aí foi um gelo que deu em todo mundo aqui, o pessoal ficou tudo assim e agora, como é que a gente vai fazer. Mas fica aquele medo sempre, será? Será que vai acontecer?

Tem também uma dificuldade que é assim, o pessoal de Caculé recebe uma ajuda da prefeitura de outra forma, em forma de cesta básica. É difícil você sair pra trabalhar e deixar seus filhos com fome em casa, então as pessoa desanimam. Ter vez que você trabalha e o dinheiro que pega mal dá pra botar comida em casa. Então ficam eles querendo ganhar mais dinheiro lá fora, de outro jeito e não pela cooperativa, e isso desestimula quem vem pra cooperativa. Então eu achava que tinha que ter um jeito de, no início, a prefeitura ajudar a gente com esse sustento básico, que é pra pelo menos a pessoa está aqui, mas sabe que a comida de casa já está garantida. As pessoas lá fora tão acostumados a ganhar dinheiro maior, e hoje aqui ganha menos, mas a gente tem que lutar, tentar, porque mais pior a gente tava. Já chegou fase da gente trabalhar aqui e ganhar R\$ 30,00 no mês, chegou fase de ganhar R\$ 50,00, depois já passar pra R\$ 100,00, que nem hoje a gente já chega em R\$ 250,00. Quem faz hora extra já consegue ganhar R\$ 290,00. Quem cuida do pagamento é Sr. Reginaldo, ele é pago pelo PANGEA. Então, no caso, tem o conselho fiscal que é quatro eu, Juscelino... aí a gente pega esse material todo impressado, passa pra ele, ele faz a soma, passa pro comprador, o comprador vem aqui, aí ele faz o pagamento de todo mundo.

**8. Existe alguma dificuldade para participar nas ações da prefeitura?**

R: É porque assim, logo no início aparecia vários cursos pra gente fazer. Hoje se aparecer fica difícil porque a maioria dos catador saiu da cooperativa, então a quantidade do pessoal é muito pequena e o pessoal sabe a dificuldade que a gente passa porque às vezes o galpão fica com pouca gente então fica complicado a gente participar.

**9. Como se dá o acompanhamento das ações da associação pela prefeitura?**

R: A gente tem a cronometragem certa do ônibus, já tá tudo lá arrumado. E assim por enquanto, aqui dentro, eu não, mas aqui dentro que eu sei eles nunca chegou pra ver. Quem dava esse acompanhamento era o PANGEA.

**10. Qual a maior dificuldade da cooperativa?**

R: A dificuldade que a gente tem é que a gente queria colocar coleta seletiva em alguns bairros que não existe coleta seletiva. Hoje os bairros são 8, é o Candeias, Recreio, Vila Serrana, Urbis VI, Morada dos Pássaros I a II e a III. É porque é assim, como é grande o bairro, e como é pouca pessoa, eles dividem o bairro. Como é pouco carrinho e pouca farda, pouco equipamento, às vezes a pessoa liga pra gente, aqui no Bairro Brasil tem um material que a gente queria doar, a gente vai mudar, então, a gente não tem como pegar uma pessoa que já tá trabalhando aqui pra ir lá buscar esse material. Aí o nosso objetivo é esse, é que a gente tivesse carrinho, tivesse como fazer uma capacitação pra botar mais cooperados aqui dentro da

cooperativa, a gente queria em Conquista todo, até no nosso bairro onde a gente mora.

**11. E isso já foi solicitado à prefeitura?**

R: Que eu saiba não. Não falamos nada porque a gente sabe da dificuldade, as pessoas sempre tá vindo aqui, a gente sempre fala nas entrevistas, então nossa dificuldade é essa mesmo.

**12. Fora essas dificuldades internas da cooperativa, o que você considera que mais atrapalha a cooperativa, quem é o inimigo da cooperativa lá fora?**

R: Eu acredito que os catadores de rua não é nosso inimigo, porque é o meio de sustento de vida deles pra sobreviver. Eu acredito o que atrapalha a gente é o atravessador. São os depósitos. Tem bairro aí que tem até dois depósitos, uma casa aqui outra na esquina, as pessoas que explora mesmo. Porque no caso, a gente tem um preço mais alto do que os catadores de rua. O atravessador, ele forma um depósito aqui com R\$ 100,00 agora e acaba comprando material de R\$0,50 a R\$ 0,10, a R\$ 0,15. A gente sabe que tem várias pessoas que pega esses catadores, bota dentro do caminhão, leva pra outro lixão lá fora. Ele mesmo leva e depois ele mesmo compra. Então, o nosso inimigo na realidade são eles, porque ele tá tirando o nosso companheiro e afastando da gente, e explorando o trabalho deles. O pessoal não tem noção de que tá sendo explorado, ele escolhe trabalhar no lixão lá fora, sai daqui e vai trabalhar no lixão. Lá ele tem liberdade de fazer o que quer, então ele chega lá e fica um mês, só que como no lixão não trabalha ninguém, ele tira muito material, aí ele vende e vai tirar um dinheiro grande dentro de um mês. Ele vai tirar R\$ 400,00, R\$ 500,00, que nem eu tenho um irmão que trabalha com isso também, ele vai, fica um mês e quando volta trás R\$ 400,00, R\$ 500,00. Só que ali ele não tá vendo a quantidade de material, não tá vendo o trabalho que tá tendo, tá vendo que ele tá trabalhando dobrado, não tá vendo isso. Ele tá vendo o dinheiro, porque às vezes tem uma quantidade de material pequena, mas tem um dinheiro melhor.

**13. Você já ouviu a palavra “autogestão”?**

R: Não

**14. A associação realiza assembleias constantemente?**

R: Todo mês. Toda ultima sexta-feira do mês. A participação é de todo mundo. O pessoal vem a gente dá um palpite, eles vai decidir, todo mundo dá um palpite, todo mundo dá uma idéia, aí vai pra votação, até decidir tudo.

**15. A associação costuma se reunir com outras associações?**

R: Costuma. A gente participa do movimento nacional de todos os catadores. O PANGEA também é responsável. Já participamos de reunião em Brasília, Salvador. Eu represento o movimento nacional, Adenilton que é o presidente, sempre vai eu, o Presidente, o conselho fiscal. Quem paga a despesa é o PANGEA nesses momentos.

**16. A cooperativa costuma oferecer cursos para os associados? Quais os temas dos cursos?**

R: Não, porque a gente tem muito pouco tempo, às vezes os associados também acha melhor deixar pra lá.

**17. O que é Economia Solidária para o Sr.?**

R: Conheço um pouquinho.

**18. O Sr. conhece o símbolo da Economia Solidária?**

R: Não

**19. O Sr. conhece os princípios da Economia Solidária?**

R: As normas? Assim mais ou menos. A Economia Solidária pra mim é ser solidário com o companheiro. Então eu vou tentar ajudar o meu companheiro no seu trabalho na sua vida.

**20. O que se espera da associação para os próximos 10 anos?**

R: Há eu sou um cara muito esperançoso. Eu vejo essa cooperativa aqui daqui há pouco tempo, nem vou colocar 10 anos, mas 5 anos, uma nova cooperativa. Mais alegria, chegar no final do mês, ver os meus companheiros pegar o seu dinheiro, ficar todo mundo alegre, ver o resultado do seu esforço.

**INSTRUMENTO DE PESQUISA: ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA****ENTREVISTADO: ARNALDO (VICE PRESIDENTE DO GRUPO DE ECONOMIA POPULAR)****LOCAL: GEP****DATA: 13/05/2008****HORÁRIO: 14HS****QUESTÕES****1. Como se estrutura o GEP?**

R: Basicamente a gente trabalha com artesãos. Em agricultura familiar a gente está entrando com projetos também, mas ainda não sei dizer quais os municípios que serão atendidos. A gente já trabalha com isso, já temos projetos voltados pra isso. Em Barra do Choça já temos feito feiras, acredito que vá entrar Poções também, Campo Formoso, Lagoa das Flores. A gente convida as associações que já existem e oferecemos a estrutura, barracas, damos apoio.

O GEP começou como associação, depois foi crescendo, a gente foi arrumando parcerias, como hoje temos parceria com a Fainor, não por escrito ainda, mas vamos ter. A Prefeitura, Secretaria de Cultura, Agricultura.

**2. Quantos anos o GEP tem enquanto OSCIP?**

R: O GEP tem 6 anos de OSCIP e 10 anos de GEP.

**3. Você sabe quantas associações participam hoje do GEP?**

R: São várias. O número exato eu não tenho como precisar. Acredito que tenha isso em documento, mas como estou a apenas 6 meses na direção, não tenho essa informação. Associados temos em torno de 380, mas temos também associados em Guanambi, Caetité, Palmas de Monte Alto.

**4. Quem são os parceiros do GEP?**

R: Prefeitura e as Secretarias de Cultura e Agricultura. Em relação à Fainor estamos ainda em conversação.

**5. Qual o apoio hoje que o GEP recebe da prefeitura?**

R: Olha a gente tem o suporte com ajuda na infra-estrutura. Temos um convênio, em troca a gente realiza feiras, eventos junto com a prefeitura.

**6. Você conhece a Coordenação de Economia Solidária da Prefeitura?**

R: Olha eu conheço muito pouco. Ultimamente a gente não tem trabalhado muito com a Coordenação, pois já somos autônomos. Agora a gente tem uma parceria muito boa com eles em relação à estrutura do GEP. Também em caso de manutenção, quando precisamos de um espaço, a gente trabalha junto com eles. Trabalhamos juntos em feiras e eventos.

**7. Como acontece a comunicação entre a associação e a Prefeitura Municipal?**

R: Acho muito complicado. O acesso a gente tem, temos comunicação muito boa com eles, mas daí a ser aprovado um projeto, já tem muita burocracia que às vezes atrapalha um pouco, mas nada que interfira no bom andamento do GEP.

**8. Quando vocês precisam da prefeitura vocês são logo atendidos ou tem dificuldade?**

R: Na maioria das vezes somos logo atendidos.

**9. Existe alguma dificuldade para participar nas ações da prefeitura?**

R: Não. Só a parte burocrática.

**10. Como se dá o acompanhamento das ações do GEP pela prefeitura?**

R: A prefeitura acompanha constantemente. Nas reuniões eles sempre estão presentes. Nós convidamos e sempre aparece alguém.

**11. Quem é o maior adversário do GEP?**

R: A nossa maior dificuldade aqui é com o local. Os associados cobram muito, e gostaria de ter um local fixo para exposição dos seus produtos, não só em feiras.

**12. Qual a maior dificuldade dos associados?**

R: dificuldades tem muitas, mas isso a Ivonete responderia melhor.

**13. Quem o Sr. acha que seja o maior inimigo do movimento cooperativista hoje em dia?**

R: Na maior parte acredito que sejam as burocracias, dificuldades de conseguir espaço e outros empecilhos.

**14. O que o Sr. entende por “autogestão”?**

R: Desconheço.

**15. O GEP realiza assembleias constantemente?**

R: Temos estatuto e resolvemos tudo em assembleia com os associados. Cada cooperativa ou associação manda um representante. A Diretoria não resolve nada sozinho.

**16. A associação costuma se reunir com outras associações?**

R: Sim, com outros grupos da própria prefeitura inclusive.

**17. Como a associação incentiva a participação dos associados nos processos de decisão?**

R: Temos muitas dificuldades, o pessoal muitas vezes mora longe, não gosta de falar. Então sempre estamos incentivando ou criando um pretexto para atrair a atenção deles. A gente procura sempre estar informando eles de tudo que se passa dentro do GEP, dos projetos realizados através do GEP, das feiras, então sempre atraindo a atenção deles para a entidade.

**18. A associação costuma oferecer cursos para os associados? Quais os temas dos cursos?**

R: Junto com os parceiros. Prefeitura, Sesc - Senat, Fainor, Sebrae. Os cursos são de manutenção de computador em parceria com o Sesc e Fainor, outro de

computação básica com o MST, e já houve vários outros. Geralmente os promotores mandam pra gente um número de participantes e aqueles que se inscrevem primeiro entram.

**19. O que é Economia Solidária para o Sr.?**

R: Olha isso aqui se tornou uma família. Então é isso aí, um procurando ajudar o outro na medida do possível. Quando tem esses cursos mesmo, a gente procura ir atrás das pessoas, daqueles mais necessitados, então é isso mesmo sempre procurando ajudar.

**20. O Sr. conhece o símbolo da Economia Solidária?**

R: Nós temos uma logomarca do GEP, mas da Economia solidária eu não conheço não.

**21. O Sr. conhece os princípios da Economia Solidária?**

R: Alguns, agora não detalhadamente. Como estou começando agora estou me inteirando.

**22. Como o Sr. imagina o GEP daqui a 10 anos?**

R: como uma grande associação. Com uma sede, que é o sonho de todos nós. Um caminhão que inclusive a gente tem esse projeto já, já está à cargo da prefeitura e já está quase saindo. Nesse caso vem do ministério da agricultura. A história deste projeto é que a gente conseguiu junto com o governo de Guilherme 42 barracas, e 4 toldos para o GEP junto com esse projeto de agricultura familiar. Aí o caminhão ficou de vir pela prefeitura, porque não poderia vir os dois projetos pelo GEP e está para sair a qualquer momento. As barracas tem mais ou menos 5 a 6 meses que saíram. O projeto é antigo mas só saiu agora, foi uma promessa do governo de Guilherme e que se realizou no governo de José Raimundo.

**INSTRUMENTO DE PESQUISA: ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA****ENTREVISTADO: IVONETE DE OLIVEIRA SILVA (ATUAL PRESIDENTE DO GEP)****LOCAL: GEP****DATA: 12/08/2008****HORÁRIO: 15HS****QUESTÕES****1: Quantos associados participam hoje do GEP?**

R: 350 a 380 associados, entre Conquista e região, no caso os municípios que estão vinculados à agricultura familiar.

**2 Quem são os parceiros do GEP?**

R: Prefeitura, Ministério do Meio ambiente, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Trabalho, a CAR.

**3. Como você considera a relevância da Coordenação de Economia Solidária para o GEP?**

R: a Coordenação serve como uma assessoria, a gente já passou desse nível de precisar de uma assessoria, porque nós já somos uma instituição autônoma. Na verdade a gente faz até um pouco o trabalho do NEPS, tem muito trabalho pra ser realizado, mas como a gente tem um convênio com a prefeitura, o associado procura a gente, e aí a gente presta assessoria pra ele. Porque na verdade o pessoal que hoje está compondo o NEPS são pessoas novatas, porque não era NEPS, era Núcleo de Economia Solidária que foi criado junto com o GEP, que no caso era Dora. Aí o pessoal que tinha uma outra visão de Economia Solidária, que era mais velho saíram, e o pessoal entrou aí agora, são pessoas novatas que ainda estão se capacitando para a Economia Solidária. Tem muita coisa que o GEP tem mais conhecimento, até por conta da vivência no movimento. Quando eles entraram a gente já tinha 3 anos que representávamos a Bahia a nível de Economia Solidária. Porque hoje algumas pessoas que não tinham um vínculo maior, que só apareciam quando tinha feira, eles pegaram essas pessoas e formaram uma associação.

**4. Qual é a maior dificuldade hoje do GEP?**

R: Estrutura física, infra-estrutura. A prefeitura paga o aluguel, mas nós prestamos serviço pra Prefeitura para conseguir esse aluguel e fica pesado para a gente. Hoje a gente está batalhando pra conseguir uma sede própria, com o apoio da Prefeitura também. Temos até um terreno, mas é muito longe e nós queremos uma sede mais central por causa dos associados que vêm da zona rural. A gente pensa em uma sede bem mais ampla para oficinas, para trabalhar o próprio Fórum da Economia Solidária, pra capacitação em associativismo e Economia Solidária também. Essa sede a gente pensa em construir apartamentozinhos, que a gente possa estar recebendo os nossos associados que são de outros municípios, porque na maioria eles não têm condições de pagar hospedagem e toda vez que eles vêm aqui é um problemão. A lojinha da Tancredo Neves é cedida pela prefeitura, não tem banheiro

e a gente ainda dá graças a Deus, porque o que tem de gente querendo aquilo lá. Então o nosso projeto agora é a sede, porque já temos o carro baú, já temos as barracas e agora queremos a sede.

**5. E lá fora, independente das dificuldades apontadas dentro do GEP, existe lá fora algo que dificulte o trabalho do GEP?**

R: Eu acredito que hoje em dia existe até um respeito em relação ao GEP. Às vezes a gente fica até sem graça pela maneira como as pessoas colocam o GEP. E pra a gente é muito importante, isso nos abre muitas portas. Hoje talvez em Salvador nem tanto porque a gente se afastou um pouco, após um acidente comigo, a gente se afastou um pouco de Salvador. Mas a nível de Brasília a gente entra e sai de qualquer ministério, o pessoal recebe a gente com um sorriso, quando a gente fala que é do GEP de Vitória da Conquista todo mundo conhece. Os contatos da gente, por ser uma instituição a nível federal, é mais por lá. E por ser representante também do Estado da Bahia, o GEP se tornou um grupo conhecido tanto no Comércio Justo como na própria Economia Solidária, como no Clube de Trocas Solidária.

**6. A Sr<sup>a</sup> participa do Fórum Brasileiro de Economia Solidária?**

R: Participo representando a região, o território. Representando o território vai fazer 2 anos, agora eu fiquei durante 4 anos representando o Estado da Bahia no Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Já representei também no Fórum Social Mundial a Economia Solidária e o Clube de Trocas. São dez anos, nesse tempo a gente já sofreu muito sabe, às vezes a gente até passou fome, não por não ter um dinheiro pra comprar, mas por chegar em algum lugar e não ter o que comprar. Já arriscamos a vida por muitas vezes. O mapeamento da Economia Solidária daqui da Região Sudoeste fomos nós que fizemos também.

**7. Quando tem que fazer um trabalho grande como o mapeamento, vocês trabalham com a ajuda dos demais associados ou fica mesmo entre os membros da direção?**

R: Não, ficou só entre a gente, no caso mesmo do Mapeamento, não tinha como buscar outras pessoas porque tinha a questão de ir para outros municípios e teria que ter muitos recursos e a gente não tinha. Foi mais fácil nós três, como já temos experiência nas estradas, para estar pedindo hospedagem solidária, e se tivesse mais participantes ficaria mais difícil, enfim, foram só os três. Também foi difícil, mas vale à pena, e ainda ficou faltando alguns municípios porque a gente não teve pernas e ainda faltou recursos financeiros.

**8. A Sr<sup>a</sup> acha que os associados têm noção sobre a importância da “autogestão”?**

R: Alguns têm, porque a maioria são pessoas semi-analfabetas, mas a gente tem trabalhado muito essa questão nas capacitações. Tem aproximadamente uns 15 dias que a gente fez capacitações em 2 sábados e 2 domingos seguidos, tanto para o pessoal de Conquista, como para o pessoal da Barra, de Anagé, de Manoel Vitorino. Tanto com o pessoal da Agricultura Familiar, como o pessoal do Artesanato. Falamos sobre autogestão, capacitação para o cooperativismo e associativismo, o que é Economia Solidária, tudo isso foi trabalhado. E está previsto agora mais alguns cursos, porque a gente já fez esse trabalho mas teve algumas pessoas que se afastaram, e o maior público da gente é formado por 70% mulheres e 30%

homens, e a maioria das mulheres está na faixa de 50 a 60 anos por aí. Tivemos agora alguns problemas com algumas mulheres na terceira idade, umas três tiveram problemas de saúde, derrame e isso preocupou muito a gente. Também a questão da depressão, a gente começou a trabalhar isso. Fomos percebendo a necessidade junto com os associados e estamos fazendo esse trabalho, porque é um trabalho de formiguinha, ninguém quer que fala que está com depressão, a gente percebe, então você tem que ter aquele jeitinho, aquela noção. E uma coisa importante no grupo é que eles confiam demais na gente, tem aquele carinho, então até questão de estar dando conselho eles se reportam a gente. Para isso também temos parceria com a Secretaria de Saúde, CAPS I e II, porque tem associados do CAPS que são associados do GEP também. Eles são associados ao GEP e nós conseguimos que eles se engajassem mais na Economia Solidária, porque era uma proposta do Ministério da Saúde, que chamou a gente várias vezes para essa negociação com o pessoal. Graças a Deus já conseguimos, antes foi difícil, porque para participar de uma feira, onde a gente colocava os nomes nas barracas, associação da Barra do Choça, Mortugaba e ia colocando. Então a gente descobriu que para eles era difícil, porque a gente ia colocar associação do DST ou então do CAPS e chamava atenção, o que fazia eles ficarem com vergonha e aí a gente tirou de todo mundo, ficou todo mundo igual. Aqui a gente tem esse princípio, todo mundo é igual. Aqui a gente não tem essa diferença, não se discute religião, nem sigla partidária, nem futebol, aqui ninguém sabe quem é quem, nunca perguntou se você vai votar em quem, cada um tem que votar em quem quiser, aqui o que a gente cultiva é o direito à cidadania. No início das reuniões fazemos a oração do Pai Nosso que é universal, mas não fazemos outras orações porque temos pessoal aqui de terreiro, temos evangélicos, temos católicos tradicionais, católicos da renovação carismática, tem o pessoal do GLBT, e a gente trabalha muito com todos eles.

**9. Como o GEP incentiva a participação dos associados nos processos de decisão?**

R: Tem associados que aparecem apenas próximo às feiras de final de ano, então os próprios associados criaram uma regra, só participa da feira de natal quem participar de mais ou menos umas 5 reuniões seguidas, o que dá 5 meses mais ou menos de participação, quem não cumpre não participa da feira. A feira do Natal é a melhor feira que tem, a do natal e a da exposição. Já aconteceu de pessoas participarem da feira de natal e construir até casa, ou então ter sido despejado e depois da feira conseguiu retornar.

**10. Como resolver o problema dos associados terem apenas as ocasiões das feiras para expor e comercializar os seus produtos?**

R: A gente já pensou nisso. Teve o seminário da cultura e a gente pediu um espaço tanto para o município, como para o Estado e para o Governo federal. A gente pediu o espaço do DNIT pra gente construir um espaço para a cultura e para estar criando o nosso espaço também. Lá na Feirinha tem um espaço onde vai ser construído um centro de referência da Economia Solidária, mas é um espaço pequeno. Vai ser só a nível de instituição. Cada instituição vai ter uma sala lá que representa a Economia Solidária e vai expor, mas é o mínimo do mínimo porque é pequeno. E não é só Vitória da Conquista, é o território. Então a gente não acha vantagem, por isso a gente pediu esse espaço do DNIT, onde a gente vai estar podendo fazer um trabalho legal, com um escritório, capacitação e as demais ações do GEP.

**11. A S<sup>a</sup> considera a Economia Solidária forte aqui em Conquista?**

R: O pessoal de fora, até da própria capital, cita Vitória da Conquista como referência de Economia Solidária, mas a gente ainda acha que é muito pouco. Eles acham pelo trabalho que a gente faz, mas para a gente que faz o trabalho a gente acha que é pouco, a gente quer mais sabe. Então a gente acha que ainda não chegou onde a gente quer chegar. Não acho que está bom. A gente pensa em abranger todos os municípios. vamos trabalhar até ter os 26 municípios capacitados, aí a gente vai poder falar, hoje somos uma referência em Economia Solidária.

**12. A Sr<sup>a</sup> vê diferença entre o movimento da Economia Solidária no campo em relação ao pessoal do movimento da Economia Solidária na cidade, sente alguma diferença no trato com o campo e a cidade?**

R: O trabalho com o pessoal do campo ele é bem diferenciado porque você vai estar falando uma linguagem diferente, a linguagem deles que é diferente da cidade. O pessoal do campo é mais solidário que o pessoal da cidade, o pessoal da cidade é mais para o lado capitalista. E o pessoal do campo talvez até pela convivência com a natureza, essa história toda de ter que limpar, plantar, depois limpar, depois colher e depois entregar, então tem todo um processo, então eu acho que eles são mais economia solidária, eles são mais solidários que os da cidade, se associam mais facilmente que o pessoal da cidade e também já tem costumes, tipo assim, amanhã eu vou limpar uma roça em mutirão solidário. É mais fácil ver a solidariedade lá. Porque lá na roça eles ensinam muito mais a solidariedade, eles já têm uma história de antepassados, uma vivência de muitos anos, todo tipo de ajuda, talvez até pela aproximação que você tem e estar convivendo no dia a dia. Aqui na cidade se faz isso, mas é muito mais restrito. Aqui é uma trabalhadora ter que ficar correndo, pegar ônibus trabalhar, etc. Aqui no GEP até que temos essa linha, mas tiveram pessoas que já participaram daqui e que não se adaptaram às regras. O Grupo tem um regimento e todas as pessoas que estão aqui é porque eles aceitaram o regimento. Tem algo da Economia Solidária, mas a maior parte foram eles que construíram. Como esse lance de você ficar procurando encrenca, aí você pode até ser expulso do grupo. Se você está fazendo um trabalho e levantar falso, como eles falam, aí a gente vai tentar apurar, se realmente acontecer o responsável vai ser expulso. E já teve pessoas que foram expulsos, inclusive porque usou o nome do Grupo para outras situações que não o objetivo maior do grupo. Também uma coisa que eu acho bacana neles é assim, eles podem até discutir entre eles, afinal conflitos acontecem mesmo até entre irmãos. Mas se alguém de fora falar alguma coisa deles eles rodam a baiana. Eu falo mal do meu irmão, agora você não pode não, isso dentro do GEP.

**13. Sobre o símbolo da Economia Solidária? Eu notei que a todos que eu pergunto sobre esse símbolo, eles falam logo do símbolo do GEP. E o símbolo da Economia Solidária, vocês trabalham o significado dele com os associados?**

R: É o grupo de pequenos empreendedores formando uma corrente, uma rede ao redor do globo. A gente divulga, e colocamos ele nos banners e nas faixas também.

**14. O GEP atua na capacitação dos associados, quantas pessoas formam a equipe de capacitação?**

R: A gente tem os 4 da diretoria que trabalha no dia-a-dia, e temos mais 6 técnicos que participam do GEP. Na maior parte são voluntários e eles contribuem com o trabalho da gente.

**15. A quanto tempo a Sr<sup>a</sup> está na presidência do GEP?**

R: Eu participei a primeira vez como presidente. Tive dois mandatos porque na Oscip não pode ultrapassar dois mandatos. O mandato é de dois anos, então eu trabalhei 4 anos como presidente. Então o pessoal pediu pra eu ficar mais um tempo, então eu fui para a tesouraria e o Eloísio assumiu. A parte política do grupo sempre fui eu que trabalhei. Eloísio ficou um mandato, tivemos a eleição e o pessoal pediu para que eu me candidatasse, então eu retornei e agora em setembro está fazendo um ano, juntamente com o Arnaldo que tem 3 anos de GEP.

**16. Como a Sr<sup>a</sup> vê o GEP daqui a 10 anos?**

R: Eu vejo o GEP como uma grande empresa, como uma grande autogestão de Economia Solidária, onde a gente vai sentar e dar muita risada das dificuldades que a gente passou, dos contratemplos, das coisas que tentaram ceifar a nossa história. Eu tenho certeza, como eu tenho certeza em Deus, a gente vai ter em cada município a história da Economia Solidária trabalhada pelo GEP.

**INSTRUMENTO DE PESQUISA: ENTREVISTA ESTRUTURADA – REALIZADA À DISTÂNCIA**

**ENTREVISTADO: DORA SUGIMOTO (ASSESSORA PARLAMENTAR DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - IDEALIZADORA E FUNDADORA DO GEP)**

**LOCAL: BRASÍLIA**

**DATA: 12/08/2008**

**HORÁRIO: 14HS**

### **QUESTÕES**

**1. Na época em que iniciou seu trabalho com o GEP, como a Sr<sup>a</sup> traduzia o interesse do governo municipal pela Economia Solidária?**

R: O GEP começou na UESB como um projeto de extensão, e a partir de um convite feito na época pelo Prefeito, Dr. Guilherme Menezes, que demonstrou interesse pelo projeto e me convidou para estar implementando este projeto dentro da prefeitura. Apesar de na época termos, inclusive, feito outras sugestões que poderíamos estar colaborando com a Agenda 21, ou mesmo no orçamento participativo que já trazia uma experiência no âmbito de outras prefeituras, principalmente no Estado de São Paulo, Dr. Guilherme se interessou por este projeto. Salientamos que do nosso ponto de vista seria interessante que o projeto de Economia Popular Solidária teria uma maior possibilidade de implementação dentro da Secretaria de Expansão Econômica, ao invés das Secretarias Sociais e assim foi feito, e a partir de então o projeto, que era um projeto da universidade, passou também a fazer parte das ações do governo municipal, onde na Secretaria de Expansão Econômica a gente trabalhava em um projeto de valorização do artesanato de Vitória da Conquista. Celebramos vários convênios e parcerias com a universidade e passamos, através da formação do grupo, a implementar várias ações junto à prefeitura e várias secretarias municipais. É importante lembrar a colaboração no projeto do Prof. Lisboa, do Prof. Elias Dourado que coordenaram conosco, e a Prof<sup>a</sup> Ester Figueiredo, que na ocasião era Pró-Reitora da UESB. Então esse interesse partiu do prefeito na época, que demonstrou interesse pelo projeto que estava sendo executado como um projeto de extensão na UESB, e conversamos no sentido de prosseguir, agora não só com a universidade, mas juntando esforços com a universidade e a Prefeitura Municipal.

**2. Quando do início dos trabalhos, como era o GEP?**

R: O projeto de extensão que nós propusemos para a UESB foi a partir de uma feira FEBAN organizada pelo SEBRAE, onde nós verificamos que havia muitos trabalhos artesanais que não dialogavam entre si. Daí surgiu, em 1998, a idéia de propor para a Universidade o projeto de Valorização do Artesanato de Vitória da Conquista. Então na verdade isso já existia dentro da cidade, apenas não existia nenhuma forma de organização.

**3. Por que o interesse em transformá-lo em uma OSCIP? De onde vinha essa intenção? Do poder público ou era uma necessidade interna do GEP?**

**R:** Nessa época o GEP ainda era um projeto vinculado à prefeitura. Com o desenvolvimento do grupo, nós percebemos que havia necessidade de uma maior autonomia de atuação do grupo, e começamos estudar várias possibilidades de institucionalização, se seria uma cooperativa, uma associação, mas passamos a estudar inclusive essa possibilidade de sugerir a fundação de uma OSCI. Nós discutimos com o grupo e concluímos que seria uma forma interessante de institucionalização. Então essa intenção, na verdade, surgiu das discussões com o próprio grupo. Se era do poder público ou era uma necessidade interna do GEP, eu acho que era um pouco as duas coisas. Porque nós, enquanto gestora, na época, da prefeitura, percebíamos que as necessidades do grupo, as possibilidades dele, iam além de um simples programa ou projeto dentro da prefeitura. Isso foi uma coisa que foi percebida por todos, tanto nós enquanto gestores na época, e no crescimento e evolução do grupo é que foi percebendo a necessidade de ter uma maior autonomia.

#### **4. Quantos associados aproximadamente participavam do GEP naquela ocasião?**

**R:** Diretamente eu diria por volta de umas 40 pessoas, mas indiretamente era muito mais, pois como envolvia o trabalho familiar, o trabalho associativo, não eram só as pessoas que estavam diretamente atuando no GEP, mas durante os eventos, durante a produção, durante o dia-a-dia do grupo, isso certamente envolvia muito mais que as 40 pessoas.

#### **5. Como aconteceu o processo de desenvolvimento do GEP em direção a uma OSCIP?**

**R:** Discutimos isso dentro da prefeitura e passamos a investigar quais eram os pré-requisitos para formação de uma OSCIP, mas é porque no fundo sempre ouve um entendimento da necessidade de uma autonomia do grupo. Talvez isso tenha sido, na época, uma decisão inédita, porque, posso estar enganada, mas o GEP pode ter sido uma das primeiras OSCIPS de Vitória da Conquista. Então ela abriu um caminho que foi inclusive seguido por outras organizações, por outros grupos, então eu acredito que foi uma decisão importante e acertada.

#### **6. Como era possível visualizar o amadurecimento do grupo?**

**R:** De várias formas. Primeiro pela visibilidade, porque a decisão de criar uma marca, um selo GEP que identificava os produtos que eram produzidos pelo grupo, porque vários produtos tipo biscoitos são feitos até hoje por dezenas e centenas de família, mas que estavam dedicadas com o grupo, só aqueles que usavam o selo com a marca. A visibilidade das barracas, que eram barracas que chamavam atenção pelo colorido e com o símbolo do grupo. E por várias vezes você podia ver pessoas do grupo atuando na UESB ou na praça, ou em alguma feira de saúde, simultaneamente, dentro das programações das atividades do município. Então a visibilidade era uma das coisas que demonstrava a importância do grupo e o amadurecimento. Então a feira de Natal, as feiras temáticas, como o dia das mães, ou dia das crianças. Havia uma programação que era não só do grupo, mas o grupo funcionava como uma aglutinadora e uma articuladora, inclusive dos projetos sociais da prefeitura. O grupo da Terceira Idade, o Conquista Criança, enfim, vários programas e projetos da prefeitura acabavam se articulando também com o GEP. Tinham os setores de alimento, institucional que eram justamente aqueles que buscavam os programas da prefeitura, o pessoa do DST Aids, enfim, vários programas Institucionais da Prefeitura faziam parte dos eventos organizados pelo

GEP. Inclusive havia até uma brincadeira que dizia que o GEP só não ia em batizado de boneco se não soubesse, porque se chegasse ao conhecimento do pessoal o grupo lá estaria.

### **7. Havia uma preocupação no sentido de manter a autonomia do grupo? Como era feito esse acompanhamento?**

**R:** Quando a gente optou pela fundação, pela formação de uma OSCIP, era justamente nesta perspectiva, embora eu acho que ainda, pelo que consigo acompanhar, a dependência do grupo ainda é muito importante, a vinculação com a Prefeitura, essa autonomia efetivamente ainda é muito frágil. O grupo precisaria ter uma maior autonomia. Mas por outro lado também, o grupo serviu como parceiro da prefeitura na realização de vários eventos. Então, essa autonomia da prefeitura, ou essa interdependência da Prefeitura com o GEP também é um fato. Não sei exatamente como é que isso funciona hoje em dia, mas sei que por muito tempo isso continuou, então às vezes é difícil definir quem depende de quem. Mas assim, de longe, é difícil a gente avaliar hoje como é que isso se processa. Sobre o acompanhamento, quando a gente optou por instalar esse programa de valorização do artesanato na Secretaria de Expansão Econômica, a gente já tinha certa intencionalidade de que com o passar do tempo o grupo iria caminhar com suas próprias pernas. O acompanhamento, na verdade, era num primeiro momento tutelando mais, e com o tempo incentivando para que o grupo tivesse uma direção própria e criasse dentro de cada setor uma coordenação para que isso fosse fortalecendo o setor dentro do grupo.

### **8. Como era tratado o tema Economia Solidária junto aos associados?**

**R:** Na verdade nossa atuação começou antes mesmo de haver essa estruturação da Economia Solidária Nacional. Nós tínhamos algum conhecimento a partir de experiências em São Paulo, mais precisamente em Santos, a formação de cooperativas populares, cooperativas de trabalhadores e naquela época nem se chamava tanto de Economia Solidária, havia um início dessa discussão, tanto é que havia vários nomes, economia popular solidária, sócio economia, economia da comunhão, enfim, isso era o início desse processo e foi desembocar no que a gente conhece hoje, como Fórum, e havia algumas plenárias nacionais e nós como gestores na época éramos convidados. Havia poucas prefeituras que tinham setores dentro da sua estrutura de gestão municipal, áreas montadas para essa idéia que na época tinha grande discussão nacional. E nós chegamos a participar das plenárias nacionais, dos encontros nacionais e onde essa idéia foi cada vez mais presente. Tanto é que foi posterior o acréscimo do nome no GEP da Economia Solidária, no início a gente tratava mesmo de uma economia popular, mais voltada para os setores populares. Então essa questão da formação foi um acréscimo muito presente no GEP. Até por ter tido uma origem dentro da Universidade, isso passou a ser uma questão intrínseca, a questão da formação, já fazia parte da programação e do projeto propriamente dito. Nesse sentido a parceria com a universidade foi muito importante porque vários professores passaram a nos ajudar na formulação. Posso lembrar aqui do Prof. Gildásio, Prof. Piau, Prof. Elias e outros que nos ajudaram através da promoção de várias palestras, cursos na área de melhoramento e qualificação dos artesãos e também na formação para a cidadania, isso sempre foi um eixo importante dentro do grupo. Essa decisão política de vincular o GEP à Secretaria de Expansão Econômica passou a ter esse viés emancipador, e uma

fundamentação um pouco mais dinâmica em relação à geração de ocupação e renda, mais também dentro dos princípios da Economia Solidária.

**8. A Sr<sup>a</sup> considera o GEP uma organização autônoma hoje em dia?**

R: Eu diria que ainda não. Acho que ainda existe uma grande dependência do grupo com relação à prefeitura. Isso continua um desafio para o grupo e a gente inclusive tem conversado com eles, até hoje, a importância de que o grupo passe a ter uma maior sustentabilidade. Agora recentemente, quando eu estive em Conquista, e vi a produção de bolsa, talvez seja o momento do grupo pensar em alguns produtos que o grupo passe a produzir coletivamente para a sustentabilidade do grupo. Eu acho que ainda é, não só do poder público municipal, mas a questão do apoio dos projetos no nível federal e estadual, a relação com o poder público e a dependência ainda é muito presente e significativa para a manutenção do grupo. Mas, por outro lado, eu considero que um grupo que às vésperas de completar 10 anos de história e de organização, não é pouco. A gente sabe das dificuldades, então de certa forma não teria sido alcançado não fosse a vontade dos integrantes de manter o grupo, de tocar e de levar adiante o desafio, mantendo no grupo uma certa autonomia.

**9. O que a Sr<sup>a</sup> considera como principal desafio para o GEP?**

R: Talvez seja esse mesmo, a busca da sustentabilidade e que eles possam cada vez mais encontrar o seu próprio espaço. Agora não é simples, porque boa parte do grupo que tem conhecimento, de alguma forma tem algum vínculo, seja com a igreja, sindicato, governos locais, governo estadual e poder local. Então isso não é questão só do GEP, mas sim um desafio que se coloca para o movimento da Economia Solidária como um todo.

**10. Como a Sr<sup>a</sup> vê o apoio oferecido pelo governo municipal durante esses 11 anos (1996 a 2007) em relação ao GEP e em relação ao fortalecimento da Economia Solidária?**

R: Eu vejo como uma demonstração clara de que é possível fazer uma parceria do poder com os setores populares e a Economia Solidária. É um caminho interessante para a dinâmica da economia local, para haver um incentivo às cadeias produtivas, é uma economia sustentável, que valoriza a cultura local, principalmente a auto-estima das pessoas que fazem, principalmente ao pessoal ligado ao artesanato. A gente vê isso muito claro, vai pra aquela feira e fica, horas, com vento, frio, chuva, mas persistem, eu acho que, no caso do GEP, como uma efetivadora e integradora dos programas municipais, é uma ação do governo interessante, vamos dizer que projetos da própria prefeitura montada pra idosos, montada para a saúde mental, montada pra jovens, adolescentes, crianças em situação de risco, colocar todos juntos de forma organizada, dando uma visibilidade de conjunto com setores da sociedade, é uma ação de governo que eu considero interessante, importante e que eu espero que continue acontecendo, pois era um dos eixos de ação que a gente enquanto gestores na época considerávamos como positivo.